



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP
Faculdade de Ciências Sociais
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História Social

Moisés Carlos Ferreira

Ditaduras em conexão: controle vigilância e repressão entre Brasil e
Argentina (1976-1980)

Doutorado em estudos pós-graduados em História Social

São Paulo

2020



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP
Faculdade de Ciências Sociais
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História Social

Moisés Carlos Ferreira

Ditaduras em Conexão: Controle Vigilância e Repressão entre Brasil e
Argentina (1976-1980)

Tese apresentada à Banca Examinadora da
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
como exigência parcial para obtenção do título
de Doutor em Estudos Pós-Graduados em
História Social sob a orientação da Profa. Dra.
Vera Lucia Vieira.

São Paulo
2020

Autorizo exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta Tese de Doutorado por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura: _____

Data: _____

E-mail: terraemar@gmail.com

Banca Examinadora

AGRADECIMENTOS

Às agências brasileiras de fomento à pesquisa. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) Modalidade II Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (módulos taxas) – PROSUP/TAXAS, Ano de 2017.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) com a formalização da Bolsa de Estudos entre os anos de 2018 e 2019, mediante o Processo 140063/2018-8 Modalidade – Categoria Doutorado – GD. Pelo apoio financeiro a esta pesquisa, pois desta forma foi possível me ausentar totalmente de minhas atividades profissionais durante uma parte deste curso de Doutorado e, assim, dedicar-me com mais afinco a este trabalho. Ressalto que estas possibilidades infelizmente me parecem ameaçadas em nome de políticas de “contingenciamento” que são alardeadas pela equipe política que preside o país neste momento histórico. Observo que o modelo desta atual política, ao negligenciar investimentos para a área da Educação, lança um “olhar” depreciativo em relação ao pensamento crítico, à ciência e, conseqüentemente, às pesquisas acadêmicas.

AGRADECIMENTOS

Muito embora este trabalho se deva à minha iniciativa em retomar os estudos acadêmicos e as pesquisas, após quase dez anos da conclusão do curso do Mestrado em Educação, entendo, portanto, que este trabalho só poderia ter obtido êxito graças a uma rede de apoio que pude contar em diferentes níveis. E estes agradecimentos, que aqui pontuarei, tentarão abarcar os que direta ou indiretamente estiveram envolvidos neste processo. Desde o apoio oriundo do plano institucional como as agências de pesquisa, universidades e arquivos do Brasil, Argentina e Paraguay; como os provenientes de pessoas físicas, distribuídos em diferentes categorias, dos amigos, colegas, professores, pesquisadores, arquivistas, historiadores, sociólogos e de outras matizes do conhecimento acadêmico que, de certa forma, colaboraram com este feito.

À PUC – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – que mais uma vez me acolheu, desta vez junto ao Programa de Estudos de Pós-Graduação em História Social. Os agradecimentos aqui se direcionam a seus representantes, deste período no qual cursei o Doutorado: a Profa. Dra. Carla Reis Longhi e o Prof. Dr. Luiz Dias e também o corpo de professores deste programa, em especial, a Profa. Dra. Maria Antonieta Martins Antonacci e o Prof. Dr. Antonio Rago Filho, professores estes que também colaboraram com minha formação acadêmica.

Ainda dentro das cercanias da PUC-SP, agradeço ao grupo de pesquisa Centro de Estudos de História da América Latina (CEHAL), no qual estou vinculado e às atividades acadêmicas propostas, atividades estas que estão compromissadas com o debate acadêmico e com o descortinar da história de *nuestra América*. Ainda dentro do CEHAL, agradeço aos diálogos com Rodolfo Machado, Paola de Ávila, João Leopoldo, Shaiene Carvalho, Juliana Monteiro, Caroline Weedem, Arleandra Ricardo entre outros que me deparei nesse grupo....

À Profa. Dra. Vera Lucia Vieira, que me acompanhou na condição de orientadora, pois acolheu as minhas ideias iniciais em propor uma pesquisa sobre os aparelhos repressores entre países da América latina, tal proposta

gerou esta tese. Pontuo o seu trabalho como orientadora, algo árduo, paciente e atento e sempre com a capacidade de reconstruir as crenças acadêmicas do orientando, quando estas apresentavam sinais de esgotamento.

Aos Professores Dr. Ivan Cotrim e Dra. Patrícia Spósito Mechi pelas leituras, argumentações e colaborações quando do processo de Qualificação deste texto.

À Professora Dra. Jussaramar da Silva pelos seus préstimos em acompanhar esta pesquisa, desde a gestação de seu projeto às discussões que permearam as etapas desta construção; e à Profa. Dra. Lilian Marta Grisólio pelos diálogos certos, apontamentos substanciais que muito colaboraram para a elaboração desta tese. Enfim, ambas contribuíram significativamente para a minha formação enquanto pesquisador.

Aos amigos, colegas e conhecidos que de alguma forma estiveram mais próximos neste período e sempre que possível me indagavam, questionavam e me instigavam a pensar e sistematizar aspectos desta pesquisa, são eles: Kelma de Freitas, Débora Goulart, Roselene Tabian, Marilice Claro, Dalva de Godoy, Claudete Soares, Thaís Teixeira, Daniel Carvalho, Cibele Bitencourt, Ana Maria Gonçalves, Angélica Khun, Gizeli Lazzari, Pedro Vieira, Jandira Oliveira, Mario Videira, Débora Lessa, Mércia Gomes, Clara San Martín, Cristiane Lykouropoulos, Laio Anderson, Adenezile de Fátima, Ivan Santos, Andréa Becerra (Colômbia), Bruno Bianco (Chile), Nanci Vargas (Argentina), Benjamim Poté (França) entre outras personalidades que agora não conseguirei nominá-las.

Aos funcionários de alguns dos arquivos que visitei: Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro; Arquivos do Itamaraty; Arquivo Público de São Paulo, *Archivo del Terror, em Assunção* no Paraguai; *Archivo Nacional de la Memoria*, em Buenos Aires e, deste último arquivo, com os seus representantes que prontamente me atenderam, Aníbal Calvo e Mariano Fatale.

E em especial ao educador e advogado Martín Almada, incansável na luta pelos direitos humanos no Paraguai, que, mesmo com sua saúde fragilizada no momento de minha visita, dedicou-se ao meu atendimento quando das pesquisas realizadas ao *Archivo Celestina Perez Almada*, e registro aqui uma frase emblemática dita por Almada quando de nossos diálogos: “*Meu corpo é um*

território de memórias” uma espécie de tradução para os anos vividos e marcas deixadas pelas torturas que sofreu nos cárceres da ditadura paraguaia.

Aos professores que tive na minha graduação em História, no início dos anos de 1990 na cidade de Lins-SP, pela Faculdade Católica Auxiliadora. São eles: Heleni Batelochi, Ana Molina, Afonso Garcia e Nair Kobayshi (*in memoriam*) pelas reflexões suscitadas, pelo conhecimento histórico transmitido, pela sensibilidade social despertada.

Aos amigos que resolveram a tradução dos documentos analisados em inglês: Profa. Dra. Luci Ribeiro e Prof. Lucas Feitosa.

Ao Bibliotecário Marcio Ferreira, meu irmão, pela revisão e apoio técnico dentro das normas e parâmetros da prolixa ABNT.

Ao Centro Paula Souza, autarquia mantenedora da Escola Técnica Estadual Guaracy Silveira, na cidade de São Paulo, na qual atuo como docente da disciplina de História, pelo cumprimento do Decreto 04/1997, que gerou meu afastamento parcial por cinco semestres, o que me possibilitou uma maior dedicação a esta pesquisa.

E, ainda no âmbito de meu local de trabalho, agradeço às profissionais do Departamento de Recursos Humanos desta unidade escolar, a Sra. Paula Procópio e Solange Jesus de Souza, pelos préstimos em me auxiliar semestralmente na execução do processo de afastamento que requeri, pois ambas, dentro de suas competências, agiram com licitude e transparência, domesticando as exigências de tantos procedimentos, assim as considero como as “guardiãs da burocracia”.

Ao grupo de pesquisadores que cursamos juntos os créditos e as disciplinas nos primeiros anos deste curso, pelos diálogos construtivos e afetivos, mesmo sob o risco de alguns lapsos serão nominados: Cleonice Elias, Patrícia Sadaike, Victor Marcelo, Pietra Diwan, Alexandre Teixeira, Alessandra Chelest, Fernando Miramontes, André, Hilton Ferreira, Andréia Bedin, etc.

E a uma parte de minha composição familiar, novamente tomo a decisão de indicar os agradecimentos nominalmente, mesmo com possíveis deslizos. Às minhas sobrinhas, sempre presentes e sempre queridas: Cintia Seabra, Lorena Vita, Fabiana Vita, Daniela Ribeiro e Barbara Martuche. Às minhas irmãs Beth Ferreira, Helenita Vita, Neusa Seabra, Vera Ferreira e Vanderlei Ferreira e às cunhadas Isabel Geraldo e Luciana Galvão.

Aos meus pais: Sr. Moysés Ferreira (*in memoriam*) e Sra. Iraci Alves Ferreira, pela atenção e apoio.

Ao Ivan Balista, sempre presente e atento ao contexto vivido.

Ao Marcos Gabini e Wagner Peres, amigos de longa data e para mim extremamente queridos.

Ao trabalho da Professora Thaís Dantas pela atenta revisão a este texto.

Outra etapa destes agradecimentos diz respeito a experiências e contatos que fiz quando dos setenta dias que estive na capital argentina, Buenos Aires, para visitas e pesquisas aos arquivos locais. Nesse período, cito os diálogos fortuitos sobre a história argentina com o Prof. Dr. Daniel Mazzei e com mais proximidade com a Profa. Dra. Cristina Matteo a qual colaborou de diversas formas com minha estadia nessa cidade. À pesquisadora Melisa Slatman e à Profa. Dra. Vitória Basualdo, pelos conhecimentos prestados quando da disciplina que cursei pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - FLACSO.

Considero, nessa “temporada” invernal portenha, os sinceros agradecimentos à Letícia Vasconcellos e ao Amado Gonzales, pela companhia, apoio e diálogos e, principalmente, pelo compartilhamento nas mesas do *Bodegon Bellagamba* na *Calle Rivadavia*, local muito frequentado por nós e em diversas situações, a primeira para mim foi com intenção de se refugiar das baixas temperaturas após a nossa presença em uma grande marcha pública pelas ruas de Buenos Aires, ou então pela comodidade, acessibilidade e baixos preços do local e, assim, travar diálogos entrecortados a uns tragos de vinho nacional. Dessa forma, este *Bodegon* e, em menor escala, outros estabelecimentos deste ramo comercial (como o *Café La Poesia*, o Restaurante *El Federal* e os bares *Pedro Telmo* e o *La Dignidad*) ficaram registrados como uma de minhas referências nessa cidade, bem como a *Biblioteca del Congreso de la Nación*, o café da Associação *Madres de la Plaza de Mayo* e do democrático *Cine Gaumont*, espaços que quase cotidianamente recorria, pois se transformaram em minha identidade local.

Faço aqui também uma defesa de locais em São Paulo que se tornaram apropriados para romper o silêncio deste trabalho quase solitário de pesquisas. Alguns destes lugares são os bares, instituição mantenedora e promotora de uma certa lubrificação social e que, dadas as suas especificidades

gastronômicas e étlicas, nos asseguram uma certa dose de otimismo e crença de que lutar pelo conhecimento ainda vale a pena. Esses espaços propiciam encontros com amigos ou colegas para discutir uma infinidade de assuntos, do macro ao micro, desde desabafos sobre o período politicamente nebuloso no qual estamos envolvidos, neste final da segunda década do século XXI, aos ajustes quanto à escrita deste texto. Dentre esses lugares, menciono alguns que estiveram presentes neste período e serviram de base para os ditos encontros que me fortaleceram ou amenizaram inquietações e, por isso, colaboraram para me manter atento na construção deste trabalho. São eles: Van Grogh Bar, Armazém Garnizé, Bar do Luizão e o palestino *Al Majaz*, todos nas imediações do centro da cidade de São Paulo, entre os bairros Vila Buarque, Santa Cecília e Barra Funda.

Agradeço à permanência do sentimento de coerência que cultivo em relação ao mundo no qual estamos inseridos, pois com as reviravoltas políticas e o novo ciclo do conservadorismo que se instalou entre nós, mantenho a clareza e o olhar atento sobre quais os interesses que estão em jogo e qual o nosso papel nesta sociedade, que vejo que é o de resistir e lutar contra um pensamento único e autoritário que paira sobre nós.

E, finalmente, a todos aqueles cujo convívio (pessoal, social ou acadêmico) me permitiu forjar minhas inquietações, que me levam a uma constante reflexão sobre o meu papel enquanto ser vivente nesta sociedade tão repleta de contradições e ao mesmo tempo tão instigante.

FERREIRA, Moisés Carlos. 2019. Ditaduras em Conexão: Controle Vigilância e Repressão entre Brasil e Argentina (1976-1980). Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/Programa de Pós-Graduação em História Social.

RESUMO: A presente pesquisa teve como propósito investigar o colaboracionismo e a extensividade das práticas repressivas entre o Brasil e a Argentina durante os anos de 1976 a 1980, em que vigoravam, nestes dois países, ditaduras que se estenderam, respectivamente, até 1985 e 1983. Práticas essas desencadeadas por seus sistemas de segurança nacional que, transformados em sistemas repressivos contra o “inimigo interno”, atuaram por meios dos serviços de informações e inteligência. Tiveram como fundamento suas Doutrinas de Segurança Nacional (DSNs), com as estratégias e táticas engendradas no âmbito da guerra irregular, ou guerra contrarrevolucionária, ou de baixa intensidade, sistematizadas na esteira da denominada Guerra Fria e com forte influência da França e dos Estados Unidos da América. As fontes utilizadas para esta pesquisa compreendem uma gama de documentos como leis, decretos, atas, memorandos, pedidos de busca, ofícios, relatórios, todos desclassificados de arquivos do Brasil, Argentina, Paraguai e Estados Unidos da América. Observa-se que essas conexões repressivas tiveram por objetivo, não apenas reprimir as organizações armadas (Operação Condor), os inimigos internos, ou os subversivos, mas também desarticular as respectivas sociedades civis, impor uma cultura do medo e criminalizar os que se opunham àqueles governos ditatoriais de cunho bonapartista burguês. O quadro de violência institucional que se estruturou pelos abusos de legalidade cometidos e nas graves violações aos direitos humanos, praticamente criou-se um estado paralelo, que transforma o ilegal em legal, impondo o que se configura como Terrorismo de Estado.

Palavras-chave: Ditaduras Militares, Guerra Moderna, Doutrina de Segurança Nacional, Operação Condor, Inimigo Interno.

FERREIRA, Moisés Carlos. 2019. Ditaduras em Conexão: Controle Vigilância e Repressão entre Brasil e Argentina (1976-1980). Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/Programa de Pós-Graduação em História Social.

ABSTRACT: The purpose of this research was to investigate the collaborationism and extension of the repressive practices between Brazil and Argentina from 1976 to 1980, where there were dictatorships that lasted, respectively, until 1985 and 1983. These practices were carried out by their national security systems, which had been transformed into repressive procedures against the “internal enemy”, and were operated with the cooperation of the information and intelligence services. Their acts were based on their National Security Doctrines (NSDs), including strategies and tactics that had been engineered in the irregular war, also known as counter-revolutionary war or low intensity warfare, and were systematized during the period of the Cold War, with strong influence from France and the United States of America.

The sources used for this research comprise a range of documents such as laws, decrees, minutes, memos, search requests, letters, official reports, all of them were declassified from archives of Brazil, Argentina, Paraguay and the United States of America. We can see that these repressive connections were engaged to not only repress the armed organizations (Condor Operation) and the “internal enemies” or subversives, but also to dismantle their respective civil societies, imposing a culture of fear and criminalizing who were opposed to those dictatorial governments, which had a bourgeois bonapartism character. The environment of institutional violence, which had been generated by the abuses of law and by the serious human rights violations, practically created a parallel state, transforming the illegal into legal and imposing a terrorism state with the current use of covert actions.

Keywords: Military Dictatorships, Modern War, National Security Doctrine, Condor Operation, Internal Enemy.

FERREIRA, Moisés Carlos. 2019. Ditaduras em Conexão: Controle Vigilância e Repressão entre Brasil e Argentina (1976-1980). Tese (Doutorado em História Social). São Paulo Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/Programa de Pós-Graduação em História Social.

RESUMEN: El propósito de esta investigación fue investigar el colaboracionismo y la extensión de las prácticas represivas entre Brasil y Argentina durante los años 1976 a 1980, cuando las dictaduras estaban en vigor en estos dos países, que duraron hasta 1985 y 1983, respectivamente. Estas prácticas fueron desencadenadas por sus sistemas de seguridad nacional que, transformados en sistemas represivos contra el "enemigo interno", actuaron por medio de los servicios de inteligencia y de información. Se basaban en sus Doctrinas de Seguridad Nacional (DSN), con las estrategias y tácticas concebidas en el contexto de la guerra irregular, o guerra contrarrevolucionaria, o guerra de baja intensidad, sistematizada a raíz de la llamada Guerra Fría y con una fuerte influencia de Francia y Estados Unidos de América. Las fuentes utilizadas para esta búsqueda incluyen una serie de documentos como leyes, decretos, actas, memorandos, solicitudes de búsqueda, artesanías, informes, todos ellos desclasificados de los archivos de Brasil, Argentina, Paraguay y los Estados Unidos de América. Se observa que estas conexiones represivas no sólo tenían como objetivo reprimir a las organizaciones armadas (Operación Cóndor), a los enemigos internos o a los subversivos, sino también desarticular las respectivas sociedades civiles, imponer una cultura del miedo y criminalizar a quienes se oponían a esos gobiernos dictatoriales burgueses bonapartistas. El marco de violencia institucional que se ha estructurado por los abusos de legalidad cometidos y las graves violaciones de los derechos humanos ha creado prácticamente un Estado paralelo, que transforma lo ilegal en legal, imponiendo lo que constituye el Terrorismo de Estado.

Palabras clave: Dictaduras Militares, Guerra Moderna, Doctrina de la Seguridad Nacional, Operativo Condor, Enemigo Interno.

SIGLAS/ABREVIATURAS

ABIN	Agência Brasileira de Inteligência	Brasil
AERP	Assessoria Especial de Relações Públicas	Brasil
AFI	Agência Federal de Inteligência	Argentina
AI	Ato Institucional	Brasil
CCD	Centro Clandestino de Detenção	Argentina
CNAR	Comissão Nacional de Ajuda aos Refugiados	
CIGS	Centro de Instrução de Guerra a Selva	Brasil
CDN	Conselho de Defesa Nacional	Brasil
CNI	Central Nacional de Inteligência	Argentina
CNV	Comissão Nacional da Verdade	Brasil
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>	EUA
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha	Brasil
CCI	Centro de Coordenação Integrado	Argélia
CISA	Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica	Brasil
CIE	Centro de Informações do Exército	Brasil
CIEX	Centro de Informações do Exterior do Itamaraty	Brasil
CIDE	Coordenação de Informações de Estado	Argentina
CISALC	Comitê Internacional Socialista para a América Latina e Caribe	
CIPN	Coordinación de Informaciones de la Presidencia de la Nación	Argentina
CODEFRO	Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço	Brasil
COMAR	Comando Aéreo Regional	Brasil
Corte IDH	Corte Interamericana de Direitos Humanos	
CLA	Comando Libertadores de América	Argentina
CIME	Comitê Intergovernamental para Emigrações Europeias	
CPACC	Comissão Popular Argentina Contra o Comunismo	Argentina
CONADEP	<i>Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas</i>	Argentina
COI	Central de Operações de Inteligência	Argentina
COT	Centro de Operações Táticas	Argentina
CGI	Comissão Geral de Investigações	Brasil
CLAMOR	Comitê para a Defesa dos Direitos Humanos no Cone Sul	Brasil
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil	Brasil
CRIM	Central de Reunião de Inteligência Militar	Argentina
CSSN	Conselho Superior de Segurança Nacional	Brasil
DBCI	Divisão de Busca e Coleta de Informações	Brasil
DCE	Diretório Central dos Estudantes	Brasil
DEOPS	Departamento de Ordem e Política Social	Brasil
DGSI	Dirección General de Seguridad e Información	Argélia
DINA	Departamento Nacional de Investigações	Chile
DIPPBA	Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires	Argentina
DSI	Divisão de Segurança e Informação	Brasil
DGR	Doutrina de Guerra Revolucionária	

DOI-CODI	Destacamento de Operações Internas - Centro de Operações de Defesa Interna	Brasil
DOP	Destacamento Operacional de Proteção	Argélia
DOPS	Delegacia de Ordem Política e Social	Brasil
DPF	Delegacia da Polícia Federal	Brasil
DSN	Doutrina de Segurança Nacional	Brasil
ELN	Exército de Libertação Nacional	Bolívia
ERP	Exército Revolucionário do Povo	Argentina
ETA	<i>Euskadi Ta Askatasuna</i> - "Pátria Basca e Liberdade"	Espanha
ESG	Escola Superior de Guerra	Brasil
ESMA	Escola Mecânica da Armada	Argentina
ESNI	Escola Nacional de Informações	Brasil
EME	Estado Maior do Exército	Brasil
EMFA	Estado-Maior das Forças Armadas	Brasil
EMGE	<i>Estado Mayor General del Ejército</i>	Argentina
FMI	Fundo Monetário Internacional	EUA
FAB	Força Aérea Brasileira	Brasil
FAR	Forças Armadas Revolucionárias	Argentina
FAEDA	<i>Federación Argentina de Entidades Democráticas Anticomunistas</i>	Argentina
FIEL	<i>Fundación de Investigaciones Económicas Latinoamericanas</i>	Argentina
FREJULI	<i>Frente Justicialista de Libertación</i>	Argentina
GARI	Grupos de Ação Internacional	França
GARA	Grupo Autônomos Revolucionários Armados	Portugal
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática	Brasil
IBM	<i>International Business Machines Corporation</i>	EUA
INTERPOL	<i>International Criminal Police Organization</i>	França
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais	Brasil
IPMs	Inquéritos Policiais Militares	Brasil
IRA	<i>Irish Republican Army</i>	Irlanda
JID	Junta Interamericana de Defesa	EUA
JCRI	Junta de Coordenação Revolucionária Internacional	
LSN	Lei de Segurança Nacional	Brasil
MIR	<i>Movimiento da Izquierda Revolucionária</i>	Chile
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul	Brasil
MLN-T	Movimento de Libertação Nacional Tupamaros	Uruguai
MR8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro	Brasil
MRE	Ministério das Relações Exteriores	Brasil
OAS	Organização de Arma Secreta	França
OBAN	Operação Bandeirantes	Brasil
OSS	<i>Office of Strategic Services</i>	EUA
OEA	Organização dos Estados Americanos	EUA
OIT	Organização Internacional do Trabalho	Suíça
ONP	Objetivos Nacionais Permanentes	Brasil
OLP	Organização para Libertação da Palestina	Palestina
ONU	Organização das Nações Unidas	EUA
OPA	Organização Político-Administrativo	Brasil
OTAM	Organização do Tratado do Atlântico Norte	Bélgica
PCA	Partido Comunista Argentino	Argentina

PCdoB	Partido Comunista do Brasil	Brasil
PRN	Processo de Reconstrução Nacional	Argentina
RGS	Estado do Rio Grande do Sul	Brasil
SDN	Secretaria de Defesa Nacional	Brasil
SEDH-PR	Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República	Brasil
SERCC	Seção Especial de Repressão contra o Comunismo	Argentina
SOE	Seção de Operações Especiais	Argentina
SFICI	Serviço Federal de Informações e Contrainformações	Brasil
SI	<i>Secretaria de Inteligência</i>	Argentina
SIDE	Secretaria de Inteligência de Estado	Argentina
SIE	Sistema de Inteligência do Exército	Argentina
SIN	Serviço de Informação Nacional	Brasil
SIFA	Serviço de Inteligência da Força Aérea	Argentina
SIPRI	Instituto de Pesquisas para Paz de Estocolmo - Suécia	Suécia
SNI	Serviço Nacional de Informação	Brasil
SFICI	Serviço Federal de Informações e Contrainformações	Brasil
SIDE	<i>Secretaría de Informaciones del Estado</i>	Argentina
SIA	Serviços de Inteligência da Armada	Argentina
SIFA	Sistema de Inteligência da Força Aérea	Argentina
SISNI	Sistema Nacional de Informações	Brasil
SIPBA	<i>Servicio de Inteligencia da Policia de la Provincia de Buenos Aires</i>	Argentina
SOA	<i>School of América</i>	EUA
SOP	Setor de Operações	Brasil
SOP	Seccional de Ordem Política	Argentina
TFP	Tradição Família e Propriedade	Brasil
Triple A	Aliança Anticomunista Argentina	Argentina
UEE	União Estadual dos Estudantes	Brasil
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Brasil
USARSA	<i>States Army School of the Americas</i>	EUA
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas	
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura	EUA
VW	Volkswagen	Alemanha

Não é fácil eliminar um corpo. Uma vida é fácil. Uma vida é cada vez mais fácil. Mas fica o corpo, como o lixo. Um dos problemas desta civilização: o que fazer com o próprio lixo. As carcaças de automóveis, as latas de cerveja, os restos de matanças. O corpo boia. O corpo vai dar na praia. O corpo brota da terra, como na Argentina. O que fazer com ele? O corpo é como o lixo atômico. Fica vivo. O corpo é como o plástico. Não desintegra. A carne apodrece e ficam os ossos. Forno crematório não resolve. Ficam os dentes, ficam as cinzas. Fica a memória. Ficam as mães. Como na Argentina.

Seria fácil se o corpo se extinguísse com a vida. A vida é um nada, acaba-se com a vida com um botão ou com uma agulha. Mas fica o corpo, como um estorvo. Os desaparecidos não desaparecem. Sempre há alguém sobrando, sempre há alguém cobrando. As valas comuns não são de confiança. A terra não aceita cadáver sem documentos. Os corpos são devolvidos, mais cedo ou mais tarde. A terra é protocolar, não quer ninguém antes do tempo. A terra não quer ser cúmplice. Tapar os corpos com escombros não adianta. Sempre sobra um pé, ou uma mãe. Sempre há um bisbilhoteiro, sempre há um inconformado. Sempre há um vivo. Os corpos brotam do chão, como na Argentina. Corpo não é reciclável. Corpo não é reduzível. Dá para dissolver os corpos em ácido, mas não haveria ácido que chegasse para os assassinados do século. Valas mais fundas, mais escombros, nada adianta. Sempre sobra um dedo acusando. O corpo é como o nosso passado, não existe mais e não vai embora. Tentaram largar o corpo no meio do mar e não deu certo. O corpo boia. O corpo volta. Tentaram forjar o protocolo – foi suicídio, estava fugindo – e o corpo desmentia tudo. O corpo incomoda. O corpo faz muito silêncio. Consciência não é biodegradável. Memórias não apodrecem. Ficam os dentes.

Os meios de acabar com a vida sofisticam-se. Mas ainda não resolveram como acabar com o lixo. Os corpos brotam da terra, como na Argentina. Mais cedo ou mais tarde os mortos brotam da terra. (VERÍSSIMO, 1982)

*Este é tempo de divisas,
Tempo de gente cortada.
De mãos viajando sem braços,
Obscenos gestos avulsos.
(ANDRADE, 2010)*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	22
1 Similaridades e singularidades entre as estruturas repressivas e seus fundamentos legais: a configuração das DSNs no Brasil e na Argentina. A onipresença do inimigo interno.	59
1.1 Um breve histórico das relações entre EUA e América Latina no século XX	59
1.2 As Doutrinas de Segurança Nacional no Brasil e Argentina	64
1.3 As Escolas Militares da América Latina na segunda metade do século XX.....	80
1.3.1 A consubstanciação do estado de guerra.....	84
1.4 O inimigo interno e suas problematizações	88
1.5 A categoria violência e seus fundamentos.....	94
1.6 Estratégias e princípios de suspeição	98
2 A formação militar, conexões repressivas e as estratégias implementadas: Operação Condor e a guerra contrarrevolucionária	109
2.1 O protagonismo da Escola das Américas nas ditaduras militares do Cone Sul .	110
2.2 Operação de guerra de baixa intensidade	119
2.3 A inflexão internacional: assessoria francesa x norte-americana	125
2.4 Apropriando-se do conhecimento do inimigo: um objeto confiscado.....	132
2.5 Operação Condor: o exemplo mais completo de uma operação. O marco legal de uma operação repressiva	138
2.5.1 Algumas ações práticas da Condor	149
3 Conexões repressivas entre Argentina e Brasil: estruturas e práticas de vigilância e controle. Organização dos sistemas de informações. As parcerias entre o empresariado e a repressão	159
3.1 Estruturas repressivas na Argentina durante a última ditadura militar	161
3.2 Os aparelhos de inteligência no Brasil.....	167
3.3 Paradigma militar-formativo.....	172
3.4 A extensividade desse sistema repressivo nas empresas	180
3.4.1 A parceria empresarial militar na Argentina.....	184
3.4.2 Vínculos da repressão empresarial brasileira	190
4 Uma comunidade de informações, monitoramento da sociedade civil. O uso político e a vigilância dos Mundiais de Futebol. Estratégias de perseguições e captura entre os dois países. A comunidade de informações intercontinental. 200	
4.1 O trânsito de informações entre os órgãos de vigilância	200
4.2 A comunidade de informações intercontinental.....	211

4.3 Estratégias de perseguições e captura entre os dois países.....	217
4.4 A vigilância durante o Mundial de Futebol na Argentina.....	230
Considerações finais	238
Fontes/Arquivos visitados	247
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DIGITAIS	248
ANEXOS	267
ANEXO 1 – Poema em homenagem a uma escola pública de Buenos Aires	268
ANEXO 2 – Pesquisas elaboradas nos sites das universidades públicas e privadas na Argentina	269
ANEXO 3 – Tabela sobre teses e dissertações na Argentina	277
ANEXO 4 – Tabela sobre teses e dissertações no Brasil	278
ANEXO 5 – Fragmento do seminário do <i>National War College</i>	279
ANEXO 5.1 – Fragmento do seminário do <i>National War College</i>	280
ANEXO 6 – Charge sobre cúmplices do terrorismo de Estado Argentino.....	281
ANEXO 7 – Vigilância de argentinos que trabalham em Foz do Iguaçu	282
ANEXO 8 – Fragmento de manual KUBARK-CIA (1983) com rasuras	283
ANEXO 9 – Fragmento de manual KUBARK - CIA (1983) com rasuras	284
ANEXO 10 – SOUTH AMERICA SOUTHERN CO [15515265]	285
ANEXO 11 – Parte da Ata de criação da Operação Condor	287
ANEXO 12 – Trecho de periódico mexicano denunciando as ditaduras no Cone Sul	291
ANEXO 13 – Ação extrema de um grupo de chilenos em busca de refúgio.....	292
ANEXO 14 – A cidade do Rio de Janeiro como destino de refugiados argentinos ..	294
ANEXO 15 – Índice do Estágio de Guerra Revolucionária	295
ANEXO 16 – Prisão de brasileiro no Rio Grande do Sul.....	296
ANEXO 17 – Relação de brasileiros vigiados na argentina.....	297
ANEXO 18 – Vigilância de argentinos em Foz do Iguaçu-BR.....	298
ANEXO 19 – Denúncias de brasileiros no Chile	299
ANEXO 20 – Subvenção às organizações subversivas	301
ANEXO 21 – Documento CIA intitulado <i>Plains of Argentine</i>	302
ANEXO 22 – Operação Teseo e ações extracontinentais	303
ANEXO 23 – Vigilância de Argentinos do ERP e Montoneros no Brasil.....	305
ANEXO 24 – Vigilância de Montoneros na cidade de Santos (SP)	306

INTRODUÇÃO

... dicen que hay que matar a los padres, pero si otros lo hacen por nosotros (aboliendo la metáfora y dejándonos desnudos y literales) ya solo nos queda la eterna errancia... (PRIVIDERA, 2010)

O sonho de integração político-econômico-militar das nações latino-americanas não é recente, remonta ao século XIX, quando essas nações ainda eram colônias, como o ideário de pátria grande, conceito criado por José Francisco de San Martín y Matorras (1778-1850). Excluindo aqui possíveis anacronismos, pensamos que as nações americanas, nas últimas décadas do século XX, conseguiram em parte a concretude deste êxito: a de se unirem sob algumas pautas, uma das quais foi a feroz repressão coordenada entre os países do Cone Sul da América latina. Repressão essa contra seus próprios filhos, não contra invasores oriundos de pátrias distantes, ou contra invasores sanguinários ávidos em se apossar de nossas riquezas, ou como forma de defesa a saqueadores truculentos e insaciáveis na ânsia da pilhagem de nossos recursos naturais, técnicos ou humanos.

Assim, apresento o objeto desta pesquisa, que consistiu em aprofundar os estudos sobre articulação das estruturas de controle e vigilância existente entre o Brasil e a Argentina, assim como as práticas repressivas durante a segunda metade da década de 1970, quando estes países estavam submetidos a ditaduras.

Em que pesem as diferenças entre esses dois países, seja no percurso de seu desenvolvimento, seja na configuração de seus Estados, de seus aspectos culturais (referida aqui à sua sociabilidade) e de suas agências ou sistemas de segurança nacional, é senso comum que se integraram na transformação desses sistemas de segurança em sistemas repressivos. Outras evidências da integração desses dois países, tais como os econômicos, não serão aqui tratados, embora referenciados, à medida que as informações contribuam para o esclarecimento do tema em questão. Dessa integração a mais conhecida e analisada foi a denominada Operação Condor.

As articulações entre os países do Cone Sul¹ durante o último ciclo ditatorial, que vigorou na região na segunda metade do século XX, adquiriram ampla visibilidade com a descoberta da Operação Condor e dos documentos que compõem o Arquivo do Terror, sediado em Assunção – Paraguai. Hoje são de conhecimento acadêmico e estão razoavelmente disseminadas as informações sobre os aspectos doutrinários, as estratégias e táticas repressivas, o envolvimento do empresariado, o papel que cumpriram os militares, a centralização do poder, as medidas que fragilizaram a sociedade civil e em particular o mundo do trabalho, o desenvolvimento econômico que cada um desses países preconizou e praticou.

Ora, as evidências documentais de articulações entre o Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai, entre outros, ultrapassam os parâmetros do que têm sido delimitado pela historiografia como sendo a Condor, colocando até mesmo em questão se seu foco se restringiu à extinção dos partidos e organizações que se utilizaram da luta armada como estratégia de defesa e contraposição às ditaduras, ou se estendeu a outras operações muito similares em seu *modus operandi*, mas que atingiram outros segmentos da população que não os envolvidos ou os suspeitos de articulação com a luta armada.

Apesar do avanço dos estudos, ainda não há consenso entre os analistas sobre a sua real extensão geográfica, persecutória e/ou capilaridade e objetivos. Isso porque, as evidências encontradas nos arquivos já analisados são fragmentadas e demonstram que tal integração se estendeu para além das apontadas como Operação Condor, ou seja, aos cidadãos envolvidos direta ou indiretamente com as lutas armadas de resistência e que fizeram oposição àquelas ditaduras.

Foi na tentativa de elucidar tais aspectos que se iniciou a presente pesquisa. No entanto, a diversidade das práticas repressivas, a sua extensividade à sociedade civil e a complexidade dos sistemas repressivos existentes, em cada um dos países envolvidos na Condor, demonstraram a impossibilidade de abarcar todos esses Estados. Além disso, por mais conhecido

¹ Por Cone Sul entende-se a região austral da América Latina, que envolve os seguintes países: Argentina, parte do Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Essa região se assemelha em sua geografia a um triângulo escaleno.

que seja o tema da repressão e sua integração, é espantoso o quanto a bibliografia que trata de tais conexões é escassa.

Neste sentido, optamos, inicialmente, por centrar a análise em dois países, Brasil e Argentina, por sua influência no Cone Sul e pela intensidade das relações entre estes dois países. Outrossim, as leituras preliminares da documentação demonstraram uma grande similaridade nas transformações dos sistemas de segurança em sistemas repressivos, voltados para a “guerra contra o inimigo interno”, os quais pareciam ter se introjetado na própria constituição dos estados, brasileiro e argentino, para além de uma operação de guerra, ou seja, a Condor.

Pesou também, na escolha, as evidências das assessorias recebidas da França, seja em conexão ou não com as dos agentes norte-americanos e o papel que, desde cedo, a Argentina cumpriu na exportação de estratégias repressivas até mesmo na América Central.

Não se pretende adentrar na discussão sobre o país de origem desses esquemas, ou seja, o mentor principal da assessoria a tais repressões. Além disso, a Argentina e o Brasil, sobejamente, possuem uma relação de amizade e disputa, no entanto, parece que os tratados oficiais de amizade mais eficientes foram os firmados no âmbito do sistema repressivo ditatorial, dado que, em outros aspectos, reinam a disputa e a concorrência.

Além desses fatores apontados acima para a escolha desses dois países, ainda nos anos de 1990, quando de meus estudos de graduação em História despertei parcialmente para o tema, devido ao contato com um filme argentino “*A História Oficial*”², lançado em 1985 do diretor Luiz Puenzo, muito emblemático ao retratar a ditadura militar argentina, pois questiona as “verdades” daquela sociedade, retrata como a violência estava disseminada e como o país estava lidando com seu passado recente, enfrentando seus fantasmas e administrando a chamada justiça de transição.

² No filme, a protagonista Alicia é uma professora de história com uma visão tradicional e uma postura autoritária frente aos alunos. Este aspecto da obra permite problematizar a tensão entre a visão que o regime [ditadura militar argentina] pretendia perpetuar de si, e luta pela construção de uma outra memória. Em uma das primeiras cenas, Alicia apresenta como “argumentos pedagógicos” a rigidez e a disciplina, não tolerando debates e não permitindo outro argumento que não aquele trazido pelos livros. (MECHI, 2019, no prelo)

Essa produção cinematográfica³ pode ser vista como um retrato de uma época, pois tocou em assuntos até então desconhecidos do grande público e ao mesmo tempo tão candentes e necessários de virem à tona, colaborando para a preservação de nossa memória, ao mesmo tempo que convida o espectador a romper as barreiras da chamada história oficial. A violência retratada nesse filme é o resultado de uma construção oriunda principalmente da última ditadura Argentina (1976-1983).

O segundo momento que me motivou a sistematizar tais estudos, diz respeito a um período mais recente e envolve vários fatores: a divulgação do Relatório da Comissão Nacional da Verdade do Brasil em 2014 e a publicização de suas pesquisas sobre a ditadura militar; meu ofício como professor de História em uma escola técnica na cidade de São Paulo e as atividades desenvolvidas com a comunidade escolar pela rememoração dos 50 anos do golpe militar brasileiro em 2014, instigaram-me a aprofundar os estudos nesta área.

Países como o Brasil e a Argentina, assim como outros do Cone Sul, trilharam caminhos próximos no que diz respeito às práticas aplicadas durante seus períodos ditatoriais, em que pesem os momentos distintos (os marcos no Brasil são de 1964 a 1985 (ou 1988 se considerar a lenta democratização), e neste período da ditadura militar brasileira, a Argentina vivenciou duas ditaduras militares, a primeira intitulada Revolução Argentina entre 1966 a 1973 e a segunda nominada de Processo de Reorganização Nacional (PRN) de 1976 a 1983. Esta última foi o alvo das pesquisas aqui desenvolvidas. Ditaduras estas capitaneadas pelas respectivas burguesias autocratas⁴, vinculadas ao capital nacional e internacional. Podemos pensar que entre estes países, dada a sua

³ Acerca do papel do cinema, Barbedo (2010) explica que: “trata-se da arte a favor da consciência social – uma arte transformadora, entendida como aquela capaz de gerar reflexão acerca da vida e propiciar a autoconsciência.” O que fica mais evidente para Morettin (2004) quando de sua análise sobre cinema e história, ao esclarecer que a partir dos anos de 1970 o cinema foi incorporado ao fazer histórico, uma vez que ganhou status de objeto, dentro dos domínios da chamada História nova.

⁴ Por burguesia, entendemos o despotismo burguês pró-imperialista que toma o Estado para si e governa conforme os interesses próprios ou externos. Desta forma, mantém o desenvolvimento interno desigual ao mesmo tempo com a dominação imperialista externa. Para maiores especificidades sobre este conceito ver: CHAGAS, Rodrigo Pereira. A autocracia burguesa como estrutura histórica e a institucionalização da contrarrevolução no Brasil. 2011. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

historicidade, os tempos políticos podem ser distintos, porém os tempos repressivos são iguais.

Outro ponto que destaco na escolha por esta temática se ancora em duas características desta pesquisa. A primeira se pauta por feitos históricos transcorridos em uma temporalidade relativamente próxima a execução desta, com uma distância de apenas quatro décadas, o que amplia os desafios desta construção, haja vista os materiais que ainda estão sendo desclassificados, tal qual documentos oriundos da CIA e liberados em abril de 2019.

A segunda diz respeito à construção de argumentos sólidos que possa contrapor teoricamente a onda conservadora que se avizinha em várias partes do mundo e no Brasil nesta segunda década do século XXI, pois com ela emerge um discurso revisionista que objetiva dissimular temas como o nazismo, terrorismo de Estado, ditaduras militares, entre outros, com uma narrativa que ameniza suas práticas autoritárias ou simplesmente negando sua existência, além de questionarem a produção acadêmica e os feitos científicos até então consolidados.

No contexto dos acordos repressivos estabelecidos entre estes dois países, que engendrou o terrorismo de Estado, conforme trabalharemos neste texto, citamos uma homenagem no formato de um poema elaborado para a Argentina no início dos anos de 1970, notamos seu conteúdo idílico ao registrar algumas características deste país vizinho.

[...]Nosso irmão secular de lutas e vitórias,
Esse nobre país, essa terra imortal,
Cultua o pacifismo, as tradições e as glórias.
E exalta a fé cristã na paz continental [...] (LIMA, 1970)⁵

Assim, em que pesem as diferenças entre Brasil e Argentina, a questão que se levantou era a de verificar se eram comuns os objetivos postos nas doutrinas de segurança nacional, no *modus operandi* do sistema repressivo, na configuração do Estado ditatorial e que possibilitaram o desencadear de forma tão contundente, regular, sistemática e objetivada no âmbito da repressão entre

⁵ Documento do ano de 1970 oriundo do MRE intitulado *Argentina* e produzido em homenagem a uma escola pública na cidade de Buenos Aires chamada Brasil-Argentina – Arquivos do Itamaraty – Brasília. – Encontra-se nos anexos de número 1.

esses dois países e se isso poderia ser visto como evidências de afinidades repressivas, com métodos, táticas, objetivos em comum e bem delineados, visando cumprir as mesmas funções sociais: desestabilizar a organização da sociedade civil e abrir caminhos para a implantação de um projeto de desenvolvimento neoliberal.

A partir de tais evidências, várias questões foram sendo levantadas, à medida que adentrávamos à documentação, principalmente após ter tido acesso aos materiais existentes nos arquivos argentinos. Assim, por exemplo, tais articulações repressivas teriam ocorrido a partir de acordos informais, à revelia da ordem oficial, e se restringiriam à mera troca de informações esporádicas, conforme as necessidades que impunham as suspeições levantadas em cada um dos países? Uma espécie de escambo informativo entre “cavalheiros” e que já existia antes mesmo do período ditatorial? Ou estas articulações passaram a existir dentro do “guarda-chuva” da Condor, pois esta operação foi fundamentada em um sólido aparato técnico repressivo e ao mesmo tempo, não assumida oficialmente, como uma ação encoberta.

Mas os indícios de práticas repressivas articuladas eram tantos e tão coerentes e, ao mesmo tempo diversificados, além de extensivo à sociedade em geral, e com estratégias e táticas tão similares, desencadeadas por aparatos repressivos semelhantes, que confluíam para a existência de uma articulação maior e mais bem estruturada do que uma simples interseção casual. Ou seja, tratava-se das evidências de conexões estruturas de forma a se manterem como relações formais entre Estados, integrando sua diplomacia que passa a ser, ela também, um dos braços de um complexo repressivo, que deu aos sistemas de segurança um teor persecutório em relação às demandas sociais.

Assim, essas práticas comuns de controle e vigilância dizem respeito a uma série de procedimentos de inteligência estabelecidos entre estes dois países para fiscalizar os cidadãos indesejáveis, considerados subversivos, ou ainda considerados os “inimigos da pátria”.

A parceria estado/empresa na instalação e no desenrolar dos governos ditatoriais que assolaram a região na segunda metade do século XX, em particular o empresariado vinculado aos setores multinacionais, assim como os auxílios recebidos do exterior, permitiram a instauração de uma agenda política repressiva que impactaria toda a sociedade. A reestruturação produtiva e a

oligopolização do capital financeiro possibilitaram a “modernização conservadora”, nos limites das demandas do capital internacional e do aprofundamento do caráter subordinado da economia brasileira e argentina.

Modernização excludente que continha uma dupla violência: a econômico-social, inerente ao capital atrofico, excluindo dos benefícios produzidos os próprios produtores diretos da riqueza nacional e a violência jurídico-política, transmutada em força produtiva, arrochando os salários, reprimindo e cercando a liberdade, a organização e a movimentação política do trabalho em nosso país (RAGO FILHO, 2008, p. 14). Em particular os trabalhadores, os quais era necessário controlar, impedir a organização, sufocar os sindicatos combativos, criminalizar seus líderes, criando desta forma uma classe laboral ordeira, receosa e fragmentada do ponto de vista de suas reivindicações trabalhistas.

Delimitamos por modernização conservadora o fenômeno ocorrido nas sociedades capitalistas que sofreram grande impulso em sua organização produtiva e urbana após a segunda Guerra Mundial (1945). Nessas sociedades, e aqui nos referimos principalmente a alguns países da América Latina, ocorreu um rearranjo para alguns setores sociais, pois se viram diante de ofertas de bens de consumo, ampliaram o acesso às escolas em seus diversos níveis, aos serviços de saúde, ampliaram sua renda, alcançaram certos patamares de consumo, adquiriram. Portanto, adquiriram um status de uma plena cidadania democrática, passaram a ser considerados socialmente cidadãos pertencentes aos estratos “médios”, muitos destes viviam nas cidades que se avolumavam e cresciam graças à dinâmica do espraiamento das instalações de indústrias e toda sua estrutura. Nestas cidades, passaram a ter a disponibilidade de meios de transporte e comunicação, enfim se modernizaram ao possuírem acesso aos bens materiais construídos pelas sociedades capitalistas ocidentais.

Contudo, e simultaneamente a este “avanço” de uma parcela da sociedade beneficiada por estas benesses, uma outra fatia da sociedade será excluída desses bens, não terá acesso ao que é básico em uma sociedade dita moderna, ficará com as migalhas e será distanciada das possibilidades de acesso aos bens materiais distribuídos à pequena parcela de indivíduos. Ao mesmo tempo em que ocorre uma modernização, mantém-se vigente as

mesmas estruturas que geram uma sociedade extremamente assimétrica e desigual (FIGUEIRA, 2012). Podemos notar pelas análises de Cotrim (2015), ao refletir sobre as contradições e os limites do “desenvolvimento” daquele modelo capitalista:

O desenvolvimento latino-americano, que não é homogêneo, tem se mostrado sempre mais favorável ao polo específico das forças do capital, e ao contrário quando se trata dos setores populares. (COTRIM, 2015)

Uma vez em prática estas medidas citadas, o capital internacional, no caso do Brasil, se viu confiante em investir suas divisas em países cuja classe trabalhadora estivesse suficientemente cooptada pelo Estado para que não representasse perigo para as suas inversões. Além disso, esse mesmo capital internacional se viu com total liberdade para transferir seus lucros obtidos nestes países da América Latina para as suas matrizes no hemisfério norte, e isso graças ao combate e à luta pela revogação das seguintes leis: Leis de remessas de Lucros no Brasil e o cancelamento da *Ley de Inversiones Externas* na Argentina.

Outro fator social que impulsionou a chegada de militares no poder, foram as organizações de grupos de extrema direita que surgiram ao longo do século XX e beberam do ódio anticomunista presente no mundo ocidental a partir da Revolução Russa de 1917 e ganharam maior notoriedade após a Revolução Cubana (1959), no âmbito da Guerra Fria (PATTO, 2002).

A título de esclarecimento, considerando as diferenças na correlação de forças na dinâmica histórica dos dois países, tomamos de Bohoslavshy (2010) a definição de direita como grupos que se articulam de forma

[...] Uma liberal de espírito empresarial e favorável a uma maior proximidade com o EUA e outra direita antiliberal e nacionalista, mais autoritária e promotora de modelos mais autárquicos de crescimento econômico”. (BOHOSLAVSHY, 2010, p. 23, tradução nossa⁶)

⁶ [...] una liberal, de espíritu empresarial y favorable a una mayor cercanía con Estados Unidos, y otra derecha antiliberal y nacionalista, más autoritaria y promotora de modelos más autárquicos de crecimiento económico” (BOHOSLAVSHY, 2010, p. 23)

Segundo pesquisas de Patto (2002), os grupos e movimentos anticomunistas se organizam sistematicamente, se reconstróem e se reapropriam do sentimento anticomunista em diferentes momentos históricos.

No Brasil, por exemplo, o discurso anticomunista foi largamente utilizado desde os idos de 1930, reiterado para justificar o Golpe de Estado de 1937 deflagrado por Getúlio Vargas, passando pelos anos de 1960 e também a disseminação de todo um arcabouço propagandístico contrário às ideias comunistas, tal qual a Cruzada Brasileira Anticomunista, fundada em 1952 e a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), fundada em 1960 por Plínio Correa de Oliveira. Por sua vez, na Argentina, a repressão estatal aos denominados comunistas, que se mescla com a perseguição liderada pelos grupos nacionalistas de extrema direita, é mais acentuada pela força social que tais grupos vão adquirindo ao longo da primeira metade do século XX⁷. Mas, conforme observa Cantera (2016), a maior parte da historiografia, nega a existência de tais repressões ao inimigo comunista.

Outros autores, continua ela, não dão ênfase a estas evidências, preocupados que ficaram em buscar as raízes do autoritarismo argentino. Uma terceira tendência considera que tais perseguições não foram objeto específico do Estado e dos grupos de direita, dado que seu alvo eram desde os católicos, os judeus, os imigrantes e, por vezes, o próprio Estado.⁸ Durante os governos seguintes, considerados liberais conservadores (Justo, Ortiz, Castillo), foram ampliados os mecanismos para essa repressão como o uso da Ley de Residencia – nº 4144) para promover deportações contra espanhóis fugidos da Guerra Civil espanhola e, por serem antifascistas, eram considerados vermelhos.

Para essa autora, o órgão estatal responsável para levar a cabo tal política foi a Seção Especial de Repressão contra o Comunismo (SERCC), que, criada

⁷ Como exemplo, a União Cívica, A Comissão Popular Argentina Contra o Comunismo (CPACC), os periódicos Crisol e o Bandeira Argentina, a Aliança Nacionalista Argentina que se converte na *Afirmación de Una Nueva Argentina* (ADUNA) em 1937. (CANTERA, Mercedes F. López. El anticomunismo argentino entre 1930 y 1943. *Los orígenes de la construcción de un enemigo*. *The International Newsletter of Communist Studies* XXII/XXIII (2016/17), nº 29-30, p.76. Disponível em: <https://www.academia.edu/.../El_anticomunismo_argentino_entre_1930_y_1943._Los_orígenes_de_la_construcción_de_un_enemigo>. Acesso em: 19 nov. 2019.

⁸ CANTERA, op. cit., p. 71.

em 1931, no governo de do presidente José Félix Uriburu (1930-1932), integrou a Seccional de Ordem Política (SOP), cuja existência data de 1910.

As transformações sociais ocorridas na década de 1950, dadas políticas desenvolvimentistas, em que pesem as especificidades de cada um dos dois países, subsumiram o ideário da perseguição aos comunistas às rápidas transformações sociais. A urbanização e o crescimento das classes médias consolidam um novo estilo de vida, a da chamada sociedade de massas e as aparentes liberdades democráticas oportunizam a ampliação dos debates sobre as perspectivas da sociedade, do advento de novos tempos, novas oportunidades, configurando-se os “anos dourados”⁹. Também na Argentina essa década, até os anos de 1969 (nossas utopias se encerram em 1964), foi marcada por transformações culturais nas classes médias em crescimento

e o advento de novas questões teóricas e realinhamentos políticos baseados em novas questões conjunturais, caracterizou-se por uma profunda renovação do campo político e intelectual. (GALVÁN, 2012, tradução nossa)¹⁰

No Brasil, as tensões geradas pela renúncia de Jânio Quadros à presidência da república em agosto de 1960 e a desconfiança que os grupos conservadores mantinham em relação ao vice-presidente João Goulart, associando-o aos governos comunistas de então, como a URSS e a China, mantiveram aceso o ideário anticomunista, unificando os segmentos que consideravam a necessidade do fortalecimento do poder central com a ajuda de militares (OLIVEIRA, 2008)¹¹. Na Argentina, conforme Galván (2012)¹², o nacionalismo argentino

⁹ VILLELA, André. Dos “Anos Dourados” de JK à Crise não resolvida (1956-1963). In GIAMBIAGI, Fabio et al. *Economia Brasileira Contemporânea: 1945-2010*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

¹⁰ y el advenimiento de novedosas preguntas teóricas y realineamientos políticos en base a nuevas cuestiones coyunturales, se caracterizó por una renovación profunda del campo político e intelectual. GALVÁN, María Valeria. Los hombres del imaginario nacionalista: representaciones de la masculinidad en publicaciones periódicas nacionalistas de derecha argentinas durante la larga década del sesenta (1956-1969). *História*, Franca, v. 31, n. 2, p. 277-309. Dec. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742012000200013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31 jul. 2019.

¹¹ OLIVEIRA, Nilo Dias de. A vigilância da DOPS-SP às Forças Armadas: (Brasil - década de 1950) - sistema repressivo num Estado de natureza autocrática. 2008. 313 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

¹² GALVÁN, María Valeria. Los hombres del imaginario nacionalista: representaciones de la masculinidad en publicaciones periódicas nacionalistas de derecha argentinas durante la larga década del sesenta (1956-1969). *História*, Franca, v. 31, n. 2, p. 277-309, Dec. 2012. Disponível

Tipicamente definido pela historiografia como autoritário, católico, corporativista, antiliberal, anti-imperialista, anticomunista, revisionista, antisemita e violento, se caracterizou durante a década de sessenta por uma proximidade gradual com as massas políticas a partir de seus vínculos com o peronismo. Ao mesmo tempo, a "nacionalização" generalizada da política argentina instou o nacionalismo de direita ao definir os limites de sua identidade política (NAVARRO GERASSI, 1968; SPEKTOROWSKI, 1990; BUCHRUCKER, 1999; FINCHELSTEIN, 2002, 2008, 2010; LVOVICH, 2003, 2006; MCGEE DEUTSCH, 2005; DEVOTO, 2006; GALVÁN, 2008, 2012; GOEBEL, 2011 apud GALVÁN, 2012, p. 278, tradução nossa¹³)

Após a queda de Perón em 1955, numerosos partidos políticos atravessaram profundas mudanças em suas identidades e ideários de seus programas e, continua a autora e, dentre esses, destacou-se o nacionalismo de direita.

No Brasil, os principais grupos criados no contexto dos anos de 1950 e 1960, com o intuito de alavancar um ideário anticomunista encontra-se em PATTO (2002)¹⁴, que destaca algumas características que moldaram essa “segunda onda” anticomunista no início dos anos de 1960, com a repaginação do olhar sobre os cidadãos ou grupos classificados como comunistas. Nesse período, o comunista não era mais associado ao sentimento antisemita, como o fora nos anos de 1930, e sim ao mundo soviético, em decorrência das recentes transformações pelas quais passava Cuba e ao receio da mobilização popular.

em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742012000200013&lng=en&nrm=iso. Acesso: em 31 jul. 2019.

¹³ Tipicamente definido por la historiografía como autoritario, católico, corporativista, antiliberal, antiimperialista, anticomunista, revisionista, antisemita y violento, se caracterizó durante la década del sesenta por un acercamiento gradual a las masas políticas a partir de sus vínculos con el peronismo. Al mismo tiempo, la "nacionalización" generalizada de la política argentina urgió al nacionalismo de derecha a definir los límites de su identidad política. (NAVARRO GERASSI, 1968; SPEKTOROWSKI, 1990; BUCHRUCKER, 1999; FINCHELSTEIN, 2002, 2008, 2010; LVOVICH, 2003, 2006; MCGEE DEUTSCH, 2005; DEVOTO, 2006; GALVÁN, 2008, 2012; GOEBEL, 2011 apud GALVÁN, 2012, p. 278)

¹⁴ Em ordem alfabética os principais grupos elencados nesta pesquisa: Centro Brasileiro da Europa Livre, Centro Cívico do Brasil, Cruzada Brasileira Anticomunista, Cruzada Cristã Anticomunista, Família e Propriedade, Grupo de Ação Patriótica, Liga Cristã contra o Comunismo, Liga da Defesa Nacional, Liga Feminina Anticomunista, Movimento Democrático Brasileiro, Mobilização Democrática Mineira, Movimento por um Mundo Cristão, Movimento Patrulha da Democracia, Rearmamento Moral, Resistência Democrática dos Trabalhadores Livres, Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, União Feminina Anticomunista, Voluntários da Pátria para a Defesa do Brasil Cristão, e a dupla com mais reconhecimento pela historiografia; Instituto Brasileiro de Ação Democrática, Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, também nasceram neste contexto, conforme veremos mais adiante.

Estes grupos mantinham uma pauta já conhecida, como a defesa da liberdade, da propriedade, da religião e moral cristã, da família e seus bons costumes. Enfim, do ideário que compõe o homem ocidental e suas denúncias acerca do comunismo dizia e diz respeito da associação deste à degeneração moral, como representantes do mal, do diabólico, do anticristão, da violência, da doença, além de apontarem o comunismo como frágil economicamente e débil no âmbito social, toda uma carga negativa que fora construída historicamente ao longo do século XX e impingido a esta corrente política.

Na Argentina, segundo estudos do já citado Bohoslavsky (2016), os grupos anticomunistas também se organizaram nesse período tal qual o *Movimiento Nacionalista Tacuara*, que irá criar a Triple “A” (1973 -1976) e também os movimentos intitulados *Guardia Restauradora Nacionalista* e *Liga Nacional Contrarrevolucionária* e *Federación Argentina de Entidades Democráticas Anticomunistas* (FAEDA). A informação a seguir, de um periódico argentino, representa esse ideário anticomunista os anos de 1960.

Um entre muitos exemplos que poderiam ser fornecidos. Uma organização anticomunista argentina advertiu, através de pedidos publicados em vários jornais matutinos em Buenos Aires, que: "Uma sinistra conspiração paira sobre a pátria. Uma organização internacional e nacional se reuniu no país, fingindo destruir nosso sistema de vida e nossa civilização. Eles aspiram substituí-los pelo sistema de escravidão do mundo vermelho: desse mundo de terror e ignomínia. (La Nación, 10/oct/1965, 17 apud BOHOSLAVSKY, 2016, tradução nossa¹⁵)

Os militares, por sua vez, se colocaram em uma tradição positivista já arraigada na América Latina desde o século XIX, na qual competia a eles o controle da condução política destes países. Lembremo-nos da implantação da República no Brasil, processo conduzido por militares, bem como os seis golpes militares pelos quais passou a Argentina no século XX.

Assim, o sistema repressivo implementado nestes países não deve ser visto como um fenômeno isolado, pontual, que se organizou momentaneamente

¹⁵ Uno entre tantos ejemplos que podrían brindarse. Una organización anticomunista argentina advertía, a través de solicitudes publicadas en varios matutinos de Buenos Aires, que: “Una siniestra confabulación se ciernen sobre la Patria. Una organización internacional y nacional se ha dado cita en el país pretendiendo destruir nuestro sistema de vida y nuestra civilización. Aspiran a reemplazarlos por el sistema de esclavitud del mundo rojo: de ese mundo del terror y de ignominia” (La Nación, 10/oct/1965, 17 apud BOHOSLAVSKY, 2016)

e com claros objetivos de reprimir os cidadãos que se colocaram contrários aos desmandos das forças ditatoriais. Tais forças repressivas representam uma constante na história recente da América Latina ao longo do século XX e, no caso dos países aqui analisados, a intensa participação de segmentos da sociedade civil já era notória em fins da década de 1950.

A historiografia que versa sobre os fundamentos da ruptura da ordem política no Brasil, em 1964, que gerou a instalação da ditadura é diversa e depende, não apenas do olhar dos autores e seus vínculos teóricos, mas também do período e da época em que foram produzidas as análises sobre determinados fatos, como observa-se em Delgado (2004):

[...] o processo histórico que marcou a trajetória republicana brasileira nos anos de 1964 tem sido objeto de inúmeras interpretações, ora divergentes, ora complementares. Mas, com certeza, nenhuma delas foi elaborada sem sofrer influência das teorias ou concepções hegemônicas no período em que foi produzida. (DELGADO, 2004, p.16)

Aqui não serão analisadas detidamente as diversas interpretações sobre o golpe de 1964 levantadas por Delgado (2004)¹⁶, apenas brevemente situadas. A primeira, segundo a autora, aglutina as interpretações estruturalistas e funcionais que levaram em conta, entre outros, os problemas resultantes de nosso subdesenvolvimento e modelo de industrialização aqui aplicado. A segunda pauta-se no caráter preventivo das intervenções militares, o que gerou a chamada contrarrevolução preventiva. Uma terceira ótica trabalha com a versão conspiratória, ou seja, foi engendrada para atender os interesses de setores do empresariado nacional e internacional, alas da igreja católica, latifundiários, alguns partidos políticos e setores das forças armadas fiéis à Escola Superior de Guerra (ESG). E, por último, situam-se as análises conjunturais que lidam com as hipóteses de o golpe ser oriundo de uma crise política resultante de uma instabilidade governamental e de uma radicalização ideológica.

¹⁶ Para maiores explicações sobre análises historiográficas do golpe de 1964, vide os escritos de Lucilia de Almeida Neves Delgado (2004), intitulado 1964: Temporalidade e Interpretações, publicado no livro “O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)”.

Dentre as diversas interpretações para esse golpe militar, posiciono-me naquela que o observa como resultado de interesses classistas, tanto do grande capital nacional como internacional cujos visíveis interesses econômicos permearam estas mudanças, o que aqui chamamos de bonapartismo burguês (RAGO FILHO, 1998).

A partir desse olhar, um caminho que colabora para o entendimento sobre a gênese de forças repressivas será o de nos reportarmos brevemente à construção do sistema capitalista nesses países, referindo à sua condição de tardiedade, atrofia e conservadorismo que geraram uma modernização conservadora (CHASIN; FERNANDES, 2006), dentro da divisão internacional do trabalho, na qual os países aqui estudados tendem a reproduzir as desigualdades e a subalternidade diante das economias centrais.

A citação a seguir nos traz um dos direcionamentos para a aplicabilidade do projeto de tomada de poder por parte dos militares no Brasil:

A história do pós-64 é, pela força de Bonaparte, o aprofundamento das tendências que já estavam anunciadas e que já estavam dadas, de certa forma, pela configuração estrutural da própria economia, isto é, pelo tripé que se havia formado. A política econômica pós-64 vai ser, de um lado, a busca incessante de consolidar e aperfeiçoar, e sedimentar de forma mais acabada, os contornos de um controle monopolístico da economia brasileira, ao nível das forças produtivas e, de outro lado, dando novos saltos no processo de acumulação, estabelecendo uma nova relação do tripé com as classes sociais dominadas (OLIVEIRA, 1977, p. 120).

A particularidade desse desenvolvimento, assim posto, é impeditiva da efetivação do movimento ocorrido na Europa após a implantação do liberalismo, cujo desenvolvimento do capitalismo resultou em melhoria das condições de vida da população, diminuindo gradualmente o estado de miserabilidade verificado no seu início e até o século XIX, o que é comprovado pela denominada *Curva de Gini* (WALLERSTEIN, 1974). Nos países com as características indicadas acima, observa-se que a “curva de *Gini*” não se verifica, pelo contrário, modernização não implica diminuição das desigualdades profundas entre as classes, como já analisado pelos autores:

Para o capitalismo selvagem ou atrofico, segundo Florestan e Chasin, e ante a debilidade da burguesia em administrar os conflitos de classe – fruto da sua dinâmica de instauração de concentração do capital, o Estado soube garantir tais interesses de classe, através dos seus aparatos coercitivos que garantiam a repressão às classes subalternas. Nesse sentido, o discurso democrático das autoridades não correspondia com sua atuação própria, pois a truculência policial e a não observância da lei, o desrespeito às conquistas e avanços da classe trabalhadora, caracterizavam os limites do capitalismo brasileiro, devido à incompletude da sua burguesia. (OLIVEIRA, 2013, p. 92; ORTIZ, 2013¹⁷)

Ou seja, o Estado aparenta estar distante dos interesses classistas, como se fosse neutro nos interesses divergentes que pululam nas sociedades de classe, como se estivesse defendendo o interesse da nação como um todo na condição de um juiz imparcial e não de alguns setores (ASSUNÇÃO, 2008; SARRABAYROUSE OLIVEIRA, 2011)¹⁸.

A citação abaixo exemplifica esta situação na Argentina, ao demonstrar as táticas utilizadas por determinada classe social para manter-se no poder ou retomá-lo, como foi o caso:

Quando os grupos economicamente poderosos do país perderam a capacidade de controlar o sistema político e ganhar as eleições – o que se deu com o surgimento do radicalismo e se aprofundou com o peronismo, as Forças Armadas, em especial o Exército, passaram a ser consideradas um meio para alcançar o governo, através de quarteladas. (CALVEIRO, 2013, p. 24-25)

Mas a dita imparcialidade que é propalada pelos mecanismos de atuação deste Estado é pura ficção e não condiz com a realidade observada em nosso processo histórico, cujo bonapartismo é imposto para a defesa dos interesses das classes abastadas economicamente. Conforme análise de Florestan, durante a ditadura:

¹⁷ ORTIZ, Sebastián, Desarrollo del conflicto al interior de la burguesía en la Argentina entre los años 1949 y 1955, a partir de los alineamientos en torno a las políticas económicas implementadas por el gobierno peronista. Tesis doctorado. AR:UBA, 2013.

¹⁸ SARRABAYROUSE OLIVEIRA, María José. Poder judicial y dictadura: el caso de la Morgue Judicial. 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Puerto; Buenos Aires: Centro de Estudios Legales y Sociales - CELS, 2011. Disponível em: <<https://www.cels.org.ar/web/wp-content/uploads/2016/.../Poder-judicial-y-dictadura.pdf>>. Acesso em : 30 de maio de 2018.

A burguesia mostrou as verdadeiras entranhas, reagindo de maneira predominantemente reacionária e ultraconservadora, dentro da melhor tradição do mandonismo oligárquico (que nos sirva de exemplo o tratamento das greves operárias na década de 1910), em São Paulo, como puras “questões de polícia”, ou quase meio século depois, a repressão às aspirações democráticas das massas. (FERNANDES, 2006, p. 242)

Nota-se, dentro dessa lógica repressiva, o papel do Estado como detentor da violência e na ordem liberal e, conforme seus teóricos, este possui o monopólio da força:

[...] considera-se o uso da força hoje como legítimo, apenas na medida que é permitido pelo Estado ou prescrito por ele. Assim resta ao pai o direito de punir seus filhos, algo que subsiste de uma alteridade de certa época própria de cabeça do lar, que dispunha da vida de filhos e escravos. Esta reivindicação do estado moderno de monopolizar o uso da força é uma marca distintiva tão essencial a ele como seu aspecto de jurisdição compulsória de organização contínua. (HOBBS, 2008, p. 106)

No contexto aqui analisado, não se trata do uso da força nos termos da legalidade proferida pelo teórico, mas do abuso do uso de tais poderes, pois a violência institucional refere-se ao uso de uma forma desproporcional de poder com seus mecanismos burocráticos, perspicazes e bélicos, atrelados a um sistema de inteligência apto a perseguir, controlar, prender, punir e exterminar a vida dos cidadãos, que deveriam ser protegidos pelo Estado, mas que em um período classificado como de exceção, este mesmo Estado irá aplicar a força, monopolizar a violência e instalar o terror. Conforme Gimenez-Welsh (2018), teoricamente, o conceito de inteligência:

desagrega em três dimensões: 1) inteligência militar com funções específicas e próprias da Defesa Nacional, ancorada em um marco legal definido constitucionalmente; 2) Inteligência interna, cujas ações devem realizar-se no marco do Estado de direito e respeito às liberdades civis, os direitos humanos e as garantias constitucionais. Neste âmbito, a instituição deve submeter-se a vigilância e a supervisão; e 3) “a informação em si não constitui inteligência [...] para que seja requerida, há que

se ser avaliada [...] proporciona técnicas que estruturam nossos processos (GIMATE-WELSH, 2018¹⁹, p. 165, tradução nossa²⁰)

A Argentina e o Brasil, no contexto das ditaduras, construíram uma ampla gama de inimigos espectrais, no caso, seriam os cidadãos que possuíam uma militância dentro de partidos políticos de orientação, não apenas de esquerda, mas de centro; os movimentos sociais e estudantis; artistas e intelectuais atrelados ou considerados alinhados às chamadas ideologias de esquerda também seriam alvo deste enquadramento; aqueles que atuavam em organizações sindicais combativas e, como não poderia se furtar destas perseguições, as classes trabalhadoras seriam tremendamente perseguidas.

Esses grupos seriam, portanto, classificados como inimigos nacionais e mais conhecidos na historiografia como inimigos internos, uma vez que vigiam nestes países as Doutrinas de Segurança Nacional (DSN) e as práticas da Guerra de Baixa Intensidade ou também chamadas de Doutrinas de Guerra Revolucionária (DGR), ambas pautadas pela lógica da Guerra Fria com aval dos Estados Unidos da América, influência teórica francesa e a chancela das elites locais.

É emblemática a frase do militar argentino Ibérico Saint Jean proferida em 1976, dentro do contexto do golpe de Estado deste mesmo país, quando vaticina: "Primeiro, vamos matar todos os subversivos; depois os seus colaboradores; depois os simpatizantes; depois os indiferentes e por último, os tímidos"²¹ (SPITTA, 1993). Essa frase sinalizava o programa repressivo que já estava em curso na Argentina daqueles anos e que estava sendo gestado desde o governo de Perón-Perón²² de 1973 a 1976 (RIBEIRO, 2011).

¹⁹ GIMATE-WELSH, Adrián S., *Nueva Época - Revista del Instituto de Ciencias Jurídicas de Puebla*, México. vol. 12, no. 42, p. 161-188, julio - diciembre de 2018.

²⁰ desagrega em tres dimensiones: 1) inteligencia militar con funciones específicas y propias de la Defensa Nacional, anclada en un marco legal definido constitucionalmente; 2) Inteligencia interna, cuyas acciones deben realizarse en el marco del Estado de derecho y respeto de las libertades civiles, los derechos humanos y las garantías constitucionales. En este ámbito, la institución debe someterse a la vigilancia y la supervisión; y 3) "la información en sí no constituye inteligencia [...] para que lo sea requiere que sea evaluada [...] proporciona técnicas que estructuran nuestros procesos.

²¹ "Primero, vamos a matar a todos los subversivos; después a sus colaboradores; después a los simpatizantes; después a los indiferentes y, por último, a los tímidos". (SPITTA, 1993)

²² Refiro-me aqui ao governo de Juan Domingo Perón e de sua terceira e última esposa Maria Estela Martinez de Perón, mais conhecida como Isabelita, que configurou a dupla intitulada pelos próprios em Perón-Perón.

Conforme já analisado pela historiografia, alinha-se tal perseguição às diretrizes das Doutrinas de Segurança Nacional (sobre o que nos detemos mais à frente), segundo as quais, indivíduos que supostamente cometeram algum crime contra a sociedade ou o Estado não deveriam ser vistos como pessoas, portadoras de direitos em uma sociedade democrática, ao contrário: deveriam ter seu status de cidadão neutralizado. Vistos como párias deveriam ser eliminados sumariamente à revelia de qualquer procedimento judicial. Esses indivíduos deveriam ser punidos pelo perigo que supostamente representavam e não propriamente pelo que fizeram.

Tais ideias continuam em discussão na atualidade e, a título de exemplo, cito o jurista alemão Günther Jakobs, que cunhou o conceito de *Direito Penal do Inimigo*, segundo o qual, pode-se prender o chamado “inimigo” (aquele que pode ameaçar a ordem vigente), mesmo antes deste ter cometido algum “crime”, demonizando-o de forma a enquadrá-lo como delinquente e extirpando-o do convívio social como uma forma de antever o problema e evitar maiores danos à “sociedade” (JAKOBS, 2015). Ocorre, assim, uma supressão do princípio da legalidade fixado pelos preceitos internacionais.

Conforme esse jurista, um indivíduo que não admite entrar em um estado de cidadania não pode participar dos benefícios do conceito de pessoa” (BARBERO, 2003; JAKOBS, 2015, P. 35; PAULINO E BATISTA, 2015)²³.

Segundo essa lógica, a letra da lei *stricto sensu* fica subordinada a fundamentos da legalidade, ou seja, à sua juridicidade. A legalidade pressupõe o julgamento do fato de acordo com o que está explicitamente autorizado pela letra da lei, independente de seus preceitos fundantes, muitas vezes situados em códigos muito anteriores. Já a juridicidade diz respeito à hermenêutica, ou seja, à interpretação desses preceitos legais, assim as decisões sobre as penalidades incorporam, para além da literalidade da lei, a interpretação do juiz.

²³ BARBERO, Héctor y GODOY, Guadalupe. La configuración del enemigo interno como parte del esquema represivo argentino. Décadas de 1950 – 1960. *Cuaderno de Trabajo* Departamento de Derechos Humanos, nº 55, Centro Cultural de la Cooperación, Ar: Buenos Aires, 2003. Disponível em: <<https://www.centrocultural.coop/file/177/download?token>>; ou: PAULINO, Andrea de Souza Silva e BATISTA, Gustavo Barbosa de Mesquita. O conceito penal do inimigo durante a ditadura militar brasileira. *Acta Semiótica et Linguística*, v. 20, nº 2, 2015. Disponível em: <www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/actas/article/download/27994/15031>. Acesso em: 20 de maio de 2019.

Nessa lógica, o sentido da lei pode ser ampliado, abarcando o direito de ser utilizado para legitimar as práticas dos que conduzem coercitivamente o Estado. Ocorre assim um contorcionismo jurídico e uma reinterpretação da lei em benefício de alguns e de forma a punir outros. Portanto, criam-se dispositivos que dão uma conotação legal às práticas ilegais.

São vários os aspectos abordados sobre o princípio da juridicidade, diz-se que este não se limita ao que é apenas apregoado pela lei, pois é influenciado pelo ordenamento jurídico e, desta forma, incorpora os costumes, a ética e a eficiência existentes no universo do direito e da sociedade. Sendo assim na administração pública esta amplitude possibilita

“subverter” a legalidade e a dicotomia entre validade e invalidade, pois mesmo não sendo tais atos formais sob a perspectiva estrita da legalidade (razão pela qual seriam ilícitos e inválidos pelo paradigma da legalidade), são merecedores de consideração pela simples existência, a qual é capaz de lhes conferir validade jurídica, a despeito da ilegalidade formal. (FERNANDES; FERNANDES, 2013)

Em tempos de hegemonia das forças armadas, a juridicidade militar torna-se uma prática entranhada na lógica de funcionamento do Estado e as ações truculentas de agentes policiais não são consideradas transgressões, mas sim o cumprimento das normas (MATTTOS, 2016).

Dentro desta lógica, as forças militares se colocam em uma condição como se estivessem acima dos conflitos sociais, como juízes aptos a sanar uma convulsão social iminente, tanto no Brasil em 1964 como na Argentina em 1976, quando as forças militares tomam o poder.

As classes e os estratos de classe burgueses patrocinaram e estão patrocinando, portanto, um intervencionismo estatal *sui generis*. Controlado em última instância pela iniciativa privada, ele se abre, em um polo, na direção de um capitalismo dirigido pelo Estado, e, em outro na direção de um Estado autoritário. Ambas as noções são ambíguas. Contudo, elas traduzem uma realidade concreta. O Estado adquire estruturas e funções capitalistas, avançando, através delas, pelo terreno do despotismo político, não para servir aos interesses “gerais” ou “reais” da nação (...). Porém, para satisfazer o consenso burguês, do qual se tornou instrumental. (FERNANDES, 2006, p. 402)

Isso posto, a chegada dos militares ao poder por intermédio de golpes de Estado, o que caracterizou, segundo eles, uma contrarrevolução, adveio, na verdade, para garantir os interesses econômicos de uma determinada classe social, e não para sanar eventuais distúrbios morais como apregoavam na época, bem como garantir uma classe trabalhadora ordeira e obediente aos desígnios jurídicos implementados.

A perspectiva analítica adotada nesta pesquisa – que captou informações contidas em documentos produzidos por diferentes agentes do Estado vinculados ou não aos sistemas repressivos – possui como preocupação fundante:

garantir o respeito à integralidade ontológica do objeto em análise e seus indícios reconhecidos objetivamente e em sua posição relativa no conjunto das informações constantes de outros documentos congêneres, além de correlativamente aos graus de maturação das categorias selecionadas para análise, suscetíveis de intensificação ou desatualização para a devassa analítica – a resolução do complexo problemático do conhecimento (CHASIN, 1995, p. 516, apud SOUZA, 2004, p. 8)

Conforme as palavras desse autor, “Não há guias, mapas ou expedientes que pavimentem a caminhada, ou pontos de partida ideais previamente estabelecidos” (CHASIN, 1995, p.516). E ainda:

O rumo só está inscrito na própria coisa e o roteiro da viagem só é visível, olhando para trás, do cimo luminoso, quando, a rigor, já não tem serventia, nem mesmo para outras jornadas, a não ser como cintilação evanescente, tanto mais esquiva ou enganosa quanto mais à risca for perseguida, exatamente porque é a luminosidade específica de um objeto específico [...] (CHASIN, apud CHASIN, 1995²⁴, p. 516)

Em complementação às explicações sobre o tratamento metodológico, encontra-se em Grespan (2006) o questionamento do excesso de formalismo quanto aos métodos da disciplina História e das ditas verdades absolutas e universais, pois os documentos explicitam para além das interpretações de seus autores, uma dada concretude social, uma vez que sua elaboração está

²⁴ CHASIN, J. Marx. Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica (posfácio), in: CHASIN, J. *Pensando com Marx, uma leitura crítica comentada de O' Capital*. São Paulo: Ed. Ensaio, 1995.

intrinsecamente enraizada no contexto das condições políticas e materiais do período histórico no qual foram elaborados.

Tal perspectiva em muito nos auxilia, dado que presente caso, trata de documentos oficiais – como leis, decretos, atas, memorandos, manuais, relatórios, ofícios, pedidos de busca etc. – produzidos com a expressa intencionalidade de acusação de crimes ideológicos. Segundo Maingueneau (1987, 1996, 1997 apud VITALE, 2018, p. 54, tradução nossa), considera-se que são documentos produzidos por uma “comunidade discursiva”, ou seja, “um grupo ou organização que em seu interior são produzidos e gerados os textos que dependem de uma formação discursiva”. Em outras palavras, busca-se caracterizar o antiethos das comunidades discursivas expressas nos documentos gerados pelas forças ditatoriais em antagonismo com o ethos social expresso pelos princípios dos direitos humanos.

Neste sentido, não há como desconsiderar que serão aqui analisados, como evidências de uma dada realidade, as práticas, as vigilâncias e os controles repressivos. Os passos dessa analítica podem ser configurados em três parâmetros fundamentais: (1) objetivação das categorias analíticas, ou seja, identificação dos conceitos mais recorrentes na estrutura discursiva; (2) identificação do sentido que possuem no conjunto das circunstâncias a que se referem e às quais pertencem e (3) a identificação da posição relativa que ocupa na dinâmica histórica em curso e seu grau de interferência – se condicionante, determinante ou circunstancial.

Os documentos levantados foram organizados por temáticas e classificados conforme a incidência com que eram referidas, visando elucidar a lógica que funda os argumentos e definem as práticas, sejam elas expressas por agentes diretamente envolvidos nas vigilâncias e/ou repressão, sejam as que constam dos discursos de adidos²⁵, militares de alta patente, e demais funcionários vinculados às instâncias diplomáticas e que forma a comunidade discursiva.

O cotejamento das similitudes dos conceitos e fundamentos que emergem com a categorização das informações encontradas em ofícios –boletins

²⁵ A especificação desta função encontra-se no site: Planalto do Governo Brasileiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8654.htm>. Acesso em 24 jun. 2019.

relatórios etc. que tramitaram entre os dois países, assim como das práticas e dos respaldos legais encontrados – possibilitou observar as condutas repressivas em conexão. Esses documentos representam uma ordem discursiva e oficial, portanto requerem do historiador uma atenção maior na decodificação de sua historicidade bem como das nuances que contêm.

Considerando o objeto desta pesquisa, analisam-se diversos documentos recolhidos nos arquivos visitados, ou seja, memorandos, ofícios, direcionamentos, informes, manuais, apresentam os nexos que expressam o corpo teórico das táticas repressivas, vigilância, formas de controle implementadas no Cone Sul no período histórico em tela.

Refiro-me, no Brasil, ao Arquivo Nacional, ao Arquivo do Exército sediado no Palácio Duque de Caxias, ambos na cidade do Rio de Janeiro; ao do Itamaraty em Brasília; em São Paulo, ao Arquivo Público do Estado, além dos documentos desclassificados pela CIA e disponibilizados em sites oficiais dessa instituição.

No Arquivo Nacional, a consulta se restringiu à documentação dos órgãos de informação da ditadura, organizada nos acervos da *Comissão Geral de Investigações* (CGI) com o código BR DFANBSB 1M e aos da *Divisão de Segurança e Informações* do Ministério das Relações Exteriores (DSI) com a indicação MRE (BR DFANBSB Z4). Trata-se de informes e relatórios elaborados pelo *Serviço Nacional de Informação* (SNI), pelo *Centro de Informações do Exército* (CIEEX) e pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE).

Nos arquivos do Itamaraty, em Brasília, foram selecionados os documentos desclassificados nas seguintes categorias: *Setor de Correspondência Especial* (SCE) que comporta documentação classificada em séries documentais e maços temáticos; *Setor de Arquivo Histórico* (SAH) e *Setor de Arquivo de Antecedentes* (SAN) que compreendem documentação ostensiva. Dentre as séries documentais ali existentes, resultantes das relações diplomáticas estabelecidas através das Embaixadas do Brasil no exterior, foram selecionados os oriundos da Embaixada do Brasil em Buenos Aires e aqueles gerados na Embaixada brasileira em Paris na segunda metade dos anos de 1970. Trata-se também de ofícios, relatórios, lembretes, telegramas, recortes de jornal sobre assuntos pertinentes ao Brasil e que foram produzidos pelo Ministério das Relações Exteriores nas embaixadas da Argentina e França.

Do Arquivo Público do Estado de São Paulo foram extraídos documentos do acervo da *Delegacia de Ordem Social*, família *Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo* (DEOPS)²⁶.

Na Argentina, foram consultados os *Arquivos da Memória*, situado junto a *Escola Mecânica da Armada* (ESMA), os *Arquivos da Cancilleria Argentina*, *Arquivo Geral da Nação* esses três localizados na cidade de Buenos Aires e o *Arquivo Provincial de La Plata*, este último situado na cidade de La Plata, capital da província de Buenos Aires. A documentação extraída desses quatro arquivos argentinos constitui primeiramente o que chamam de *legajos* que se traduz em um conjunto de papéis arquivados, nos quais encontramos ofícios, memorandos, atas, acordos políticos e militares, relatos de conferências, recortes de jornais da época, leis aplicadas ao período e uma grande quantidade de informes e pedidos de busca, ofícios que foram os documentos mais utilizados nesta pesquisa.

Os documentos colhidos nos arquivos e sites foram categorizados em temas e subtemas que descortinam o *modus operandi* dessas conexões repressivas: as estratégias de combate à subversão no Cone Sul; as formas de vigilância e de infiltração em organizações consideradas terroristas (Montoneros²⁷ e ERP²⁸ MLN-Tupamaros²⁹), assim como as definições conjuntas para essas práticas repressivas.

²⁶ Este órgão público passou por diversas remodelações durante sua existência ao longo século XX, desde sua criação em 1924 até sua extinção nos anos de 1980. Contudo, o que aqui nos interessa é as suas denominações durante a Ditadura Militar Brasileira de 1964-1985. Até o ano de 1975, chamava-se Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS e, após essa data, passou a Departamento Estadual de Ordem Política e Social – DEOPS. (RICARDO, 2009, p. 60).

²⁷ Tal grupo se tornou uma das maiores organizações de oposição à Ditadura Militar Argentina, muitos de seus membros foram perseguidos e desaparecidos. A origem desta organização política, Montoneros tal como se tornou conhecida, nasceu em 1973, com a junção das Forças Armadas Revolucionárias (FAR) e dos já existentes Montoneros. Os “antigos” Montoneros originaram-se da direita nacionalista e de alguns grupos social-cristãos. Com característica de movimento social em seu início, passaram a ser uma organização com enquadramento militar. (FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. **Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada** (1850-2002). São Paulo: Editora 34, 2004, p. 446).

²⁸ O *Ejército Republicano del Pueblo* nasce dentro do Partido Revolucionário Trabalhista – PRT, assume características de uma agremiação política armada para contestar o poder da ditadura Militar Argentina de 1966-1973; possuía um caráter foquista-maoista e visava a uma guerra popular prolongada para alcançar o poder. Para maiores informações, ver: <https://www.taringa.net/+apuntos_y_monografias/ejercito-revolucionario-del-pueblo_wvb3o>. Acesso em: 02 out. 2019 às 11h.

²⁹ O Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros – MLN_T agremiação política uruguaia nasce nas esteiras dos demais movimentos guerrilheiros populares dos anos de 1960, de orientação marxista-leninista. Para maiores informações, ler: ZABALZA J.A **Experiência Tupamara**: Pensando em futuras insurreições, Red, São Paulo, 2017.

Esses documentos foram elaborados por agentes do Estado com o objetivo de culpabilizar os suspeitos e com isso justificar tais práticas e, ante isso, cabe ao pesquisador historicizar os documentos, após a objetivação dos temas mais recorrentes neles contidos, de forma a tomá-los enquanto categorias analíticas capazes de espelhar a função social que realmente cumpriram para além de seus discursos e justificativas.

A feitura de um documento não é algo neutro, isento de interesses e descontextualizado, ele representa relações de força datadas em determinado contexto histórico, como observamos pela citação de Le Goff (1996, p. 545) “O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder”.

Os documentos analisados representam um discurso de uma dada realidade, como “verdades” que foram diluídas para incriminar determinados setores sociais, como a construção de conceitos que forjam uma interpretação de Estado, de uma dada sociedade e de suas instituições. Assim, o teor desses documentos é apresentado como expressões ideológicas dos segmentos dominantes, ou seja, o conjunto de ideias e valores que expressam sua visão de mundo, a partir de seus interesses de classe, mas que são apresentadas como valores universais.

Estes «conceitos dominantes» terão uma forma tanto mais geral e generalizada quanto mais a classe dominante é obrigada a apresentar os seus interesses como interesses de todos os membros da sociedade. (MARX, A ideologia alemã³⁰)

Tal perspectiva apontou para uma triangulação ainda pouco trabalhada pela historiografia que investiga as assessorias sobre o *modus operandi* da repressão utilizado pelas ditaduras militares. Se, há alguns anos, os analistas apontavam exclusivamente a presença dos agentes norte-americanos, mais recentemente vieram à tona a convergência entre as estratégias e táticas repressivas utilizadas nesses países (e em outros também) e as gestadas pelos franceses para combater os movimentos independentistas na Guerra da

³⁰ Versão eletrônica disponível em: <<http://www.jahr.org>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

Indochina, Guerra da Argélia³¹ e no Congo Belga Francês, conhecidas como Doutrina de Guerra Revolucionária (ou contrarrevolucionária) assim como a presença de agentes franceses nos dois países (DUARTE-PLON, 2016).

Por guerra revolucionária ou insurrecional, entende-se um conjunto de práticas utilizadas por grupos civis organizados dentro de um país para lutar por sua independência política ou econômica em relação a outra nação. Essas práticas irão gerar as chamadas guerras irregulares, que serão expostas ao longo deste texto. Por guerra contrarrevolucionária entende-se as apropriações feitas pelos Estados acerca dos métodos dos grupos revolucionários e aplicados contra estes mesmos grupos ou difundidos em uma dada sociedade com claras intenções policiais (TRINQUIER, 1981; BONNET, 1963)³².

Uma outra característica desse modelo de guerra, e que será abordada em alguns momentos deste texto, é a guerra psicológica, esta pode ser vista como um dos braços da guerra moderna, se pauta em uma série de ações que visam ao uso da contrainformação, da dissimulação de informações em determinado meio social; apropria-se do pavor social causado pelo desaparecimento de pessoas e, assim, amplia e propala a política do medo (FERNÁNDEZ, 2017).

Ainda são poucos os estudos sobre a presença de tais agentes franceses na América Latina antes e durante os períodos ditatoriais. Estuda-se principalmente o papel dos Estados Unidos da América, entretanto ainda demanda maiores reflexões, as evidências da denominada Guerra Suja, ou Guerra Contrarrevolucionária, ou operações de baixa intensidade, entre outras.

Esta nova modalidade de guerra, surgida no pós-segunda guerra, irá redefinir as formas de combate ao inimigo, com novos meios de controle e ocupação territorial, com táticas de guerra até então inusitadas nos combates existentes. O marco registrado destas novas modalidades de guerra, chamadas entre outras denominações de contrainsurgência ou contrarrevolucionária se encontra primeiramente nas batalhas travadas entre França e Indochina e mais sistematicamente na guerra da Argélia também com a França, conflitos estes

³¹ Esse episódio só foi reconhecido pelo Estado Francês como de fato uma guerra apenas em 1999, graças às pesquisas historiográficas, pois até então era classificado como acontecimentos da Argélia (DUARTE-PLON, 2016).

³² No início da década de 1960, Roger Trinquier em sua obra intitulada *La guerra moderna* e Gabriel Bonnet em *Guerra Insurrecional e Revolucionárias* teorizaram acerca desta temática.

que se desenrolaram pelos anseios de independência das colônias romperem com o jugo colonial nos anos de 1950.

E este novo modelo de guerra será apresentado aos militares estadunidenses, argentinos e brasileiros por intermédio de ações forjadas na França e sua difusão ocorrida em diferentes formatos, desde as influências do Ministério das Relações Exteriores destes países aos cursos oferecidos em Buenos Aires, estágios de militares latinos em ações na França e Argélia, a vinda de militares franceses para o continente americano, tanto para a Escola das Américas no canal do Panamá, como em *Fort Benning* e *Fort Bragg* nos EUA e também nos centros de treinamento no Brasil, como o Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) no estado da Amazônia e a Escola Nacional de Informações (ESNI) em Brasília. O militar francês mais notório, que assumiu este papel de propagandear e difundir as práticas da chamada Escola Francesa associada a rentável venda de armas foi o General Paul Aussaresses, perspicaz neste “negócio”, foi atuante tanto na Guerra da Argélia em 1957, como nos treinamentos oferecidos nos países americanos, conforme veremos mais adiante.

Uma outra modalidade de documento a ser utilizada, são os manuais militares, aqui serão apresentados três, cada qual de um país: Brasil, Argentina e Estados Unidos da América, respectivamente. O primeiro será o *Mensário do Exército Brasileiro* do ano de 1962, o *Manual de Instrução de Luta contra elementos subversivos* do ano de 1976 e produzido pelo exército Argentino e por último e muito emblemático em suas abordagens o *Manual* intitulado KUBARK da CIA-EUA *Treinamento de Exploração de Recursos Humanos*, datado em 1984.

Destacamos também a importância da iconografia para a manutenção e preservação das memórias. Na cidade de Buenos Aires existe uma instituição criada em 2005 intitulada *Barrios por la Memoria y Justicia*³³, que objetiva visibilizar logradouros públicos ou privados que testemunharam atos emblemáticos vinculados ao terrorismo de Estado. Esse se integra a outro projeto do mesmo teor, denominado *Sitios de la Memoria* que também demarcam os espaços que foram transformados em Centros Clandestinos de

³³ Disponível em: <<http://latecomuna15.com.ar/tag/barrios-por-la-memoria-y-la-justicia/>>. Acesso em: 10 set. 2019 às 14h.

Detenção – CCD. Por intermédio desse trabalho iconográfico me deparei com diversas placas fixadas em muros ou calçadas, que representam os marcos do terrorismo de Estado, bem como os espaços públicos nos quais ocorreram sequestros da população civil por parte dos militares.

Um destes lugares identificados com placas na calçada foi o *Batallón 601*, órgão central do terrorismo de Estado argentino, localizado no centro de Buenos Aires, e que será retratado no capítulo 3 deste texto.

Um tema ainda em debate

A bibliografia que trata das conexões repressivas no Cone Sul centra-se particularmente no reconhecimento da *Operação Condor*, conforme veremos a seguir, em que se apresenta o estado da arte da produção acadêmica sobre as relações estabelecidas entre Brasil e Argentina.

A revisão documental faz parte da essência dos estados da arte, que obriga não apenas a desenvolver pistas de textos editados, como também de experiências investigativas prévias, em ocasiões não publicadas, que com diversas metodologias e aparatos conceituais são abordados em nosso objeto de estudo ou tema investigativo. (BECERRA, 2004, tradução nossa³⁴)

As relações entre os diferentes países do Cone Sul durante as ditaduras civis militares são recuperadas pelos historiadores a partir da análise de suas *Doutrinas de Segurança Nacional* (DSN), pois são apontadas como diretrizes desses regimes e tiveram como pauta a violação dos direitos humanos a serviço das matrizes do capital internacional em associação subordinada com parcelas do empresariado nacional. Enfatizam também as relações de tais doutrinas com um modelo de desenvolvimento econômico associado à repressão policial, e o papel de instituições como forças armadas e a polícia militar em recepcionar essas doutrinas, bem como o aparelhamento e organização dos órgãos de repressão e doutrinação de agentes militares e a defesa dos ideários da

³⁴ “La revisión documental es parte consustancial de los estados del arte, que obliga no sólo a desarrollar rastreos de textos editados, sino también de experiencias investigativas previas, en ocasiones no publicadas, que con diversas metodologías y aparatos conceptuales han abordado nuestro objeto de estudio o tema investigativo” (BECERRA, 2004)

civilização cristã ocidental (ALVES, 1985; GARCIA, 1991; BORGES, 2003; LOPEZ, 2006; PADRÓS, 2007).

No entanto, em que pese a temática ser bastante veiculada, tanto por parte de movimento de direitos humanos, como por diversas Comissões Nacionais da Verdade (CNV), algumas Universidades tanto públicas como privadas, especificamente em alguns de seus cursos da área de humanidades como História, Relações Internacionais com seus respectivos Grupos de Trabalho, resultam ainda pouco estudos com profundidade, além do baixo número de produção acadêmica voltada para esta temática. De qualquer forma, foi possível configurar qual é o estado da arte dessa produção no âmbito das ciências humanas durante o período de 1996 a 2018.

Dentre os autores que tratam das Doutrinas de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND), Maria Helena Moreira Alves com a obra *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)* do ano de 1984, foi de grande valia. Seu trabalho, elaborado ainda no período ditatorial, traz uma vasta pesquisa dos mecanismos jurídicos de como se implantou este Estado autoritário a partir de 1964. Outro autor, Arnold Spitta com o artigo *Raíces ideológicas de la guerra sucia en America Latina* (1993) traz algumas reflexões sobre as origens das DSN. Segundo o autor este conjunto de normas não é apenas resultado das influências externas, e sim também um constructo a partir de nossa própria mentalidade cristã e fundamentalista, na qual observamos o outro, o não cristão e não ocidental como inimigo. E, por último, Enrique Serra Padrós com *América latina: ditaduras, segurança nacional e terror de estado* (2007), do qual fiz uso da sistematização de seus conceitos sobre o conjunto teórico que formulou as DSN na América Latina.

Os aspectos naturais da integração repressiva, entre Brasil e Argentina, foram enfatizados por autores como Fajardo (2004), Fausto (2004), Silva (2004) e Bandeira (2010). Estes autores destacam vários aspectos, como a região fronteiriça que compreende 1.261km, o passado colonial oriundo de práticas mercantilistas implementadas por nações europeias com um projeto exploratório, projeto este que resultou até mesmo na definição do sentido dos nomes dados a estes dois países, pois o nome Argentina se refere a *Argentum* que é o nome em latim do elemento químico prata, uma vez que este minério foi largamente explorado pelos colonizadores ibéricos. Da mesma forma ocorreu

com o nome dado ao Brasil, proveniente da madeira resistente, cor de brasa, designada Pau-Brasil e muito apreciada pelos colonizadores portugueses.

Nota-se que os nomes de batismo destes países são originários da ótica exploratória das práticas mercantis do início da chamada idade moderna europeia, configurando que, desde os primórdios da colonização aqui estabelecida, estas terras foram colocadas na condição de alimentar o mercado externo com produtos como estes que geraram seus nomes.

Uma outra associação entre estes países trata da guerra da Tríplice Aliança ocorrida entre 1865-1870, na qual Brasil, Argentina e Uruguai e Inglaterra se uniram contra o Paraguai. Em tempos mais recentes destaca-se o Tratado de Assunção de 1991 que direcionou os acordos do Mercosul – Mercado Comum do Sul entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Na atualidade, cabe também citar uma instância de aproximação entre estes países, refiro-me à política de integração fronteiriça, que se traduz pela Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço (CODEFRO)³⁵, existente desde 2011.

As relações entre estes dois países são das mais intensas entre os países do Cone Sul, abrangendo praticamente todas as áreas sociais, sejam estas políticas, econômicas, diplomáticas, culturais, entre outras.

No momento, apresentamos os resultados das pesquisas que envolvem o tema da Operação Condor e seus vínculos entre Brasil e Argentina.

Este levantamento se baseou na consulta aos repositórios acadêmicos das universidades públicas e privadas na Argentina e no Brasil, cujas pesquisas de mestrado e doutorado versam, em grande medida, sobre a Operação Condor. Essa última é compreendida, no âmbito desta pesquisa, como uma cooperação de inteligência entre vários governos do Cone Sul latino-americano que tiveram em um mesmo período de tempo, isto é, nos anos de 1970, governos de cunho autoritário militar.

Para tal tema recorreu-se ao sistema da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes - Brasil) e ao Repositório Nacional Argentino. Buscou-se empreender a mesma lógica de busca sobre

³⁵ “É a mais alta instância bilateral de deliberação de políticas binacionais para a fronteira e para encaminhamento das demandas suscitadas no âmbito dos Comitês de Integração Fronteiriça Brasil – Argentina, que se reúnem anualmente nas localidades fronteiriças dos dois países”. Para maiores informações, recorrer ao site: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4785-republica-argentina>>. Acessado em 04 jul. 2018 às 20h.

trabalhos científico-acadêmicos para ambos os países. No entanto, devido à não equivalência entre os dois sistemas nacionais de catalogação, foram necessários dois procedimentos distintos.

Verificou-se que o sistema argentino não obriga as universidades a reportarem os trabalhos concluídos. No Brasil, isso ocorre automaticamente devido ao sistema de bolsas oferecidas e à centralização das informações. Por essa razão, foi necessário visitar o site de todas as universidades argentinas³⁶ a fim de se obter um resultado mais confiável da produção acadêmica sobre o tema Operação Condor. Tampouco, os sites das bibliotecas universitárias argentinas possuem um padrão comum, cada site tem sua própria especificidade no que diz respeito às ferramentas de busca. No total foram fonte de pesquisa bruta sessenta e dois sites acadêmicos.

Foram utilizadas, na pesquisa das universidades argentinas e no Repositório Nacional Digital as seguintes palavras-chave: Plán Cóndor e Operación Cóndor e como terceira entrada, utilizou-se Ditadura Militar. Nosso intuito era encontrar trabalhos acadêmicos em que a temática da Operação Condor se sobressaísse.³⁷ Foram encontrados somente três trabalhos acadêmicos, conforme descritos na tabela que se encontra nos anexos de número 3.

Na pesquisa realizada no site da CAPES,³⁸ utilizamos a palavra-chave Operação Condor e como entrada secundária, Ditadura Militar.

A busca ampliada foi realizada com o recorte temporal que foi de 1996 a 2018, período máximo delimitado pelo próprio sistema CAPES. Com base nos filtros³⁹ estipulados pelo próprio sistema, chegou-se ao montante de 603 trabalhos acadêmicos que abrangem teses de doutorado, dissertações de mestrado *stricto* senso e mestrado profissional. Porém, um novo refinamento,

³⁶ Nos anexos de número 2 encontra-se a relação dos sites das universidades argentinas visitadas.

³⁷ Site argentino consultado no primeiro semestre de 2019: <<http://repositoriosdigitales.mincyt.gob.ar/vufind/Search/Advanced>>.

³⁸ Site brasileiro visitado também no primeiro semestre de 2019: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>>.

³⁹ A pesquisa abrangeu a grande área de conhecimento de Ciências Humanas: Antropologia, Ciência Política, Educação, Estado e Governo, Filosofia, Geografia, História, História do Brasil, História Latino-Americana, História Regional do Brasil, Sociologia, Relações Internacionais, e como áreas de avaliação Antropologia, Ciência Política e Relações Internacionais, Educação, Filosofia, Geografia, História.

tendo como critério as palavras chaves Ditadura Militar e Operação Condor, reduziu este montante para 36 trabalhos acadêmicos,

A última etapa foi a análise mais detalhada dos trabalhos selecionados, tendo como critério a cooperação entre Brasil e Argentina, assim, chegou-se a cinco trabalhos acadêmicos. Os trabalhos foram sistematizados em duas tabelas, uma com as obras do Brasil e outra com os trabalhos argentinos, esta última se encontra nos anexos de número 4.

Dos trabalhos brasileiros encontrados, é possível notar que tais pesquisas iniciaram apenas em meados dos anos 2000, isto é, mais de duas décadas após a derrocada das ditaduras no Cone Sul. Este fato pode estar relacionado à disponibilidade de documentos para tais pesquisas, à organização dos programas de pós-graduação e grupos de estudos sobre os temas. Dentre os fatores que impulsionam tais pesquisas, ressaltam-se três aspectos: a acessibilidade, mesmo que parcial aos arquivos no Brasil conforme a vigência de Leis e Decretos⁴⁰, sancionados nas últimas décadas.

Outros fatores que podem estar relacionados ao surgimento dessas pesquisas, dizem respeito à quantidade de documentos existentes no Paraguai nos Arquivos do Terror em Assunção, descobertos em 1992. E não se pode deixar de mencionar o estabelecimento, no Brasil, das Comissões Nacionais da Verdade, tanto a nacional como as estaduais, decorrente da Lei Federal 12528/2011, bem como os seus resultados, dos quais o mais proeminente é o relatório final da Comissão Nacional, lançado em dezembro de 2014.

Sobre os poucos trabalhos acadêmicos encontrados acerca desta temática na Argentina, chama a atenção o fato de que, sobre a Operação Condor ou *Plan Condor*, existem artigos acadêmicos ou *ponencias* (apresentação de trabalhos em eventos científicos), mas que envolvam propriamente esta operação e suas peculiaridades com os países vizinhos do Cone Sul, os resultados foram ínfimos. A relação das instituições acadêmicas argentinas

⁴⁰ BRASIL. Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm>. Acesso em: 10 mar. 2018.

_____. Lei n. 12.527 de 18 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 10 mar. 2018.

_____. Decreto nº 4.850, de 2 de outubro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4850.htm>. Acesso em: 12 mar. 2018.

devidamente consultadas encontra-se no anexo de número 01 e, como lá se pode ler, foram consultadas praticamente todas as universidades argentinas.

Do Brasil, são instituições acadêmicas públicas que se destacam em pesquisas nessa área⁴¹ e o ângulo destas pesquisas sobre a Operação Condor, em um sentido lato trata das colaborações repressivas entre os países do Cone Sul, o desrespeito aos direitos humanos e a instalação do terrorismo de Estado pela Argentina e as práticas de desaparecimento forçado, implementadas durante essas ditaduras.

Dessas pesquisas, as que colaboraram para a construção deste texto são a de Pires (2007), que colaborou na compreensão das práticas repressivas entre os países do Cone Sul existirem antes da efetivação da Operação Condor em 1975, ao retratar a Operação Cristal, ocorrida nos marcos bilaterais entre Argentina e Brasil no início dos anos de 1970; também o trabalho de Braga (2012) ao analisar o fenômeno de emigração na Argentina nos anos de 1970, o que resulta da instalação da Operação Condor como uma multinacional do terror, como uma rede de perseguição aos inimigos “internos” entre os países do Cone Sul; o trabalho jornalístico de Mariano (2006), já citado nesta introdução, colabora com informações sobre a Operação Condor e seus laços com os países vizinhos, principalmente para superar as barreiras geográficas e com isso instalar as fronteiras ideológicas, um dos alicerces das DSN.

Os dois trabalhos colhidos na Argentina, pertencem, respectivamente, a uma universidade pública e a uma instituição intergovernamental autônoma e versam sobre a organização do exército uruguaio dentro da Operação Condor e as conexões argentinas no âmbito da repressão na América Central entre os anos de 1970 e meados dos anos de 1980.

Ainda sobre as pesquisas envolvendo **Operação Condor**, estas se pautam em discutir o seu marco inicial no Chile, apenas uma aponta a já existência desta operação antes mesmo de sua formalização oficial em 1975, abordam a questão da preservação da memória, o terrorismo de Estado, práticas

⁴¹ Dois trabalhos Universidade de São Paulo (USP), um da Universidade Federal Fluminense (UFF), dois do Rio Grande do Sul, um da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), este foi o único vinculado ao Departamento de Relações Internacionais (RI), uma vez que os demais vinculam-se aos departamentos de História e outro da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS).

repressivas e a influência da CIA, bem como os vínculos com a DSN, atuação do Centro de Informação do Exército (CIEEX), a memória do autoritarismo, política ideológica, justiça de transição.

Acerca da temática Operação Condor me refiro aos seguintes autores: Joan Patrice Mcsherry – com o livro *Los Estados depredadores: la Operación Cóndor y la guerra encubierta en América Latina*, do ano de 2009. Com uma obra de 327 páginas, pode-se dizer, uma das mais completas acerca desta temática, essa pesquisadora dos EUA contribui para os esclarecimentos acerca da compreensão da Condor como um Estado paralelo, tamanha sua organização e diretrizes. A obra de John Dinges: *Os anos do Condor: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul*, de 2004. Este jornalista também de nacionalidade estadunidense viveu no Chile durante parte dos anos de 1970 e nessa obra traça um panorama sobre os primórdios dessa organização, desde sua criação em 1975, com apoio dos países do Cone Sul e aval dos Estados Unidos da América. Sua tese é enfática ao esclarecer o papel preponderante dos EUA nesta operação. A pesquisadora argentina Melisa Slatiman com vários artigos acadêmicos, produzidos entre 2010 e 2017 se debruça com afinco sobre esta organização, com vários apontamentos sobre suas origens e ações e o papel da Argentina como protagonista nesta cadeia repressiva. A historiadora brasileira Jussamar da Silva, com *As conexões repressivas no Cone Sul (1960-1990): Terrorismo de Estado em conexão internacional*, apresenta-nos as similaridades repressivas entre estes países e também colabora com a compreensão acerca da Condor ao abordar o papel da França nos treinamentos militares para com Argentina e Brasil. E, por último, cito o jornalista Nilson Mariano, *As garras do Condor* de 2003, obra que expõe as perseguições e assassinatos impetrados por esta operação, de forma didática, sendo apresentados os crimes deste terrorismo de Estado por cada país do Mercosul. A jornalista argentina Stella Calonni com seu livro de 1999 *Los Años del lobo: Operación Condor*, um dos primeiros sobre esta temática, também aborda as influências dos Estados Unidos da América na coordenação de trabalhos de inteligência no Cone Sul, o que foi um dos pilares desta coordenação repressiva.

Outra temática tratada no texto diz respeito às interpretações acerca dos golpes militares nestes dois países, desta forma me pontuo pela pesquisa de Rodrigo Patto Sá Mota, intitulada *Em Guarda contra o “perigo vermelho”* do ano

de 2002, na qual aborda a construção histórica do ódio ao longo do século XX contra os cidadãos que propagavam ou defendiam ideias associadas ao comunismo. Outro autor, que pode ser visto como um clássico neste campo de estudo, é o historiador uruguaio René Armand Dreifuss, com a obra *A conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe*, datada de 1984, na qual faz uma pesquisa contundente nos interesses classistas e institucionais que geraram o golpe militar de 1964 no Brasil.

Ainda sobre esta temática apresento brevemente o estudo de Lucilia de Almeida Neves Delgado, de 2004, intitulado “1964: *Temporalidade e Interpretações*”, e pertencente ao livro *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*, no qual aborda várias interpretações sobre o golpe de 1964, das influências de grupos internos aos fatores externos, dentro do contexto da época.

Por último, cito o historiador Carlos Fico com seu trabalho de 2004 intitulado *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*, no qual também aborda diferentes interpretações historiográficas sobre o golpe de 1964. Dentre estas que aqui farei uso, trata-se da interpretação deste mesmo autor (FICO, 2004) de que o golpe de 1964 foi resultado de um constructo civil-militar, dado os interesses classistas, tanto nacional como internacional que estavam em jogo naquele momento histórico, além de movimentos situados dentro da igreja católica e setores das classes médias urbanas. Porém, no percurso desse governo militar e mediante pesquisas historiográficas, como a já citada de Dreifuss (1983) optamos em utilizar a terminologia Ditadura Militar, cientes de que esta se tratou de uma ditadura empresarial-militar, dado o apoio recebido e os projetos econômicos formulados para beneficiar o alto empresariado nacional e internacional naquele contexto.

Tal qual o que foi apresentado sobre os possíveis “porquês” do golpe militar brasileiro de 1964, faz-se necessário apresentar um breve debate pertinente na historiografia argentina acerca das razões que levaram ao golpe militar de 1976, principalmente quanto a teoria dos “dois demônios” utilizada no percurso dos anos de 1980, principalmente nos marcos do relatório oficial da CONADEP⁴² em 1984, quando Ernesto Sábato, escritor argentino, confeccionou

⁴² CONADEP: *Comission Nacional de Desaparación de Personas*, criada nos marcos da justiça de transição Argentina, em 1983, ainda nos primeiros dias do Governo Raul Ricardo Alfonsín (1983-1989) esta comissão gerou o relatório chamado “*Nunca Más*” ou também conhecido como

o seu prólogo. Este documento elaborado no período da redemocratização argentina, segundo Sábado (1983), o período que se encerrara trazia consigo as marcas de uma violência social tamanha, violência esta impetrada por dois grupos antagônicos chamados de dois demônios. O demônio número um seriam os grupos guerrilheiros e demônio número dois, as forças armadas, ou seja, havia excessos de ambos os lados, e estes grupos construíram um cenário de violência que antecedia ao período da ditadura militar, o terror então provinha tanto da extrema direita como da extrema esquerda (ROJAS, 2014). E dentro deste olhar sobre os fatos ocorridos durante a ditadura militar, a sociedade toda fora vítima dessa truculência mortífera, pois ninguém estava a salvo naquele momento. Contudo, segundo análises de Rojas (2014) esta percepção é incompleta:

Afirmar que desaparecia qualquer um, é uma versão adoçada da realidade que oculta deliberadamente a responsabilidade política da sociedade civil e seu apoio à ditadura. Estas leituras ao estilo “todos fomos vítimas”, “a sociedade civil é boa e os militares são maus pela sua natureza”, clara exposição da teoria dos dois demônios, uma sociedade vítima do “terrorismo guerrilheiro” e do “Terrorismo de Estado” evita uma leitura classista. (ROJAS, 2014, p.171)

Sendo assim a crítica à teoria dos dois demônios rejeita suas premissas de que os militares seriam monstros ingovernáveis, amorais e aptos a cometerem todas as variáveis de atrocidades, escondendo que esses foram treinados dentro de um projeto político repressor, formados para serem braços armados dos grupos econômicos que estavam a controlar o Estado argentino com mais afinco após o golpe de 1976.

Tais pactos facilitaram a perseguição, prisão e morte de oponentes das ditaduras militares vigentes naquele período no Cone Sul, tema já incorporado em textos que dão um panorama geral sobre a história da América latina.

“Informe Sábado” com mais de cinquenta mil páginas. Maiores informações no endereço virtual: <<http://www.derechoshumanos.net/lesahumanidad/informes/argentina/informe-de-la-CONADEP-Nunca-mas-Indice.htm>>. Acesso em: 17 ago. 2019 às 08:50h.

Neste sentido, o historiador brasileiro Luiz Alberto Moniz Bandeira, em seu livro intitulado *Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul: da tríplice Aliança ao Mercosul* (2003), faz uma abrangente pesquisa sobre Argentina, Brasil e EUA, nos marcos de suas relações históricas com aproximações, acordos e distanciamentos. No interior desses, destaco aqueles que refletem sobre os projetos econômicos implementados no Brasil e na Argentina pelos governos militares. Refiro-me especificamente ao economista argentino Eduardo Basualdo com seu trabalho de 2010 *Desarrollo económico, clase trabajadora y luchas sociales en la Argentina contemporânea*, no qual traça um panorama dos percursos econômicos trilhados pela Argentina, bem como o papel das classes trabalhadoras nestes contextos. Um outro economista argentino é Mario Rapoport com o livro de 2005: *História económica, política y social de la Argentina (1880-2003)*, no qual estabelece um histórico das políticas econômicas argentinas com seus ciclos de crescimento e endividamento econômico. O sociólogo brasileiro Octávio Ianni com a obra *A Ditadura do Grande Capital* (1981), esclarece os interesses do grande empresariado nos projetos econômicos que foram implementados no Brasil após o golpe de 1964.

O historiador brasileiro Pedro Henrique Pedreira Campos, em seu livro de 2018 *Estranhas Catedrais*, revela, por intermédio dessa pesquisa, como as empresas brasileiras da construção civil influenciaram na formulação de políticas públicas que as privilegiaram durante os governos militares.

Tais obras acima citadas colaboraram para a compreensão, reflexão, análises e a formulação de críticas sobre o assunto aqui pesquisado.

A violência institucional que se configurou pelos abusos de legalidade e nas graves violações adentra nas teorias sobre Terrorismo de Estado e no cerne dos conceitos sobre juridicidade, dadas as evidências do estranhamento de tais práticas nas lógicas estatais até os dias atuais.

Espera-se, assim, validar a objetivação dos conteúdos para além das afirmações explicitadas pelos agentes discursivos, pretendida responsabilidade de Estados sob a égide de ditaduras que afrontaram os próprios preceitos do Estado liberal.

Sendo assim, apresento a estrutura desta tese e a sua divisão por capítulos, como segue:

O primeiro capítulo com o título: *“Similaridades e singularidades entre as estruturas repressivas e seus fundamentos legais: a configuração das DSNs no Brasil e na Argentina. A onipresença do inimigo interno”*. Algumas abordagens das relações entre os EUA e América Latina ao longo do século XX. Apresentação das DSNs e como pautaram os percursos políticos que estes dois países percorreram a partir da segunda metade do século XX, com suas estratégias políticas e econômicas. O protagonismo das Escolas Militares e seus projetos políticos para estes países do Cone Sul. Discussões acerca da criação do inimigo interno e suas problematizações.

O segundo capítulo, sob o título *A formação militar, conexões repressivas e as estratégias implementadas: a Operação Condor e a guerra contrarrevolucionária*, trabalhará com o papel da Escola das Américas do Panamá e seus vínculos militares com países do Cone Sul. Abordará as assessorias francesas e estadunidenses junto a estes militares. Contextualizará as práticas repressivas das Operações Fênix e Condor bem como situar as garras desta última no Cone Sul latino-americano e algumas análises do trânsito de informações entre Brasil e Argentina.

O terceiro capítulo com o título *“Conexões repressivas entre Argentina e Brasil: estruturas e práticas de vigilância e controle. Organização dos Sistemas de Informações. As parcerias entre o empresariado e a repressão”*. Abordará a construção das comunidades de informações desses dois países, bem como a aplicabilidade das operações repressivas junto ao trânsito de cidadãos no Cone Sul. Apresentará um paradigma militar formativo dos exércitos argentino e brasileiro. Tratará também da extensão dos sistemas repressivos junto à alguns setores empresariais.

O quarto capítulo intitulado *“Uma comunidade de informações, monitoramento da sociedade civil. O uso político e a vigilância dos Mundiais de Futebol. Estratégias de perseguições e captura entre os dois países. A comunidade de informações intercontinental”*. Neste último capítulo, será tratado o funcionamento do trânsito de informações entre os dois países, bem como suas estratégias de perseguições e capturas aos cidadãos indesejáveis e o seu uso no Mundial de Futebol na Argentina em 1978, bem como a presença de uma comunidade de informações intercontinental.

1 Similaridades e singularidades entre as estruturas repressivas e seus fundamentos legais: a configuração das DSNs no Brasil e na Argentina. A onipresença do inimigo interno.

...em realidade, o Estado não é mais do que uma máquina para a opressão de uma classe por outra, tanto na República democrática como sob a monarquia. (ENGELS. F. {1849} *Marx e a Guerra Civil na França*, 2011, p. 28)

Este capítulo abordará a constituição das Doutrinas de Segurança Nacional - DSN e das Escolas de Guerra na América Latina, o que resultará na criação de um aparato repressivo com similaridades na constituição desses Estados, que por sua vez será canalizado para a repressão aos inimigos internos.

1.1 Um breve histórico das relações entre EUA e América Latina no século XX

Este item tratará das Doutrinas de Segurança Nacional (DSNs) no Brasil e na Argentina, sua construção no interior do sistema repressivo, sua propagação, a forma como essas doutrinas influenciaram na concepção de um novo modelo de Estado, engendrado pelas ditaduras que estiveram à frente da gestão política e econômica desses países entre os anos de 1960 a meados da década de 1980.

A segurança nacional é inerente ao Estado liberal e, teoricamente falando, trata das relações internacionais, sendo delimitada tanto por convenções nacionais, quanto internacionais, sob cujos parâmetros deve ser movido o Estado. Por se tratar de segurança nacional, são leis concernentes às forças armadas. A judicialidade inerente a tais leis compõe, como não poderia deixar de ser, um corpo coeso de preceitos, regras e estratégias de ação, podendo, por tais características, ser denominada de doutrina. As leis de segurança nacional existem em função de proteger fronteiras dentro da lógica da organização dos Estados Nacionais, bem como seguir normas e princípios do Direito Internacional, isto é, são leis necessárias à consolidação e delimitação dos Estados em nossa contemporaneidade.

Desde o século XIX⁴³ são conhecidas as influências externas que este subcontinente, chamado de América Latina, sofreu, principalmente dos EUA, com a Doutrina Monroe de 1823 e seu lema “*a América para os “americanos”*”, fenômeno alinhado a uma geoestratégia⁴⁴ de poder, que previa a América Latina dentro dos limites de segurança e dos diversos interesses dos EUA.

Um autor que corrobora para pensarmos os domínios cultural político e econômico dos EUA para com a América Latina é Schoultz (2000), ao retratar a construção de uma mentalidade de superioridade nos EUA desde o século XIX, e essa mesma mentalidade teria origem nas impressões dos funcionários do Departamento de Estado dos EUA que disseminavam em seu país a sua visão preconceituosa e etnocêntrica sobre os povos destes territórios que viria a ser chamado de América Latina.

E neste olhar sobre estes recém-independentes países do sul, pairava uma visão de superioridade, o que vai influenciar na identidade nacional norte-americana em ver os países do sul como inferiores, incapazes de gerirem seus destinos e de administrar seus territórios e suas riquezas. Sendo assim, os cidadãos dos EUA, com uma mentalidade extremamente etnocêntrica irão apoiar as práticas do destino manifesto, o que favoreceu o imperialismo dos EUA nestas terras do sul. “Esta é a missão divina da América, e ela nos proporciona todo o ganho, toda a glória, toda a felicidade possível ao homem. Nós somos os fiadores do progresso do mundo, guardiões da paz justa” (SCHOULTZ, 2000, p.112).

As grandes nações estão absorvendo rapidamente, para sua futura expansão e sua presente defesa, todos os lugares ermos da terra. É um movimento que contribui para a civilização e o progresso da raça. Como uma das grandes nações do mundo, os Estados Unidos não devem ficar fora desta linha de ação - Senador Henry Cabot Lodge, 1895. (apud,SCHOULTZ, 2000, p.111,112)

Desse modo, os EUA se posicionam a favor das recentes independências das colônias americanas em relação às nações europeias. Em continuidade à

⁴³ Os primeiros vestígios da presença de uma ideologia de Segurança Nacional são observados na América Latina ainda no século XIX, segundo a pesquisadora Margareth Crahan (1981). Para maiores informações, observar a tese defendida por esta mesma autora em 1981 no X Congresso Internacional de Filosofia na Flórida, EUA, com o título *National Security Ideology and Human Rights*. (ALVES, 1984)

⁴⁴ Para maiores informações, ver CORREA, Pedro de P. – Geopolítica e Geoestratégia - Revista Nação e Defesa, nº 131 p.229-246 – 2012.

política externa dos EUA para com América Latina, é estabelecida a política do *Big-Stick* (1901), que permite aos EUA intervir em conflitos políticos nesses países, e impedir possíveis intervenções das nações europeias e garantir para si a preservação dos interesses da “civilização americana” (HEINSFELD, 2005).

Ainda neste período é criado o Corolário Roosevelt (1904), que foi uma continuidade dos propósitos da Doutrina Monroe e previa a disseminação da “Política da Boa Vizinhança” para os demais países do continente, uma clara alusão ao imperialismo político e econômico entre o país do norte e os países latinos, que incorporou aos acordos diplomáticos entre essas regiões do continente americano.

Para melhor ilustrar esse período, o discurso emblemático proferido pelo presidente Theodore Roosevelt em 1904, denota a dimensão dos interesses estadunidenses na América Latina.

Não é verdade que os Estados Unidos sentem qualquer fome de terra. (...) Tudo o que este país deseja é ver os países vizinhos estáveis, ordeiros e prósperos. Qualquer país cujo povo se conduza bem pode contar com nossa amizade sincera. (...) [Mas] irregularidades crônicas, ou uma incapacidade que resulte num afrouxamento geral dos laços da sociedade civilizada, podem em última instância exigir, na América como em outro lugar, intervenção por alguma nação civilizada, e no Hemisfério Ocidental a adesão dos Estados Unidos à Doutrina Monroe pode forçar os Estados Unidos, ainda que com relutância, em casos flagrantes de tais irregularidades ou incapacidade, ao exercício de um poder de polícia internacional. (COROLÁRIO ROOSEVELT. À DOUTRINA MONROE. CPDOC)

A análise do discurso de Theodore Rossevelt pode nos mostrar o que está além da ideia proferida em primeiro plano. Existe uma mensagem subliminar nas palavras de Rossevelt que coloca os EUA como o país civilizado e, portanto, hábil para velar pela paz e ordem na região sulamericana sob sua tutela, dessa forma possuiria condições de balizar possíveis conflitos nestas sociedades e manter a ordem e o desenvolvimento. Nota-se assim, o papel assumido pelos EUA como o “xerife” deste continente, o grande “irmão” do norte civilizado e portanto capaz de manter a harmonia que leve à prosperidade aos “irmãos” do sul. Haja vista as diversas invasões orquestradas pela CIA em países da América Latina ao longo do século XX.

Na esteira das investidas dos EUA nos territórios ao sul do Rio Bravo na fronteira dos EUA com México, citamos ainda o Projeto Kennedy de 1961 com a criação da Aliança para o Progresso (ALPRO) no início dos anos de 1960, que se conjuga no contexto das tramas engendradas dentro da Guerra Fria, com a eclosão da Revolução Cubana (1959) e a Crise dos Mísseis (1961), demonstrando as intenções dos EUA em edificar um plano de salvação para os países que estariam à mercê de uma contaminação soviética a qual poderia eclodir por intermédio das influências cubanas:

Assim, com imensas contradições, o projeto da Aliança para o Progresso tornou-se aberta e publicamente, a bandeira de luta pela erradicação das injustiças econômicas e sociais em toda a América Latina, a fim demonstrar a alternativa livre, afastada do comunismo soviético, para o desenvolvimento e o progresso. Entretanto, de maneira velada e incessante, a Aliança visava subordinar a unidade pan-americana⁴⁵ aos interesses norte-americanos, aprofundando a dependência econômica aos investimentos de caráter eminentemente privados, reiterando a hegemonia dos EUA sobre a região. (BARBOSA, 2015, p.80)

As intervenções norte-americanas ao longo da primeira metade do século XX continuaram em um crescendo, conforme já apontado por vários autores (SCHOULTZ, 2000; MONIZ-BANDEIRA, 2010; ZAGNI, 2015), mas adquirem uma inflexão particular no âmbito da Guerra Fria⁴⁶ e, no que interessa diretamente à configuração das doutrinas de segurança nacional, são marcos das conferências interamericanas da década de 1940. Uma delas, a realizada no Rio de Janeiro em 1947, que culminou na criação do Tratado Interamericano de Atividade Recíproca (TIAR)⁴⁷ com o objetivo de “proteger” os países desta região do globo contra possíveis ataques ou ameaças externas, dando, assim, continuidade à Doutrina Monroe, projeto expansionista do século XIX.

⁴⁵ Aliança pan-americana se situa dentro do projeto oriundo do governo Juscelino Kubitschek nos anos de 1950, e estava inserido no contexto de autodeterminação dos povos, dos países não alinhados com os debates sobre políticas desenvolvimentistas. Confira: BARBOSA, 2015.

⁴⁶ Por Guerra Fria entendemos as disputas no campo ideológico, bélico, político e econômico que foram travadas entre as duas potências vencedoras da II Guerra Mundial (1939-1945) – EUA e URSS e suas áreas de abrangências (HOBBSAWM, 1999).

⁴⁷ Não podemos deixar de assinalar as contradições e limites deste Tratado, pois no conflito entre Argentina e Inglaterra em 1982, quando da guerra das Malvinas, os EUA se colocaram ao lado do país europeu e não do sul-americano, como estava previsto no TIAR. Para maiores esclarecimentos, ver BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz (2008). Op. Cit., e BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz (2010). *Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (1870-2007)*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Tais vínculos de dependência entre os países da América Latina e os EUA vão se estreitando ao longo do século XX, à medida que a subsunção do capitalismo na região ao capital internacional se acentua, mas será na conjuntura que se inicia logo após a Segunda Guerra Mundial que um novo marco se institui e pode ser reconhecido pela denominada Doutrina Truman (1947)⁴⁸.

No contexto do pós-segunda Guerra Mundial e na esteira da criação da Organização das Nações Unidas (ONU), ocorre no ano de 1948 na cidade de Bogotá (Colômbia), a conferência que deu origem à Organização dos Estados Americanos (OEA)⁴⁹. Segundo informações disponíveis em seu site, esta instituição, além de conceder a sessenta e nove Estados Europeus o estatuto de países observadores; “congrega os trinta e cinco Estados independentes das Américas e constitui o principal fórum governamental político, jurídico e social do Hemisfério”.

A citação a seguir sinaliza os objetivos oficiais que geraram a criação da OEA:

A Organização foi criada para alcançar nos Estados membros, como estipula o Artigo 1º da Carta, “uma ordem de paz e de justiça, para promover sua solidariedade, intensificar sua colaboração e defender sua soberania, sua integridade territorial e sua independência”. (www.oas.org)

Notamos uma similitude destes desígnios da criação da OEA com a carta gerada pelo Corolário Roosevelt de 1904, o mesmo teor, e os objetivos de “proteção” aos países associados deste continente. Contudo, em 1954, na Conferência de Caracas (Venezuela), quando se reuniram os países membros da recém-criada OEA, na *X Conferência Interamericana*, os EUA conseguem uma condenação por parte da OEA para impedir o “avanço do comunismo internacional” na América Latina. O que representou uma forma de punir a Guatemala, que estava realizando reformas⁵⁰ nacionalistas em seu território, e

⁴⁸ Podemos explicar a Doutrina Truman como um conjunto de práticas expansionistas dos EUA que foram aplicadas em diversas regiões do globo no pós-segunda Guerra, isto é, partir de 1945, e seus objetivos visavam conter o “avanço comunista”. Ver Moniz-Bandeira, 2010.

⁴⁹ Segundo informações da própria OEA, sua origem remonta a uma outra conferência, ocorrida entre 1889-1890, classificada como Primeira Conferência Internacional Americana, que irá gerar o “Sistema Interamericano”, o mais antigo sistema institucional internacional. Disponível em: <<http://www.oas.org>>. Acesso em: 12 ago. 2019.

⁵⁰ A reforma política e econômica iniciada na Guatemala pelos governos de Arevalo e Arbenz chocou com os interesses imperialistas na região. Principalmente a reforma agrária

entre elas a reforma agrária, o que antagonizou com os interesses da empresa estadunidense *United Fruit Company*, que ali atuava e onde possuía interesses econômicos. Ou seja, a defesa da soberania, assinalada nos marcos da edificação da OEA só valem se for propositiva aos interesses dos EUA.

O conjunto de fatores que levou à punição da Guatemala enunciava diretrizes que serão consubstanciadas nas Doutrinas de Segurança Nacional, segundo Barbosa (2008).

No ano de 1962, ocorreu em *Punta del Este*, Uruguai, uma Conferência da OEA digna de menção. Devido às influências e pressões dos EUA sobre os demais países, houve a expulsão de Cuba dessa instituição, uma evidência latente do intervencionismo dos EUA, justificada como necessária para conter a expansão do comunismo na região.

Por intermédio desse breve relato das ações políticas gestadas pela OEA, notamos o crescimento e sistematização da hegemonia⁵¹ estadunidense na região, com a conivência dos segmentos autocráticos que assumem os poderes políticos no interior de cada Estado. Com isso, as questões de segurança nacional foram vinculadas por preceitos definidos pelo grande e “protetor” “irmão do norte”, principalmente em relação às tratativas firmadas no âmbito das convenções internacionais sobre soberania nacional e princípios não intervencionistas.

A partir desse histórico citado acima, notamos a construção de uma série de intervenções dos EUA junto à América Latina, o que irá colaborar com a criação das DSNs, como veremos a seguir:

1.2 As Doutrinas de Segurança Nacional no Brasil e Argentina

implementada, que mesmo dentro dos moldes capitalistas, causou enorme descontentamento das elites desse país, que juntamente com a igreja católica e apoio dos EUA subsidiaram a queda do governo Arbenz em 1954. Ver MARTINS, André S. Anotações sobre a intervenção na Guatemala em 1954: uma análise de suas projeções sobre as práticas sistemáticas de violação aos direitos de asilo e refúgio durante a Guerra Fria. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas* V.10 N.2 2016 ISSN: 1984-1639, 2006.

⁵¹ O termo hegemonia quando referido às relações políticas entre classes, frações de classes, partidos e categorias sociais, é definido por Gramsci nos seguintes termos: “a capacidade de direção intelectual e política que uma classe ou fração de classe possui, para constituir-se em classe dirigente, obtendo o consenso ou passividade da maioria da sociedade diante de um projeto social”. (Cf. GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da História*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986. p. 394).

Ao longo do século XX, observamos a distorção destas Leis de Segurança Nacional que passaram assumir uma função repressora, em um país que ao longo de seu passado angariou experiências na construção de uma tradição violenta em punir, perseguir, eliminar, torturar, encarcerar, silenciar aqueles que individualmente ou coletivamente se mostraram organizados em lutar contra a ordem autoritária vigente. Essa situação pode ser observada em diversos períodos de nossa história, desde o massacre aos povos originários, chamados genericamente de indígenas, à tremenda violência impetrada contra a população escravizada, o massacre das diversas rebeliões rurais e urbanas aqui vivenciadas, tanto no período monárquico como no republicano, até as punições aos movimentos de trabalhadores organizados no século XX e também aos partidos políticos que questionassem a ordem estabelecida.

Em relação ao Brasil, podemos dizer que as Doutrinas de Segurança Nacional, as quais remontam ao século XIX, estão ligadas à implantação da República e à contenção de movimentos oposicionistas, desde monarquistas ou militares descontentes com o governo ali implantado. Já naquela época elegeu-se o “inimigo interno”, conforme nos elucida a citação abaixo:

Com a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, os militares assumem {um} protagonismo mais explícito na política brasileira e não por acaso o primeiro presidente foi um marechal de exército, Deodoro da Fonseca. Neste governo, frente às manifestações monarquistas que apareciam ou eram temidas, inclusive entre os militares, um novo inimigo entra em cena: os inimigos da República. Foi para enfrentá-los que se editou, em 23 de dezembro de 1889, o decreto n.º 85-A definido por alguns como a primeira lei de segurança nacional e mais popularmente conhecido como “decreto-rolha”. (D’ARAÚJO, 2006, s/p.)

Ou seja, a primeira distorção ocorre com esse decreto de 1889, o qual, ainda segundo Araújo (2006) instituiu a censura prévia à imprensa e criava a Comissão Mista Militar de Sindicâncias e Julgamentos, cujos membros participantes seriam indicados pelo ministro da Guerra. O objetivo dessa mesma Comissão era julgar militares e civis envolvidos em atos considerados

comprometedores para a nova ordem política⁵² implantada após o advento da República com o XV de novembro de 1889. Segue um fragmento deste decreto:

Os indivíduos que conspirarem contra a República e o seu governo; que aconselharem ou promoverem, por palavras escritas ou atos, a revolta civil e a indisciplina militar; que tentarem o suborno ou a aliciação de qualquer gênero sobre soldados e oficiais, contra seus deveres para com os superiores e a forma republicana; que divulgarem nas fileiras do Exército e Armada noções falsas e subversivas, tendentes a indispor os ânimos dos soldados; serão julgados militarmente por uma comissão militar nomeada pelo ministro da Guerra, e punidos com as penas de sedição. (Decreto n.º 85-A, apud LEMOS, 1999, p. 208).

Nota-se que essa Comissão Militar funcionou como uma espécie de tribunal de exceção e com isso o Brasil angariou experiências em repressão aos dissidentes da ordem estabelecida. Esse argumento colaborará com as discussões aqui apresentadas sobre a contenção das vozes dissonantes aos regimes autoritários do século XX. Portanto, o Brasil constrói uma tradição em repelir e sufocar movimentos que criticassem a “ordem” estabelecida.

Observa-se a existência de um campo fértil para receber as Doutrinas de Segurança Nacional, assim distorcidas e estas pautaram em grande parte o cenário político, econômico e militar no Brasil e na Argentina e, também, em outros países da América Latina a partir da segunda metade do século XX (COMBLIN, 1978; PADRÓS, 2007; EPE, 2014).

Segundo Spitta (1993), contribuíram também para a formulação das DSNs um conjunto de ensinamentos oriundos da França e chamados de doutrina francesa, conforme veremos mais adiante:

Com a doutrina francesa de Guerra Revolucionária e da doutrina norte americana de Segurança Nacional, foi

⁵² Por nova ordem política entendemos a implantação do regime Republicano e suas especificidades, como eleições, alternância de poder, divisão clara entre os três poderes, prevalência dos interesses da maioria dos cidadãos e permanente construção do espaço público. Ver: CRUZ, Paulo M.; SCHMITZ, Sérgio. A sobre o princípio republicano. *NEJ* - Vol. 13 - n. 1 - p. 43-54 / jan-jun 2008.

gestando esse fundamentalismo ocidental e cristão *sui generis* (SPITTA, 1993, tradução nossa⁵³)

Como podemos definir aqui fundamentalismo ocidental e cristão citado por Arnold Spitta? Um conjunto de práticas e ideias, que repassados para grupos sociais, criam uma ideia de homogeneização comportamental, na qual todos devem ter as mesmas ideias sobre uma determinada concepção de mundo, alimentar as mesmas crenças, crer em um único modelo político que norteia a economia a cultura e a episteme destas nações aqui citadas. Isto é, torna-se impraticável a possibilidade de observar o outro como um ser vivente, tamanha a obediência rigorosa e literal que norteia o olhar dos ditos fundamentalistas.

O ideário das DSNs foi divulgado, principalmente, pelas escolas militares, tanto no Brasil como na Argentina, sob a égide da Escola Superior de Guerra, influenciada, de tal maneira pela escola francesa, bem como pela norte-americana, sobre o que falaremos mais à frente. Constrói-se, assim uma identidade homogênea para os países da América Latina como se estas nações compartilhassem das mesmas necessidades políticas, econômicas e militares, tendo como um referencial e guardião os Estados Unidos da América, pois a *“especificidade da conjuntura da Guerra Fria leva o sistema interamericano a submeter-se à estratégia global que tem nos EUA seu centro dinâmico e referencial”* (BARBOSA, 2008, p. 15).

Não se pretende negar a influência dos membros da ESG, mesmo porque muitos deles foram incorporados ao complexo IPES/IBAD. Além do mais, após 1964, a ESG conseguiu doutrinar um número cada vez maior de oficiais de médio e alto escalão do Exército, e a ideologia da Segurança Nacional permeou tanto as forças Armadas quanto o governo. (DREIFUSS, 1981, p. 438)

Dessa forma, notamos uma capilaridade dos formados da ESG junto às estruturas governamentais, além das DSN serem forjadas neste complexo, que envolve tanto a própria ESG como o IPES e o IBAD^{54;55}. Sabemos também que

⁵³ Con la doctrina francesa de la Guerre Révolutionnaire y de la doctrina norte americana de la Seguridad nacional, se fue gestando ese fundamentalismo occidental y cristiano *sui generis* (SPITTA, 1993).

⁵⁴ Para maiores esclarecimentos sobre IPES e IBAD ver DREIFUSS (1981).

⁵⁵ Segundo Dreifuss (1981), o financiamento externo para com esse instituto foi virtuoso, ao contar *“Duzentas e noventa e sete corporações americanas deram apoio financeiro ao IPES.*

essas mesmas DSNs serviram como um fio condutor para direcionar políticas de segurança interna e externa, bem como para combater o chamado “inimigo interno”, além de formular projetos econômicos que foram implementados pelos sucessivos governos militares entre 1964 a 1985 durante a vigência da Ditadura Militar brasileira.

Com o golpe Militar de 1964 no Brasil, as ideias que foram forjadas dentro do já citado complexo (ESG-IPES-IBAD) nortearam a construção deste novo modelo de Estado. A partir deste momento, passaram a fazer parte dos direcionamentos econômicos, políticos e sociais dos governos militares. A sua expressão mais imediata são as elaborações dos Atos Institucionais (AIs), sendo o primeiro desses editado logo nos primeiros dias após o golpe – o A.I. número 01, do dia 09 de abril de 1964 que, dentre outras implicações, amplia o poder do executivo, suspende direitos individuais, institui a operação “limpeza” o que significa a cassação de mandatos políticos, pois suspendia temporariamente a imunidade parlamentar. Outro artifício autoritário desse instrumento jurídico foi a criação dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs), uma forma de punir os políticos contrários ou que questionassem a aplicação das regras dessa ditadura. Esse mecanismo jurídico colabora para sedimentar as bases legais para instalação das DSNs.

Segundo análises de Spitta (1993), a gênese das DSNs na América Latina não diz respeito apenas a um conjunto de formulações oriundas de órgãos dos EUA e aperfeiçoadas e disseminadas pelas Escolas de guerra dos países da América Latina, mas sim também de fatores exógenos a esses países, como a forte herança católica ibérica, que possui elementos atrelados a uma cultura violenta e um forte sentimento de intolerância em relação ao “outro”.

Destaca-se também o culto a um militarismo messiânico, herança positivista que se mantém desde o século XIX, como se esses profissionais militares detivessem poderes mágicos e legítimos para sanar desajustes de várias ordens os quais acometem uma nação, além do ódio cujas elites destes territórios possuem em relação às populações indígenas e aos afrodescendentes, atrelado e fomentado pelo forte sentimento anticomunista

Cento e uma empresas de outras proveniências deram contribuição adicional” (DREIFUSS, 1981, p. 223).

que fora construído ainda nas primeiras décadas do século XX e também a presença do antissemitismo, sentimento este mais presente na Argentina e com lastro histórico desde períodos mais longevos, e outra característica nesta construção das DSNs é o nacionalismo exacerbado presente nestas sociedades.

No debate sobre as raízes ideológicas do terrorismo de Estado, tem havido muita ênfase na chamada Doutrina de Segurança Nacional, cuja origem remonta ao pós-guerra nos Estados Unidos, e foi desenvolvida nos anos cinquenta e sessenta no marco da Guerra Fria. E para o caso da América Latina cabe mencionar que, além desta doutrina, indubitavelmente ganhou bastante influência nos anos cinquenta e sessenta, raízes ideológicas muito mais antigas, em parte provenientes dos tempos da colônia. (SPITTA, 1993, p.161, tradução nossa⁵⁶)

As ditaduras da América latina podem ser caracterizadas como de terrorismo de Estado por se organizarem dentro das seguintes características: “Com grupos secretos, paramilitares ou parapoliciais, que atuam com métodos ilegais e cuja existência o Estado desmente em público, não assumindo nenhuma responsabilidade por suas ações” (SPITTA, 1993, p.158)⁵⁷. Um sentimento baseado na intolerância combativa e militante como uma forma de manter firme os valores desta sociedade cristã – características que necessitam de maiores análises na historiografia brasileira.

As DSNs, como já apresentadas neste texto, foram criadas como um meio de legitimar ideologicamente a tomada do Estado por setores da sociedade e consequentemente de alterações em seu interior para impor uma diretriz autoritária, bem como consolidar o poder econômico dos grupos dominantes, pois segundo afirmação de McNamara (1966), apud Garcia (1991) “Em una

⁵⁶ En el debate sobre las raíces ideológicas del terrorismo de estado se ha hecho mucho hincapié en la llamada Doctrina de la Seguridad Nacional, cuya origen se remonta a los años de pos guerra en los Estados Unidos, y que fue desarrollada en los años cincuentas y sesentas en el marco de la Guerra fría. Para el caso de América Latina cabe mencionar, además de esta doctrina, que indudablemente ganó bastante influencia en los cincuentas sesentas, raíces ideológicas mucho más antiguas, en parte provenientes de tiempos de la colonia. (SPITTA, 1993, p.161)

⁵⁷ “Con grupos secretos, paramilitares o parapolicales, que actúan con métodos ilegales y cuya existencia el estado desmiente en público, no asumiendo ninguna responsabilidad por sus acciones” (SPITTA, 1993, p.158).

sociedade que está se modernizando, segurança significa desenvolvimento (...) e sem desenvolvimento não pode haver segurança”.

Um fragmento do Manual Básico da Escola Superior de Guerra do Brasil, edição de 1983, elucida acerca deste conjunto de Doutrinas:

Uma doutrina pode referir-se a vários tipos de ação, como os de ordem religiosa, social econômica, etc. Mas, quando se trata de orientar a ação política, os preceitos que a compõem sistematizam-se em uma Doutrina de Ação Política (ou, abreviadamente, em uma Doutrina Política), que se impõe como instrumento imprescindível para que os Estados contemporâneos contribuam de forma sensível para alcançar e manter os objetivos da sociedade que coordenam e dirigem (p.15).

Nota-se por esse fragmento da ESG a racionalização desta escola militar para os direcionamentos políticos do país, a premência de uma doutrina de ação política com os objetivos claros e que leve em conta a sistematização de conceitos, normas, métodos, processos e valores (MANUAL ESG, 1983, p.16).

Os conceitos básicos que compõem as Doutrinas de Segurança Nacional e aplicados na América Latina, são traduzidos aqui com as seguintes características:

“inimigo interno”, “guerra interna”, “subversão”, “contrainsurgência”, “Estado como ser vivo”, “objetivos nacionais”, etc., foram disseminados pelos países da região através de diversos mecanismos de transmissão (doutrinação militar, acordos na área do ensino, bens de consumo da indústria cultural). (PADRÓS, 2007, p.44)

Os direcionamentos teóricos consubstanciados nas D.S.Ns ampliaram e subsidiaram o aparelho repressivo militar no Brasil a partir de 1 de abril de 1964, acirrando disputas advindas do interesse em monopolizar o controle desta região do globo.

Com isso, os países latino-americanos seriam impelidos a proteger um ideário, ao mesmo tempo que poderiam ser “*protegidos*” da disseminação de ideologias exóticas, pois de acordo com Ferreira (2002), as disputas políticas existentes naquele período gravitam em torno da seguinte situação:

que um dos maiores legados da política de contenção foi a criação da “doutrina de segurança nacional”. Trata-se de um conjunto de

construções teóricas que visava a orientar a política norte-americana e de seus aliados frente à disputa no contexto de mundo bipolar. Seu objetivo era difundir a ideia da caracterização da União Soviética como uma ameaça à “segurança nacional”, conceito de extrema ambiguidade, que abrange, desde a proteção da integridade territorial, a expansão do capitalismo, até mesmo a defesa do *american way of life*. (FERREIRA, 2012, p.24)

Tem-se, com isso, a construção de duas espécies de inimigos: os externos, que correspondem à ameaça mais tradicional, composta pela invasão das forças armadas soviéticas e os seus aliados; e os internos, representados pelos “subversivos”, todos aqueles acusados ou suspeitos de partidários do comunismo.

É possível encontrar nos manuais da ESG brasileira e no manual argentino uma definição clara do que era a DSN, esta compreende um conjunto de normas, aqui sucintamente traduzida nos seguintes tópicos: criação de um arsenal teórico de defesa da liberdade e dos ideários da civilização ocidental e cristã, com uma linha ideológica conservadora, liberal e positivista, que pregava a soberania do Estado como algo ilimitado.

Tais manuais contêm os princípios da Doutrina de Segurança Nacional, definidos em cada um dos eixos que compõem: Objetivos Nacionais, Estratégia Nacional, Poder Nacional, Segurança Nacional. Dentre essas diretrizes, nos ocupamos da que trata a Segurança Nacional, definido neste documento nos seguintes termos:

[...] a noção de garantia, proteção ou tranquilidade em face de ameaças ou ações adversas à pessoa humana, às instituições ou a bens essenciais, existentes ou pretendidos. Trata-se, neste caso, do aspecto subjetivo da segurança, que se acha interligado às medidas tomadas para essa proteção, as quais constituem o aspecto objetivo da segurança. Ambos os aspectos se completam e haverá tanto mais sensação de garantia quanto maiores e mais eficazes forem as medidas efetivas de segurança. (MANUAL DA ESG, 1992, P.165)

Essa noção de segurança é colocada de forma a proteger o cidadão e seus bens patrimoniais, uma noção liberal de segurança, como se o Estado estivesse pronto a ser o guardião de seus cidadãos em relação aos perigos externos que possam acometê-los. Uma outra citação direciona a noção de segurança para o bem nacional.

[...] deve o Estado assegurar a ordem pública, dentro da qual estão situadas a segurança individual e a segurança comunitária. Compete-lhe também proteger o grupo nacional, como um todo, contra interferências diversas, internas ou externas, para que possam ser satisfeitos os interesses e aspirações nacionais. A segurança nacional forçosamente, terá de apoiar-se em um poder nacional fortalecido harmonicamente, tendo em vista conquistar e manter os objetivos nacionais permanentes (MANUAL DA ESG, 1992, p.168)

Em outras palavras, a segurança está a serviço da nação e todos devem colaborar com o seu êxito e com a sua aplicação, de forma a proteger a ordem pública e garantir os interesses e “aspirações nacionais”. E o que podemos entender por aspirações nacionais, uma vez que não está claro o que isso significa. Em outras palavras, a questão da segurança é fluida, subentende-se que ela está ao dispor da manutenção dos serviços nacionais.

A principal premissa das DSNs é a rejeição em conceber a sociedade composta por classes sociais, pois as tensões entre essas classes podem gerar conflitos nocivos à sua unidade política, que é um elemento constitutivo das DSNs, pois qualquer indício que leve à existência de antagonismos sociais ou que possa favorecer interesses de classe seria considerado nocivo à nação e, portanto, deveria ser combatido. Esse perigo passava a ser identificado como sendo associado a “ideologias estranhas” e não compatíveis com o mundo ocidental e cristão.

Sobre essa premissa das DSNs em não observar a sociedade como um mosaico de classes sociais, podemos inferir que, com tal postura, privilegia-se a visão de uma sociedade harmônica, em que todos são iguais perante a lei e o Estado; e a nação é única, na qual todos devem lutar pelo bem comum.

A partir da transcrição de um fragmento da Lei de Segurança Nacional do Brasil classificada sob número 898⁵⁸ de 29 de setembro de 1969, produzida pela ditadura militar brasileira na esteira do A.I. 05/1968 e do A.I. 12/1969, é possível verificar, na estrutura dessa lei, as influências dos pressupostos das DSNs, tal qual a proteção aos interesses nacionais como um dever de todos. Também já há uma sinalização da presença em território nacional das modalidades de guerra psicológica e da guerra revolucionária.

⁵⁸ Essa lei substituiu o decreto 314/1967 que já previa esta materialização jurídica das DSNs.

Art.1º- Toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei.

Art.2º- A segurança nacional é a garantia da consecução dos objetivos nacionais contra antagonismos, tanto internos como externos.

Art.3º- A segurança nacional compreende, essencialmente, medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva. (LSN, 898/1969)

Um aspecto muito presente nessa Lei, e que merece ser aqui discutido, é a formulação do inimigo interno. É possível interpretar, por intermédio de seu Artigo 2º, a afirmação de que a segurança nacional possui como objetivos nacionais a eliminação de antagonismos internos e externos, e podemos interpretar que por antagonismos internos, compreende-se o combate a todos os cidadãos que professassem as ideologias “exóticas” e sendo assim seriam classificados como inimigos da nação.

E para punir juridicamente esses inimigos da nação, os Códigos brasileiros; Processo Penal (1940) e o Código Civil (1916) – que estavam em vigor até então e diziam respeito ao abuso de autoridade de poder –, resguardavam direitos e protegiam cidadãos em situação de vulnerabilidade legal, foram suprimidos com a fixação da LSN e de alguns dos Atos Institucionais promulgados durante o período da ditadura militar, de forma que toda a estrutura jurídica civil de preservação das liberdades democráticas foram submetidas à ordem autoritária militar. Como o expediente do Habeas Corpus, tido como um instrumento jurídico primordial contra arbitrariedade de poder político, ficou suspenso em caso de motivação política.

Notamos por essas ações discricionárias que a legalidade estava subsumida aos ditames das Doutrinas de Segurança Nacional e Desenvolvimento que previa amplos poderes ao aparato repressivo criado no seio das ditaduras militares.

Na Argentina, os princípios da segurança nacional serão observados aqui por intermédio de alguns artigos do Decreto Lei 21.264/76, resultado dos tribunais militares em tempos de guerra, que assume a função de acusar e julgar civis por delito político. Essa lei é sancionada pela junta militar no primeiro dia do golpe de Estado, ocorrido em 24 de março de 1976, e podemos ler aqui alguns de seus artigos:

Art 1º - O que publicamente, por qualquer meio, iniciar, incitar a violência coletiva e ou alterar a ordem pública, será reprimido por apenas a incitação com pena de reclusão até 10 anos.

Art 4º - O que mediante incêndio, explosão ou outro meio análogo, ou criar perigo comum para as pessoas e bens, será reprimido com reclusão por tempo determinado ou morte. (GARCIA,1991, p.72, tradução nossa⁵⁹)

Com a difusão das DSN junto às forças armadas na Argentina ocorre uma redefinição desses inimigos que serão atingidos por essas leis formuladas pelos tribunais militares, pois esses eram os comunistas, marxistas e peronistas. Contudo, a partir da implantação da última ditadura militar, em 1976, os inimigos seriam todos aqueles que se colocavam contrários aos ditames defendidos pelas forças militares. Ocorre dessa forma uma redefinição de uma legalidade autoritária com uma nova racionalidade política (D'ANTONIO, 2016).

Outro aspecto dos interesses de disseminação das DSNs., e que vai além de uma disputa hegemônica dentro do contexto da Guerra Fria, é o seu caráter violento. Em nome do discurso de proteção a uma possível “invasão comunista” nesses países, consolidou uma série de práticas autoritárias que foram aplicadas pelas escolas militares, essa violência serviu também para camuflar desigualdades, oprimir manifestações e embasar as ditaduras militares que se instalaram nesta região da América Latina entre as décadas de 1960 e 1970, disseminando o terror e perseguições aos seus opositores, conforme podemos observar que:

Em nome da defesa da civilização ocidental e do sistema democrático, a DSN procurou desviar as atenções sobre o crescente mal-estar de uma população cada vez mais atingida pelo crescente desequilíbrio da distribuição de renda. Diante dos primeiros sinais de resistência contra esse quadro, a DSN legitimou, em nome do capital internacional e dos seus aliados locais, o uso do Terror de Estado. Tudo justificado com o discurso da defesa da ordem, da estabilidade político-social, da nação ameaçada pelo “comunismo”, das liberdades e da civilização ocidental. (PADRÓS, 2007, p. 49)

⁵⁹ Art 1º - Lo que públicamente, por cualquier medio, inicie, incite a la violencia colectiva o altere el orden público, será suprimido por incitación con la pena de prisión de hasta diez años.

Art 4º - Lo que mediante incendio, explosión u otros medios similares, o creando un peligro común para las personas y bienes, será reprimido con reclusión por un tiempo determinado o muerte (GARCIA, 1991, p.72)

As similitudes entre as Doutrinas de Segurança Nacional argentina e brasileira se evidenciam por seus vínculos com suas escolas militares, respectivamente – *Escuela Superior de Guerra Argentina* e a Escola Superior de Guerra brasileira –, ambas criadas com objetivos distintos. Contudo, a partir dos anos de 1960, se assemelham em suas atividades bélicas e formativas.

Importante destacar que ambas as escolas de guerra, tanto a Argentina como a brasileira, foram criadas em momentos distintos, a da Argentina, como já dito, é originária do início do século XX, e a brasileira oriunda do contexto imediato do pós-Segunda Guerra, segundo análises da historiadora estadunidense McSherry (2009), essas escolas se aproximaram em suas finalidades e objetivos:

Depois da Revolução Cubana, especificamente em 1961-1962, o treinamento oferecido pela Escola das Américas também mudou drasticamente. O objetivo do Exército dos Estados Unidos era tornar a doutrina e as estratégias dos Estados Unidos dominantes na América Latina. No documento do Exército, declarava-se que os cursos da referida Escola haviam sido "planejados para ensinar princípios e técnicas usados pelos Estados Unidos como consequência de suas experiências na Segunda Guerra Mundial, na Guerra da Coréia e na sempre Guerra Fria. (McSHERRY, 2009, p. 89)⁶⁰ - Tradução nossa.

Ou seja, as escolas de guerra já existentes ou criadas no contexto da Guerra Fria na América Latina, passaram a defender não apenas seus projetos nacionais, mas trilharam caminhos para defender os interesses do grande “irmão e protetor do norte”.

Pode-se afirmar, desta forma, que as DSNs eram uma espécie de elo entre os países da América Latina que estavam sob o jugo de ditaduras militares, ao mesmo tempo mantinham laços estreitos com os E.U.A.

⁶⁰ - Después de la Revolución Cubana, específicamente en 1961-1962, también cambió dramáticamente la capacitación brindada por la Escuela de las Américas. El objetivo del Ejército de los Estados Unidos fue lograr que la doctrina y las estrategias de los Estados Unidos fueran dominantes en América Latina. En documento del ejército se declaraba que los cursos de dicha Escuela se habían “diseñado para enseñar principios y técnicas utilizados por los Estados Unidos como consecuencia de sus experiencias en la Segunda Guerra mundial, la guerra de Corea y la siempre “Guerra Fria” (McSHERRY, 2009, p. 89)⁶⁰

Uma outra reflexão sobre as DSNs se pauta nos escritos do professor argentino Cherñavsky (1993), para ele estas diretrizes se assemelham a uma reproclamação da Doutrina Monroe, uma vez que em sua teleologia está a preservação dos interesses dos EUA, e esclarece também que essas doutrinas não são nacionais e não propiciam segurança para os países que as adotam.

Uma das justificativas para a aplicação das DSN pela ESG no Brasil e pela *Escuela Superior de Guerra* na Argentina era defender o país contra as possíveis ofensivas do império soviético, e com isso se muniram teórica e belicamente para enfrentar este inimigo da “liberdade” e da civilização cristã ocidental. Contudo, acabaram sucumbindo a outro império, a hegemonia do poder econômico, militar e ideológico dos EUA, ou seja, deixaram o país à mercê dos ditames do capital estadunidense. As Doutrinas de Segurança Nacional foram impeditivas da vigência dos direitos democráticos e serviram para manter grande parte da população excluída da participação política.

As DSNs pautavam-se na concepção de guerra, concepção de nação e concepção intervencionista das forças armadas ao sistema político e compunham as práticas do terrorismo de Estado.

Quanto à Argentina, esta experienciou uma forma organizada e sistemática de repressão já nos anos de 1950, quando o governo de Arturo Frondizi (1958-1962) implementou o *Plan de Commoción Interior del Estado* (Plano Conintes - 1958 e 1961) que, oficialmente, compreendeu uma forma de reorganização militar para lidar com uma série de adversidades, classificadas como: catástrofes naturais, golpes militares, conflitos sindicais ou políticos. Contudo, tratou-se da aplicação de “(...) métodos y sistemas propios de la órbita militar para controlar y reprimir a la población civil o sectores de ella considerados peligrosos” (CHIARINI; PORTUGHEIS, 2014, p. 22).⁶¹

O conceito de “Comoção” já constava na Constituição Argentina de 1853, o mesmo foi mantido na reforma de 1949 e previa uma série de medidas que objetivavam a proteção das garantias constitucionais contra perturbações à ordem pública.

⁶¹ - CHIARINI, Sebastián y PORTUGHEIS, Rosa Elsa. *Plan Conintes. Represión política y sindical*. 1a ed. - Argentina. Ministerio de Justicia y Derechos Humanos. Secretaría de Derechos Humanos. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación. Secretaría de Derechos Humanos. Archivo Nacional de la Memoria, 2014.

Paradoxalmente, o *Plan Conintes* deu continuidade à Lei nº 13.234 de 1948 de organização de “*La Nación para Tiempos de Guerra*”, aprovada pelo congresso argentino, de maioria peronista, e que paradoxalmente, será utilizado para perseguir esta agremiação política nos anos seguintes, durante o governo de Arturo Frondizi que a utilizará para implantar o Estado de Sítio e com isso suspender as garantias constitucionais vigentes. Com a justificativa da necessidade de organizar a defesa nacional para evitar possíveis conflitos com outros países, é introduzido no país, o conceito de “*Nación en armas*”, transferindo os assuntos concernentes à guerra para toda a população, de forma que não ficasse mais circunscrito ao âmbito militar.

A Lei 13.234/51 e o Decreto 2.639/60 (Repressão ao Terrorismo), que consubstanciam o *Plan Conintes*, são considerados os marcos na utilização das regras de guerra que transformaram o sistema de segurança nacional em um sistema repressivo contra segmentos da população considerados perigosos. Instrumentalizaram o sistema que integrava as diversas esferas de segurança do país e unificaram as forças repressivas sob o controle das Forças Armadas, o que possibilitou suprimir os direitos constitucionais, a desconstitucionalização do Estado e o desaparecimento do Estado de direito, pois:

A partir da aplicação do Plano Conintes (...) fatos ou situações de foro das províncias foram transferidas para a jurisdição militar, conseguindo-se, por meio de um único e simples decreto (nº 2639/60), instrumentalizar todo um sistema de repressão. O que excederia os poderes do Congresso Nacional foi obtido com a invocação de um estado nacional de emergência, a saber, constituir um corpo legal repressivo integrado por leis penais comuns e militares de autoridade federal, estadual ou municipal que foi entregue ao critério de oficiais das Forças Armadas para sua aplicação sem possível retorno, recurso ou controle.⁶² (CENTENO, 2010, p.101, tradução nossa)

Conclui-se que a aplicação desse plano com suas práticas repressivas, perseguições, encarceramento e julgamento destes por tribunais militares e sem

⁶² “A partir de la aplicación del Plan CONINTES (...) se derivó así a la jurisdicción militar hechos o situaciones reservadas a las provincias, lográndose por medio de un solo y simple decreto (nº 2639/60) instrumentar todo un sistema de represión. Lo que excedería con mucho las facultades del Congreso de la Nación se obtuvo con la invocación de un estado nacional de emergencia, a saber constituir un cuerpo legal represivo integrado por leyes penales comunes y militares de competencia federal, provincial y municipal, que se entregó discrecionalmente en manos de oficiales de las Fuerzas Armadas para su aplicación, sin posible remedio, recurso o controlador. (CENTENO, 2010, p.101)

garantias constitucionais, foi um ensaio ou uma prévia do que viria a ser implementado sistematicamente com a ditadura militar de 1976-1983, cujos métodos deram origem ao terrorismo de Estado, com as prisões, sequestros, torturas, desaparecimentos e o despatriamento de grande parte dos opositores.

Observamos que o sistema de inteligência na Argentina e também o do Brasil foram se complexizando pari-passu ao acirramento das contradições sociais e políticas decorrentes do modelo de desenvolvimento excludente adotado.

A citação abaixo é elucidativa quanto ao caráter militar adquirido pelos órgãos de inteligência daquele país, ao longo das últimas décadas do século XX e como esses se ajustaram aos ditames das D.S.N. A citação abaixo, retirada de um documento elaborado pelo Estado argentino em 2014 nos esclarece que:

...iniciou um processo com duas tendências claramente distintas que foram se aprofundando com o correr dos últimos anos desta década e em particular ao longo dos anos de 1960. Por um lado, era um processo de militarização dos organismos de segurança e de informações de inteligência do Estado por meio do qual as Forças Armadas de forma institucional foram controlando e ocupando estes organismos, ao mesmo tempo que eram convertidos em atores políticos relevantes e em agentes de arbitragem do jogo político nacional. Por outro lado, essa militarização se pautou em um processo assinalado pela emergência e difusão no interior das instituições castrenses, dos parâmetros teóricos doutrinários da denominada Doutrina de Segurança Nacional. (ARGENTINA, 2014, tradução nossa⁶³)

Para encerrar este item farei uso dos dizeres impressos em uma placa decorativa que se encontra em um dos corredores no Palácio Duque de Caxias⁶⁴

- PDC na cidade do Rio de Janeiro – Brasil, que diz o seguinte:

⁶³ “...se inició un proceso con dos tendencias claramente distinguibles que se fueron profundizando con el correr de los últimos años de esa década y, en particular, a lo largo de los años ‘60. Por un lado, se trató de un proceso de militarización de los organismos de seguridad y de información e inteligencia del Estado por medio del cual las Fuerzas Armadas, en forma institucional, fueron controlando y ocupando estos organismos, al mismo tiempo que se iban convirtiendo en actores políticos relevantes y en agentes de arbitraje del juego político nacional. Por otro lado, esta militarización se enmarcó en un proceso signado por la emergencia y difusión, en el interior de las instituciones castrenses, de los parámetros teóricos-doctrinales de la denominada Doctrina de la Seguridad Nacional.” *Las origens da criação da SIDE (Secretaría de Informaciones del Estado), oriunda da CIDE*. Coordinación de Informaciones de Estado – Argentina, 2014.

⁶⁴ Localizado na região central da cidade do Rio de Janeiro, neste monumental complexo arquitetônico das primeiras décadas do século XX funcionou o extinto Ministério da Guerra que a partir de 1967 passou a ser designado Ministério do Exército e atualmente abriga o Comando

Estaremos sempre solidários com aqueles que, na hora da agressão e da adversidade, cumpriram o duro dever de se oporem a agitadores e terroristas de armas na mão, para que a nação não fosse levada à anarquia. (Albuquerque, s/d).

O autor desta frase é o General Walter de Carvalho e Albuquerque, que foi Ministro do Exército durante o mandato presidencial do também General João Batista Figueiredo, quando este assumiu o posto de presidente do Brasil entre 1979 a 1984, sendo o quinto e último militar a exercer o poder executivo desde 1964.

Por intermédio da interpretação dessa frase é possível notar a lógica da preservação da “ordem” a qualquer custo, de forma que os meios justificam os fins, com o exército sempre a postos, como uma grande instituição mantenedora da preservação da legalidade e que garante o bom funcionamento do tecido social, bem como a tranquilidade e harmonia entre os “cidadãos de bem”, tal qual o que observamos ao longo deste item.

Imagem1 – Placa Palácio Duque de Caxias



Fonte: Fotografia do autor, cidade do Rio de Janeiro, janeiro de 2017.

Militar do Leste, pela 1ª Região Militar, o Departamento de Ensino e Pesquisa e suas diretorias e também o Arquivo Histórico do Exército. Maiores informações, acessar o endereço eletrônico: <http://www.cml.eb.mil.br/historia.html>.

1.3 As Escolas Militares da América Latina na segunda metade do século XX

A criação das escolas militares é um fenômeno presente em muitos Estados do mundo contemporâneo e acerca dos países da América Latina, tais instituições foram edificadas em meados do século XX ou no crepúsculo do XIX, como a Academia de Guerra no Chile (1886), a Academia Militar "*Mcal Francisco Solano López*" no Paraguai, (1915), a Escola Superior de Guerra na Colômbia (1909), a *Escuela de Guerra Naval do Uruguay* (1941) e Escola Superior de Guerra na Argentina (1900) (MOLINA, 1995) e a Escola Superior de Guerra do Brasil (1949).

Nos deteremos aqui a apenas duas dessas escolas: a da Argentina e a do Brasil. Na Argentina, essa instituição é criada no alvorecer do século XX, pelo presidente general Júlio Argentino Roca (1880-1886 e 1898-1904), denominada *Escuela Superior de Guerra Teniente General Luis María Campos*, representou a profissionalização militar, contou com uma forte presença germânica, o que impulsionou seu nacionalismo, seus vínculos com a direção política do país. A identificação do exército com a nação seria fecunda, que o exército se confundia com a nação, tornando-se uma nação com armas. Conforme análise de Molina (1995), o matrimônio entre nacionalismo e exército foi frutífero e não mais se separaram. Este exército não assumiu apenas o papel de guardiões da nação, mas também de uma aristocracia moral, puritana, anticorrupta "como disse Von der Goltz, a aristocracia da Nação, não a de sangue e por certo não a de dinheiro, *sim uma aristocracia intelectual e moral, consagrada ao serviço da Nação*" (GOLTZ apud MOLINA, 1995⁶⁵), dessa forma, esta mentalidade militar habilitou o exército a um papel protagonista no cenário político argentino ao longo do século XX.

⁶⁵ "como dice Von der Goltz, la aristocracia de la Nación, no de la sangre, por cierto, ni la del dinero, sino una aristocracia intelectual y moral, consagrada al servicio de la Nación"(GOLTZ apud MOLINA, 1995)

A escola brasileira data de 1949 e é criada no Rio de Janeiro, então capital do país, com o nome de Escola Superior de Guerra (ESG)^{66,67} pela Lei nº 785/49, integrando a estrutura do Ministério da Defesa, com status de Instituto de Altos Estudos de Política, Estratégia e Defesa. Essa instituição militar articulou em seu interior a formulação, organização e distribuição dos preceitos das DSNs para outras instâncias da sociedade.

Cabe ressaltar que as Forças Armadas possuem um papel intrínseco à constituição do Estado brasileiro, pois foram protagonistas em vários episódios de nossa história (SODRÉ, 2010). Desde a proclamação da República, como sublevações na República Velha (1891-1930) e assumiu os interesses de classe.

Dessa forma, nota-se que as Forças Armadas agem como uma espécie de poder moderador dos interesses de classe, tendo como agente o Estado e como este se estrutura na monopolização do poder coercitivo. Os interesses, as ideologias e os projetos assumidos pelas Forças Armadas passam a adquirir um poder, como se este Estado constituído pairasse acima dos interesses classistas e, sendo assim, se colocam como universais, os únicos legítimos e capazes de assumir o poder e manter a coesão social.

As diretrizes da Escola Superior de Guerra do Brasil (ESG) visavam formar quadros para administrar o país dentro de uma lógica militar, positivista, voltada fortemente para a defesa nacional e do ideário de um país “grande”, valendo-se de estratégias como a teoria do espaço vital⁶⁸, que segundo Ratzel apud Galvão (2012), trata-se daquele território necessário para o desenvolvimento social e econômico de um povo, isto é, o espaço como um organismo que precisa ser alimentado.

⁶⁶ A *Escola Superior de Guerra* no Brasil foi criada sob influência dos Estados Unidos da América - EUA e a sua instituição correlata, a *National War College* (NWC), situada em Washington D.C. nos EUA, estas influências foram construídas principalmente no decorrer da Segunda Grande Guerra, quando o Brasil atuou ao lado dos países Aliados, cujo liderança no ocidente estava a cargo dos EUA. - Informações colhidas junto as pesquisas da Fundação Getúlio Vargas. <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo>

⁶⁷ Segundo Rodrigues (2016) no século XIX existiram as Escolas Militares responsáveis por cursos de Infantaria e Cavalaria e também uma outra Escola Superior de Guerra, onde se ministravam os cursos de Artilharia, Engenharia e Estado-Maior que em 1898 estas foram unificadas, passando a chamar Escola Militar do Brasil, que duraria até 1905, ano que foi editado um novo regulamento para estas escolas, as quais foram reagrupadas com diversas modalidades bélicas.

⁶⁸ Por Espaço Vital, Vide os escritos de Friedrich Ratzel. Para maiores informações ver: O povo e seu território: uma discussão sobre a teoria de Friedrich Ratzel Iapony - Rodrigues GALVÃO - Kellia de O. B. Revista de Geopolítica, Natal - RN, v. 3, nº 2, p. 230 – 238, jul./dez. 2012.

A criação da ESG extrapola os interesses militares e vai também ao encontro dos interesses classistas das elites, que observavam essa nova instituição como uma ferramenta para manter os seus interesses, e assim evitar uma aproximação dos governos com as classes trabalhadoras, além de eliminar o perigo da instabilidade social. Assim, a ESG funciona como formadora de governos autocráticos, que se constituem para manter as decisões políticas e econômicas do país nas mãos de um pequeno grupo social, resultando em uma relação orgânica entre segmentos das classes dominantes e setores militares (OLIVEIRA, 2010).

Outras representações dos interesses civis juntos aos militares resultou na criação de grupos paramilitares, como a OBAN no Brasil e a Triple A na Argentina, e também não podemos deixar de citar os institutos de “pesquisa”, como o IPES e IBAD e na Argentina a *Fundación de Investigaciones Económicas Latinoamericanas – FIEL* – representantes da sociedade civil e empresarial, que conforme veremos mais adiantes neste texto.

Esta confluência de aspirações entre elites militares e civis pôde fazer da recém-implantada Escola Superior de Guerra um espaço privilegiado para a moldagem de um projeto político comum. Estavam assim cada vez mais distantes as reservas existentes entre os membros das Forças Armadas e algumas frações burguesas em ascensão, o que acabaria permitindo um relacionamento mais equilibrado. A Doutrina da Segurança Nacional, ideologia aglutinadora desses interesses, contribuía para a ação política de classe, gestando estrategicamente um planejamento com fins específicos, voltado para a construção de uma sociedade industrial plenamente articulada ao capitalismo mundial. (FERRAZ, 1997, p. 24)

Desta forma, segundo Dreifuss (1985), no discurso esguiano, sem nenhum constrangimento, as elites são elevadas à posição de esteio político do povo, mediante um processo de:

...interação com a massa". "Auscultando o povo" — explica paternalmente a ESG — "as elites nacionais identificam seus anseios e aspirações. Possuindo um maior conhecimento da realidade histórico-cultural e dos dados conjunturais, elas teriam, segundo a ESG, "uma visão mais elaborada dos autênticos interesses nacionais". Caberia às elites, assim, "interpretar os anseios e aspirações nacionais, difusos no meio ambiente,

harmonizando-os com os verdadeiros interesses da nação e com o bem comum, apresentando-os de volta ao povo, que, desse modo sensibilizado, poderia entender e adotar os novos padrões que lhe são propostos. Pelo que temos visto nos últimos tempos, o povo, sensibilizado, agradece, mas pede passagem. (DREIFUSS, 1985)

Atualmente, pode-se encontrar, na página eletrônica da ESG, narrativas que corroboram a gênese de seu nascimento, ao retratar os objetivos da criação dessa escola por um grupo de militares que pensavam os destinos da nação: “...Esses militares acreditavam que o País poderia tornar-se uma grande potência, desde que houvesse vontade política e, sobretudo, gerasse um método de planejamento próprio” (ESG, 2019).

Na mesma linha, ao acompanhar no site a “missão” da instituição percebe-se que ela se exime de qualquer formulação política: “A Escola não desempenha função de formulação ou execução da política do País. Seus trabalhos são de natureza exclusivamente acadêmica, sendo um foro democrático e aberto ao livre debate” (ESG, 2019). Assim, a ESG se coloca a favor do pluralismo de ideias, da democracia do pensamento eclético, da liberdade de expressão do conhecimento e da ética, do livre debate entre outros atributos que defende.

A citação a seguir de Oliveira (2013) retrata as diversas orientações da ESG para a construção de um ideário das forças armadas, que representavam distintos projetos, quando de sua edificação em 1949:

A ESG tornou-se uma instituição que mesclou as orientações americana, francesa e alemã no desenvolvimento do quadro conceitual a seu próprio respeito e sobre a sua função na sociedade. Ela seguiu a tendência internacional no período da Guerra Fria que levou a Inglaterra, França e Estados Unidos a criarem estabelecimentos destinados ao preparo de suas nações para uma política de guerra integrada contra o comunismo liderado pela Rússia. (OLIVEIRA, 2013, p. 04)

Contudo, ao mesmo tempo que a Escola afirma não desempenhar formulações políticas para o país, cita os números de políticos em diversas áreas formados por esta instituição:

Ao longo de mais de sessenta e cinco anos de existência, cerca de oito mil esguianos foram diplomados, entre eles quatro Presidentes

da República, Ministros de Estado e outras personalidades notáveis do cenário político brasileiro. (www.ESG.br)⁶⁹

Outro tema abordado pela ESG diz respeito à sua preocupação com pesquisas no campo da Defesa Nacional o que inclui a Segurança e Desenvolvimento. Porém, não está claro o que isto significa na atualidade, e quais as dimensões de segurança e defesa nacional neste momento histórico.

Com um papel muito importante na formação de militares que participaram ativamente de golpes de Estado em todo continente americano, essas instituições se colocaram como guardiãs da pátria, defensoras da ordem e dos ideais de civilidade do mundo ocidental que aqui deveriam ser implementados, ou seja, foram as propulsoras do fundamentalismo acima referido.

Outra característica dessas escolas será a construção de um caráter cooperativo-repressivo entre elas, o que irá gerar as operações militares em conjunto, com troca de informações estratégicas, os serviços de inteligência, as possibilidades de ações encobertas, etc. Veremos no transcorrer deste texto, que estas práticas de cooperação se materializam quando da constituição da Operação Condor.

Tais escolas militares tiveram papel de destaque na organização destes países, pois dentro de uma ótica positivista, assumem o papel de “guardiãs da ordem” social e política, protetoras da riqueza destes Estados e defensoras de suas fronteiras, e esta prática se dá por diversos métodos e estratégias, como pode-se observar a seguir.

1.3.1 A consubstanciação do estado de guerra

A geopolítica de Couto e Silva e o seu conceito de Guerra Fria, reproduções das construções oriundas da Doutrina de Segurança Nacional – (DSN) eram conteúdos obrigatórios na ESG. Segundo ele:

[...] a guerra moderna que se trava entre nações, mobilizando toda a força arrasadora, expandiu-se a todos os setores da atividade,

⁶⁹ Informações colhidas no site WWW.ESG.BR no dia 11/08/2018 as 09h30min. Outro tema apresentado no site da ESG aborda a noção de segurança e desenvolvimento, este não será aqui debatido.

não sendo ela mais a guerra de mercenários ou de profissionais endurecidos, mas a guerra total que a todos envolve e que a todos oprime, guerra política, econômica, psicossocial e não só militar [...] (SILVA, 1967, p. 9)

Dos quadros de formadores da ESG no Brasil, Golbery do Couto e Silva tem o papel preponderante na concepção de Estado utilizada pelos militares a partir de 1964. Defendeu fielmente o papel do Brasil como grande estrategista na América do Sul ao lado dos EUA e contra as possíveis “invasões” dos países soviéticos:

No que diz respeito à escolha do lado da guerra, o general tenta explicar a posição de maneira científica, recorrendo à geopolítica. O Brasil se encontra no continente americano, na porção Ocidental do mundo, muito mais próximo fisicamente dos EUA do que dos URSS. Existe uma identificação, portanto, como integrantes de uma “civilização cristã”, em oposição a um “imperialismo comunista de origem exótica”. Conforme o autor, {Golbery do Couto e Silva} há também relações de interesse mútuo apontadas pela geopolítica, e o Estado brasileiro ocupa uma posição estratégica, pois a sua localização geográfica permite o domínio do Atlântico Sul. O Nordeste, por sua vez, poderia ser utilizado como plataforma de ataque para incursões norte americanas na África. Entende Couto e Silva que os brasileiros possuem um destino manifesto de proteção do “irmão do norte”, devendo receber o reconhecimento adequado por essa responsabilidade. (FERREIRA, 2012)

A presença de pensamentos comuns entre alguns teóricos da política externa dos EUA com os militares brasileiros: a utilização da geopolítica como fundamento científico para as suas ações e a concepção de Guerra Fria é visível na leitura da obra Geopolítica do Brasil de Golbery do Couto e Silva o “fio condutor ideológico” que une esses dois grupos é a doutrina da segurança nacional, teoria construída em solo estadunidense e difundida nas escolas de formação conjuntas, e atribuição no Brasil, desempenhada pela Escola Superior de Guerra (FERREIRA, 2012).

Por intermédio do organograma a seguir, elaborado pelo próprio Golbery será possível notar a lógica da aplicabilidade dos conceitos de segurança nacional:

ORGANOGRAMA 01: SEGURANÇA NACIONAL BRASILEIRA



FONTE: Golbery do Couto e Silva, *Conjuntura Política Nacional, O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil* (R.J.Livraria José Olympio, 1981,p.26 Apud ALVES, 1985,p.42

Por intermédio deste organograma é possível notar as diretrizes formuladas para a manutenção da segurança nacional brasileira.

Notamos no organograma que suas bases estratégicas deveriam servir ao desenvolvimento do país; difundidas pela ESG e viabilizadas pelos militares que se apossaram do poder. É importante notar a hierarquia estabelecida entre as ordens por ele criadas; o país deveria estar sujeito a uma política que privilegiasse a “estratégia de segurança nacional”, esta plataforma seria o paradigma de organização de uma nação, pela qual as diretrizes governamentais deveriam se pautar. Essas diretrizes, por sua vez, iriam direcionar a estratégia política, estratégia econômica, estratégia psicossocial e estratégia militar.

Os esforços para a efetivação dessas diretrizes também foram pautas em um seminário do *National War College*⁷⁰ realizado em Washington nos EUA

⁷⁰ Documento oriundo dos Arquivos do Itamaraty - Brasília - Brasil. Dois fragmentos deste encontram-se no anexo de número 5.

em 1979 sobre as estratégias que o Brasil escolheu para modernizar-se, bem como contribuir para melhorar as relações entre Brasil e EUA. O Brasil esteve presente mediante uma comissão vinculada a Junta Interamericana de Defesa (JID)⁷¹.

Os temas discutidos sobre o Brasil apresentam claramente alguns itens que constam nas Doutrinas de Segurança Nacional, como por exemplo, os Objetivos Nacionais Permanentes (ONP), considerados pilares das DSNs.

Os ONPs estão divididos em três partes: Soberania e Integridade Territorial; Democracia e Progresso; Integração e Paz Social. É colocado também que os ONP expressam algumas características da personalidade do brasileiro, quais são: Pacifismo – Emotividade; Improvisação – Adaptabilidade; Individualismo – Cordialidade.

Há também registros das discussões sobre o conceito de liberdade; crítica discriminatória ao estilo de vida dos povos originários do território brasileiro. De acordo com o texto, um indivíduo representante dos povos originários necessita de quarenta quilômetros quadrados de terras para manter sua sobrevivência, enquanto neste mesmo território viveriam 12 mil pessoas com hábitos urbanos. O que deixa claro a contraposição de modelos societários, pois os “indígenas” são vistos como “primitivos” e que necessitam de um espaço territorial muito vasto para manter sua sobrevivência, enquanto este mesmo espaço seria mais aproveitado pelas populações com hábitos urbanos capitalistas. Uma clara alusão ao discurso do progresso, do desenvolvimento e da modernidade, presente nos textos das DSNs e Desenvolvimento.

Outros conceitos são apresentados: as duas interpretações de política, que ora se apresenta como *politics* ou *policy*. Outros como democracia, empatia, informação e desenvolvimento. Sobre desenvolvimento é perceptível a crença neste fenômeno, como se todos os países trilhassem este caminho, o do desenvolvimento nos moldes apregoados pelo modelo econômico industrial

⁷¹ Segundo o site da Revista Militar Diálogo: <https://dialogo-americas.com/pt/articles/entenda-o-que-e-e-para-que-serve-junta-interamericana-de-defesa>, acessado em 14 de maio de 2019 às 17h, a Junta Interamericana de Defesa (JID) é uma entidade da Organização dos Estados Americanos (OEA) cujo objetivo é prestar, para este organismo e para seus Estados-Membros, serviços de assessoramento técnico, consultivo e educativo em questões relativas a assuntos militares e de defesa no hemisfério, contribuindo assim para o cumprimento da Carta da OEA.

capitalista, em sua fase expansionista e que fora largamente difundida na América Latina após a Segunda Guerra Mundial (1945).

Retomando nossa discussão sobre as DSNs e América Latina, pensemos em seu caráter bélico e o seu uso como medidas de contenção a possíveis avanços do comunismo, principalmente após a Revolução Cubana, e as reformulações que foram implementadas nas escolas militares no continente americano, principalmente com a importação de um conjunto de ideias oriundas da chamada escola francesa. Esta vai influenciar, em parceria com os EUA, os treinamentos de militares latino-americanos na Escola das Américas no Panamá, bem como os novos direcionamentos da Escola Superior de Guerra no Brasil, a criação do CIGS – Brasil, formação antecipada pela missão francesa na Argentina em 1957.

Ao findar a primeira década da Guerra Fria, oficiais associados à Escola Superior de Guerra no Rio de Janeiro tomaram conhecimento de que o Exército francês parecia ter agora a oferecer mais do que um *ethos*, mas uma doutrina. Nas palavras do general Otávio Costa, essas novas ideias falavam de um tipo de “guerra infinitamente pequena, a guerra insurrecional, a guerra revolucionária”, uma forma de conflito no qual a ESG passou a identificar “o quadro da nossa própria possível guerra (REIS, 2012, p. 525).

1.4 O inimigo interno e suas problematizações

A segurança nacional talvez não saiba muito bem o que está defendendo, mas sabe muito bem contra quem: o comunismo. Sua indefinição é que faz sua eficiência: o comunismo pode aparecer em todos os setores da sociedade e, para lutar contra ele é preciso um conceito muito flexível. Qualquer atividade suspeita podia ser alcunhada de comunista e, como tal, considerada inimiga interna e, para combatê-la o Estado se fazia presente através da transformação da segurança nacional em repressão massiva. “[...] À onipresença do comunismo responde-se com a onipresença da segurança nacional” (COMBLIN, 1978, p. 55).

Este conceito de inimigo interno advém de uma construção maniqueísta atrelada a interesses militares, conforme veremos nas análises expostas a

seguir. Um melhor entendimento do que veio a ser o inimigo interno encontra-se em Borges (2003) segundo o qual:

[...] o inimigo interno é todo aquele que não se pronuncia em favor do regime e ideais revolucionários⁷², seduzido por ideologias estranhas e apoiado por forças externas (comunismo internacional). É um mal que deve ser extirpado, pois coloca em risco a segurança do país [...]. (BORGES, 2003)

Esta caracterização de cidadãos como inimigo interno está intrinsecamente associada à disseminação das Doutrinas de Segurança Nacional. Além da presença deste direcionamento ideológico no Brasil e na Argentina, é necessário refletir sobre esta presença nos demais países da América Latina, pois há, neste caso, um típico exemplo do que as DSNs, por intermédio dos manuais da *Escuela Superior de Guerra*, classificavam como inimigo interno, seria uma categoria de indivíduos considerados subversivos e que não se portavam dentro do que era esperado para os cidadãos do mundo livre cristão e ocidental. Corroborar esta definição os escritos sobre a caracterização do inimigo interno dado pelo Exército da Guatemala e analisado na obra de EPE (2014):

“(...) todos aqueles indivíduos, grupos ou organizações que por meio de ações ilegais tratam de romper a ordem estabelecida. [O inimigo interno] está representado pelos elementos que, segundo slogan do comunismo internacional, desenvolviam a chamada Guerra Revolucionária e a subversão no país. “(...) também deve considerar como inimigo interno, aqueles indivíduos, grupos ou organizações que sem ser comunistas tratam de romper a ordem estabelecida” (EJÉRCITO DE GUATEMALA, 1980, pp. 2-3 Apud EPE, 2014⁷³, tradução nossa)

Cidadãos estes que não professassem a fé no progresso e na ordem estabelecida nos regimes democráticos e republicanos, que não

⁷² A palavra revolucionário neste contexto pressupõe a interpretação dada pelos militares para a tomada do poder pelos militares em 1964, sendo assim, “revolucionários” seriam aqueles que defendiam a chegada e o governo militar no Brasil a partir de 01 de abril de 1964.

⁷³ - “(...) todos aquellos individuos, grupos u organizaciones que por medio de acciones ilegales tratan de romper el orden establecido. [El enemigo interno] está representado por los elementos que siguiendo consigna del comunismo internacional, desarrollan la llamada ‘Guerra Revolucionaria y la subversión en el país’. “(...) también debe considerarse como enemigo interno, a aquellos individuos, grupos u organizaciones que sin ser comunistas tratan de romper el orden establecido”. (Ejército de Guatemala, 1980, p. 2-3)

compartilhassem do maniqueísmo do mundo polarizado pela Guerra Fria, estes indivíduos eram considerados inimigos e não estavam de acordo com a vivência esperada no mundo ocidental.

Em 1981, o general argentino Cristino Nicolaides (1925-2011), pertencente ao III Corpo do exército, faz uma declaração alegando a existência de uma ação comunista-marxista internacional em vigor no mundo desde 500 anos antes de Cristo, e que este monstro do marxismo encontrava-se disciplinado e ordenado, com capacidade de se lançar sobre o mundo ocidental, e todos deveriam se organizar reativamente a esse fantasma (Periódico Clarín, 26/04/1981, apud in FRONTALINI, 1984, p. 78). Não será necessário problematizar o conteúdo proferido por esse militar, tamanha a sua desfaçatez histórico-conceitual. Assinalamos apenas que o teor desse comentário corrobora com a evidência de que, para a construção de um “bode expiatório” e da consequente materialização da figura do inimigo, foram usados os mais estapafúrdios argumentos.

Mais uma evidência da já analisada configuração do perfil do “inimigo” em sua forma mais extensiva, ou seja, os simpatizantes de ideologias pejorativamente denominadas “exóticas”, ideologia que justificava serem eliminados, excluídos do convívio social, pois poderiam contaminar a sociedade com suas ideias ou seriam espiões travestidos de pacatos cidadãos com intuito corruptivo. Daí ser demonizado qualquer vestígio, presença ou sinal de ideias, atividades ou práticas suspeitas de simpatia ou vínculo, mesmo que remoto, com o mundo chamado socialista naquela época, isto é, a URSS, Cuba, China, Coreia do Norte e alguns países da África, e todo o leste europeu e outros.

Porém, no campo dos acordos econômicos prevalecia, por parte do Estado argentino, um pragmatismo que em nada se assemelhava ao ódio criado contra os cidadãos considerados simpatizantes das tais “ideologias exóticas”. Pois os vínculos comerciais desse país com a União Soviética não foram interrompidos, pelo contrário se aprofundaram, retroalimentando o capitalismo.⁷⁴

⁷⁴ Tal evidência remete aos questionamentos sobre a Guerra Fria ou “Guerras Frias”, se não passou de uma construção ideológica que justificou a continuidade das intervenções norte-americanas na América Latina, ao invés de uma ameaça real ao mundo capitalista, engendrada pela União Soviética, ou se, de fato, havia tal polarização entre capitalistas e socialistas. E também a possibilidade da existência de “guerras frias” com diferentes formas de imperialismo estadunidense e soviético na América Latina. Para maiores discussões sobre esta temática ler o

Durante a ditadura do período de 1976 a 1983, a política argentina nesse campo se traduziu nas ações do ministro ultraliberal Martínez de Hoz. E, conforme Candeas,

No plano externo, o regime militar manteve algumas orientações do último governo de Perón: participação no Movimento Não-Alinhado, aprofundamento das relações comerciais com a URSS (com quem a Argentina iniciou importante cooperação nuclear), "autonomia heterodoxa" em relação aos Estados Unidos (temas nucleares e direitos humanos).(CANDEAS, 2005, s/p)⁷⁵

A Argentina possuía, desde o início da década de 1970, fortes vínculos comerciais com a URSS, os quais se traduziam na exportação de produtos agrícolas, principalmente cereais e importação de veículos. Além da cooperação para desenvolvimento de projetos de infraestrutura e assessoria técnica para centrais hidrelétricas e termoeletricas, necessárias à construção da usina de Salto Grande (uma empresa binacional construída na Bacia do Rio da Prata, entre Argentina e Uruguai) e o apoio recebido para a central de Paraná Médio (Central elétrica construída no Rio Paraná, região pertencente à Argentina), bem como o estabelecimento de um convênio pesqueiro para a captura e industrialização no Atlântico Sul do crustáceo *Krill*, além de outros convênios pesqueiros estabelecidos entre a Argentina e alguns países do leste Europeu. (RAPOPORT, 2007).

Destaca-se que a diplomacia entre esses países transcendeu os acordos comerciais, pois foi efetivado entre ambos uma cumplicidade em relação aos crimes cometidos pela ditadura militar (1976-1983). Tal cumplicidade se revela no apoio dado pela URSS à Argentina quando esta foi denunciada internacionalmente, pelos Estados Unidos, na Comissão de Direitos Humanos da OEA, por violações aos direitos humanos, durante o governo do democrata James Carter (1977-1981). Segundo Echagüe (1984, p.10) *“A ditadura teve apoio internacional. Contudo o mais forte e mais importante provinha da União*

trabalho de Anibal Garcia Fernández “La presencia argentina en El Salvador: el caso Del Batallón 601 de inteligência (1976-1983), México, 2017.

⁷⁵ CANDEAS, Alessandro Warley. Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos. Rev. bras. polít. int., Brasília, v. 48, n. 1, p. 178-213, June 2005. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292005000100007&lng=en&nrm=iso>. access on 05 Dec. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292005000100007>.

*Soviética e dos países por ela dominados*⁷⁶. Nos fóruns internacionais, a posição da URSS sobre a ditadura chilena (1973-1990) e seu líder Augusto Pinochet era de denúncia em relação ao desrespeito às questões humanitárias, porém a mesma posição não coube para a ditadura Argentina e seu mandatário mais longo Jorge Rafael Videla⁷⁷.

Além disso, a URSS, não só em função desses acordos comerciais, mas também pela orientação aos partidos comunistas no mundo – teses etapistas no caso argentino –, solicitava discreta adesão do Partido Comunista Argentino (PCA) ao governo vigente no país, conforme a historiadora Natália Casola, (2015).

Contudo, discute-se a complexidade desse apoio, uma vez que a base do partido não necessariamente se posicionou favorável a esta diretriz e não aceitou ser taxado de “colaboradores”, até porque, mesmo com tal discreta adesão, muitos militantes foram mortos e perseguidos por aquele terrorismo de Estado.

No entanto, e dentro daquele contexto, é inconcebível a existência de uma guerra sem um inimigo, e nesta particularidade de conflito, que é a guerra moderna, este inimigo chamado de subversivo é visto como um infiel aos valores democráticos disseminados pelo ocidente, pois pode questionar o poder estabelecido e será catalogado como um defensor da barbárie do atraso e da ditadura, ou seja é um subversivo e contra este inimigo o Estado deve se armar e propor o seu combate através dos mais diversificados meios para defender os valores do “bem”, do “progresso” e da “liberdade”. Mesmo sem oposição frontal, esses militantes foram classificados como inimigos internos, pois, nessa lógica, o poder monopolizado, e assim instrumentalizado, não admitia o princípio do “in dubio pro réu”, no caso o Estado contra o povo. Ou no dizer de Marx, referindo-se à Guerra Civil na França:

...todos vós vos comoveis de horror (no sentido parlamentar da palavra) ao ouvir que uma grande cidade foi bombardeada durante 48 horas. E por quem? Porventura, por um inimigo estrangeiro, que põe em prática as leis da guerra? Não, senhores deputados, por

⁷⁶ “*La dictadura tuvo apoyos internacionales. Pero el más firme y el más importante provino de la Unión Soviética y de los países por ella dominados*” (Echagüe, 1984, p.10)

⁷⁷ Esta posição dúbia da URSS foi apontada em mais de uma ocasião pela Associação das Madres de Plaza de Mayo e também pelo prêmio Nobel da Paz Adolfo Pérez Esquivel, que declarou em 1982 que a URSS apoiava a ditadura militar (argentina), pois nas votações da ONU (Organização das Nações Unidas), sempre votavam juntas. Ver Echagüe, 1984.

seu próprio governo. E por quê? Porque esta infortunada cidade exigia seus direitos. (MARX, 1999, p. 61)

Sendo assim, o Estado impõe suas regras e normas, como observamos pelas DSNs e seu caráter violento, como se estas fossem legítimas e representassem o interesse de todos, dessa forma as regras e normas impostas estariam agindo em prol da nação, com a construção de um discurso da legitimação da violência.

Tal perspectiva se manifesta claramente na preocupação das duas ditaduras militares, os meios de comunicação para fins propagandísticos e de empanamento internacional da repressão aqui existente. No Brasil, não é novidade a atuação privilegiada e consonante com as ditaduras que emissoras de rádio e TV obtiveram, desde financiamentos bastante duvidosos até a colaboração direta e sistemática. O Estado brasileiro, através de suas agências, atuou no sentido de cuidar da sua imagem em território nacional e internacional. No plano interno, destacou-se a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), criada no governo de Emilio Garrastazu Médici (1969-1974), agência incumbida de elaborar propagandas positivas sobre o Brasil *grande*. Fico (1997)

Na Argentina, outra característica que permeou o controle do Estado junto à sociedade foram as medidas tomadas em relação aos meios de comunicação, estas foram de cooptação, colaboração e censura, com medidas repressivas e condenação para aqueles burlassem o que era sancionado pela junta militar em exercício, pois aquele governo pensava os meios de comunicação como ferramentas de propaganda e circulação do discurso oficial na construção e circulação do discurso na Argentina, segundo Adamolli (2010):

A intenção de controlar e suprimir a liberdade de expressão esteve plasmada com o comunicado de nº 19 de 24 de março de 1976, que operou com o marco geral da estratégia a respeito dos meios de comunicação: Se comunica com a população que a Junta de comandantes Generais havia resolvido que fosse reprimido com a pena de reclusão por tempo indeterminado, aqueles que por qualquer meio difundisse, divulgasse ou propagasse comunicados ou imagens provenientes ou atribuídas a associações ilícitas ou pessoas ou grupos notoriamente dedicados a atividades subversivas ou ao terrorismo. Será reprimido com reclusão de até 10 anos, e que por qualquer meio difundir, divulgar ou propagar notícias, comunicados ou imagens com o propósito de perturbar,

prejudicar ou desprestigiar as atividades das Forças Armadas de Segurança ou Policiais. (ADAMOLI, 2010, p.68, tradução nossa⁷⁸)

1.5 A categoria violência e seus fundamentos

Durante a Guerra Fria, ocorreu uma diminuição da violência no chamado primeiro e segundo mundo, contudo esta se ampliou no terceiro mundo, pois [...]se produziu o surto de torturadores treinados oficialmente e ocorreu uma onda sem precedentes de regimes militares na América Latina e no Mediterrâneo, que faziam a “guerra suja” contra seus próprios cidadãos” (Hobsbawm, 2007; p.28)

A violência é uma categoria com amplos significados, deve ser analisada como um fenômeno social intrínseco às sociedades humanas, pois está inserida dentro de cada contexto histórico, juntamente com suas especificidades culturais. E o que aqui nos interessa investigar é a violência institucional, aquela classificada como um conjunto de atos orquestrados pelo Estado e seus representantes.

Lembramos que na constituição do Estado liberal – com a definição de suas fronteiras, organização de seu aparato burocrático conjuntamente com seus mecanismos jurídicos que lhe apresentam como legítimo perante a sociedade –, os mecanismos de controle criados para com seus cidadãos são naturalizados. Sendo assim, o Estado passa a ser o mediador entre a lei e a sociedade.

Para melhor compreender o fenômeno da violência nas sociedades contemporâneas, e dentro do Estado liberal, recorremos aqui a uma breve análise do conceito weberiano de violência. Para Weber, a violência pertence ao monopólio do Estado, e esta mesma violência por ser aplicada pelos aparelhos

⁷⁸ La intención de controlar y suprimir la libertad de expresión quedó plasmada en el Comunicado Nº 19 del 24 de marzo de 1976, que operó como marco general de la estrategia respecto a los medios de comunicación: «Se comunica a la población que la Junta de Comandantes Generales ha resuelto que sea reprimido con la pena de reclusión por tiempo indeterminado el que por cualquier medio difundiere, divulgare o propagare comunicados o imágenes provenientes o atribuidas a asociaciones ilícitas o personas o grupos notoriamente dedicados a actividades subversivas o al terrorismo. Será reprimido con reclusión de hasta diez años, el que por cualquier medio difundiere, divulgare o propagare noticias, comunicados o imágenes, con el propósito de perturbar, perjudicar o desprestigiar las actividades de la Fuerzas Armadas, de Seguridad o Policiales». (ADAMOLI et Alii, p.68)

públicos é vista como prática legítima, uma vez que estaria sendo usada em conformidade com a lei, pois seu uso seria consensual.

El Estado moderno es una asociación obligatoria, que organiza el poder. Ha tenido éxito al tratar de monopolizar el uso legítimo de la fuerza física como medio de dominio dentro de un territorio. (WEBER, 2003, p.43)

A característica mais comum da violência é o uso desproporcional da força, uma vez que esta atitude fere princípios éticos pré-estabelecidos em uma dada sociedade, pois contradiz códigos de conduta estipulados, evidenciando relações de força e sua íntima relação com o poder, como podemos notar na citação de Calveiro (2013):

Não há poder sem repressão, mas mais do que isso, é possível afirmar que a repressão é de fato a alma do poder. As formas que ela adota revelam sua mais profunda intimidade, uma intimidade que, precisamente por ser capaz de escancarar o poder, torná-lo óbvio, se mantém secreta, oculta, negada. (CALVEIRO, 2013, p.37)

A violência à medida que é empregada coisifica suas vítimas, roubando sua dignidade, como se estas que sofrem a violência fossem infra-humanos e, portanto, completamente despossuídas de qualquer humanidade, estando sujeitas às vontades e aos delírios do agressor.

Em nossa cultura, a violência é entendida como o uso da força física e do constrangimento psíquico para obrigar alguém a agir de modo contrário à sua natureza e ao seu ser. A violência é violação da integridade física e psíquica, da dignidade humana de alguém. Eis porque o assassinato, a tortura, a injustiça, a mentira, o estupro, a calúnia, a má-fé, o roubo são considerados violência, imoralidade e crime. (CHAUÍ, 1999, p. 21)

A etimologia desta palavra se origina do termo latino *violare*, que gerou para nós diversas palavras comumente utilizadas, tais como veemência, impetuosidade e também a palavra vis, o que equivale àquele que age pela força, que desonra, e trata com brutalidade.

Pensemos também em uma associação desta palavra violência com a palavra conflito, ambas se estabelecem dentro do mesmo campo semântico, porém ganham contornos interpretativos bem distintos, pois os conflitos nas sociedades não devem ser vistos apenas como algo negativo, depreciado e, portanto, evitado, mas como algo natural, que faz parte das relações humanas,

atreladas a disputas pelo poder e às lutas políticas e ideológicas. O problema se encontra quando se resolve evitar, estancar ou extirpar tais conflitos por intermédio do uso violência.

Notamos que a violência institucional faz uso de uma forma desproporcional de poder através de seus mecanismos burocráticos, perspicazes e bélicos, atrelados a um sistema de inteligência apto a perseguir, controlar, prender, punir e exterminar a vida dos cidadãos, os quais deveriam ser protegidos pelo Estado, mas que em um período classificado como de exceção, este mesmo Estado irá aplicar a força, monopolizar a violência e instalar o terror⁷⁹.

A violência precede uma ação voluntária, objetiva, direcionada para um determinado alvo. A função de aterrorizar é indispensável no âmbito da violência, pois assim o governo consegue atingir seus objetivos.

A Argentina, segundo Delli-Zotti (2009), possuía até os anos de 1960 níveis baixos de violência de Estado comparado aos demais países da América Latina, porém essa realidade foi alterada sensivelmente nos anos seguintes, com a nova dinâmica social que se impôs naquele momento histórico, como podemos observar com os estudos de Calveiro (2013) e a gênese do poder desaparecedor:

Entre julho e agosto de 1974 foi registrado um assassinato da AAA a cada 19 horas. Em setembro de 1974 já tinham sido mortas aproximadamente duzentas pessoas em atentados dessa organização. Foi quando começou a prática do desaparecimento de pessoas. (CALVEIRO, 2013, p.31)

Segundo Moyano (1999), a Argentina experiencia uma guerra civil sem batalhas. Entre os anos de 1969 a 1979, ocorrem nove mil mortes em atentados, resultados de vinte e dois mil atos de violência. Ocorreu neste período um ocaso na história Argentina:

É possível identificar diferentes aspectos que acabariam moldando o exercício do Terrorismo de Estado na Argentina, com seus centros clandestinos de detenção, torturados e

⁷⁹ Segundo Bobbio (1983, p. 1242), “Como terror entende-se, de fato, um tipo de regime particular, ou melhor, o instrumento de emergência a que um Governo recorre para manter-se no poder”. Já Bauer (2005) nos traz o termo “cultura do medo” cunhado pelo argentino Guillermo O’Donnell, para caracterizar as práticas violentas impetradas pelas ditaduras militares nas últimas décadas do século XX nos países aqui estudados.

desaparecidos, seus bebês roubados e seus voos da morte, todos envolvidos em uma cruzada para salvaguardar os valores cristãos que sustentam a civilização ocidental: a Doutrina de Segurança Nacional, a hierarquia eclesiástica – que através do catolicismo fundamentalista justificava a necessidade da violência como purificação e expiação –, a técnica de concentração, bem como a brutalidade com que operava sobre os corpos de suas vítimas acrescentaram violência generalizada. (DELLI-ZOTTI, 2009, tradução nossa⁸⁰)

Neste período que compreende meados dos anos de 1960 ao início dos anos de 1980, a Argentina presenciou a instalação das práticas de terrorismo de Estado com todos os seus métodos repressores, extremamente violentos, sendo administrados e sistematizados pelas forças armadas, que forjaram o disciplinamento da sociedade à sua imagem e semelhança.

Lembremos do episódio ocorrido na Argentina em 1955, quando um grupo de militares rebeldes, que era uma ala que compunha o alto escalão da Marinha provoca bombardeios na cidade de Buenos Aires, mais precisamente na Casa Rosada, sede do poder executivo desse país, e nos espaços limítrofes da Praça de Maio e adjacências na tentativa de afastar e assassinar Juan Domingo Perón que estava legalmente em seu segundo mandato presidencial (1952-1955).

Contudo, a ação foi frustrada, pois Perón contornou a situação e deixou a presidência da nação alguns meses após tal episódio. Porém, esse massacre provocou a morte de mais de 350 civis e deixou mais de 1000 cidadãos feridos, além dos 30 fuzilamentos de civis e militares que ocorreram no ano seguinte, como reflexo desses atos.

Tais ações podem ser vistas como uma das etapas dos ensaios das práticas do terrorismo de Estado, uma vez que o ataque partiu de uma instituição militar governamental e os principais atingidos foram os civis (PIGNA, 2013). Outra etapa destes ensaios refere-se à violência utilizada no

⁸⁰ Se pueden identificar distintas vertientes que terminarían moldeando el ejercicio del Terrorismo de Estado en Argentina, con sus centros clandestinos de detención, sus torturados y desaparecidos, sus bebés robados y sus vuelos de la muerte, todo ello revestido de cruzada para salvaguardar los valores cristianos que sostienen la civilización occidental: la Doctrina de la Seguridad Nacional, la jerarquía eclesiástica – que a través de un catolicismo integrista justificaba la necesidad de la violencia como purificación y expiación –, la técnica concentracionaria, que a la sevicia con que operaba sobre los cuerpos de sus víctimas añadió una violencia generalizada. (DELLI-ZOTTI, 2009)

Operativo Independência, que será explicado nos próximos itens deste capítulo.

Observaremos ao longo deste texto, que mandatários militares tomaram o poder nos países do Cone Sul após a segunda metade do século XX, e constituíram não somente governos calcados em ditaduras militares, mas situações de mando com características de um Estado Terrorista, com todas as suas práticas e métodos coesos a este formato de Estado repressor bonapartista. Considerando que as classes dominantes já não podiam continuar governando com os velhos métodos e, sendo assim, recorreram ao terror fascista aberto para poder conter as massas (GASTIAZORO, 2004).

1.6 Estratégias e princípios de suspeição

Um ensaio desta violência sistemática sob o controle estatal, que iria ser aplicada na Argentina pós-golpe de março de 1976, possui suas heranças em práticas violentas associadas aos fatos ocorridos entre 1975 e 1977, na região noroeste da Argentina, mais precisamente na província de Tucumán⁸¹. Nessa região, por intermédio da assinatura de um decreto de número 261/75 pelo Poder Executivo Nacional Argentino, que previa ao *Comando General do Exército* as metas de executar operações militares que fossem necessárias para sufocar e neutralizar os elementos subversivos que atuavam nesta província. Esse episódio ficou conhecido como *Operativo Independencia*, ali foi montado um teatro de operações pelas forças armadas, o que incluiu a criação de centros clandestinos de detenção e a organização de grupos que praticavam sequestros, torturas, assassinatos de cidadãos ditos inconvenientes (GARAÑO, 2016).

O alvo dessa operação seria os inimigos da nação, os subversivos vinculados às “ideologias exóticas” de esquerda e militantes das agremiações guerrilheiras, como Montoneros ou filiados ao Exército Republicano Popular (ERP). Contudo, as principais vítimas encontram-se entre os operários da indústria açucareira local e líderes sindicais combativos (CRENZEL, 2010).

⁸¹ O nome desta província possui uma notoriedade particular na história política da Argentina, pois foi na cidade de San Miguel de Tucumán, em 1816, que foi assinado um dos protocolos que se encontra dentro do processo da independência da então “Províncias Unidas do Rio de la Plata” em relação à metrópole espanhola.

Constata-se que os fatos ocorridos nesses conflitos serviram como um ensaio para a aplicabilidade das doutrinas francesas na Argentina. Isto devido à atuação do General Acdel Edgardo Vilas (1925-2010), militar argentino treinado com o modelo de guerra teorizado pelo francês Roger Trinquier (1908-1986), denominada doutrina francesa, pois esta doutrina descrevia as práticas de guerra moderna, que já haviam sido utilizadas na Indochina e Argélia, e que propunha entre suas táticas de como lidar com o inimigo o uso de torturas físicas ou psicológicas, como um recurso dos serviços de inteligência, o uso dos sequestros e a consequente figura dos “desaparecidos”, o que configura um conjunto de práticas ilegais de punição, prisão e condenação.

Utilizou-se também, nesses conflitos na Argentina, uma série de serviços assistenciais por parte do Exército junto a sociedade local, práticas estas chamadas de ação cívica (CRENZEL, 2010). Lembramos que no Brasil durante a Ditadura Militar as forças do exército também alçaram mão desses expedientes⁸².

O Relatório da CONADEP, elaborado em 1983, logo nos primeiros momentos do retorno à democracia argentina, expõe de forma clara as práticas repressivas que foram implementadas por aquela ditadura militar, da mesma forma, elabora denúncias das táticas de guerra que também fizeram parte do *modus operandi* daquele governo repressor:

Desse modo, em nome da segurança nacional, milhares e milhares de seres humanos, geralmente jovens e até adolescentes, passaram a integrar uma categoria tétrica e fantasmagórica: a dos desaparecidos. Palavra – triste privilégio argentino! – que hoje se escreve em castelhano em toda a imprensa do mundo⁸³. (Relatório Nunca Más – CONADEP-, tradução nossa)

Esse relatório que documentou, entre outras particularidades e características mórbidas e assombrosas daquele período, os métodos

⁸² Estas práticas também foram correntes no Brasil durante a ditadura militar, para maiores informações ver a tese de Doutorado de Plínio Ferreira Guimarães - *Outras formas de enfrentar a ameaça comunista*: os programas assistenciais do Exército brasileiro como estratégia de combate à guerra revolucionária (1964-1974) – UFMG, 2014.

⁸³ De este modo, en nombre de la seguridad nacional, miles y miles de seres humanos, generalmente jóvenes y hasta adolescentes, pasaron a integrar una categoría tétrica y fantasmal: la de los Desaparecidos. Palabra - ¡triste privilegio argentino! - que hoy se escribe en castellano en toda la prensa del mundo. (Relatorio Nunca Más) CONADEP – Argentina, 1983.

empregados pelas forças armadas em relação aos crimes cometidos naquele momento, principalmente com os sequestros e a criação da figura do *desaparecido*, que foi naquele contexto um sinônimo de assassinato.

Porém, lembramos que não foram os argentinos que inauguraram essa prática, não foi um “privilégio” do Estado argentino, e conforme apresentado nos parágrafos anteriores, esse método é resultado das táticas francesas de guerra moderna, já executadas nas guerras da Indochina e Argélia nos anos de 1950. Conforme podemos ver pela pesquisa da jornalista francesa Marie Monique Robin (2014).

A ocultação massiva de cadáveres, que hoje chamamos de “desaparecidos” da Argentina... é uma característica da batalha de Argel, na qual os militares franceses inauguraram um método considerado, no mesmo grau que a tortura, como uma arma de guerra contrarrevolucionária. (ROBIN, 2014, p.105, tradução nossa⁸⁴)

A técnica de desaparecimento forçada, ainda segundo análises da jornalista francesa, era eficaz sob vários aspectos, pois eliminava os prisioneiros que já haviam prestado depoimentos, portanto não serviam mais para as “investigações”, bem como também era útil para reproduzir uma violência simbólica, pois esta prática aterrorizava a população que observava estes desaparecimentos e sem a certeza destas mortes, além de evitar ações judiciais sobre estes prisioneiros, resolvia-se sob o ponto de vista prático; a eliminação física. Ou seja, era uma arma de guerra contrarrevolucionária e devidamente racionalizada.

Sabemos que o funcionamento desta máquina de desaparecer pessoas, foi um projeto racional e objetivo e para obter êxito contou com o apoio de todo um aparato técnico e institucional. Não nos deteremos em apresentar ou problematizar estes cúmplices, discutiremos apenas uma charge de um jornal francês de 1995 sobre este fenômeno, a qual se encontra nos anexos de número 6.

⁸⁴ La disimulación masiva de cadáveres, que hoy evoca a los “desaparecidos” de Argentina..., es una característica de la batalla de Argel durante la cual los militares franceses inauguraron un método considerado, al mismo título que la tortura, como un arma de guerra contrarrevolucionaria. (ROBIN, 2014, p.105).

Muito embora este texto destaca o protagonismo francês nessas técnicas de desaparecimento, devido às assessorias prestadas por agentes desse país europeu à Argentina, lembramos que em outras guerras o método do desaparecimento também já fora empregado, a Guerra Civil Espanhola (1937-1939) é um exemplo.

Continuando a apresentação sobre os vínculos repressivos entre as ações tucumanas e as práticas do terrorismo de Estado aplicadas no decorrer da ditadura militar iniciada na Argentina a partir de 1976, temos a citação a seguir:

Esta modalidade repressiva aplicada em Tucumán – executada de maneira direta pelas Forças Armadas (FF.AA) – se articulou com outras práticas e direcionamentos da repressão política que se aplicaram em nível nacional: as ameaças, atentados e assassinatos de organizações paramilitares (como a chamada Triple A, Alianza Anticomunista Argentina); a lei 20.840 de Seguridad Nacional “para la represión de la actividad terrorista y subversiva” de outubro de 1974 e a declaração do estado de sítio em novembro de 1974, entre outras. Como consecuencia da aplicación deste conjunto de medidas foi se configurando progressivamente um estado de exceção que se fundiu a uma lógica político-repressiva centrada na eliminación do inimigo interno. (Franco, 2012 apud GARAÑO, 2016, tradução nossa ⁸⁵)

Um outro fenômeno calcado na implementação da violência no seio da sociedade argentina e nascido ainda no período democrático, tal qual o *Operativo Independência*, foram os grupos paramilitares, estes foram sistematizados e ampliados na esteira da brutalidade advindas com a Ditadura Militar a partir de 1976.

Estes grupos estruturados na implementação da violência foram a Alianza Anticomunista Argentina (*Triple A*)⁸⁶ e o Comando Libertadores de

⁸⁵ Esta modalidad represiva aplicada en Tucumán – ejecutada de manera directa por las Fuerzas Armadas (FF.AA.) – se articuló con otras prácticas y lineamientos de represión política que se aplicaron a nivel nacional: las amenazas, atentados y asesinatos de organizaciones paramilitares (como la llamada Triple A, Alianza Anticomunista Argentina); la ley 20.840 de Seguridad Nacional “para la represión de la actividad terrorista y subversiva” de octubre de 1974 y la declaración del estado de sitio en noviembre de 1974, entre otras. Como consecuencia de la aplicación de este conjunto de medidas se fue configurando progresivamente un estado de excepción y se fundó una lógica político-represiva centrada en la eliminación del enemigo interno. (FRANCO, 2012 apud GARAÑO, 2016)

⁸⁶ São inúmeros os grupos de direita advindos do peronismo, podendo-se citar, além dos acima, o Comando Peronista de la Lealtad, a Concentración Nacionalista Universitaria, o Comando Evita, a Legión Revolucionaria Peronista, além das provinciais, tais como, o Comando Nacionalista del Norte, em Tucumán, o Comando Moralizador Pío XII e o Comando Anticomunista (Mendoza), entre outros. FRANCO, P. 60, APUD. (FRANCO, Marina. Un enemigo para la nación: orden interno, violencia y subversión, 1973-1976. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012. Apud: SOUZA, Camila Fontes de. *La acción cambiante: da luta armada aos direitos humanos nos cartazes argentinos (1973-1984)* direção USP, 2013, p. 32.

América (CLA), braço cordobês⁸⁷ da Triple A, compostos por agrupações da direita peronista que atuaram entre 1973 e 1976, cujas práticas eram similares aos esquadrões da morte vigentes aqui no Brasil. Praticavam sequestros, assassinatos e desaparecimentos de opositores políticos considerados comunistas. A peculiaridade deste grupo foi o seu vínculo subterrâneo com José Lopes Rega, ministro do Bem Estar Social do governo de Isabel Perón.⁸⁸ Ou seja, o aparelhamento do Estado argentino em propagar a violência e o terrorismo de Estado já estava sendo gestado antes do golpe de 1976 e conta-se, segundo dados oficiais, um total de seiscentos e oitenta e três assassinatos cometidos por este grupo no período em que esteve atuante⁸⁹.

Ainda sobre a *Triple A* e suas práticas, podemos observar como esta era vista por representantes do Estado argentino, por intermédio de um texto publicado no periódico argentino *La Opinión* de 03 de outubro de 1976 pelo contra-almirante e chanceler Cesar Guzzetti, quando se expressou utilizando os seguintes argumentos: que a triple A era como se fosse anticorpos criados por uma sociedade enferma, uma espécie de reação de um organismo para combater seus predadores que estariam corroendo internamente o corpo social do país. E que esta situação seria resolvida à medida que o Estado assumisse esta tarefa de combater os grupos guerrilheiros, sendo assim a atuação de grupos paralelos como a *Triple A* deixariam de existir (Cesar Guzzetti, apud *La Opinión*, 03 de Outubro de 1976, in FRONTALINI, 1984, p. 21).

Sobre a violência estatal orquestrada no Brasil daquele período, preferimos situá-la dentro do chamado anos de chumbo, expressão utilizada para se reportar ao avanço da violência deflagrada por órgãos do Estado para com a sociedade civil que questionasse ou se organizasse contra o poder militar estabelecido. Podemos situar esse período, após a aprovação do Ato Institucional número 05 em 13 de dezembro de 1968, como a intensificação dos poderes do Estado autoritário, fechamento do Congresso, cassação de

⁸⁷ Refere-se à cidade argentina de Córdoba.

⁸⁸ Disponível em: <https://rolandoastarita.blog/2018/03/22/24-de-marzo-y-la-triple-a/>. Acesso em: 10 nov. 2019.

⁸⁹ Para maiores informações, ver: <<http://www.desaparecidos.org/arg/victimas/listas/aaa.pdf>>. “El vacío se profundiza porque, si bien en la Comisión Nacional de Desaparición de Personas (CONADEP) hay cerca de mil denuncias de desapariciones perpetradas durante el gobierno peronista (1973-1976), en ninguno de los procesos judiciales abiertos hubo condenados”. ROSTICA, Julieta. Apuntes sobre la “Triple A”. Argentina, 1973-1976. *Desafíos*, Bogotá (Colombia), p. 21-51, 2011.

parlamentares e a chegada ao poder da chamada “linha dura⁹⁰”, pois uma facção de militares que objetivava aprofundar o poder da Ditadura ora em vigor e não “devolver” o país à ordem constitucional. General Emilio Garrastazu Médici assume o poder executivo do Brasil entre os anos de 1969 a 1974, foi um de seus representantes. Desse modo, sedimenta a escalada repressiva, que se instalava no Brasil desde os primeiros dias após o golpe militar.

Com a Criação do SNI, em 1964, como uma agência de espionagem dos cidadãos, numa situação em que se verificava impossível isolar o “inimigo interno”, todos eram suspeitos (MOREIRA-ALVES, 1984, p.72).

A respeito do número de mortos pela violência estatal no período, há os dados do Relatório da Comissão Nacional da Verdade de 2014, que aponta 434 mortes e entre estas 210 desaparecidos. No entanto, há controvérsias sobre esses números, pois a Ditadura Militar utilizou estratégias que dissimularam a quantidade do número de mortos, como por exemplo atribuir à morte de alguns presos políticos como se fosse suicídio, sendo que foram assassinados. Outras mortes deflagradas no período são as de indígenas e camponeses, decorrentes de conflitos agrários, nos quais estavam em jogo os interesses das madeireiras e grandes fazendeiros, que não hesitaram em exterminar com apoio das forças armadas e do aparato policial quem ali habitava.

Citamos também outra modalidade de extermínio que foi registrada na época, que são os esquadrões da morte, método utilizado por forças policiais para exterminar cidadãos nas periferias das grandes cidades, seu nascimento remonta às cidades do Rio de Janeiro no final dos anos de 1950 e em São Paulo anos de 1960. Na cidade de São Paulo, o comando dessa organização estava a cargo do delegado Sérgio Paranhos Fleury, que também dirigia o Departamento de Ordem e Política Social – DOPS. Esses crimes eram praticados como a representação de poder extralegal e culminou em graves violações aos direitos humanos. Denota-se que esse método surge dentro dos aparelhos do Estado, um exemplo seria o estado de São Paulo que, segundo a Comissão da Verdade Rubens Paiva e de pesquisas do jurista Hélio Pereira Bicudo, o governador Roberto Costa de Abreu Sodré (1967-1971) era um dos responsáveis por tais práticas (CNV, 2014).

⁹⁰ Chirio, Maud, op. cit.

Outra categoria de mortes do período, segundo pesquisas de Campos (2018), foram as relacionadas aos acidentes de trabalho, estas ocorriam com o aval público, devido à ausência de uma política de fiscalização e a uma legislação falha que não punia as grandes empresas pela omissão em prevenir estes acidentes. Segundo dados da Folha de São Paulo, foram mortos em 1971 o total de 2.559 operários e no ano de 1980, a partir dos dados da OIT, o número saltou para 8.892. A citação a seguir retirada do site da Comissão da Verdade organizada pela PUC-SP sintetiza a amplitude em relação à sociedade civil das perseguições e mortes provocadas pela Ditadura Militar brasileira:

No Brasil, a radiografia dos atingidos pela repressão política ainda está longe de ser concluída, mas conforme levantamento da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos da SEDH-PR sabe-se que pelo menos 50 mil pessoas foram presas somente nos primeiros meses da ditadura militar e cerca de 20 mil brasileiros passaram por sessões de tortura. Além disso, existem 7.367 acusados e 10.034 atingidos na fase de inquérito em 707 processos judiciais por crime contra a segurança nacional; sem falar nas milhares de prisões políticas não registradas, nas quatro condenações à pena de morte, nos aproximadamente 130 banidos, nos 4.862 cassados, nas levas de exilados e nas centenas de camponeses assassinados⁹¹.

Por intermédio da citação, nota-se que o Estado autoritário agiu em direção a vários setores sociais e de diversas formas, fazendo uso de distintos métodos repressivos, e muitas dessas vítimas não foram até este momento devidamente registradas, tamanha a complexidade dessas buscas, bem como o uso da Lei de Anistia 6.683 de 1979, que serviu para inocentar militares que haviam cometido os crimes durante a Ditadura Militar. Outro fator foi a longa demora em instalar no Brasil uma Comissão Nacional que apurasse tais crimes, a CNV brasileira nasce vinte e cinco anos após o término desta última ditadura, que foi em 1985.

As estratégias do sistema de vigilância exercido sobre os cidadãos de ambos os países naquele período são recorrentes na documentação investigada, citamos aqui o caso de um grupo de trabalhadores argentinos que, no ano de 1977, viviam em Foz do Iguaçu, cidade do estado do Paraná – Brasil, região fronteira com a Argentina. Estes trabalhadores eram constantemente

⁹¹ Disponível em: <https://www.pucsp.br/comissaodaverdade/home.html>. Acesso em: 07 set. 2019 às 17h.

monitorados⁹², o que despertou a atenção do Consulado da República Argentina em Foz do Iguaçu que encaminhou ao embaixador, em Brasília, um relatório com uma série de apontamentos sobre a presença desses cidadãos em território brasileiro.

Para melhor compreendermos o episódio, situamos que entre os anos de 1975 e 1976 chegaram na cidade de Foz do Iguaçu quarenta e seis cidadãos argentinos acompanhados de seus familiares, pois estes foram trabalhar para a UNICON (Consórcio de Empresas do Brasil), uma das empresas encarregadas para a construção das obras da hidrelétrica de Itaipu, afirma-se que estas famílias possuíam residência fronteiriça, isto é, estavam ali com uma espécie de licença para unicamente trabalhar nesta empreitada que se localiza na região de fronteiras.

A questão central relatada nesse documento estava em monitorar qualquer forma de associação dos argentinos que ali viviam, de forma que estes pudessem ser controlados, sendo assim foi relatado que o Cônsul da Argentina em Foz do Iguaçu desconhecia qualquer agremiação de argentinos nesta cidade e que a maioria destes residentes recebe sua visita sobre qualquer pretexto, com a finalidade de observar seu comportamento e sua “forma de vida”, afirma, contudo que tais cidadãos se comportam de forma prudente e sem causar problemas às autoridades locais e a esta representação, no caso o Consulado argentino em Foz do Iguaçu.

São claros, nesse documento, os princípios da suspeição sobre a sociedade civil, uma vez que é evidente o controle oficial sobre os cidadãos, a vigilância sobre o que fazem, como são, onde trabalham, se participam de associações ou não, como se agremiam, inclusive com visitas pessoais do próprio Cônsul. Isto é, a vigilância para com estes cidadãos trabalhadores é assídua e rigidamente controlada.

Na esteira das perseguições e controle sobre a sociedade civil nessa mesma região da tríplice fronteira, encontra-se um documento⁹³ de 1976 intitulado “*Actividad subversiva brasileira - Servicio de Inteligencia de país*”

⁹² Ofício sob o código: “Cumplimentar nota “S” ELCA N°26/977”, datado em 02/02/1977 e oriundo dos *Archivos de La Cancilleria* Argentina na cidade de Buenos Aires. Encontra-se nos anexos deste texto sob número 07.

⁹³ Documento catalogado sob número 62/76, com data de 29.12.1976 pertencente aos Arquivos Celestina Perez no Paraguai.

amigo", lavrado pelo *Comando del Jefe de las Fuerzas Armadas de La Nación* do Paraguai e que fora difundido pelo departamento de investigações deste mesmo país para os outros dois (Argentina e Brasil), sobre um pedido de busca, no qual cita nominalmente a perseguição a uma brasileira em território paraguaio.

Tratava-se de Maria Lucia Alves Ferreira, natural de São Paulo, que se encontrava exilada no Peru e iria se encontrar com sua mãe e outros "subversivos" em Foz de Iguaçu no final do ano de 1976, e, segundo consta, portava um passaporte falso. Destaca-se a urgência em comunicar este comando de segurança sobre a presença dela em território paraguaio e não a deixar entrar no Brasil, exceto se tivesse uma autorização do Consulado Brasileiro.

Imagem 02: Brasileira sob suspeita no Paraguay.

COMANDO EN JEFE DE LAS FF. AA. DE LA NACION
ESTADO MAYOR GENERAL
II DEPARTAMENTO
Asunción - Paraguay

29 de Diciembre de 1976.-

PEDIDO DE BUSQUEDA N° 62/76

1. ASUNTO: ACTIVIDADES SUBVERSIVA BRASILEIRA
2. ORIGEN: SERV. DE INTELIGENCIA DE PAIS AMIGO.
3. REFERENCIA: ...
4. DIF. ANTERIOR: ...
5. DIFUSION: ...
6. ASUNTO: ...
7. DATOS CONDICIONALES: ...

1. ASUNTO: ACTIVIDADES SUBVERSIVA BRASILEIRA
2. ORIGEN: SERV. DE INTELIGENCIA DE PAIS AMIGO.
3. REFERENCIA: ...
4. DIF. ANTERIOR: ...
5. DIFUSION: ...
6. ASUNTO: ...
7. DATOS CONDICIONALES: ...

a. La subversiva brasileira Maria Lucia ALVES FERREIRA (a. MALU), hija de HUMBERTO y CICCINDA ALVES FERREIRA, nacida el 05-DIC-44, en SAN PAULO (B), pretando viajar del PERU, en donde se encuentra exilada, a nuestro país, con el fin de encontrarse con su madre y con otros elementos subversivos.

b. El lugar de encuentro posible sería la Región de FOZ DE IGUAZU (B) entre los últimos días de Diciembre 76 al 03-ENE-77.

c. Según informes, "MALU" tiene pasaporte Brasileiro falso.

d. Informar inmediatamente a este Comando en Jefe de la presencia en nuestro país.

e. No permitirle que la misma ingrese al Brasil, sin la visa del Consulado Brasileiro.

Fonte: Arquivo Celestina Perez Almada em Assunción – Paraguay.

Em uma pesquisa na internet sobre Maria L. A. Ferreira, foi encontrado seu testemunho concedido para a Comissão Nacional da Verdade do Brasil no ano de 2014⁹⁴, nessa entrevista ela se reporta ao episódio de sua tentativa de entrar no Brasil, afirma que estava fora do Brasil havia dez anos, havia morado na França, Chile, Argentina, onde também foi presa, Panamá e, por último, no Peru e pretendia retornar a seu país. Neste encontro retratado pela polícia investigativa paraguaia (conhecida por La Técnica) iria se encontrar com sua mãe e um advogado brasileiro de nome Airton Soares no Paraguai, o passaporte que usava naquele momento não era falso, pois havia se casado e obtinha documentação legal peruana. Sua trajetória desde a militância estudantil, nos anos de 1960, ao exílio por diversos países da América Latina e Europa, na década seguinte, se entrecruzam; primeiramente com os ditames das DSNs, pois é enquadrada como inimiga interna e no exílio se depara com a máquina de perseguição orquestrada pela Operação Condor.

O sistema de vigilância paraguaio ainda retratará Maria Lucia em outro pedido de busca⁹⁵, desta vez com data de 03/01/197, neste é reiterado a necessidade de encontrá-la.

Os princípios da suspeição dos serviços de inteligência entre os países do Cone Sul também podem ser observados por intermédio de um pedido⁹⁶ de busca elaborado pelo SNI que objetivava a captura de um representante da organização da *União Nacional dos Estudantes* (UNE) do Brasil, chamado de “Rezende”. O brasileiro procurado estaria em Buenos Aires para manter contato com organizações de estudantes da Argentina com o intuito de criar uma *Junta Revolucionária Latino-americana* e para tanto iriam propor a organização de um *Congresso Latino-Americano de Centros Estudiantis*.

O documento relata ainda a pauta desta reunião entre os estudantes – que engloba o tema central que seria a situação política na Nicarágua –, tratariam de assuntos “específicos”, mas, não são apresentados quais seriam

⁹⁴ Disponível em: <https://cnv.grauna.org.br/todos-volume-1/653-v%C3%ADtimas-civis.html>. Acesso em: 29 out. 2019 às 11h.

⁹⁵ Pedido de Busca Nº001/77- Assunto: Atividades Subversiva Brasileira – Origem 2ª Divisão de Infantaria - Arquivo Celestina Perez Almada na capital Paraguuaia.

⁹⁶ Pedido de busca sob Nº 036, oriundo do SNI - Difusão: 1ª EX/2ª seção do Comando Aéreo Regional (COMAR), datado de 19.09.1979 e colhido no Arquivo Celestina Perez Almada na capital Paraguuaia.

eles; discutiriam também a possibilidade de criar uma Junta Revolucionária Latino-Americana, que seria um agrupamento de “todas as forças subversivas empenhadas em ações contra as estruturas governamentais”.

Contudo, os próprios agentes militares sabiam que as forças de oposição, inclusive as estudantis, já haviam sido desorganizadas ao longo da repressão daqueles últimos anos e não representavam perigo à “ordem” conforme pesquisa da historiadora estadunidense McSherry (2009, p. 62).

Essas informações eram obtidas mediante a presença de agentes militares infiltrados em organizações estudantis, cujos relatórios eram verdadeiras peças acusatórias de exercício de atividades subversivas.

Este capítulo traçou um panorama das relações dos EUA com América Latina ao longo do século XX, como se formaram as DSN e o papel das Escolas Militares, juntamente com a criação do onipresente inimigo interno, transformado em verdadeiro bode expiatório e justificativa para ações militares. O próximo capítulo tratará das operações repressivas dentro destes Estados, com a criação da emblemática Operação Condor e o advento da guerra contrarrevolucionária e o papel das Escolas das Américas.

2 A formação militar, conexões repressivas e as estratégias implementadas: Operação Condor e a guerra contrarrevolucionária

El sueño de la Patria Grande latinoamericana, acuñado por Bolívar, San Martín, Belgrano y Güemes, tuvo su contracara en la realidad del denominado Plan Cóndor, una diabólica operación de inteligencia coordinada pela CIA y las dictaduras militares latinoamericanas [...] (GARZON, p. XXVIII)

Este capítulo irá tratar das conexões entre a Escola das Américas e os treinamentos militares desenvolvidos pelas ditaduras civis-militares no Cone Sul da América Latina, bem como as Operações de guerra contrarrevolucionária chamadas de Fênix e Condor que evidenciaram as estratégias repressivas nos países aqui estudados.

Tais conexões aparecem em documentos que explicitam as ações das DSNs, e a análise dessa documentação evidenciou o intercâmbio repressivo estabelecido entre os países aqui estudados.

Pode-se considerar a existência de três formas de guerra que estão na base da elaboração da guerra total, ou seja, a percepção de que se vivia em uma situação de conflito permanente contra o comunismo: a fria, a generalizada, e a contrarrevolucionária.

A Guerra Fria que é a mais popularizada pela historiografia, diz respeito ao período que compreende os anos de 1945 a 1991, por tratar-se de um novo modelo de embate, que seria indireto cujas agressões entre as principais potências da época, que eram os EUA e URSS, se dariam na órbita diplomática, cultural, econômica, ideológica, e não diretamente com o uso de armas.

No entanto, a guerra contrarrevolucionária ou contrainsurgente, que se caracteriza como um conjunto de práticas na qual os militares latino-americanos lançaram mão para conter movimentos revolucionários, como o controle progressivo da população, atividades como ação cívica, espionagem, pode ser considerada um desdobramento da Guerra Fria. Por guerra generalizada entendem-se todas as formas beligerantes, de uma forma absoluta, cujo objetivo é destruir o inimigo por uma questão de sobrevivência (FERNANDES, 2009).

Os itens a seguir apresentarão essas conexões, como a relação entre Escola das Américas e governos ditatoriais na América Latina, a formação das Operações Fênix e Condor atreladas às assessorias de origem francesa e

estadunidense, bem como a sistematização de um aparato repressivo coordenado e sistematizado entre os países aqui estudados.

2.1 O protagonismo da Escola das Américas nas ditaduras militares do Cone Sul

A nova Doutrina de Segurança Hemisférica reservou a função de defesa contra o inimigo mundial para os Estados Unidos e seus aliados da OTAN, deixando para os exércitos latino-americanos a tarefa de combater a chamada <infiltração comunista> ao sul do Rio Bravo e no interior de seus próprios povos.⁹⁷ (BARBERO; GODOY, 2015, p.36, tradução nossa)

Criada na América Central pelos Estados Unidos, mais especificamente no Canal do Panamá⁹⁸ em 1946 com a *denominação* inicial de *Centro de Adestramento Latino-americano – Divisão de Terra*. Foi uma escola para formação militar e também um instituto do Departamento de Defesa dos Estados Unidos que acumulou entre suas funções a disseminação das Doutrinas de Segurança Nacional para os países da América Latina e situada em Fort Amador

no Panamá, a Escola das Américas fez parte da iniciativa da Doutrina de Segurança Nacional norte-americana. Ela estabeleceu a unificação das Forças Armadas num Estado-Maior conjunto subordinado à Secretaria de Defesa, com sede no edifício chamado Pentágono, esse órgão ficou responsável pela formulação da política militar. (LOPES, 2016)

Seus principais objetivos eram manter os interesses políticos e econômicos dos EUA na América Latina, de forma a conter as organizações populares bem como os movimentos político-sociais de esquerda que emergissem dentro do então contexto da Guerra Fria.

Todavia, o que fora divulgado, e obviamente de forma dissimulada para a criação desta escola militar, seria o fomento e a cooperação entre os países

⁹⁷ La nueva Doctrina de Seguridad Hemisférica reservó la función de la defensa contra el enemigo mundial para los Estados Unidos y sus aliados de la OTAN, dejando para los ejércitos latinoamericanos la tarea de combatir la llamada «infiltración marxista» al sur del Río Bravo y al interior de sus propios pueblos. (BARBERO; GODOY, 2015, p.36)

⁹⁸ A escolha do Panamá para sediar esta instituição remonta aos interesses imperialistas dos EUA na América Central, isto desde a criação do Canal do Panamá no século XIX e a continuidade desses interesses no período da Guerra Fria. Para maiores informações, ver GILL, Lesley. *Escuela de Las Américas*, 1ª edição, Santiago: LOM, 2005.

latino-americanos e os Estados Unidos para que estes mantivessem conjuntamente um equilíbrio político e juntos lutassem pela defesa e manutenção dos valores democráticos neste continente, tal qual as prerrogativas sobre as DSNs, como já descritos no capítulo primeiro deste texto.

Os EUA, no contexto da Guerra Fria, ampliaram e sistematizaram sua tradição expansionista para os países latino-americanos, observando estes como seu quintal, de forma que esta região deveria ser “vigiada” e “protegida” das intempéries oriundas de ideologias exóticas que pairavam neste território naquele momento histórico.

A partir de 1963, este centro de treinamento passou a usar o nome de *United States Army School of the Americas* (USARSA) ou popularmente conhecida como *School of América* (SOA) responsável por treinar soldados e oficiais em seu período de atuação até 1984, quando foi transferida para o Estado da Geórgia nos Estados Unidos da América e, a partir de 2001, passou a ser intitulada de Instituto do Hemisfério Ocidental para a Cooperação em Segurança.

A SOA é um centro estadunidense para militares latino-americanos que desde sua fundação na zona do Canal do Panamá em 1946, treinou mais de 60 mil soldados e oficiais em destrezas relacionadas com o combate a doutrinas de contrainsurgência.⁹⁹ (GILL, 2005, p. 21, tradução nossa).

Tamanha a importância dada pelos EUA aos treinamentos militares para latino-americanos, que além da SOA, existem escolas específicas para oficiais deste subcontinente, escolas cujos cursos são ministrados em língua espanhola e em território estadunidense, tais como o *Colégio de Defesa Interamericana* em Washington DC (1962), a *Academia Interamericana de la Fuerza Aérea* na base aérea em *Lackland* no Texas (1941) e a *Escuela de Entrenamiento Técnico para Embarcaciones Menores*, em Mississippi e Carolina do Norte, respectivamente (GILL, 2005, p.25).

Esta escola colaborou na conversão das forças de segurança existentes na América Latina como sendo forças representantes dos EUA, e por extensão

⁹⁹ La SOA es un centro estadunidense para militares latinoamericanos que, desde su fundación en la zona del Canal de Panamá en 1946, hay entrenado más de 60 mil soldados y oficiales en destrezas relacionadas con el combate y las doctrinas de contrainsurgencia. (GILL, 2005, p.21)

internalizou a violência Estatal nestes países. Sabe-se também que alguns de seus ex-alunos foram classificados como assassinos, tamanha a brutalidade e os intuits de sua formação. Como Roberto Eduardo Viola e Leopoldo Fortunato Galtieri Castelli, ambos presidiram a nação Argentina entre os anos 1981 e 1982, respectivamente, nos últimos anos da última ditadura militar, período no qual também ocorreu a Guerra das Malvinas entre abril a junho de 1982. Também passaram por esta escola, os ditadores Manuel Antonio Noriega, dirigente militar do Panamá entre 1983 a 1989 e Hugo Banzer Suárez, que presidiu a Bolívia entre 1971 a 1978 e 1997 a 2001.

As forças de segurança estatais foram responsáveis pela maioria dos massacres, assassinatos, desapareções e execuções extrajudiciais, que caracterizaram as chamadas “guerras sujas” na América Latina, a partir dos períodos em que grande parte destes países estava sob o jugo de ditaduras militares, conforme dados de relatórios de *Comissões da Verdade* produzidos entre os anos de 1980-1990 (GILL, 2005).

Ainda segundo Gill (2005), a SOA divulgou, por intermédio das *Fuerzas de Acciones Especiales de la América Latina*, primeiras forças especiais, *Octavo Grupo de fuerzas especiales*, todos instalados no Canal do Panamá em 1962, um conjunto de práticas que faziam parte das DSNs, que se traduzem em táticas não convencionais, como sabotagem e atos terroristas contra os insurgentes.

A tabela abaixo apresenta um comparativo entre diversos países da América Latina que tiveram militares treinados pelos EUA entre os anos de 1950 a 1975, treinamentos estes ocorridos tanto nas bases do próprio território estadunidense como na do canal do Panamá na América Central. Nota-se que proporcionalmente ao número de efetivos, segundo dados de 1970, os países que mais enviaram militares para os respectivos treinamentos foram a Guatemala, Equador, Venezuela Bolívia, Peru, Chile, Brasil e Argentina.

Lembramos, conforme veremos mais adiante, que a partir de 1964 foi criado no Brasil, na cidade de Manaus, na região norte do país, o CIGS – Centro de Instrução de Guerra na Selva, que também se encarregará de proporcionar treinamentos militares para o Brasil e países da região. Desta forma, Brasil e Argentina estão entre os países que menos enviaram militares para treinamentos nas bases dos EUA, isto se deve aos treinamentos que estes próprios países realizavam de seu contingente militar. Haja visto os treinamentos que a Argentina

recebeu da França, como já abordado neste texto, bem como as assessorias militares também prestadas pela Argentina em países da América central (FERNÁNDEZ, 2017).

Tabela 01: Militares de países da América Latina que receberam treinamento nos EUA.

Militares entrenados en los Estados Unidos o en bases norteamericanas exteriores a los Estados Unidos (esencialmente Panamá)						
	1950-1965 (1)	1965-1970 (1)	1950-1965 (2)	1965-1970 (2)	Total	Efectivos de las FF.AA. en 1970
Argentina	1375	1007	256	170	2808	137000
Brasil	3632	2377	366	481	6856	194300
Bolivia	208	202	1065	1183	2658	21800
Chile	2064	489	549	1272	4374	61000
Ecuador	1222	316	1506	1240	4284	20000
Perú	2306	584	1080	1037	5007	54650
Venezuela	749	562	982	1785	4078	30500
Guatemala	491	135	678	976	2280	9000
(1) Entrenados en los Estados Unidos						
(2) Entrenados en bases norteamericanas exteriores a los Estados						
Fuente: Alain Rouquié, <i>Poder militar y sociedad política en la Argentina, II. 1943-1973</i> . Emecé, Buenos Aires, 1982, págs. 354.-						

Por intermédio desses dados, notamos a preocupação dos Estados Unidos da América em proporcionar treinamentos para as forças de segurança destes países, o que colabora com a militarização deste subcontinente. Vejamos, por exemplo, alguns dados do Jornal mexicano *Uno Más Uno* de 1982 com o artigo intitulado “*Se gastan 30 millones de dólares a cada 25 minutos*” indica que os gastos militares no mundo durante o ano de 1981 superou 600 bilhões de dólares e que, dessa forma, se investem 26 bilhões de dólares no comércio mundial de armas, segundo relatos do Centro de Informações das ONU para Equador, Venezuela e Colômbia, que se localiza na capital colombiana em Bogotá, seu dirigente Salvador Ferret informou que 60 milhões de pessoas trabalharam diretamente ou indiretamente em atividades militares.

E ainda que, de acordo com esses estudos, ocorreram cerca de 112 guerras desde 1945 até aquele momento, isto é, ano de 1982, e que a guerra das Malvinas ocupa a 110ª nessa ordem. Esta guerra entre Argentina e Reino Unido teve um custo financeiro de dois bilhões de dólares além das centenas de cidadãos que foram mortos.

Outro cálculo feito por esse estudo é uma comparação entre os habitantes de nosso planeta com a produção de armas, diz ainda que para cada habitante há uma tonelada de dinamite, relata também que dos vinte tratados de desarmamento existentes naquele momento, nenhum foi aplicado. O artigo conclui com dados sobre a América Latina, ao citar que naquele momento, início dos anos de 1980, encontrava-se neste subcontinente um soldado para cada vinte e cinco habitantes e um médico para cada quatro mil pessoas, conforme podemos ler na imagem a seguir:

Imagem 03: Recorte do jornal mexicano *Um Más Uno* de 08 de agosto de 1982.

8-11-82
7+1
X

► *Enorme, la producción mundial de armas* **Se gastan 30 millones de dólares cada 25 minutos**

BOGOTÁ, 7 de julio —Latin Reuter— Los gastos militares en el mundo durante 1981, sumaron 600 mil millones de dólares y totalizarán 950 mil millones de dólares en el año 2000, según un informe del Centro de Información de las Naciones Unidas para Ecuador, Venezuela y Colombia.

El informe, divulgado en Bogotá, dijo que el mundo gasta 30 millones de dólares cada 25 minutos en la fabricación de armas para su propia destrucción, mientras que se invierten 26 mil millones de dólares en el comercio mundial de armas.

El centro de información, que dirige en Bogotá Salvador

Ferret, estableció que 60 millones de personas trabajan directa o indirectamente en actividades militares y unos 500 mil hombres de ciencia e ingenieros destinan 24 horas al día para pensar en cómo destruir a la humanidad.

De acuerdo con el estudio de las Naciones Unidas, unas 112 guerras se han efectuado en los últimos 37 años en el mundo. La de las Malvinas fue la conflagración número 110.

El estudio determinó que la guerra de las Malvinas costó centenares de vidas y dos mil millones de dólares.

Agregó que a cada hombre, mujer y niño del planeta le corresponde el equivalente a tres toneladas de dinamita.

Del cinco al seis por ciento de la producción mundial total se destina a fines militares.

Los autores del estudio se quejaron del nulo cumplimiento de unos 20 tratados sobre desarme suscritos mundialmente en los últimos años y lamentaron que en América Latina, por ejemplo, haya un soldado por cada 250 habitantes y sólo un médico por cada cuatro mil personas.

España: UCI

Fonte: Arquivos de La Memoria em Buenos Aires

Por intermédio dos dados desse relatório, podemos pensar qual o modelo de sociedade que estava sendo construído em diversas partes do mundo naquele momento e principalmente na América Latina, bem como a influência dos EUA na construção destes Estados, que muito embora grande parte destes países possuísem carências básicas de diversas ordens, investia-se e incentivava-se a formação militar, talvez um meio de conter as massas em suas reivindicações por uma cidadania mais inclusiva, além de dinamizar o mercado de armas nesta região.

Acerca do mercado de armas, e dentro do cenário da época com a ascensão ao poder, nos EUA, do republicano Ronald Wilson Reagan, em 1981, que sucedeu o democrata James Carter, os vínculos bélicos entre este país do norte e a Argentina voltaram a se estreitar. O governo Reagan por intermédio de seu secretário de Estado o General Alexander Haig suspende sanções sobre venda de armas dos EUA para a Argentina, estas sanções¹⁰⁰ decorrem da administração Carter, e estavam relacionadas a uma espécie de punição dos EUA sobre a Argentina pelo grave desrespeito aos direitos humanos durante a então ditadura militar.

Desta forma, e no contexto do conflito com o Chile(1978) e da Guerra das Malvinas(1982), a Argentina gastou entre 1978 a 1982 por volta de US\$ 16,7 bilhões, praticamente a metade de sua dívida externa com aquisição de armamentos, inclusive da Grã-Bretanha. Outra peculiaridade deste mercado de armas foi a canalização desses negócios para uma *holding* da indústria bélica estadunidense *United Technologies Corporations*, na qual presume-se que o já aqui mencionado secretário de Estado dos EUA, o general Haig estaria envolvido (MONIZ-BANDEIRA, 2010, p.440-441).

Sobre o Brasil podemos apontar que os gastos com a Defesa e Segurança nos anos de entre 1968 e 1985, também não foram baixos quando comparados as despesas com outros ministérios da época. Segundo estudos estes gastos superaram a fatia de 10%, ultrapassando a soma de Educação e Saúde juntas, entre os anos de 1968 a 1976, quando inicia um decréscimo nos aportes para esta pasta (SOARES; MATHIAS, 2002). A tabela a seguir nos aponta estes números e suas discrepâncias:

¹⁰⁰ Segundo Moniz-Bandeira estas sanções iniciaram em 1977 após a visita que agentes da OEA realizaram na Argentina e constatarem uma série de violações aos direitos humanos, como encarceramento em massa, torturas, sequestros de crianças aplicados aos dissidentes da então Ditadura Militar, porém, segundo este historiador, isso foi usado como pretexto, pois a questão central era impedir que Argentina produzisse armas atômicas. Dessa forma, suspendem parcialmente ainda 1977 e no ano seguinte em sua totalidade a assistência militar para a Argentina.

Tabela 2 - Percentual de despesa da União fixada por função, 1968-1985¹⁰¹

Data	Defesa e Segurança	Saúde e Saneamento	Educação e Cultura
1968	12,59	3,73	6,26
1969	14,39	4,56	8,72
1970	13,62	3,48	7,85
1971	15,97	3,19	7,48
1972	13,50	2,54	6,52
1973	12,27	2,62	6,54
1974	13,70	2,71	6,12
1975	10,18	2,03	5,48
1976	9,17	1,89	4,84
1977	8,21	2,45	7,68
1978	8,08	2,78	7,86
1979	7,57	3,06	8,75
1980	6,24	2,24	7,24
1982	6,37	2,18	8,21
1983	6,71	1,84	8,99
1984	6,29	2,12	8,77
1985	5,73	2,59	9,31

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (1967-1990)
Apud SOARES; MATHIAS, 2002.

Nota-se pelos dados dessa tabela os altos investimentos em defesa e segurança a partir de 1968 até 1975, período conhecido historicamente como “*linha dura*”, quando da implantação do A.I.5 e ao recrudescimento das práticas de violência aos movimentos de oposição à Ditadura Militar.

Se faz necessário ressaltar que entre os anos de 1960 e 1978 o Produto Interno Bruto dos países do chamado terceiro mundo teve um crescimento a um ritmo de 2,7% por ano, ao mesmo tempo que os gastos militares nesses países cresceram a um ritmo de 4,2%. De acordo com relatórios do Instituto de Pesquisas para Paz de Estocolmo- Suécia (SIPRI) constatou-se que Brasil e Argentina, que até então não possuíam destaque na corrida armamentista, encontravam-se na liderança dessa tendência no Terceiro Mundo, pois em 1981 os gastos militares latino-americanos já superavam os 60 bilhões de dólares (COGGIOLA, 2001, p.36-38).

Uma operação militar que deve aqui ser brevemente discutida, pois surgiu na esteira dessa militarização mundial, conforme a discussão proposta neste capítulo, é a Operação Fênix, até então pouco estudada pela

¹⁰¹ Informamos que os dados do ano de 1981 não constam nesta tabela.

historiografia brasileira, tal qual outras grandes operações, também foi orquestrada pela CIA e, segundo pesquisas, consistia em implementar as técnicas de contrainsurgência, que se traduzem pelas táticas de guerra suja, modalidades de terror e a guerra psicológica que foram estudadas e desenvolvidas na Escola das Américas no Panamá, e nas escolas Fort Bragg e Fort Benning ambas em solo estadunidense e aplicadas na Guerra do Vietnã (1959-1975).

Nota-se que os EUA criaram a Operação Fênix na América Central com as experiências absorvidas da chamada Guerra Moderna francesa e que foram incorporadas nos treinamentos de contrainsurgência aplicados e desenvolvidos pela SOA, no Panamá.

Estabeleceu-se neste conflito, Guerra do Vietnã, uma combinação de forças entre os agentes dos EUA que ali estavam com o trabalho de oficiais vietnamitas do sul, de forma que esses primeiros financiavam, supervisionavam, indicavam os suspeitos, participavam de interrogatórios, enquanto os vietnamitas do sul se organizavam em grupos paramilitares que tinham a incumbência de praticar o chamado trabalho sujo, que consistia em caçar e matar os oponentes, os simpatizantes civis e os insurgentes vietnamitas, isto de forma extraoficial e, portanto, sem a necessidade das vias legais e seu aparato jurídico.

Se faz necessário também situar que estes soldados estadunidenses, que estiveram envolvidos nessa operação, eram proibidos de revelar estas práticas, sujeitos à prisão e a pagamentos de multas de US\$ 10.000 (McSHERRY, 2009, p.91). Uma outra informação pertinente levantada por esta autora, diz respeito à elaboração dos “*manuales de tortura*” organizados pela Escola das Américas e pela CIA dentro do chamado “*Proyecto X del Ejército de los Estados Unidos*”, no qual retratam, entre outros itens, os meios de obter informações, o uso da tortura e extorsão e assassinatos. Segundo informações, estes manuais retratavam a aprendizagem obtida na guerra do Vietnã, dentro das técnicas utilizadas e desenvolvidas pela Operação Fênix, de forma que tais manuais iriam fazer parte de um projeto de capacitação a ser exportado para os países latino-americanos, a citação a seguir colabora com nossa compreensão acerca desse episódio:

Um Oficial estadunidense de contra inteligência indicou que os materiais do Projeto X se baseavam nas lições apreendidas no Programa Fênix e na Escola de Inteligência do Exército dos Estados Unidos ensinava um curso sobre a Operação Fênix ao mesmo tempo que escreviam os manuais do Projeto X. (McSHERRY,2009, p.91¹⁰², tradução nossa)

Esses treinamentos foram disseminados junto aos exércitos da América Latina, por intermédio dos cursos oferecidos pela SOA de 1966 até 1976, quando ocorreu uma inflexão nesses treinamentos devido à postura política do Governo de James Carter, mas foram retomados a partir de 1982 com o governo Reagan.

Hoje, com as atuais pesquisas, é sabido que os militares souberam propagar suas técnicas no Cone Sul, especialmente o Brasil e a Argentina, oriundas de treinamentos que receberam de agentes norte-americanos e franceses que atuaram na região ou em centros de treinamentos na América Central, conforme a descrição dos objetivos das SOA em páginas anteriores deste capítulo.

Nesse contexto de ditaduras militares que se encontravam ancoradas pelas Doutrinas de Segurança Nacional com suas normas e diretrizes, o alvo a ser combatido não estava somente dentro das fronteiras territoriais e seria necessária uma comunhão de forças entre estes países da América do Sul para lidar com as forças inimigas que aqui se infiltravam por intermédio de ideologias exóticas, como, por exemplo, o comunismo.

2.2 Operação de guerra de baixa intensidade

O mundo ocidental presencia um novo modelo de guerra após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), chamada de guerra total, criada dentro das estratégias militares da Guerra Fria, na qual o confronto não estava mais delimitado entre Estados beligerantes e o palco de guerra também não seria mais traçado dentro do território dos países envolvidos, mas sim dentro da

¹⁰² Un oficial estadunidense de contrainteligencia indicó que los materiales del Proyecto X se basaban en las lecciones aprendidas en el Programa Fénix y la Escuela de Inteligencia del Ejército de los Estados Unidos enseñaba un curso sobre la Operación Fénix al mismo tiempo que se escribían los manuales del Proyecto X. (MCSHERRY,2009, p.91)

sociedade na qual havia este “estado” de guerra, destaca-se, desta forma, o papel do inimigo interno:

Desde essa época (após o desfecho do conflito mundial 1939-1945) a novidade nas políticas de defesa e segurança era o fato de que as guerras haviam mudado de forma e conteúdo. Ao lado das guerras convencionais apareciam as guerras revolucionárias, as guerras totais, patrocinadas por inimigos internos normalmente sob influência de outras potências. A guerra fria traz a novidade do “inimigo interno” que dependendo de cada país, pode ser mais forte e importante do que as ameaças externas. Este foi o caso do Brasil. (D'ARAUJO, 2006, p. 02)

Esta doutrina Francesa, criada por militares franceses, após a derrota na guerra da Indochina, se baseava nas táticas da guerra irregular, fluída, guerra não convencional, sem exércitos, mas insuflada no seio social, onde todos poderiam ser suspeitos e inimigos.

O inimigo é indefinido, serve-se do mimetismo e adapta-se a qualquer ambiente, utilizando todos os meios, lícitos ou ilícitos, para atingir seus objetivos. Mascara-se de padre ou professor, de aluno ou camponês, de vigilante defensor da democracia ou de intelectual avançado (FORTES apud COMBLIN, 1978, p. 48)

As DSNs já pregavam a criação do inimigo interno, e as fronteiras a serem protegidas já não eram as do Estado, mas sim as ideológicas. E nesse contexto, muitos indivíduos poderiam ser suspeitos e incriminados, pois “na guerra revolucionária as ideias são armas e quem as tem e as organiza seria tão legítimo da violência estatal quanto os que decidiram defendê-las na ponta de um fuzil” (GODOY, 2014, p.404). Em outras palavras, um panfleto, uma fala poderiam ser similares a um canhão, um jornal ser equiparado a um tanque de guerra, os pensamentos se transformam em armas.

Segundo Alves (1985, p.36), há uma clara associação entre a DSN com uma nova teoria de guerra que será forjada nas escolas militares. Estas novas concepções de guerra são: *guerra total; guerra limitada e localizada; guerra subversiva ou revolucionária; guerra indireta ou psicológica*.

Dentro desta nova conceituação de guerra – na qual não mais cabe apenas o tradicional modelo de guerra clássica, com características militares, com espaço de combate definido e uma nitidez entre os grupos beligerantes –

surtem novas modalidades de combate com novos métodos, novas técnicas, e dentro destas a chamada guerra suja, que é uma das faces da guerra irregular, guerra moderna, não convencional, de contrainsurgência, psicológica, guerra de conflito de baixa intensidade e outras denominações existentes.

Acerca da denominação guerra suja, que é um termo comumente conhecido e utilizado, requer-se um certo cuidado em sua conceituação e uso, pois trata-se de um conjunto de métodos aplicados de forma extraoficial em um determinado conflito bélico com o objetivo de obter a vitória a qualquer custo. Segundo McSherry (2009), que analisou os planos de estudos e manuais de treinamentos dos militares dos EUA e da CIA, usados nos anos de 1950 e 1960, constatou-se que estes possuíam evidências de utilizarem nos interrogatórios métodos de tortura com descarga elétrica, uso de drogas para hipnose e induzir a regressão psicológica, privação sensorial e provocação de dor, poderiam alçar mão também de ameaças contra os membros das famílias e possibilidades de sequestro destes para sufocar a resistência do detido.

O emprego dos métodos da guerra suja pode ser observado por intermédio das análises de um manual elaborado pela *Central Intelligence Agency* (CIA) com data de 1983 intitulado *Treinamento Manual de Recursos de Exploração Humana*¹⁰³. As diretrizes contidas neste manual são indicadas para serem aplicadas em países da América Latina ou em outros que forem necessários. Trata-se de um manual contendo técnicas de interrogatórios, redigido em língua inglesa, possui 124 (cento e vinte e quatro) páginas e está distribuído da seguinte forma: o uso dos intérpretes nos interrogatórios, seleção dos que irão interrogar, organização da gestão destes trabalhos, prisão e manipulação dos sujeitos, triagem dos sujeitos, planejamentos dos interrogatórios, condução dos interrogatórios, técnicas não coercitivas, técnicas coercitivas, lista de controle do interrogatório. Notamos que este manual remete a ingerência norte americana na aplicação destas estratégias.

O Manual de 1983 é uma reedição de um outro do ano de 1963 com o nome KUBARK e foram escritos como parte do “Programa de Assistência de Inteligência Externa do Exército” (“*Foreign Intelligence Assistance Program*”) da

¹⁰³ Título original: *Human Resource Exploitation Training Manual*. Documento disponível em: <https://archive.org/details/CIA_Human_Resource_Exploitation_Manual/page/n123>. Acesso: 18 dez. 2018 às 16h.

CIA (codinome “Projeto X”). E foram usados em diversos países da América Latina ao longo das décadas de 1960 e 1980.

O documento em questão nos dá pistas das especificações do *modus operandi* utilizados pelos EUA a partir de uma guinada política ocorrida na era da administração do presidente James Earl Carter Jr. (1977-1981), do Partido Democrata, e sua política para os países da América Latina, pois nesse período ocorre uma mudança de paradigma e novas estratégias militares são implementadas de forma que os EUA se mantivessem à frente na condução dos serviços auxiliares de inteligência dos diferentes países em que intervieram. Portanto, mantiveram os treinamentos e as investigações, mas de forma a “respeitar” os marcos legais internacionais, que por exemplo condenam o uso de tortura, tais como a Conferência de Genebra (1954).

As análises destes manuais devem ser feitas criteriosamente e sempre com muita atenção às suas nuances e sutilezas, de forma a observar como foram elaborados seus escritos, suas ideias e seus argumentos, se existem rasuras, se há carimbos ou outra identificação do órgão que o redigiu, qual seu destinatário, se foi classificado como sigiloso ou não.

Uma vez elaborada estas análises e observações, não significa que o documento nos apresentará todas as informações que buscamos acerca da violência política aplicada na época, pois nestes mesmos manuais esta prática é reprovada, contudo notamos que, simultaneamente a esta reprovação, há indícios deste exercício, conforme as rasuras encontradas no documento em questão, a citação de Joffily (2014) nos apresenta as dificuldades em investigar e encontrar vestígios acerca deste expediente:

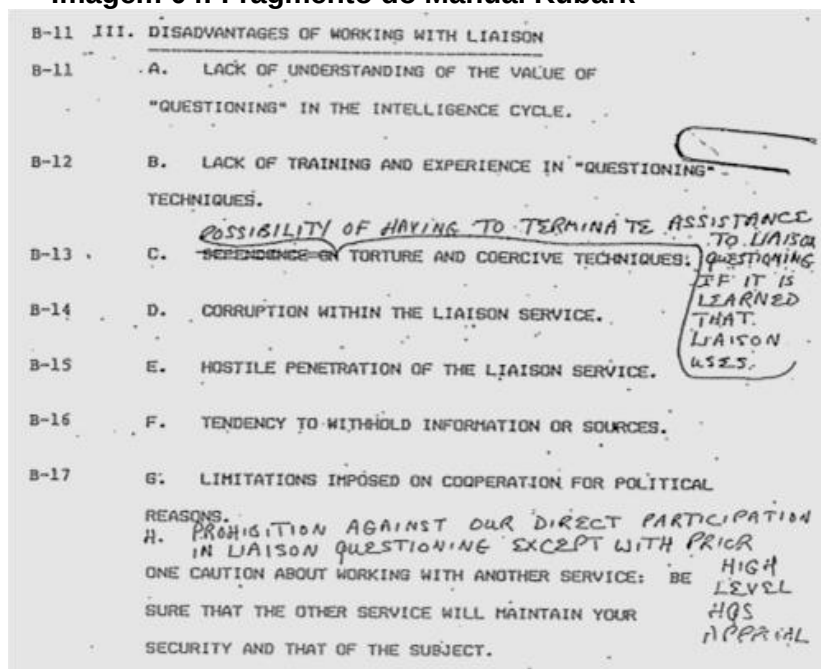
Quanto às torturas, é preciso buscá-las em fontes mais adequadas e, mais uma vez seguindo o ofício de historiador, encontrar outros documentos que possam dialogar com os interrogatórios, seja para confirmar, complementar ou contradizê-los. Sendo uma prática proibida, legal e moralmente, não se deve esperar dos agentes repressivos que a registrem em seus informes. (JOFFILY, 2014)

Porém, mesmo com as proibições morais e legais acerca da aplicabilidade da tortura, o documento em questão deixa pistas claras sobre seu uso e como o “outro” é visto como fonte de perigo. Outra inferência nestes casos de que trata

os manuais, quando dos interrogatórios e punições, diz respeito a ruptura da legalidade, a ausência processual, o trâmite e julgamento do indivíduo dentro dos marcos legais do país onde está ocorrendo o fato. Lembramos das técnicas de desaparecimento de prisioneiros políticos, aplicadas inicialmente na Indochina, sistematizadas na Argélia, teorizadas pelo francês Trinquier em 1961 e também largamente utilizadas nas ditaduras latino-americanas.

Para melhor conferir esta mudança de paradigma dos EUA, na página 07 do manual em questão, há um típico exemplo, pois no texto original deste Manual retrata que não recomendam técnicas coercitivas, porém querem fazer os alunos conscientes delas e o modo correto de usá-las. Após esse período há uma revisão completa sobre como não mais se deve utilizar a tortura e métodos coercitivos, tanto que a frase *"and the proper way to use them"* ("e o modo correto de usá-las") ao falar de métodos coercitivos, foi riscada e inserida a mão por *"so that you may avoid to use them"* ("para que você evite usá-las"). Os mesmos procedimentos ocorrem também nas páginas, 15, 17 e 22, por exemplo, conforme podemos observar no fragmento a seguir:

Imagem 04: Fragmento do Manual Kubark



Fonte: (MANUAL CIA, p.15)

As diferenças entre fazer perguntas (*question*) e aplicar torturas para obter informações aparecem definidas claramente no Manual. Define-se muito bem

estas duas formas de interrogatórios: proibição contra o uso da força, tortura mental, insulto, ameaça e tratamento inumano são proibidos por lei e nunca devem ser autorizados ou permitidos. Afirma também que o uso da força não é confiável quanto ao resultado almejado, seria pobre de técnica e terminantemente proibido, pois os relatos conseguidos mediante a força seriam pouco confiáveis e, por isso, atrapalhariam a investigação subsequente respaldada em informações obtidas sob tortura (MANUAL CIA,1983).

Na página¹⁰⁴ 22 onde consta exemplos de ameaças que podem ser feitas aos prisioneiros, entre elas são destacadas algumas táticas, tais como: entregá-lo às autoridades locais para ação legal, devolve-lo à sua organização depois de registrá-lo, submetê-lo à exposição pública, confiscar seus bens, deportá-lo e impor a violência física, esta última encontra-se riscada à caneta (MANUAL CIA,1983).

A prova da inflexão dos EUA sobre a tortura aparece no documento tanto pelas rasuras nas linhas que versaram sobre tais práticas e a sua substituição à mão, alertando para o fato de que os interrogatórios coercitivos (hipnose, privação de luz, por exemplo) não eram mais recomendados pela não confiabilidade na informação obtida. Sendo assim, podemos aferir que se não eram mais “recomendados”, significa que seu uso fora praticado ou ainda o seria de alguma forma, mas neste momento, com a inflexão das políticas da era Carter, não mais admitido.

As alterações inseridas no manual transmitem a sensação de que as técnicas utilizadas nos interrogatórios seriam permeadas por um verniz mais civilizatório, isso pode ser notado pela solução apresentada no documento para substituir a agressividade na qual seriam conduzidos os interrogatórios para uma atitude de cooperação. Para tanto seria necessário que o interrogador se mostrasse mais próximo de quem seria interrogado, ao mesmo tempo que também fizesse uso de técnicas da área de *psicologia, de modo a observar as condições mentais do encarcerado*.

Mesmo com estas alterações “civilizatórias” receitas no dito manual, é perceptível sua contradição, pois em um dos itens que combate as técnicas coercitivas pelo uso da regressão, página 123 item IV¹⁰⁵, há uma relação destas

¹⁰⁴ Ver anexo de número 8.

¹⁰⁵ Esta página encontra-se disponível nos anexos de número 9.

práticas, porém um adendo ao final do parágrafo adverte que “A lista a seguir apresenta essas técnicas coercitivas que requerem muito cuidado devido à sua proximidade com o abuso”:

- A- Manipulação persistente do tempo
- B- Atrasar ou adiantar relógios
- C- Servir refeições em horários ímpares
- D- Interromper horário de sono
- E- Desorientação em relação ao dia ou à noite
- F- Padrões de interrogatório fora do padrão
- G- Questões de interrogatório sem sentido
- H- Ignorando as fracas tentativas de cooperação
- I- Cooperação não gratificada (MANUAL CIA, 1983)

Contudo, não há proibição expressa quanto ao uso destas técnicas manipulatórias, apenas advertem para terem cuidado sobre o seu uso.

Sobre o uso desses métodos que caracterizam a guerra suja, como já discutido neste texto, pode-se também acrescentar as técnicas que foram amplamente utilizadas nas ditaduras militares do Cone Sul, como os sequestros, as técnicas de desaparecimento, roubos de recém-nascidos, apropriação de bens dos detidos, prisão preventiva e arbitrária sem mandados oficiais, isto é, a implementação de todo um arcabouço extrajudicial repressivo que vai desembocar no terrorismo de Estado, no qual a figura do inimigo interno é algo central e muito utilizada para justificar as práticas repressivas engendradas nesses novos modelos de guerra citados nos parágrafos anteriores.

A aplicação dessas novas modalidades de guerra se configurou mediante os treinamentos militares que estes países do Cone Sul receberam de agentes estadunidenses e franceses que atuaram nesses países ou em centros de treinamentos na América do Sul e central, o que vai colaborar, sistematizar e disseminar as práticas da chamada guerra suja.

2.3 A inflexão internacional: assessoria francesa x norte-americana

A relação da França com a Argentina, na criação do aparato do conjunto de repressão que se espalhou pelo Cone Sul, diz respeito ao treinamento de

ação contrainsurgente que remonta a meados dos anos de 1950, quando a França já estava presente em Buenos Aires, na figura do Coronel Carlos Rosas, ao dirigir a *Escuela Superior de Guerra*, nitidamente com orientação teórica francesa (PINTO, 2012), o que culminou na disseminação e sistematização dos conhecimentos acerca das táticas da chamada Doutrina de Guerra Revolucionária (DGR), colaborando com a disseminação do fenômeno da violência.

Quanto ao Brasil, este também sofreu influências desse modelo de guerra, desde o curso ocorrido em Buenos Aires em 1961, que será explicado nos parágrafos seguintes deste capítulo, bem como os treinamentos militares, descritos com o uso do Mensário de Cultura Popular, relatados no capítulo 3 deste texto.

É importante destacar que o doutrinamento francês, ao qual se refere esta pesquisa, foi inicialmente desenvolvido na Indochina, durante os anos de 1950, no contexto das guerras e conflitos que surgiram dentro do processo de independência deste país do sudeste asiático, até então chamado de Indochina, uma colônia francesa desde meados do século XIX e que após a independência resultou em três novos países: Camboja, Laos e Vietnã.

A Argélia, dentro das investidas do colonialismo europeu, foi anexada à França em 1830 e declarada por este país como um de seus territórios pela Constituição de 1848, notamos, neste caso, esta particularidade colonialista, pois a Argélia não fora uma colônia no sentido clássico do termo, mas sim um dos departamentos administrativos da França, isto é, um território tutelado por esta nação o que na prática resultava em uma condição colonial e subserviente deste país africano à metrópole franco-europeia.

Na esteira das lutas pela independência e autonomia dos povos no contexto do pós-segunda grande Guerra Mundial, a partir de 1945, a Argélia entra em processo de luta pela sua independência. Esse processo de independência culminará em uma guerra, na qual foi plenamente desenvolvida e utilizada a Doutrina de Guerra Revolucionária pelo Coronel Roger Trinquier e propagada nos anos de 1960 na Argentina e depois no Brasil.

Neste contexto, nasce um novo modelo de guerra, que não corresponde ao formato convencional de conflito bélico, mas resulta de práticas das organizações armadas que lutam na clandestinidade para impor sua vontade à

uma população. E a vitória só seria possível mediante a destruição destas organizações (TRINQUIER, 1981).

A guerra de hoje é o choque de uma série de sistemas políticos, econômico, psicológico e militar, que objetiva destruir o governo existente em um país para substituí-lo por outro. Para alcançar esta meta, o agressor explora até o limite a tensão interna do país em seu aspecto, social, religioso, econômico, etc. (TRINQUIER, 1981, p.22, tradução nossa¹⁰⁶)

A Argentina, por intermédio de sua *Escuela Superior de Guerra*, recebeu assessoria francesa entre os anos 1957 a 1962, o que vai moldar metodologicamente as táticas militares, baseadas nas doutrinas de Guerra Subversiva e contrarrevolucionária.

Ensinaram a ideologia da Guerra Contrarrevolucionaria, proporcionaram ao argentino o desenvolvimento de toda sua estrutura de repressão “antissubversiva”, e estabeleceram as bases para a elaboração e internalização da chamada Doutrina de Segurança Nacional. (MAZZEY, 2000, p.137, tradução nossa¹⁰⁷)

Em outubro de 1961, na *Escuela Superior de Guerra* ocorreu o I Curso Interamericano de Guerra Contrarrevolucionária em Buenos Aires e contou com a participação de representantes de 14 países, entre eles Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Estados Unidos, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Peru, Uruguai, y Venezuela. Uma das pautas desse curso se referiu ao comunismo, sua filosofia e seus diferentes caminhos de ação e expansão internacional (MAZZEY, 2000).

O documentário francês *Esquadrones de la Muerte*, utilizado neste texto como uma referência fílmica sobre estes episódios que reporta a presença francesa na Argentina, colabora conosco para esclarecer as evidências dessas

¹⁰⁶ La guerra de hoy es el choque de una serie de sistema político, económico, psicológico y militar, que tiende a derrocar el gobierno existente en un país para sustituirlo por otro. Para alcanzar esta meta, el agresor explota hasta el límite la tensión interna del país en su parte ideológica, social, religiosa, económica, etc. (TRINQUIER, 1981, p.22)

¹⁰⁷ Enseñaron la ideología de la Guerra Contrarrevolucionaria, proporcionaron argentino desarrolló toda su estructura de represión “antisubversiva”, y se pusieron las bases para la elaboración e internalización de la llamada Doctrina de la Seguridad Nacional. (MAZZEY, 2000, p.137)

assessorias. Desta forma, relatamos a seguir algumas informações extraídas deste filme:

- Em uma reunião ocorrida em 1958 em Paris com militares de outros Estados, entre estes constava representantes da Argentina, Portugal e Israel, para disseminarem os métodos de contrainsurgência em seus países.

- O manual desta guerra antissubversiva se pauta no livro de Roger Trinquier, chamado *Guerra Moderna*, lançado na França no início de 1950, que justifica o uso da tortura como arma na guerra antissubversiva, enfatiza a necessidade do controle de informações.

- Demonstram as tratativas que levaram o General argentino Lopes Aufranc, para um treinamento militar na Argélia durante um mês em 1957, como uma espécie de estágio e que este mesmo militar organizou o Curso Interamericano de guerra Contrarrevolucionária, conforme já dito em parágrafos anteriores neste capítulo, além de citar a presença deste militar no Golpe militar argentino de 1976.

- Cita informações sobre uma assessoria militar permanente firmada em 1959 entre França e Argentina, que segundo este documentário foi a exportação dos métodos da batalha de Argel para a *Escuela de Guerra de Buenos Aires*. Os militares franceses que foram para Argentina prestar esta assessoria tinham participado das batalhas argelinas, atuavam secretamente nesta missão e até a data da produção do documentário, em 2003, praticamente não falavam sobre este assunto. Estes militares traduzem o livro de Roger Trinquier para o Espanhol, dão cursos sobre a guerra subversiva e publicam artigos em revistas militares.

- Outra informação pertinente, são os relatos de como o Estado argentino, durante o governo de Maria Estela Martinez de Perón e por intermédio de José Lopez Rega que fora seu Ministro de Bem-Estar Social em, subvencionou militares franceses que pertenciam a Organização de Arma Secreta – OAS¹⁰⁸ e haviam sido condenados na França por crimes de guerra. Alguns destes militares entrevistados disseram ter recebido uma boa quantia em dinheiro, propriedades, documentos falsos, e proteção estatal para atuarem na Argentina

¹⁰⁸ Trata-se de uma organização militar francesa extraoficial e ultranacionalista que se opunha com armas à independência argelina. Seus membros lutaram neste conflito e não admitiam que o país africano alcançasse sua independência da França. (ROBIN, 2014, p. 13)

e ainda sem serem perseguidos pelos crimes que cometeram quando da Guerra da Argélia. Entre os militares citados, consta Bertrand de Parseval, apelidado de “Cara de Anjo”, ativo militante dos esquadrões da morte na Argélia, diz não se lembrar de quantas mortes provocou quando de sua atuação durante a guerra argelina; foi condenado à morte naquele país e na Argentina foi acusado de colaborar com o desaparecimento de duas monjas francesas em Buenos Aires no ano de 1977. Um outro militar que é citado e entrevistado é Michel Bésineau, condenado por participar de esquadrões da morte e sua esposa Nicole Bésineau, esta também condenada à morte na Argélia.

Esses militares, ao prestarem seus serviços e ensinarem suas técnicas na luta antissubversiva Argentina, colaboraram com a organização “Triple A”, grupo paramilitar de extrema direita que atuou no extermínio de cidadãos na Argentina no período pré-golpe de 1976.

Nota-se que a Argentina recebeu grande influência da França nesse período, que havia adquirido um *know-how* deste modelo de guerra nos conflitos junto à Indochina e à Argélia. Com tal assessoria, a Argentina desenvolveu técnicas e redefiniu o papel do exército como agente político capaz de atuar na prevenção de conflitos, pois de acordo com Araújo (2013):

O intercâmbio entre a França e a Argentina foi forte e consolidou uma política de cooperação profunda e duradoura. Enquanto lá, a França transmitia técnicas, métodos e doutrinas vinculadas a seus equipamentos e tecnologias, no Brasil o processo de difusão da doutrina seguiria um outro caminho. O mercado de armas e equipamentos era quase uma exclusividade das empresas norte-americanas. Esse “controle” estadunidense dificultava o trabalho dos adidos militares franceses, que para contornar essa dificuldade elaboraram uma política de expansão comercial baseada no prestígio e no passado das relações franco-brasileiras. (ARAÚJO, 2013, p. 20)

As técnicas francesas também estiveram presentes no Brasil, pois de acordo com as pesquisas de Silva (2015), a Doutrina de Guerra Revolucionária (DGR) foram importadas da França e aqui se propagaram:

Adentrando à questão dos ensinamentos da DGR temos no Brasil um outro local no qual esse ensino se processou. Trata-se do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) em Manaus. O CIGS foi o local escolhido para testar novas técnicas e teorias que entravam na moda naquele período. Sua fundação

aconteceu em 1964, pouco antes do Golpe no Brasil. Foi exatamente nesse Centro em que Aussaresses esteve ensinando as teorias francesas para serem disseminadas no Cone Sul. Trata-se, portanto, de um local em que se difundiu a DGR, repassando ao Cone Sul e às diversas Forças de Segurança no Brasil esse tipo de ensinamento (SILVA, 2015, p. 08).

Observa-se, assim, uma espécie de consultoria francesa, tanto na Argentina como no Brasil em treinar militares dentro da chamada Guerra Contrarrevolucionária, através da Doutrina de Guerra Revolucionária.

A conexão entre esses treinamentos e doutrinas foi mais amplamente divulgada no final de 2014, quando foi trazido a público o relatório final da Comissão Nacional da Verdade do Brasil. O que antes eram suspeitas e resultados de pesquisa, demonstrou um *link* direto entre as relações destes países sul-americanos aqui estudados e a França. A *Comissão Nacional da Verdade*¹⁰⁹ e suas afiliadas estaduais, bem como os relatórios apresentados no ano de 2014, trouxeram à tona fatos e memórias dos tempos vividos.

Trata-se de uma tentativa de passar a limpo nossa história recente ou também trazer elementos para esclarecer fatos ainda obscuros daquele momento, o que pode colaborar de forma mais efetiva para a preservação de nossa memória¹¹⁰. Segundo Todorov (1995) “o passado não tem direitos em si, deve ser colocado a serviço do presente, assim como a memória deve-se manter”, desta forma, alguns fragmentos que foram extraídos do relatório da *Comissão Nacional da Verdade*¹¹¹ do Brasil evidenciam as relações e os acordos durante as ditaduras militares do Cone Sul da América. Os dois primeiros fragmentos dizem respeito à atuação da própria CNV na Argentina, como segue:

Durante missão da CNV à Argentina, em abril de 2013, foi apresentada proposta de acordo de cooperação para o intercâmbio de informações que possibilitariam o esclarecimento de casos de tortura, desaparecimento forçado e outras graves violações de direitos humanos ocorridas durante

¹⁰⁹ A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridos entre 18 de setembro de 1946 e 05 de outubro de 1988. Ver site: <www.cnv.gov.br>. Acesso em: 20 set. 2015.

¹¹⁰ Na Argentina foi escolhido, a partir de 2006, o dia 24 de março como o Dia Nacional *de la Memoria por la Verdad y la Justicia*. Não por acaso, esta data foi escolhida por ser o início da última ditadura militar desse país.

¹¹¹ Para maiores informações acessar o site: <<http://www.cnv.gov.br>>– Volume 1 – Parte 1 – Cap. 2 – As atividades da CNV – p. 70.

as ditaduras das quais Brasil, Argentina e Uruguai padeceram em passado recente. (CNV, 2014, p. 70)

Ao receberem os treinamentos das chamadas técnicas de contrainsurgência e a propagação da violência, as evidências dos acordos também podem ser vistas:

Em abril de 2014, a CNV esteve em missão na Argentina, realizando as seguintes atividades: reunião com a Secretaria de Direitos Humanos da Argentina para o planejamento de pesquisas no Arquivo Nacional da Memória da Argentina; pesquisa em arquivos da Justiça Federal Argentina, em Buenos Aires; entrevistas em Buenos Aires, com familiares de vítimas de cidadãos argentinos desaparecidos no Brasil; entrevista com duas testemunhas de desaparecimentos forçados de cidadãos brasileiros em Córdoba, na Argentina; e pesquisa nos arquivos da *Comisión Provincial por La Memoria, em La Plata*.”(CNV, 2014, p. 70)

Este terceiro e último fragmento, que se encontra a seguir é mais contundente e pode nos dar pistas sobre a violação dos Direitos Humanos cometida durante as ditaduras militares no Cone Sul, ou seja, uma evidência dos acordos entre estes países nas perseguições e mortes de cidadãos sob a lógica da Doutrina Francesa; como na citação abaixo:

Ainda em relação à Argentina, ressalte-se que a equipe da CNV identificou, no arquivo central do Ministério de Relações Exteriores e Culto da República Argentina, 66 caixas com documentos que poderiam esclarecer violações de direitos humanos cometidas durante a ditadura militar brasileira. (CNV, 2014, p. 70)

Sobre estas sessenta e seis caixas que a CNV brasileira encontrou nos arquivos do Ministério das Relações Exteriores na Argentina, consta diversos dados de brasileiros que foram monitorados, aprisionados e mortos pela ditadura argentina. Entre estes, consta informações sobre onze brasileiros que foram presos e desaparecidos na Argentina, e de seis argentinos que foram presos e desaparecidos no Brasil, além de diversos casos de brasileiros que eram monitorados neste país vizinho, entre eles o ex-presidente brasileiro João Melchior Goulart morto neste país em 1976. Esta documentação encontrada poderia esclarecer violações dos direitos humanos durante a ditadura militar entre estes países (CNV, 2014).

Esse conjunto de documentos deixa claro os acordos entre estes países e como estavam conectados no processo de contrainsurgência e na defesa e manutenção da Doutrina de Segurança Nacional e na Doutrina de Guerra Revolucionária francesa. Um documento desclassificado pela CIA mostra os indícios desses vínculos – Documento nº 526¹¹² de 19/07/1976 e apresentado neste capítulo

Cooperação Intergovernamental. As forças de segurança do cone meridional indubitavelmente coordenam seus esforços contraterroristas na medida em que há troca de informações; tanto Brasil quanto Argentina podem fornecer treinamento e serviços de consultoria limitados aos seus vizinhos menores. Há mais de dois anos, autoridades de segurança de todos os países do Cone Sul, exceto o Brasil, se reuniram em Buenos Aires e formalizaram acordos para facilitar a troca de informações e a movimentação de autoridades de segurança em empresas do governo (Fragmento relatório 526 do Depto de Estado dos EUA de 19/07/1976, tradução nossa¹¹³)

Este fragmento extraído de um documento desclassificado pela CIA no primeiro semestre de 2019 elucida os acordos bilaterais existentes entre Brasil e Argentina nos marcos repressivos daquele contexto histórico dos anos de 1970.

2. 4 Apropriando-se do conhecimento do inimigo: um objeto confiscado

Uma outra estratégia que configura esse novo modelo de guerra é a apropriação do conhecimento das táticas do inimigo, como um meio de melhor dominá-los, persuadi-los e aniquilá-los, conforme teorizado por um de seus maiores divulgadores, o francês Roger Trinquier, em sua obra de 1961.

¹¹² Parte deste documento encontra-se nos anexos de número 10 e com o título Documento CIA: SOUTH AMERICA SOUTHERN CO[15515265].

¹¹³ Intergovernmental cooperation. Southern cone security forces undoubtedly coordinate their counterterrorist efforts insofar as information exchanges are concerned, and Argentina and Brazil may provide limited training and advisory service to their smaller neighbors. Over two years ago, security officials from all the southern cone countries except Brazil met in Buenos Aires and reportedly formalized arrangements to facilitate information exchanges and the movement of security officials on government business. (Fragmento relatório 526 do Depto de Estado dos EUA de 19/07/1976, tradução nossa)

Suas experiências nas batalhas que levaram à independência da Indochina, quando esta era colônia francesa, foram sistematizadas em seu livro *A Guerra Moderna*:

Na guerra moderna não enfrentamos um exército organizado de acordo com as linhas tradicionais, sim com um exército algumas vezes muito pequeno, porém consistente e efetivo, que trabalha na clandestinidade dentro da mesma população, manipulado por uma determinada organização. A este é que há que temer e derrotar¹¹⁴ (TRINQUIER, 1981, p. 24, tradução nossa)

O General francês Charles Lascheroy, que junto com Roger Trinquier sistematizou os conceitos da guerra contrarrevolucionária, relata que ao participar da guerra contra a independência da Indochina em 1951, também se depara com *O Livro Vermelho* de Mao Tsé-Tung e se apropria de seu conteúdo para usá-lo a favor do exército francês (*Esquadrones de la Muerte*, ROBIN, 2003).

Um exemplar¹¹⁵ do *Livro Vermelho* de Mao Tsé-Tung (1893-1976), apreendido pela repressão brasileira em 1968, nos dá um exemplo desta estratégia de guerra, este não teria sentido aparecer aqui, não fossem as anotações contidas nele, lavradas pelo agente de alta patente que dele se apoderou.

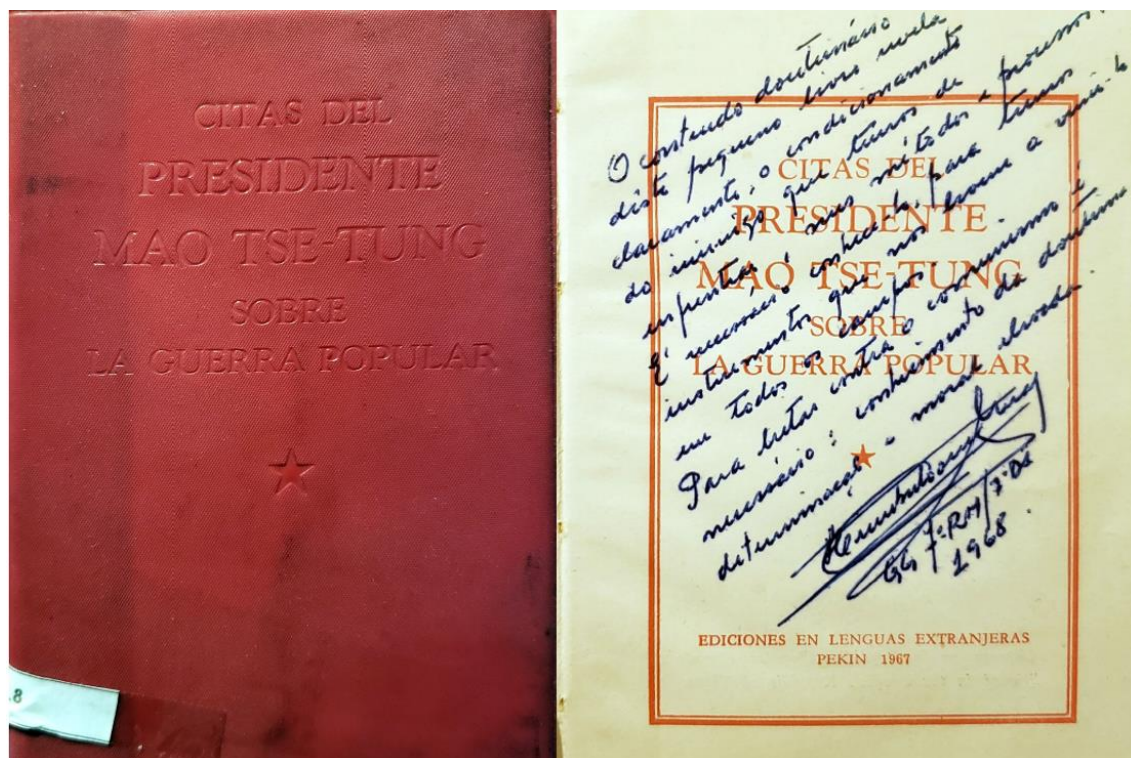
Os anos de 1964 em diante se caracterizam pela intensa operação de “caça” aos subversivos e as anotações expressam a prática apregoada por Trinquier (1981), ou seja, saber como o inimigo pensa e age e quais são suas teorias e estratégias visando, inclusive se apropriar delas como estratégias de luta.

Este livro pode ser observado como um “botim de guerra”, uma vez que foi apreendido pelos militares quando dos conflitos entre eles e os representantes da guerrilha urbana que atuavam na resistência à ditadura militar nos anos de 1960, na cidade do Rio de Janeiro. O proprietário(a) deste objeto confiscado pode ser classificado como um inimigo interno, que para nós trata de um cidadão anônimo, pois não possuímos meios de desvendar sua identidade, se era militante de alguma organização política ou sindical ou se pertencia ao movimento estudantil e tampouco elucidar seu destino após esta apreensão.

¹¹⁴ “En la guerra moderna no nos enfrentamos a un ejército organizado de acuerdo con las líneas tradicionales, sino con un ejército algunas veces muy pequeño, pero consistente y efectivo, que trabaja en la clandestinidad dentro de la misma población, manipulado por determinada organización. A ése es al que hay que temer, y ése es que hay que derrotar” (TRINQUIER, 1981, p.24)

¹¹⁵ Este livro foi editado para línguas estrangeiras em Pequim (China) no ano de 1967, neste caso em língua espanhola.

Imagem 5 – Objeto confiscado - Livro Vermelho



Livro Vermelho de Mao Tsé-Tung, (Edições em língua Extranjeras, Pekin, ano de 1967).

Fonte - acervo pessoal cuja identidade deve ser mantida em sigilo, assim como o do militar que lavrou as informações neste livro.

A seguir a transcrição das anotações encontradas no objeto confiscado:

O conteúdo doutrinário deste pequeno livro revela claramente o condicionamento do inimigo que temos de enfrentar, seus métodos e processos. É necessário conhecimento para termos instrumentos que nos levam a vencê-lo em todos os campos. Para lutar contra o comunismo é necessário: conhecimento da doutrina, determinação e moral elevada. RJ – 1968.¹¹⁶

Esse exemplar de uma literatura considerada subversiva e herética pelos cânones das DSNs, com seu padrão moral persecutório a qualquer referência que não se ancorasse nos ditames do mundo ocidental “livre”, democrático e cristão, passou a ser, portanto, para a repressão, mais um instrumento de

¹¹⁶ O militar em questão foi precursor na implantação do Centro de Instrução de Guerra Eletrônica (CIGE), conforme histórico disponível no site do Comando de Operações Terrestre (COTer), foi o primeiro centro de treinamento de Guerra Eletrônica da América Latina, sendo criado pelo Decreto Presidencial nº 89.445, de 19 de março de 1984. - O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA GUERRA ELETRÔNICA NO EXÉRCITO BRASILEIRO, Capitão Plácido Garcia Travassos dos Santos). (Doutrina Militar Terrestre em Revista) - Outubro a Dezembro de 2013.

conhecimento do inimigo interno. Uma prática alicerçada nas doutrinas de contrainsurgência ou da guerra moderna, na qual o combatente, sendo aqui representado pelo militar que fez as anotações, não irá apenas eliminar o inimigo, mas também se apropriar dos seus conhecimentos, de suas técnicas, de seus métodos, para melhor combatê-los, tal qual em um ritual antropofágico, no qual se adquire as forças e os códigos do inimigo para ampliar o seu próprio fortalecimento.

Retomando aqui o papel do general francês Paul Aussaresses (1918-2013), denominado como um mestre de crimes de lesa humanidade pela Comissão Nacional da Verdade do Brasil “Rubens Paiva” e sua presença e influência na cultura repressiva latino-americana, por intermédio de seus cursos, palestras e assessorias, como um meio de exportar os conhecimentos deste modelo de guerra revolucionária para países da América Latina governada por ditaduras militares.

Aussaresses, em seu primeiro livro de memórias – *Serviços especiais – Argélia 1955-1957, meu testemunho sobre a tortura* –, que fora publicado em 2001 na França, elucida seus propósitos nesta prática militar: “fazer o que chamávamos ‘guerra psicológica’, em todos os lugares que fosse necessário, como na Indochina. Preparava meus homens para realizar operações clandestinas, colocação de bombas, ações de sabotagem ou a eliminação de inimigos”. Conhecimentos estes que foram sistematizados como a Doutrina Francesa.

O homem que o governo francês nomeou adido militar e foi recebido de braços abertos no Brasil de Médici havia comandado um massacre na Argélia que resultou na morte de 7.500 pessoas em dois dias – 2 mil delas executadas depois de presas e interrogadas em um estádio transformado em campo de concentração. Qualquer semelhança com o Estádio Nacional chileno que teve o mesmo destino em 1973 não é mera coincidência, apontam os fatos. AGÊNCIA PÚBLICA. Um torturador francês na ditadura brasileira. 1º abr. 2014¹¹⁷.

A citação acima demonstra sua perspicácia no combate ao inimigo interno e na aplicação das novas táticas de guerra, com seu método que incluía

¹¹⁷ Disponível em: <<http://apublica.org/2014/04/um-torturador-frances-na-ditadura-brasileira/>>. Acesso em 07 maio de 2019.

interrogatório, sequestro, desaparecimento e formação de esquadrões da morte o que configura uma espécie de tanatopolítica, além de criar um pólo de treinamento no Brasil e com isso influenciar na articulação das demais ditaduras que aqui por aqui se instalariam, principalmente a assessoria brasileira para com a chilena em 1973, que inicia na mesma data de chegada de Aussaresses no Brasil.

Este corpo teórico influenciou nas práticas do exército francês nas batalhas contra a independência da Argélia, pois a tortura foi inserida como uma política de estado, criou-se a figura do “desaparecido” político, prática esta que pode ser vista como uma forma de não sobrecarregar o poder judiciário.

Aussaresses atuou como adido militar no Brasil entre 11 de setembro de 1973 até novembro de 1975, antes dessa “temporada” no Brasil, atuou em cursos de antiguerrilha nos EUA em Fort Benning e Fort Bragg, nesse período que esteve no Brasil ministrou cursos sobre a Doutrina Francesa em órgãos como o CIGS e ESNI, ambos em Manaus no Amazonas e em Brasília, respectivamente, isto devido a sua experiência acumulada ao longo de sua carreira militar, que envolveu primordialmente o combate à repressão ao movimento pela independência da Argélia.

Segundo Araújo (2013), o exemplo das relações franco-argentinas foi seguido no Brasil por adidos militares franceses que aqui atuavam, com o claro objetivo de influenciar os militares brasileiros na compra de materiais bélicos de origem francesa, o que colaborou com a expansão da violência naquele momento.

Sobre essas relações bélico-comerciais entre Brasil e França citamos uma série de protestos que ocorreram na capital deste país europeu em julho de 1970, dentre esses protestos constava uma greve de fome iniciada por dois sacerdotes franceses. O motivo de tais protestos seria marcar uma posição de setores da sociedade civil contrários aos acordos bélicos que foram estabelecidos entre Brasil e França, os quais previam a venda de aviões Mirage da França para o Brasil. Estas notícias foram divulgadas por diversos jornais franceses da época e documentadas¹¹⁸ pela Embaixada brasileira em Paris.

¹¹⁸ Ofício datado em 02/07/1970 – oriundo da Embaixada do Brasil em Paris (FR). - Arquivos do Itamaraty (BSB).

Contudo, dentro de sua função como Adido Militar, Aussaresses exercia também uma outra habilidade: a negociação de vendas de armas e munições francesas para o Exército brasileiro. Atuava como um intermediário entre o governo Francês e o brasileiro, o que favorecia a compra de material bélico da França, principalmente aviões *Mirage*, o que explica em grande parte o interesse da França em exportar suas técnicas por intermédio de seus militares: “Graças em parte aos serviços militares e comerciais da embaixada, a França se tornou o segundo provedor de armas terrestres ao Brasil, depois dos Estados Unidos”¹¹⁹, tanto que após sua estada no Brasil, Aussaresses vai atuar como representante comercial para a empresa francesa Thomson-Brant em países da América Latina. Uma clara associação entre os serviços de relações exteriores da França e Brasil com a indústria bélica e o controle e difusão deste mercado.

Segundo Duarte-Plon (2016), os aparatos repressivos utilizados na Guerra da Argélia em 1957, como os CCI (Centro de Coordenação Integrado) e o DOP (Destacamento Operacional de Proteção) estão na origem da criação de órgãos da repressão militar brasileira, como a OBAN (Operação Bandeirantes) com sua estrutura de espionagem, autonomia de ação, e também o DOI-CODI (Destacamento de Operações Internas e Centro de Operação de Defesa Interna).

O curioso foi a constatação que um dos recursos utilizados na aplicação da doutrina Francesa nos EUA e na Argentina, para demonstrar tais técnicas de perseguição e tortura, foi o filme do italiano Gilo Pentecorvo “*Batalha de Argel*” produzido em 1965, justamente para criticar esta barbárie, pois esta batalha foi um modelo de guerra contrarrevolucionária.

Esta obra fílmica produzida alguns anos após os confrontos que geraram a Guerra pela independência da Argélia, a princípio proibida na França, retrata os meandros da doutrina de guerra contrarrevolucionária, sistematiza as táticas utilizadas pelos militares franceses, como a divisão territorial do espaço ocupado pelos “subversivos” para o controle populacional, bem como o uso das torturas, a prática dos sequestros e desaparecimentos, aulas sobre as técnicas de

¹¹⁹ Para maiores informações, acesse: <<http://apublica.org/2014/04/um-torturador-frances-na-ditadura-brasileira>>. Acesso em 07 maio de 2019.

espionagem e o uso corrente dos interrogatórios para alcançar as informações necessárias para a desarticulação da organização subversiva Frente de Libertação Nacional (FLN). No filme, há uma aula sobre a aplicação desses métodos, que é ministrada pelo personagem Coronel Mathieu, o qual corresponde ao General Marcel Bigeard, atuante nas batalhas da Indochina e na Argélia.

No documentário *Esquadrões de la Murte*, o General Paul Aussaresses quando entrevistado pela jornalista Marie Monique Robin, que o indaga se ele teve acesso ao filme *Batalha de Argel*, o General responde que sim, que a obra é magnífica e que não poderia estar mais próxima da verdade, identifica claramente neste filme os seus colegas de profissão atuando no combate ali ocorrido.

Salientamos também as trocas de informações entre os órgãos de inteligência franceses e brasileiros, pois ocorria um assíduo monitoramento da França em relação aos brasileiros que para lá pediam asilo político devido às perseguições ocorridas no Brasil. Tais cidadãos exilados em território francês eram vigiados e observados pelos órgãos de inteligência deste país europeu. Paul Aussaresses descreve em entrevista para Duarte-Plon (2016, p. 222) que os serviços de informação franceses eram detalhistas e não costumavam perder as pistas dos cidadãos latinos que emigraram para a França naquele momento.

Lembramos que a França concedeu asilo político a 10 mil brasileiros durante a ditadura militar brasileira (1964-1985) com o intuito não apenas humanitário, mas como um meio de vigiá-los e transferir informações destes cidadãos que se encontravam asilados para os órgãos de segurança e investigação do governo brasileiro.

2.5 Operação Condor: o exemplo mais completo de uma operação. O marco legal de uma operação repressiva

Para agilizar os serviços de inteligência entre os países do Cone Sul neste contexto de ditaduras militares de segurança nacional a partir dos anos de 1960, se estruturam as chamadas operações, com técnicas, táticas e meios próprios

para combater os inimigos destes modelos político-econômicos, conforme veremos a seguir.

Oficializa-se, desta forma, uma operação, denominada Operação Condor em 1975 no Chile, uma espécie de multinacional do terror, esta pressupunha um acordo entre as “inteligências” dos países do Cone Sul da América Latina, entre eles Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai, Uruguai, Peru e Equador (MCSHERRY, 2009). Esse “convênio” entre os países se deu aos moldes da Interpol¹²⁰ e seu mote se estabelecia pela criação de fronteiras ideológicas¹²¹ e a caça ao inimigo interno, que poderia transitar de um país para outro. Suas atividades eram coordenadas de forma clandestina e à margem da lei, com o objetivo de vigiar, sequestrar, torturar, assassinar e fazer desaparecer militantes políticos que faziam oposição, armada ou não, aos governos militares da região.

O nome desta operação foi dado em homenagem ao Condor-dos-Andes ave de rapina majestosa que é símbolo nacional de países andinos como Argentina, Bolívia, Chile, Equador e Peru, além de estar presente na Colômbia e Venezuela. As características dessa ave, considerada o maior pássaro voador do mundo, são: possuir hábitos necrófagos, pois se alimenta de outros animais mortos; suas asas que podem chegar a uma envergadura com 270 a 330 centímetros e a uma altura de até 1,42 centímetros; além de ter uma capacidade de voo acima dos seis mil metros, é licenciada e chega a viver até cerca de 50 anos.¹²²

Para o militar chileno Manuel Contreras, essa operação nunca existiu, o que houve foi um sistema de inteligência entre os países do Cone Sul, o que para ele é bem diferente de uma operação, pois esta última pressupõe ação e atuação sobre algo, o que houve, segundo sua versão, foi apenas um intercâmbio de informações, o que é algo comum entre os Estados modernos (*Documentário Condor*, 2008). Nota-se por este depoimento um meio de se autoproteger, bem como se esquivar dos processos que lhe foram impetrados

¹²⁰ INTERPOL - *International Criminal Police Organization* - designa uma Associação Internacional de Polícia Criminal, com sede na cidade de Lyon na França, fora criada em 1923. Disponível em: <<https://www.interpol.int/>>. Acesso em: 09 set. de 2019 às 17h.

¹²¹ Para melhor compreensão acerca de fronteiras ideológicas, faz-se necessário rever o conceito de guerra moderna e a criação do inimigo interno, já discutido neste trabalho, na qual as fronteiras de perseguição a esta nova categoria de inimigo não eram mais geográficas e sim ideológicas, isto é, os inimigos eram aqueles cidadãos com práticas discordantes das ditaduras existentes.

¹²² Para maiores informações acessar o site: <www.eco.org.br>.

pelas práticas de desaparecimento e tortura de pessoas, o que configurou crimes de guerra e terrorismo de Estado.

Conforme o relatório da UNESCO, intitulado *Centro Internacional para la Promoción de los Derechos Humanos*, a Operação Condor possui tais características:

A Operação Condor foi criada em 1975 para estreitar os vínculos com os serviços de inteligência e organismos e repressivos do Cone Sul e atuar coordenadamente com o território dos países membros. A criação desta organização terrorista transnacional se pautou no contexto mundial de enfrentamento entre os blocos capitalista e comunista, conhecido como Guerra Fria. Como tática dentro deste conflito, os EUA aplicaram esquemas contrainsurgentes para “conter” o comunismo internacional, destacando a Operação Fênix no Vietnã e os exércitos secretos da OTAN na Europa, precedentes das práticas terroristas clandestinas empregadas na Operação Condor. (GARZÓN REAL, 2016, p.51, tradução nossa¹²³)

Em 1992 foram encontrados na cidade de Lambaré nas imediações da capital paraguaia documentos que evidenciavam a existência dessa operação. Os documentos pertenciam a polícia secreta paraguaia e somavam uma quantidade de 700 mil registros dessa operação que, entre outras informações, constava as conferências de inteligência entre os países membros, serviços de espionagem em conjunto, troca de prisioneiros, formas de falsificação de documentos (MARIANO, 2003).

Entre esses documentos encontrados, elencamos o de sua fundação; denominado de *Ata da Primeira Reunión de Trabajo de Inteligencia Nacional*¹²⁴, uma espécie de registro de nascimento dessa operação e que emblematicamente define seu *modus operandi* e como esta foi gestada, com as estratégias de combate à subversão no Cone Sul.

¹²³ La Operación Cóndor fue creada en 1975 para estrechar vínculos entre los servicios de inteligencia y organismos represivos del Cono Sur y actuar coordinadamente en el territorio de los países miembros. La creación de esta organización terrorista transnacional se enmarcó en un contexto mundial de enfrentamiento entre los bloques capitalista y comunista, conocido como Guerra Fría. Como táctica dentro de esa contienda, los EEUU aplicaron esquemas contrainsurgentes para “contener” al comunismo internacional, destacándose la Operación Fénix en Vietnam y los ejércitos secretos de la OTAN en Europa, precedentes ambos de las prácticas terroristas clandestinas empleadas durante la Operación Cóndor. (GARZÓN REAL, 2016, p.51)

¹²⁴ Datado em 29 de outubro de 1975, na cidade de Santiago do Chile. – Material colhido nos Arquivos do Terror – Asunción (Paraguai), Sob n. 00143F-0012 / 00022F-0155. Parte deste documento encontra-se nos anexos de número 11.

Este documento que contém dez páginas está organizado de uma forma clara e sistemática e com objetivos específicos quanto às ações dos países participantes nesses serviços, conforme se observa em algumas páginas do documento em questão, que se encontra disponível no anexo de número 08.

Em seu item número um, que trata dos fundamentos dessa reunião, faz-se uma justificativa desses trabalhos. É citada a existência na América Latina de grupos subversivos que se organizam sistematicamente, e de forma coordenada, como uma rede intercontinental de grande alcance regional e sub-regional, que viriam atuar nos países afetados nos âmbitos político, econômico e militar. Tais grupos se agremiam de forma contrária à história, à filosofia e à religião deste continente, isto é, se alicerçam contra os ditames do que é esperado pelo ocidente cristão. Esses grupos subversivos estariam se aglutinando em torno da *Conferencia Tricontinental de La Habana*¹²⁵, ocorrida em Cuba em 1966.

O documento é nítido em dizer que as organizações consideradas subversivas e contrárias a “ordem” estipulada pelo padrão ocidental não respeitariam mais as fronteiras e nem países e, portanto, estariam presentes em todos os níveis da vida nacional. Uma clara alusão ao inimigo interno e as fronteiras ideológicas e não apenas nacionais ou geográficas, o que justifica o sentido deste serviço de inteligência entre os países, no qual o “inimigo” dentro de um país torna-se também o “inimigo” dos demais países participantes/signatários deste convênio.

Uma outra justificativa esclarece que tais países já estão sendo atacados política, econômica e militarmente, tanto dentro como fora de suas fronteiras e que eles estão combatendo sós ou apenas com acordos de “cavaleiros”, isto é, protegem-se informalmente. Sendo assim e alegando criar condições de se protegerem do inimigo interno e enfrentarem esta Guerra Psicopolítica, essa

¹²⁵ Esta conferência é herdeira de uma das reuniões da Conferência de Bandung, as reuniões que influenciaram Cuba a criar a Tricontinental ocorreram respectivamente em Bandung (Indonésia), mas em 1961 foi chamada de Reunião do Comitê de Solidariedade Afro-Asiático e contou com um observador cubano. A reunião mais decisiva para Cuba sediar a Tricontinental ocorreu em 1963 no continente africano, em Moshi (Tanzânia), onde foi gestado um comitê para organizar a reunião da Tricontinental entre os dias 03 a 15 de Janeiro de 1966 de onde surgiu também a Organização de Solidariedade com os povos da Ásia, África e América Latina (OSPAAAL) e dará origem a Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) - Informações colhidas no site do Ministério das Relações exteriores de Cuba: <<http://anterior.cubaminrex.cu/Patrimonio/Articulos/2009/LaSolidaridad.html>>. Acesso em: 10 ago. 2017 às 23h30min.

Reunión irá organizar, centralizar e coordenar tais práticas, de forma a intercambiar informações, experiências por intermédio dos chefes dos serviços de segurança de cada país.

Ainda dentro das justificativas elencadas para combater a atuação de organizações subversivas se faz necessário sistematizar um trabalho de inteligência entre os países aqui afetados. De forma que os países que se sentem prejudicados por tais ações subversivas não ajam sós ou com simples acordos bilaterais. Para tanto este serviço de inteligência integrado deve coordenar ações dos países que sofrem com a presença destes grupos subversivos e se sentem ameaçados por eles.

Para centralizar e melhor administrar as práticas propostas nesse encontro, foi estabelecida a criação de uma “*Oficina de Coordinación y Seguridad*” que seria alicerçada por três pilares: Banco de dados, Central de Informações e Reuniões de Trabalho.

Sobre o Banco de Dados, que seria pertinente para o controle e rastreamento dos subversivos e suas ações e das instituições que teriam vínculos com as práticas subversivas, fora criado o departamento nominado de *Condortel*, que seria alimentado com informações dos países membros, seu funcionamento se assemelhava ao funcionamento da *Interpol*. Esta central de informações com meios ágeis de comunicação entre os órgãos de inteligência de cada país aqui signatário e que se interconectem entre si com transmissão de telex e meios de criptografia, telefones com inversão de voz e correios. E o sucesso desse trabalho se deve à atuação dos serviços de segurança de cada país, que irá manejar, financiar este sistema, de acordo com regras estabelecidas por um regulamento interno.

Para o manuseio seguro do banco de dados e para manterem uma comunicação sigilosa entre os agentes envolvidos nas operações da Condor em cada país membro, criaram instruções de como cifrar e decifrar mensagens secretas.

A tabela a seguir exemplifica como eram elaboradas as palavras cifradas; cada palavra do alfabeto latino seria substituída por outra deste mesmo alfabeto, o que gera um amontoado de letras que só fariam sentido mediante o conhecimento desta equivalência, na linha superior da tabela temos o alfabeto

em sua ordem convencional, na linha abaixo se encontra a sua representação para esta linguagem cifrada:

Tabela Número 03: Alfabeto cifrado na linguagem Condor

a	b	c	d	e	f	g	h	i	j	k	l	M	n	o	p	q	r	s	t	u	V	w	x	y	z
D	Q	Z	Y	C	R	U	I	X	B	P	M	A	J	V	G	K	T	F	W	L	N	E	S	H	O

Um exemplo retirado do próprio documento traduz a frase: “NXDBDTCXDADJID”, que na linguagem da Condor significa “VIAJARE MAÑANA”

Segundo tal documento, a concepção política e econômica das organizações subversivas era uma deformidade aos ideais de sociedade existentes no mundo livre cristão e ocidental e, portanto, deveriam ser eliminadas.

Assim, esse documento esclarece os primórdios da organização que foi criada com seus objetivos em rastrear, vigiar, controlar, prender, punir e excluir do convívio social os chamados inimigos internos. Indica seus fundamentos e a razão de sua existência, conforme esclarecido nos parágrafos anteriores, bem como seus critérios de ação, que objetivava o combate à subversão nestes países envolvidos do Cone Sul da América Latina.

Pode-se associar as justificativas utilizadas nesse documento para criar esta organização de inteligência com os mesmos argumentos apregoados pelas Doutrinas de Segurança Nacional (DSNs) implementadas no Brasil e que possuem semelhanças com as demais doutrinas formuladas em outros países da América latina, como já descritas no capítulo primeiro deste texto.

Para a jornalista chilena Mónica González, a Operação Condor foi idealizada por um agente militar argentino chamado Coronel Ribeiro ou Rawson como também era conhecido. Este militar havia sido treinado na esteira das assessoias francesas de guerra antissubversiva, conforme já descritas neste capítulo. Segundo González, este oficial argentino tem a ideia de formar uma central de inteligência coordenada entre Chile, Argentina, Uruguay e Paraguay. E esta central de inteligência do Cone Sul nasce integrada a uma rede paralela e clandestina internacional de espionagem, uma espécie de braço armado

terrorista ultradireita que abarca grupos na europa e nos EUA (ESQUADRONES DE LA MUERTE, 2003).

Outro meio de inferir a existência de acordos entre estes países será pela análise de alguns trechos do jornal mexicano *Excelsior*, nos quais aborda relatos de prisões, torturas, sequestros orquestrados por uma rede repressiva entre os países do Cone Sul: Argentina, Brasil, Chile e Uruguay, e como esta rede também atuava na Europa. Estes recortes de jornais foram encontrados nos arquivos de *la Memoria em Buenos Aires* e presume-se que foram coletados por refugiados argentinos que migraram para o México para fugir das perseguições implantadas no decorrer daquela ditadura militar a partir de março de 1976.

O curioso nestes recortes é o que justifica a razão de sua inserção nos anexos¹²⁶ desta tese é a data em que foram escritos, setembro de 1976, apenas seis meses após o início daquela ditadura militar argentina, o que supomos que essa organização repressiva em conjunto nos países do Cone Sul já estava estabelecida antes mesmo do início dessa ditadura e que seus ecos já faziam sentir para os grupos que seriam perseguidos.

Em tal período, é necessário pensar no papel coercitivo dos Estados nacionais envolvidos na Operação Condor, a ampliação de seus serviços de inteligência, a perseguição aos grupos considerados inimigos do Estado, o surgimento de grupos de extermínio e a consequente viabilização de crimes contra a humanidade, juntamente com a violação de direitos humanos, com apoio internacional, principalmente dos Estados Unidos da América.

As ações da Condor podem ser vistas como políticas de Estado durante as ditaduras militares. E o grau de sofisticação de seus serviços de inteligência era tamanho, que os Estados não se associavam aos crimes que cometiam e mantinham o caráter secreto destas operações, operações estas classificadas como encobertas.

Dentre as principais características dessa “Operação” se destacavam: natureza multinacional; ação transfronteiriça dirigida a pessoas exiladas no estrangeiro; estrutura paraestatal de funcionamento; seleção precisa de dissidentes; utilização de grupos extremistas, como “sindicatos do crime” e “esquadrões da morte” e uso de tecnologia avançada para acesso a um banco

¹²⁶ Esses dois recortes encontram-se nos anexos de número 12.

de dados comum. O relatório final da Comissão Nacional da Verdade do Brasil nos mostra como esse aporte norte-americano foi executado, principalmente em relação a estas tecnologias (LOPES, 2016, p.192). Notamos assim a constituição de uma operação criminal transnacional.

Um outro atributo importante dessa operação foi a capacidade de organização de um Estado paralelo com as forças parapoliciais e infraestrutura que estavam presentes. Como o uso de veículos automotores sem identificação, prisões secretas, aparatos aéreos, cemitérios clandestinos. Os governos envolvidos e membros dessa associação forneciam passaportes, vistos, veículos, recursos financeiros, aparatos aéreos, assistência logística para a execução dos trabalhos. “Na América Latina o Estado paralelo aumentou as capacidades letais das ditaduras militares, ao mesmo tempo que permitiam a estas a aparência de legalidade e uma certa legitimidade¹²⁷” (McSHERRY, 2009, p. 35, tradução nossa). Nota-se desta forma a construção formal sobre a cooperação informal.

A Operação Condor, conjuntamente aos Estados Unidos da América, segundo DINGES(2004)¹²⁸, possui evidências mediante o fragmento de um memorando da Agência Central de Inteligência (CIA): “o medo de que todos os grupos de guerrilha por toda América do Sul se unissem é que motivou a recente intensificação na cooperação entre os funcionários da segurança no Cone Sul”.

Suas atuações foram divididas em três fases, a primeira fase consistia nas trocas de informações entre os países membros sobre os inimigos internos, com a coleta e armazenamento em um banco de dados; a segunda fase primava pelas trocas de prisioneiros entre estes países consorciados; a terceira fase visava realizar atentados em países que estavam além dos marcos da Condor, como nos EUA ou em países europeus. Esta última fase contava com o apoio de associações políticas fascistas e simpatizantes à Condor, tal qual as italianas *Avanguardia Nazionale* e *Ordine Nuovo* (MARIANO, 2003; MCSHERRY, 2009), conforme será dado um exemplo dessa cooperação no capítulo três deste texto.

¹²⁷ “En América latina o Estado paralelo aumento las capacidades letales de las dictaduras militares, Al tiempo que permitían a éstas retener la apariencia de legalidad y cierta legitimidad (MCSHERRY, 2009, p.35)

¹²⁸ Jornalista estadunidense trabalhou no Chile nos anos de 1970, traçou um panorama sobre os primórdios da organização desta Operação no Chile em 1975.

Nota-se que os EUA colaboraram ativamente com a criação desse programa de inteligência entre os países do Cone Sul, e isto como um meio de evitar movimentos guerrilheiros nestes países. É sabido também a eficácia dessa Operação nas trocas de informações entre os países envolvidos, com o intuito de perseguir, prender ou matar os cidadãos classificados como inimigos do Estado. Pode-se afirmar que os EUA subsidiaram essa operação com aparelhamento de inteligência, apoio financeiro e tecnológico, tal qual um sócio secreto e patrocinador (McSHERRY, 2009, p. 29). Contudo, para a formação da operação também devemos levar em conta os egressos das escolas militares, pois devido a sua formação e mentalidade colaboraram com essa criação.

Ainda sobre a Operação Condor e seu vínculo com os Estados Unidos da América na coordenação de trabalhos de inteligência no Cone Sul, não há como deixar de citar as pesquisas da jornalista argentina Stella Calloni (1999), tamanha a importância de seus trabalhos para trazer à tona essa operação, quando nos esclarece as conexões entre EUA-CIA-Operação Condor, como segue:

O assessoramento e assistência dos EUA facilitaram a coordenação entre as agências regionais de inteligência. Esta cooperação fez possível o intercâmbio de informação e de prisioneiros, inclusive de assassinatos conjuntos. Um exilado político poderia ser sequestrado, tomado como refém e levado através das fronteiras, torturado e desaparecido, sem nenhuma autorização judicial. Paradoxalmente o fato de que a CIA dirigira estas ações, pode haver encorajado a criação da Operação Condor. (CALLONI, 2010, tradução nossa¹²⁹)

Pode-se dizer que a Operação Condor foi uma resolução militar para punir grupos que ousavam questionar os problemas clássicos enfrentados na América Latina, como a tradição de uma política baseada em um modelo autocrático burguês, os problemas causados por este modelo capitalista altamente desigual

¹²⁹ *“El asesoramiento y la asistencia de Estados Unidos facilitaron la coordinación entre las agencias regionales de inteligencia. Esta cooperación hizo posible el intercambio de información y de prisioneros, incluso de asesinatos conjuntos. Un exilado político podía ser secuestrado, tomado como rehén y llevado a través de las fronteras, torturado y desaparecido, sin ninguna autorización judicial. Paradójicamente el hecho de que la CIA dirigiera estas acciones puede haber alentado la creación de de la Operación Cóndor”* (CALLONI, Capítulo 17).

com uma visível e atroz concentração de renda, resultados de uma modernização conservadora, conforme explicado na introdução deste texto.

Essa operação resultou de um novo modelo de guerra, que é a Contrainsurgência, com novas táticas e métodos, como a Guerra de baixa intensidade, guerra irregular, guerra suja, guerra psicológica, que também foram utilizados pela França nos anos 40 e 50 em suas ex-colônias.

Faz-se necessário elaborar um paralelo desta guerra chamada de Contrainsurgência com a primeira e segunda Guerra Mundial, que foram de caráter industrial, geraram um massacre em massa, e contaram com a clara presença do papel do Estado em suas articulações. Já esta de caráter Contrainsurgente também possui um caráter letal junto às massas, mas se pauta pela clandestinidade do Estado e faz uso de aparatos paramilitares que executam ações fora da legalidade e com isso aprofunda a penetração e o controle do Estado junto à sociedade, pois com a seleção objetiva da população civil como alvo dos ataques e perseguições, como se esta população, também classificada como inimigo interno, fosse um exército opositor, na mesma lógica de combate da Guerra Moderna teorizada por Roger Trinquier, já exposta neste texto.

O poder militar contrainsurgente organizou novas formas de perseguição aos civis e aos seus oponentes, formas de inteligência, vigilância, tortura, desaparecimento, assassinato, formas de aterrorizar a população, enfim aprimoraram novas técnicas de violência, de forma a ampliar a guerra suja para além das fronteiras de seus países.

A formação de estruturas paralelas de Estado, juntamente com a formação das forças militares, serviu também para demonstrar o poder destes Estados em reprimir qualquer forma ou possibilidades de oposição aos seus projetos políticos e econômicos.

O diagrama a seguir, estruturado pela pesquisadora argentina Melisa Slatman, apresenta de forma didática as relações entre os países envolvidos. O uso dos círculos e como estes estão dispostos, tentam traduzir o encadeamento de atividades em conjunto por estes países membros, de forma que cada círculo representa um país, com suas especificidades repressivas. Contudo, notamos no centro da imagem uma área comum que abrange todos os círculos, esta área chamada espaço transnacional ou multilateral denota o fluxo e troca de

informações existentes pelos órgãos de inteligência de cada país. Esta colaboração, conforme já visto, ancora-se no âmbito policial repressivo e na persistência do princípio da suspeição para com os inimigos internos.

Imagem 6: Diagrama Operação Condor



Fonte: Slatman (2016)

Uma vez estabelecida estas operações clandestinas, colocamos algumas perguntas a respeito deste fenômeno. Qual a necessidade dessas operações encobertas, uma vez que os países signatários destas já estavam vivendo sob ditaduras militares? Ao mesmo tempo, estes mesmos países que estavam vivendo sob governos autoritários e que fizeram parte deste acordo transnacional clandestino também concordavam com as orientações de instituições supranacionais que repudiam ações terroristas como esta.

Nota-se, por exemplo, o que preconiza os protocolos das Convenções de Genebra¹³⁰, principalmente em seu Artigo 3º que versa sobre o tratamento digno que deve ser dado a um refém e aos prisioneiros de guerra. E também o Artigo 102 da ONU, que proíbe acordos secretos entre os países.

Estima-se, desse modo, que essas ações clandestinas nascidas dentro destes Estados, são formas de dissimular o que apregoa as regras do estado de direito construído nos últimos tempos no mundo ocidental, com o advento das constituições modernas e a construção de uma civilidade, que julgava ter

¹³⁰ Informações contidas no site: <<https://www.icrc.org/pt/doc/war-and-law/treaties-customary-law/geneva-conventions/overview-geneva-conventions.htm>>. Acesso em: 10 set. 2019 às 10h.

superado as práticas autoritárias, discricionárias, tirânicas e despóticas. Contraditoriamente, os atuais Estados criam em seu interior expedientes como os paramilitares, os chamados “P-2”, acordos clandestinos, operações encobertas, ações estas que agem no subterrâneo das sociedades, instigam a construção de diversos aparatos repressivos existentes atualmente, o que gera um regresso civilizatório.

2.5.1 Algumas ações práticas da Condor

Estas novas ações de combate aos inimigos internos e que foram aplicadas pelas forças da Condor, se assemelhavam também a Equipe de Forças Especiais dos EUA¹³¹, pois eram especialistas em guerra não convencional e operações contraterroristas. Para tanto, fizeram uso da guerra psicológica com as propagandas e desinformação em controlar e confundir o público. “Uma tática comum era fazer os atos da Condor aparecerem como ações da esquerda, para confundir o público e alcançar os objetivos políticos e aumentar o terror”¹³² (MCSHERRY, 2009, p. 34, tradução nossa).

No documentário *Condor* (BRASIL, 2007) há um relato elaborado pela jornalista chilena Mónica González, já citada neste capítulo, sobre uma outra operação chamada de Operação Colombo e como esta está associada à Condor e os usos do terrorismo psicológico. Podemos associar a Operação Colombo a um teste para a efetivação da Operação Condor, devido aos métodos que foram utilizados em conjunto, conforme veremos:

Este episódio ocorreu no Chile em 1975, meses antes da oficialização da Operação Condor, segundo descrição de González que coloca esta operação

¹³¹ Em 1961, a administração Kennedy informou o Congresso que a ajuda militar dos EUA iria passar da defesa hemisférica para a segurança interna, e o Pentágono de Robert McNamara imediatamente criou as Forças Especiais do Exército dos EUA (os Boinas Verdes) para combater as insurgências de guerrilha de Castro. Grupos Consultivos de Assistência Militar dos EUA logo foram designados para postos por toda a região, escolas militares norte-americanas nos Estados Unidos e na Zona do Canal do Panamá foram expandidas para acomodar um número crescente de estudantes latino-americanos, e equipes de ação cívica dos engenheiros militares dos EUA começaram a construir estradas e infraestrutura relacionada em áreas consideradas vulneráveis à atividade guerrilheira castrista (SCHOULTZ p.395)

¹³² “Una táctica común era hacer que los actos de Condor aparecieran como acciones de la izquierda, para confundir al público, alcanzar objetivos políticos, aumentar el terror” (MCSHERRY, 2009, p. 34)

como sendo um típico exemplo das garras da Operação Condor e seus métodos, ao lançar mão do terrorismo psicológico.

Essa operação inicia com a divulgação durante vários meses de algumas notícias vindas da Argentina a respeito de uma invasão guerrilheira que iria ocorrer a qualquer momento em Santiago do Chile, e quem iria promover esta invasão seria um grupo de guerrilheiros compostos por chilenos, uruguaios, argentinos que se organizavam tal qual um exército para provocar estas ações. Concomitante a essas notícias, publica-se pela Revista *Lea* em Buenos Aires (AR) e no diário *O Dia* em Curitiba (BR) em julho de 1975 sobre as mortes de 119 guerrilheiros extremistas chilenos que estavam brigando entre si e, portanto, se mataram. A chamada principal desses jornais para divulgar a dita notícia era: “*se matam como ratos*”.

Descobriu-se posteriormente que as 119 pessoas desse grupo de foram barbaramente torturadas e mortas pelas forças militares do Chile e Argentina com apoio da CIA e que as notícias falsas publicadas foram encomendadas e pagas pela DINA, justamente para criar um clima de terror ou *Psicowar* (guerra psicológica) (DOCUMENTÁRIO CONDOR, 2007).

A associação entre as duas notícias falsas está em criar um clima de horror na sociedade, bem como criar a imagem que os grupos guerrilheiros são violentos inclusive entre si. Outro fator dessa estratégia seria eliminar qualquer suspeita sobre os reais mandantes desse crime.

Esta chacina gerou um estado de pânico entre os asilados chilenos e brasileiros que se encontravam provisoriamente refugiados na Argentina, levando um grupo de dez pessoas – oito homens e duas mulheres – com apoio de argentinos a tomarem uma decisão extrema para conseguirem refúgio definitivo em outro país¹³³. Este grupo portando armas de fogo tomaram a sede do Alto Comissariado para as Nações Unidas em Buenos Aires e fizeram os seus funcionários de reféns, exigindo que este órgão acelerasse a sua saída do país. Vários países europeus foram consultados e se negaram a conceder o asilo devido aos “métodos de negociação” empregados pelo grupo, porém foram atendidos pela Argélia. O grupo foi então encaminhado para a Itália e de lá

¹³³ Documento intitulado *Ocupación de sede del Alto Comisariado de Naciones Unidas para los refugiados*, produzido pela Polícia Federal - Arquivos de La Plata – Argentina, Legajo 3827 de 28/10/1975.

partiram para este país do norte da África, não há registro de mortes durante a negociação, que durou dois dias.

Os atores deste episódio se autodenominaram Comitê de Refugiados Latino-Americanos deixaram claro que não se tratava de um ato guerrilheiro ou terrorista, tanto que libertaram as mulheres e um homem que se encontrava enfermo e sem pedir nada em troca. Traziam consigo uma espécie de manifesto dos refugiados que estavam sob a proteção da ACNUR, no qual constava muitas críticas a esta instituição, como “a ausência de assistência material, sem ajuda moral, sem trabalho, sem alimentos e sem os mínimos requisitos de sobrevivência”. Esclareceram, portanto, que os artefatos bélicos que possuíam só seriam utilizados em uma situação extrema.

Consta que esses cidadãos não possuíam vínculos com a esquerda armada chilena ou argentina, eram apenas militantes de partidos da esquerda democrática e moderada, exceto um deles que militava no Partido Socialista Chileno, e não eram, portanto, subversivos e não ocupavam cargos nestas agremiações políticas. Segundo registro, seus “antecedentes ideológicos eram negativos”. Informamos que duas páginas desse relato documental se encontram no anexo de número 13, no final deste texto.

Sobre a representação da Operação Condor entre os países aqui estudados, Brasil e Argentina, e sua cooperação repressiva podemos observar mediante análises de documentos desclassificados pela CIA em 2018 e início de 2019. Dois destes documentos serão aqui discutidos e interpretados.

O relatório¹³⁴ de seis páginas formulado pelo então secretário e representante do Departamento de Estado dos EUA na América Latina, Harry Alfred Kissinger, classificado sob número 526, datado em 19 de julho de 1976, endereçado para todos os postos diplomáticos das repúblicas americanas e também para as seguintes embaixadas europeias: Lisboa, Oslo, Paris, Roma, Estocolmo. O assunto do documento aborda a América do Sul: Práticas de segurança do Cone Sul. O documento está organizado em onze itens e alguns subitens que versam sobre temas como: violência política, terrorismo, contraterrorismo, acordos, inteligência nos países do Cone Sul, exilados políticos.

¹³⁴ Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/readingroom/search/site/condor%20operation>>. Acesso em: 17 jun. 2019 às 09h40min.

O subitem “C” pertencente ao item 11 deixa pistas sobre as conexões entre Brasil e Argentina, como podemos ver neste fragmento traduzido, o documento original encontra-se nos anexos:

Uma fonte brasileira confiável descreveu um acordo Brasil-Argentina sob o qual os dois países caçam e eliminam terroristas que tentam fugir da Argentina para o Brasil. Unidades militares brasileiras e argentinas teriam operado conjuntamente e dentro da fronteira uns dos outros quando necessário (CIA, 1976, tradução nossa¹³⁵)

Esse comentário, embora dubio, esclarece a possibilidade concreta dessas conexões, como notamos na descrição contida no item de número 12 do documento:

Em suma, as evidências não estabelecem conclusivamente a existência de coordenação formal e de alto nível entre as forças de segurança do Cone Sul com o propósito expresso de eliminar os exilados. Sugere, no entanto, que a cooperação ocorre, pelo menos, em uma base localizada e oportunista, particularmente em áreas fronteiriças e em instâncias que envolvam a captura de líderes terroristas. (CIA, 1976, tradução nossa¹³⁶)

O item cinco do mesmo documento faz referência às perseguições existentes na época para com os cidadãos que se refugiam na Argentina ou nos países limítrofes, como segue:

O medo que se aproximava do pânico varreu a comunidade exilada na esteira desses incidentes. O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos estima que cerca de mil chilenos e quatrocentos outros exilados estavam em perigo imediato, seja de forças de segurança argentinas ou de extremistas de direita na Argentina ou em seus países de origem. (CIA, 1976, tradução nossa¹³⁷)

¹³⁵ A reliable brazilian source has described a Brazil-Argentina agreement under which the countries hunt and eliminate terrorists attempting to flee Argentina for Brazil. brazilian and argentine military units reportedly have operated jointly and inside each other's border when necessary. (CIA, 1976)

¹³⁶ On balance, the evidence does not conclusively establish the existence of formal, high-level coodination among southern cone securith forces for the Express purpose of eliminating exiles. It strong suggests, however, that cooperation does occur on at least a localized and in instances involving the capture of terrorist leaders. (CIA, 1976)

¹³⁷ Fear approaching panic swept the exile communith in the wake of these incidents, and one UNHCR (United Nations High Commssioner for Refugees) source estimated that about 1.000 chileans and perhaps 400 other exiles were in immediate danger either form argentine security forces or from right-wing extremists in Argentina or in their home countries (CIA, 1976)

Muitos argentinos entram no Brasil somente com a cédula de identidade e solicitam status de exilado político no escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados na cidade do Rio de Janeiro. Este assunto foi retratado pela embaixada da Argentina no Brasil que elaborou em 1977 análises¹³⁸ de dois artigos publicados por jornais brasileiros, o primeiro “*San Pablo, la solución de 20 mil argentinos*”, oriundo do jornal *Estado de São Paulo* e o segundo artigo “*Diplomáticos apuntan Rio como puente de los refugiados rumbo a Europa*” escrito pelo *Jornal do Brasil*.

Notamos pelo teor desses artigos de jornais, o grande êxodo de cidadãos argentinos que pediam asilo político em outros países, tamanha a perseguição que sofriam. Os números de exilados entre 1975-1984, segundo estudos do *Instituto Nacional de Estadísticas y Censos*, contam 334.126 desterrados, quase a metade do número de emigrados entre 1950 a 2003 (BALBINO, 2015). A título de comparação, lembramos que, segundo informações do Estado argentino¹³⁹, a população deste país no ano de 1980 era de 28 milhões de habitantes, mediante estes dados, inferimos que 1,19% da população emigrou do país.

Outro item importante que deve ser lembrado é o fato destes refugiados procurarem apoio na ACNUR e não nos órgãos diplomáticos de seu país, uma vez que estes órgãos diplomáticos assumiram naquele momento o papel de cúmplices e colaboradores junto à repressão política. Outro fator que levava os refugiados a procurarem a ACNUR era a obtenção do status oficial de refugiados, o que lhes proporcionava receber um subsídio mensal enquanto esperavam o asilo em algum país. Porém, havia os grupos de refugiados que não procuravam os auxílios da ACNUR, pois não queriam se exilar em outro continente e com isso se distanciarem de seu país de origem, mesmo que para isso ficassem no Brasil na condição de clandestinos (ROCHA, 2018).

Quanto ao Brasil, os dados de refugiados naquele momento são controversos, a Comissão de Justiça e Paz da cidade de São Paulo calculou cerca de 10 mil exilados em 1978, já os levantamentos elaborados por exilados

¹³⁸ Ofício 486/77 produzido pela Embaixada da República Argentina no Brasil e encaminhado para o Ministério das Relações Exteriores e Culto - Departamento América Latina, – de 24/05/1977 - *Archivo de la Cancillería en Buenos Aires*. – Este documento encontra-se disponível para leitura no anexo 14.

¹³⁹ Para maiores informações acessar a página:

<https://www.cac.com.ar/data/documentos/11_Informe%20sobre%20Migraciones.pdf>.

que criaram o *Comité Manuel da Conceição* no Chile calculava a existência de 15 mil brasileiros no exterior já no ano de 1973 (MARQUES, 2017). Duarte-Plon (2016) calcula que apenas na França somavam-se 10 mil cidadãos brasileiros na condição de refugiados.

Lembramos que o Brasil naquele momento se recusava a dar visto de permanência para os refugiados políticos oriundos dos países vizinhos, era, portanto, um país de trânsito. Essa medida era uma espécie de deferência para com os governos militares da região.

Um fato que nos chama atenção quanto aos “cuidados” destes países no trato com a burocracia sobre os refugiados, são os cumprimentos dados pelo Ministério das Relações Exteriores em Brasília para a Embaixada da Argentina¹⁴⁰. Essa cordialidade diplomática foi elaborada para informar que por um decreto de 17/11/1976, publicado no Diário Oficial Brasileiro, foi expulso do Brasil o cidadão

Raul Benito Robles, de nacionalidade argentina, natural da província de Tucumán, já citada neste texto. Os motivos que levaram a esta expulsão constam em um outro documento, contudo não foi possível encontrá-lo.

Este tratamento¹⁴¹ legal e cortês entre órgãos diplomáticos se repete no mês seguinte, em fevereiro de 1977, quando a Embaixada da República Argentina no Brasil em um ato de agradecimento, reitera as expressões de alta distinção para com o Ministério das Relações Exteriores do Brasil – Direção Geral de Assuntos Consulares do Itamaraty pelo êxito na expulsão de outro cidadão argentino, desta vez, Victor Hugo Lasuralde. Não foi possível saber os motivos que levaram a esta deportação.

Observamos por intermédio destas duas extradições que ocorrem dentro dos marcos legais, inclusive com a referência sobre publicação em Diário Oficial e os cumprimentos afetuosos entre a diplomacia dos dois países, o caráter dissimulado das ações entre os Estados, pois ao mesmo tempo em que vigia a operação Condor com as extradições ilegais, em casos esporádicos como estes, os mecanismos jurídicos davam a impressão de funcionarem adequadamente e

¹⁴⁰ Documento expedido em 05/01/77 pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasília e proveniente do Arquivo de *La Cancillería* em Buenos Aires.

¹⁴¹ Ofício nº 96/77 – Embaixada Argentina no Brasil com difusão para Direção General de Assuntos Consulares, datado em 08/02/1977 – Acervo Arquivo de *la Cancillería* em Buenos Aires.

dentro de uma normalidade para os parâmetros da época. “Esta tentativa de dar uma fachada legal a todas as operações repressivas foi uma característica das ditaduras, que sempre buscaram em suas doutrinas atos e decretos outorgados amparo para suas ações” (SANTOS, 1998, p. 99).

Importante mencionar, nesse momento, a criação na cidade de São Paulo – Brasil do Comitê pelos Direitos Humanos no Cone Sul – CLAMOR¹⁴², esta associação ecumênica atuou prestando solidariedade aos presos políticos, perseguidos e aos refugiados dos governos autoritários do Cone Sul. Seu nascimento deve-se a iniciativa de um grupo de ativistas pelos direitos humanos que obtiveram apoio de Dom Paulo Evaristo Arns à época cardeal-arcebispo da Cúria Metropolitana da cidade de São Paulo, e também da proteção da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB.

Sua atuação se dava em duas frentes, uma delas era prestar apoio material aos refugiados que chegavam em São Paulo devido às perseguições sofridas em seus países decorrentes dos governos autoritários ali instalados. Uma reflexão registrada no Boletim número 03/1978 do CLAMOR nos traz uma justificativa para a criação dessa instituição, quando afirma que “pois uma vez que as ditaduras do Cone Sul não respeitavam fronteiras, por que a ação em prol das vítimas deveria respeitar?” (ROCHA, 2018).

As outras ações deste grupo consistiam em reunir notícias sobre esses refugiados políticos e divulgá-las por intermédio de um boletim em três línguas; Português, Espanhol e Inglês. Este boletim circulava em diversos países da América do Sul da Europa e nos EUA e para isso contava com o apoio de organizações de direitos humanos e da atuação das igrejas que se solidarizavam com essa questão.

As informações que circulavam nestes boletins objetivavam aproximar as vítimas da Operação Condor. Um episódio exitoso das ações do Clamor, diz respeito a uma nota divulgada em seus boletins sobre o desaparecimento de duas crianças uruguaias na Argentina, cujos pais estavam “desaparecidos”. Por intermédio dessa divulgação no Cone Sul, recebem respostas da cidade chilena de Val Paraíso, no Chile, alertando que foram encontradas duas crianças com tais características em uma praça pública nesta cidade e que elas poderiam ter

¹⁴² Informações retiradas do site: <<http://agencia.fapesp.br/pesquisa-recupera-o-arquivo-do-clamor-o-comite-pelos-direitos-humanos-no-cone-sul/21821/>>. Acesso em: 16 set. 2019 às 11h.

sido encaminhadas para adoção por um casal de chilenos, o que se confirma pelas averiguações e o consequente restabelecimento do contato dessas crianças com sua família biológica, que viviam no Uruguai.(CONDOR, 2008).

Notamos que o funcionamento e atuação do CLAMOR se circunscreve nos anos de 1978 a 1991, sua extinção, em 1991, deve-se também ao final da última ditadura daquele ciclo, que foi a Chilena em 1990. Este grupo, mesmo dentro destes Estados autoritários representou uma forma de resistência às práticas violentas aplicadas pela Operação Condor.

A título de esclarecimento, informo que na Argentina, ocorreu um outro feito histórico com um nome correlato a *Operación Cóndor*, trata-se de um episódio denominado de *Operativo Condor*, ocorrido em 1966, quando representantes do grupo nacionalista *Unión Obrera Metalúrgica* de orientação peronista, sequestraram um avião da Empresa *Aerolíneas Argentinas* e se dirigiram para as Ilhas Malvinas, cidade de *Puerto Stanley* e lá fixaram bandeiras Argentinas, estas flamaram por trinta e seis horas, como um símbolo da soberania argentina neste arquipélago.¹⁴³

Para finalizar esta discussão apresentaremos três imagens que representam a Operação Condor, uma charge de um cartunista brasileiro e duas imagens argentinas, estas últimas são utilizadas para ilustrar uma exposição permanente sobre o terrorismo de Estado no *Parque de La Memoria*, na cidade de Buenos Aires.

Imagem 7: Charge brasileira sobre a Operação Condor



Fonte: <http://www.ebc.com.br/2012/11/documentos-entregues-a-comissao-da-verdade->

¹⁴³ Disponível em: <www.lagazeta.com.ar>. Acesso em: 22 nov. 2018.

Esta imagem elaborada pelo cartunista carioca Carlos Henrique Latuff, produzida no ano de 2008 na cidade do Rio de Janeiro (Brasil), representa a ave andina que foi “homenageada” com o nome dessa operação repressiva, nesta charge notamos o voo desta ave, que transita entre os países signatários deste acordo, levando consigo um prisioneiro atado a um objeto que seria a representação de um instrumento de tortura genuinamente brasileiro, no caso o “pau de arara”.

Esta ave possui uma visão de longo alcance o que facilita a captura de suas vítimas, na imagem consta os nomes de alguns países pertencentes a este consórcio repressivo, juntamente com o nome da CIA, instituição mentora deste acordo. Podemos pensar que o uso do nome Condor também representa as rupturas das fronteiras geográficas, e tal qual as aves, este estado policalesco montado nesse período também não precisaria respeitar os limites geográficos dos Estados nacionais para aplicar as “correções” aos inimigos, e sim se utilizar das fronteiras ideológicas, que são fluídas e servem para justificar um Estado militarizado e opressor.

Imagem 8: Escola das Américas



Imagem 9: CIA e o Plano Condor



A epígrafe que inicia este capítulo nos esclarece sobre o papel dos EUA e dos países membros da OTAN em combater mundialmente o grande inimigo do ocidente, que seria o comunismo e, dessa forma, caberia aos países latinos fazerem a sua parte nesta “missão”, isto é, combater a infiltração marxista no interior de seus territórios, e para isso observamos a constante militarização e formação dos quadros de suas forças armadas.

Este capítulo tratou das conexões subterrâneas como a Fênix e a Condor, bem como as operações militares engendradas no sentido de fortalecer o combate e perseguição aos inimigos internos, abordou a importação dos métodos da guerra de baixa intensidade vindas da França bem como o papel das Escolas das Américas na militarização de países latino-americanos durante a Guerra Fria.

O próximo capítulo abordará as conexões repressivas estabelecidas entre Brasil e Argentina, juntamente com os seus instrumentos de vigilância controle e repressão e também o papel de setores do empresariado nesta engrenagem.

3 Conexões repressivas entre Argentina e Brasil: estruturas e práticas de vigilância e controle. Organização dos sistemas de informações. As parcerias entre o empresariado e a repressão

O pináculo das operações do Serviço de Inteligência é o assassinato. Na linguagem da segurança da América Latina em meados da década de 70, *operação* era a palavra usada para sequestro, interrogatório sob tortura e extermínio (DINGES, 2004, p. 35)

Abordamos neste capítulo como o trânsito de informações entre os dois países viabiliza as operações repressivas, concomitantemente, ao estabelecimento de um paradigma militar – formativo e o envolvimento de empresas no âmbito da repressão. Expedientes de controle e vigilância são partes constituintes de sistemas de segurança nacional comuns aos Estados modernos. Contudo, o que nos interessa analisar neste capítulo são as evidências de sua transformação em sistemas repressivos, voltada a sua ação, contra a população que deveria proteger, isso em nome de uma teleologia: a manutenção do capitalismo na configuração da ordem vigente. Ou seja, uma finalidade última que justificaria todas as ações repressivas, independente da preservação da humanidade.

O envolvimento das embaixadas no trâmite repressivo se deu através do cumprimento das funções de vigiar, controlar e denunciar os suspeitos de não estarem alinhados ideologicamente com a ditadura, tanto os funcionários públicos como indivíduos pertencentes a segmentos organizados em entidades, organizações, clubes, associações, partidos, etc. Tais evidências ficam claras em documentos que transitavam entre órgãos do Estado, no caso embaixadas e consulados dos dois países. No Brasil, essa tramitação ocorria através de suas Divisões de Segurança e Informação (DSIs), cujos funcionários (em geral, um militar escrivão) assinavam os documentos, assumindo assim a responsabilidade pelas informações. As DSIs estavam atreladas ao SNI e funcionavam dentro dos ministérios civis, uma vez que os ministérios das três forças armadas possuíam seus próprios órgãos de investigação, como CIE, CISA e CENIMAR. Na Argentina, as embaixadas não possuíam divisão própria

para a prática de tais funções, a considerar os indicativos constantes nos documentos. Estes sempre são assinados pelos próprios cônsules que assumem também a responsabilidade pela escritura de seu conteúdo.

Esta comunidade de informações formulava pedidos de busca e produzia relatórios que eram formalizados entre estes países por intermédio de ofícios, informes, telegramas, circulares, memorandos e tinha como alvo o possível inimigo interno. Isto é, suas informações expressam o monitoramento, por suspeição de periculosidade, tanto de pessoas comuns, como estrangeiros que transitavam pela região dos países que integram o Cone Sul naquele meado dos anos de 1970.

As atividades de informações no Brasil existem de forma oficial desde o governo de Washington Luiz Pereira de Souza (1926-1930), quando em 1927 foi criado o Conselho de Defesa Nacional (CDN), com a função de estudar e coordenar as informações sobre “todas as questões de ordem financeira, econômica, bélica e moral, relativas à defesa da Pátria”. No ano de 1934 este Conselho ganha novas atribuições e passa a designar-se Conselho Superior de Segurança Nacional (CSSN), atrelado à Secretaria de Defesa Nacional (SDN) com a responsabilidade de centralizar as informações relativas à defesa do país em cada pasta civil (ministério)¹⁴⁴.

A partir da segunda Guerra Mundial (1945), o papel dos serviços de inteligência foi remodelado e “também se tornou responsável pela detecção, apreensão, vigilância e armazenamento de informações sobre populações que poderiam ser consideradas subversivas” (ANTUNES, 2001, p.47). Nesse contexto é criado, em 1946, o Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI).

Em 1956, na administração de Juscelino Kubitschek de Oliveira, o SFICI é reformatado, defendeu-se que sua atuação enquanto sistema adquirisse ramificações que poderiam abranger todo o país e desta forma subordinar as estruturas já existentes da Polícias estaduais. E também acrescidos de todo o ideário de espionagem e da contraespionagem resultantes do pós-guerra, e dos contatos das autoridades militares brasileiras com os membros da CIA. (OLIVEIRA, 2013, p.30).

A atividade de inteligência é um componente atual e significativo do poder de Estado, enquadrando-se no núcleo coercitivo que provê a prestação de serviços públicos de defesa externa e manutenção da ordem, as duas funções constituindo os

¹⁴⁴ ANTUNES, Priscila Carlos Brandão – Op. Cit., p. 44, 45 e 46.

atributos do monopólio legítimo do uso da força na acepção weberiana do estado. (ANTUNES, 2002)

Na Argentina, o primeiro órgão a tratar formalmente do assunto foi a *Dirección General de Seguridad e Información* (DGSI) em 1940, seguido da *Coordinación de Informaciones de la Presidencia de la Nación* (CIPN) do ano de 1946. Nesta linha, foi criada a *Coordinación de Informaciones del Estado* (CIDE) em 1954 e, em seguida, a Secretaria de *Informaciones del Estado* (SIDE) em 1956, órgão de inteligência de caráter civil. Porém, em 1966, quando eclodiu a chamada “Revolução Argentina” que culmina com um golpe de Estado de caráter militar, criou-se a Central Nacional de Inteligência (CNI), essas mudanças provocaram a militarização da SIDE.

Em 1973, no governo do general Augustin Lanusse, a CNI é reformada e a SIDE de 1956 é rebatizada, assumindo a partir daquele ano a denominação de Secretaria de Inteligência de Estado (SIDE). A partir de 2001 novas mudanças são anunciadas nesta área, desta vez com a extinção da lendária SIDE e com a criação da *Secretaria de Inteligencia* (SI), esta perdura até 2015, quando iniciam as atividades de outro órgão, intitulado Agência Federal de Inteligência (AFI), subordinada ao poder executivo da presidência da Nação que compõem suas atividades com outro aparelho da mesma área, o Sistema de Inteligência Nacional (SIN)¹⁴⁵.

Tanto no Brasil quanto na Argentina foi criado junto a setores da sociedade um estigma em relação à atuação dos aparelhos de inteligência, esta ojeriza e desconfiança para com esses órgãos deve-se principalmente pela atuação do SNI brasileiro e da SIDE (1954) argentina como parte atuante e ativa junto ao sistema repressivo engendrado pelas ditaduras militares de então.

3.1 Estruturas repressivas na Argentina durante a última ditadura militar

Os serviços de inteligência se transformam em simulacros de estados paralelos, detentores de autonomia, com capacidade operacional e portadores

¹⁴⁵ Para maiores informações acessar o site: Las Páginas de la ASR - Secretaría de Inteligencia. Link: <<https://www.intelpage.info/secretaria-de-inteligencia.html>>; e o site do Archivo <<https://web.archive.org/web/19970619124458/http://www.side.gov.ar/SIDE000.htm>>.

de grandes poderes. Por sua capilaridade formativa, constituem-se em inteligências repressoras. (ANTUNES, 2002, p. 21-22).

Na Argentina, os marcos da inteligência repressora, conjunto jurídico-militar que legitimou tais forças são identificados, ao longo do século XX, como a *Coordinación de Informaciones del Estado* (CIDE)¹⁴⁶ de 1946, a *Ley de Organización de la Nación para Tiempos de Guerra* sob número 13.234/48, que antecedeu o *Plan Conintes* (1958), a criação do Ministério de la Defensa (13.529/49), a *Escuela Nacional de Guerra* (28.535/50) e também da *Junta de Investigaciones Científicas y Técnicas de las Fuerzas Armadas*.

A estrutura e a lógica do funcionamento dos primeiros aparelhos de inteligência daquele país, entre os anos de 1940 a 1950, foram inspiradas em sistemas já existentes em outros países, principalmente oriundos da Inglaterra e dos EUA. Esse intercâmbio técnico vivenciado por estes países já denota um trânsito de experiências e assessorias no combate ao chamado inimigo interno, como podemos observar:

A CIDE, criada durante a presidência de Perón mediante decreto 337/1946 e modificada pelo decreto 11.183/1954, dependia de forma direta do poder executivo; sua função principal era “a centralização (e coordenação de um conhecimento integral do Estado para o efeito de aproveitar racionalmente todo material informativo”. Inspirada no serviço de inteligência britânico, M15, e no Escritório de Serviços Estratégicos (OSS), antecessora da CIA, a CIDE teve o duplo propósito de interpretar o mundo que projetava no final da Segunda Guerra Mundial e por sua vez detectar com rapidez os inimigos internos. A nova agência funcionou primeiro em um escritório da Divisão de Informações do Conselho de Guerra e logo como apêndice da Secretaria de Informações, dirigida por Alejandro Raúl Apold, em uma sala da Casa Rosada junto ao Presidente. Em julho de 1951, seu crescimento fez com que fora transferida para um edifício da Polícia Federal na Avenida de Mayo, perto do Congresso. (ARGENTINA, 2014, p. 37, tradução nossa¹⁴⁷)

¹⁴⁶ A denominação *Coordinación de Informaciones del Estado* (CIDE) se manteve até 13 de maio de 1976, quando, pelo decreto 416/76, registrado no Boletim Oficial de la República Argentina, Año LXXXIV, N° 23409 de 20/05/1976, vinculado à Secretaria de Informaciones del Estado, mudou para *Sistema de Inteligencia del Estado* (SIDE) (SLATMAN, 2016, p.467)

¹⁴⁷ “La CIDE, creada durante la presidencia de Perón mediante decreto 337/1946 y modificada por decreto 11.183/1954, dependía en forma directa del Poder Ejecutivo; su función principal era “la centralización y coordinación de un conocimiento integral del Estado al efecto de aprovechar racionalmente todo material informativo”. Inspirada en el servicio de inteligencia británico, MI5, y en la Office of Strategic Services (OSS), antecesora de la CIA, la CIDE tuvo el doble propósito de interpretar el mundo que proyectaba el final de la Segunda Guerra Mundial y, a la vez, detectar con rapidez a los enemigos internos. La flamante agencia funcionó primero en una oficina de la División de Informaciones del Consejo de Guerra y luego como apêndice de la Secretaría de

No pós-segunda Guerra Mundial, a partir de 1945, as potências ocidentais, principalmente os EUA se armam de diferentes formas para enfrentar os novos inimigos ou não tão novos assim, uma vez que os comunistas e anarquistas já vinham sendo perseguidos desde as primeiras décadas daquele século. E para subsidiar estes novos métodos de perseguição e controle aos cidadãos indesejáveis, os órgãos de inteligência repressores assumem um papel preponderante, cujo cenário levam os Estados a manterem uma fachada de legalidade, ao mesmo tempo que a suspensão do Estado de direito foi seguida pelo estabelecimento de uma estrutura normativa complexa e uma ordem jurídica “legal” atrelada ao funcionamento de dispositivos repressivos ilegais (SCHENQUER, 2018).

Os aparelhos de inteligência na Argentina podem ser elencados por uma estrutura verticalizada e hierarquizada. Segundo o relatório formulado pelo *Sistema Argentino de Informaciones Jurídicas* de 2015, os principais órgãos daquela estrutura eram: a *Jefatura del Estado Mayor General del Ejército* (EMGE), seguido do emblemático *Batallón 601*, aparelho que centralizava todas as atividades investigativas no país e era também responsável por estabelecer a conexão com os aparelhos repressivos dos países limítrofes à Argentina e também junto à países europeus. Outros órgãos que compunham esta engrenagem eram: o Centro de Operações Táticas (COT), a Central de Operações de Inteligência (COI), a Seção de Operações Especiais (SOE), os Serviços de Inteligência do Exército (SIE), os Serviços de Inteligência da Armada (SIA) e da Força Aérea (SIFA) e a Secretaria de Informações do Estado (SIDE). Destaca-se que a identificação da localidade do *Batallón 601* encontra-se registrada em uma placa na calçada do local onde este escritório existiu, no cruzamento de duas grandes vias no centro de Buenos Aires: *Avenida Callao* com *Calle Viamonte*. Esta identificação iconográfica resulta do projeto *Barrios por la Memoria y Justicia*, explicado na introdução deste texto.

Informaciones, dirigida por Alejandro Raúl Apold, en un despacho de la Casa Rosada contiguo al del Presidente. En julio de 1951, su crecimiento hizo que fuera mudada a un edificio de la Policía Federal sobre la Avenida de Mayo, cerca del Congreso”. (ARGENTINA, 2014)

Imagem 10: Placa de identificação do *Batallón 601*



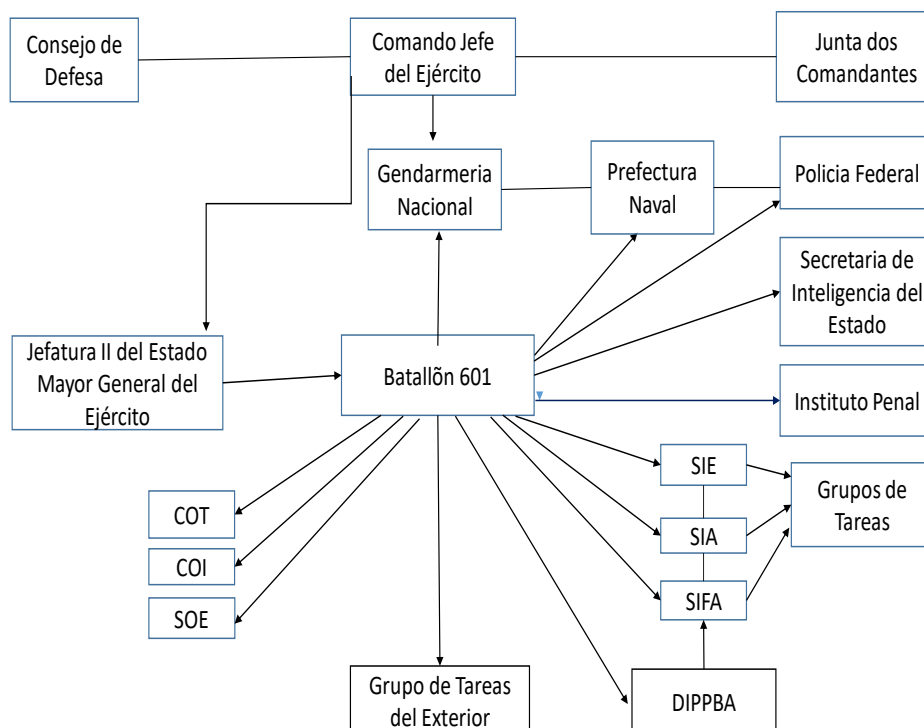
Fonte: Imagem do autor – Buenos Aires, Agosto de 2018.

O *Batallón 601* considerado pelas suas atuações o órgão máximo de inteligência naquele momento, data de 1968 quando do governo autoritário militar de Juan Carlos Onganía (1966-1969). As práticas do *Batallón 601* formavam um circuito organizado e regulamentado de coleta de informações, elaboração de inteligência e operatividade. Para a efetivação dessas ações coordenadas e integradas, suas tarefas se realizavam em absoluto segredo, com operações encobertas e a grande maioria de seus integrantes usavam falsas identidades. Esse órgão foi extinto em 25 de dezembro de 1985 e em seu lugar foi criado a Central de Reunión de Inteligencia Militar – CRIM sediada no Campo de Mayo, nas imediações da cidade de Buenos Aires (INFOJUS, 2015).

A seguir apresentamos um Organograma dos aparelhos de inteligência vigentes na Argentina durante a última Ditadura Militar (1976-1983). Informamos que as pesquisas realizadas para encontrar um organograma que contemplasse e aglutinasse de forma didática e abrangente os órgãos de inteligência existentes naquele momento da história argentina foram infrutíferas. Não foi encontrado nenhum documento confiável no formato de organograma que pudesse ser reproduzido neste texto. Dessa forma, e por intermédio das leituras realizadas e informações coletadas, formulei um organograma, que esperamos estar o mais

próximo da realidade existente na época, que abarca as comunidades de informações.

ORGANOGRAMA 03: Sistema de Inteligência Argentino existente durante a última ditadura militar.



Fonte: Autoria própria.

Este organograma formulado mediante documentos oficiais do Estado argentino¹⁴⁸ esclarece a hierarquia entre os diversos aparelhos públicos que compuseram aquela comunidade de informações.

O *Consejo de Defensa*, o *Comando Jefe del Ejército* e a *Junta dos Comandantes*, representam a alta hierarquia das forças armadas e centraliza as decisões pertinentes a inteligência.

A *Gendarmeria Nacional*: força de segurança de natureza militar, cumpre a função de segurança interior e a responsável pela defesa nacional.

¹⁴⁸ Confira os seguintes sites: <<https://fas.org/irp/world/argentina/eduardo-97.htm>>; <<https://www.mpf.gob.ar/plan-condor/estructura-represiva-argentina/>>. ARGENTINA - Ministerio de Defensa Relevamiento y Análisis Documental de los Archivos de las Fuerzas Armadas 1976 - 1983. – 1ª Ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ministerio de Defensa, 2015. 600p.; 28 x 20 cm.

O *Cuerpo del Ejército* (COT) ou *Centro de Operaciones Técnicas* (COTCE): opera com todas as informações recebidas do inimigo, estas operações são realizadas por sua própria equipe.

A *Central de Operaciones de Inteligencia* (COI): esta central foi criada para coordenar e integrar as ações de inteligência e as operações de segurança de caráter imediato, essas informações seriam integradas pelo pessoal especializado da SIDE, do *Batallón de Inteligencia 601*, e da Polícia Federal Argentina e da Polícia da Província de Buenos Aires.

A *Secretaría de Inteligencia del Estado* (SIDE), um dos órgãos responsáveis pela coleta de informações sigilosas, atuava conjuntamente com o *Batallón 601*.

Jefatura II del Estado Mayor General del Ejército – sede II do Estado Maior Geral do Exército – realiza, dentre outras atividades, o planejamento estratégico institucional, bem como supervisiona os objetivos institucionais.

Batallón 601: órgão central e símbolo da inteligência militar, considerado o cérebro da espionagem ilegal; atuava no Cone Sul e foi também responsável em prestar assessoria de técnicas de contrainsurgência na América Central.

SIE, SIA, SIFA – *Sistema de Inteligencia de Ejército, Armada e la Fuerza Aérea*, respectivamente.

G.T – *Grupos de Tareas*: encarregados de promover os sequestros, desaparecimentos extermínios e assassinatos, cada órgão de inteligência das forças armadas possuía o seu.

Prefeitura Naval Argentina: Uma das forças de segurança da polícia argentina, cumpre entre outras funções a manutenção da segurança de navegação e prevenção da ordem pública;

GTE – *Grupos de Tareas do Exterior*: executa atividades tanto nos países limítrofes como em outros continentes, é a Condor argentina.

DIPPBA – *Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires*: criada em 1956 com a função de propor ações de inteligência e produzir informações. Assume novas diretrizes a partir da Ditadura Militar de 1976, passa a atuar conjuntamente com outros órgãos de espionagem das forças armadas, suas atividades dentro desta comunidade repressiva incorporam práticas do terrorismo de Estado. Isto é, passa a executar perseguições sequestros, invasões e detenções dos inimigos internos. A

DIPPBA é um claro exemplo das reformulações dos órgãos de espionagem do Estado, que passa de sistema de vigilância para o sistema repressivo. Foi extinta¹⁴⁹ em 1998.

3.2 Os aparelhos de inteligência no Brasil

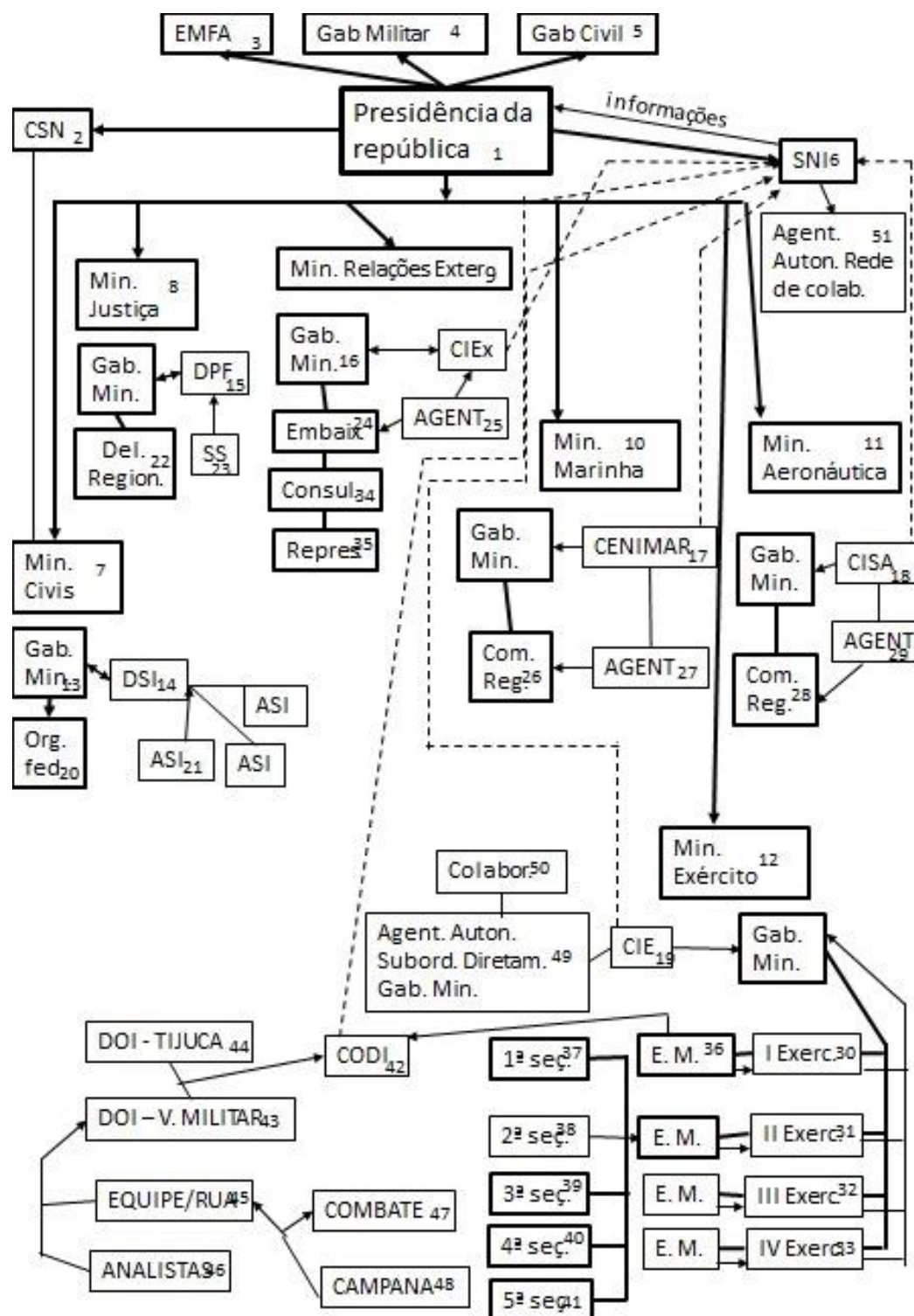
No Brasil o papel de inteligência durante a Ditadura Militar foi exercido pelo complexo formado pelo *Serviço Nacional de Informações* (SNI) criado pelo Decreto-Lei 4.341 de 13/07/196, tinha como propósito articular e coordenar as atividades de informação e contrainformação que pudessem ser úteis à segurança nacional. Esse órgão, criado logo no alvorecer da Ditadura Militar, herda as estruturas dos serviços de inteligência do *Serviço Federal de Informações e Contrainformações* (SFICI) de 1946. O diretor do SNI possuía status de Ministro de Estado e estava umbilicalmente atrelado à Presidência da República.

No Brasil, a atividade de informações confundiu-se com a própria segurança nacional. Dois dos três órgãos de informações das Forças Armadas foram criados no final da década de 1960 para combater a subversão: o Centro de Informações do Exército (CIE) e o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA). O único órgão de informações das Forças Armadas que já existia antes da tomada do poder pelos militares em 1964 era o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR). (ANTUNES, 2002)

E segundo Antunes (2002), as atividades de informações se confundem com a própria noção de segurança nacional, notamos que dois dos três órgãos de informações das Forças Armadas foram criados nos anos de 1960 com a justificativa de combater as atividades subversivas atuantes naquele contexto; são eles: Centro de Informações do Exército (CIE) e o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA), apenas o CENIMAR que corresponde ao órgão de informações da Marinha já existia antes do golpe de 1964.

¹⁴⁹ Para maiores informações, acessar a página: <<http://www.comisionporlamemoria.org/la-dippba/>>.

Organograma 4: aparelhos de inteligência brasileiro vigentes durante a Ditadura Militar



Fonte: LAGOA, Ana, Op. Cit, p. 128.

Neste complexo organograma, formulado ainda durante a vigência desses órgãos, no início dos anos de 1980, destacamos a organização e hierarquia desse sistema e sua ramificação para o controle de toda a sociedade, tanto militares, funcionários públicos e civis, todos eram de alguma forma vigiados e controlados. Atente-se para dois tipos de traçados usados no organograma, os que estão em negrito significam um fluxo de informações oficiais e os que se encontram pontilhados dizem respeito às informações clandestinas. Dentre as clandestinas, é visível como se inter-relacionam o CODI, CENIMAR, CISA e CIE junto ao SNI.

Notamos a ausência neste organograma da *Escola Nacional de Informações* (ESNI), criada em 1972, que preparava e fornecia quadros especializados para atuar junto ao SNI. A seguir será apresentada a legenda explicativa do organograma¹⁵⁰. Cada parágrafo representa um número desta legenda, que é o indicado nos retângulos do organograma.

A Presidência da República (1) era o cliente único do SNI, responsável por receber as análises não apenas de caráter policial, mas de todos os assuntos que interessavam ao poder central. É com base nessas análises que a Presidência da República planejava a Política do Estado.

O Conselho de Segurança Nacional (CSN) (2) reunia todos os ministros civis e militares e era convocado pelo presidente da República em casos extraordinários. Seu secretário geral era o chefe do Gabinete Militar. O CSN atuava diariamente analisando informações das áreas críticas da vida do país, desde os conflitos de terra à política nuclear.

O EMFA: Estado-Maior das Forças Armadas (3) seu chefe tem “status” de Ministro. Não delibera, apenas assessora para assuntos militares, podendo ser um embrião do Ministério da Defesa. O EMFA não possui força política e não direciona os rumos da ESG, muito embora esta se encontra subordinada a ele apenas por questões administrativas.

O Gabinete Militar (4) é o responsável pela ligação da Presidência da República com os ministros militares. Encarrega-se apenas de assuntos menores, pois os ministros tratam diretamente com o Presidente da República.

¹⁵⁰ LAGOA, Ana. - Op. Cit. p.128-131

O Gabinete Civil (5) coordena a área civil. Teve papel marcante no Palácio do Planalto durante a gestão de Golbery do Couto e Silva.

O Serviço Nacional de Informações (SNI) (6), considerado o centro do sistema, é um grande banco de dados. Em 1973 possuía 80 mil fichas e em 1979 200 mil. Fornece à Presidência da República informações estratégicas e relatórios sobre o noticiário diário que são repassados para todos os postos-chaves do sistema. Coordena a Agência Central em Brasília, as agências estaduais, uma em cada capital do país, bem como as agências setoriais; CIE, CENIMAR, CISA, CIEs, DSI e ASI. São Ministérios Civis e Militares os indicados no organograma pelos números 7 a 12. Os indicados com o número 13, são os Gabinetes dos Ministérios.

A Divisão de Segurança e Informações (DSI) (14) assessora o ministro, mas estão conectadas diretamente ao SNI. Observa-se que há uma delas em cada ministério. Controla seus funcionários, telefones, em alguns têm circuito de TV. O Departamento de Polícia Federal (DPF) (15) assessora e executa diretrizes do Ministério da Justiça.

O Centro de Informações do Ministério das Relações Exteriores (CIE) (16), além da DSI, tem um corpo de agentes secretos. No centro ficam os analistas internacionais e todo o sistema de criptografia.

O Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) (17); O Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA) (18); O Centro de Informações do Exército (CIE) (19) assessoram o Ministro do Exército, coordenava os CODI-DOIs. Durante a repressão foi o Centro que mais se expôs.

Os Órgãos Federais e autarquias (20); As Assessorias de Segurança e Informações (ASI) (21) semelhantes às DSIs. As Delegacias Estaduais e Regionais da Polícia Federal (22); os SS – Serviço Secreto (23): atuam junto às delegacias com modalidade total.

As Embaixadas (24); Os “Agent” - agentes recrutados nos próprios quadros da embaixada (25); Os “Com. Reg”. Comandos Regionais (Distritos Navais) (26); Os “Agent” - agentes do CENIMAR (27). Os “Com. Reg.” - Comandos Aéreos Regionais (COMAR) (28). Os “Agent” - idem aos do CENIMAR (29).

O I Exército (30) - Grande Unidade, abrange Rio, Espírito Santo e Minas Gerais. O II Exército (31) abrange São Paulo e Mato Grosso e tem sede em São

Paulo. O III Exército (32) abrange os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, com sede em Porto Alegre e responde pela segurança do Cone Sul. O IV Exército (33) abrange todo o Nordeste, tem sede em Recife.

Os Consulados (34); Representantes Comerciais (35).

O Estado Maior (EM) (36): todas as unidades têm um Estado Maior. Além da missão de coordenação militar, seu chefe acumulava o cargo de chefe do CODI. É o braço forte do comandante da área.

A 1ª seção (37) – Assuntos de pessoal; A 2ª seção (38) – Informações – são os segretas de cada unidade; A 3ª seção (39) – Operações; 4ª seção (40) – Logística; 5ª seção (41) – Relações públicas.

O Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) (42): especialistas em operações ostensivas, desde visitas de personalidades nacionais e estrangeiras até as segretas ligadas à repressão. É normativo, não tendo agentes próprios. Tem poder sobre os comandos militares da área, mesmo os de polícia comum. Quando uma delegacia comum prendia alguém e suspeitava de envolvimento político, comunicava ao CODI e remetia para o DOI.

O Destacamento de Operações Internas (DOI) (43 e 44) agiam como os braços executores das normas do CODI. Chefiados por coronéis, não usam fardas mesmo nas ações ostensivas de prisão e investigação. Tinham por missão processar o delito. Fichava, submetia a exame médico, indiciava. Era a linha de fogo do sistema. Reunia os homens mais duros.

A “Equipe de Rua” do DOI (45): eram os grupos que se dividiam em “campanas” ou combates. Os seus quadros contavam com agentes mais fortes e duros. Outro grupo era dos “Analistas” (46): elaboravam os relatórios que se seguiam para o chefe do CODI e dali para o CIE; Combate e Campana (47 e 48) já foram mencionados.

Os Agentes autônomos subordinados diretamente ao gabinete do ministro (49), o CIE mantém seus agentes que circulam em todas as áreas à paisana e que podem entrar e sair de qualquer zona de defesa sem dar satisfação a ninguém. Trabalham com infraestrutura própria, casas, escritórios, carros, armas, etc.

A Rede de colaboradores em todo o país, por dinheiro ou favores, geralmente presta conta a um agente que os alicia (50 e 51).

3.3 Paradigma militar-formativo

Por paradigma militar-formativo nos referimos a uma série de treinamentos ocorridos com setores militares, tanto de corporações brasileiras como argentinas. Tais treinamentos foram balizados e sistematizados por dois manuais que situam a formação militar dentro daquele contexto histórico, o Brasil do início dos anos de 1960 e na Argentina após o golpe de 1976.

Os manuais em questão são: *Instrucción de lucha contra elementos subversivos* código RE-9-51 Reservado 1976 e o *Noções Básicas de Guerra Revolucionária e Anticomunismo*, de 1962, produzidos respectivamente pelo exército da Argentina e o do Brasil com o objetivo de treinar os agentes desses dois países e de outros também, explicitam as dimensões de um projeto de Estado para viabilizar técnicas repressivas de inteligência e de formação de pessoal capaz de atingir os objetivos de controle e desmobilização social.

No Manual brasileiro, desde a sequência dos títulos, que está exposta no índice do documento, já se observa qual era a lógica do aprendizado sobre a repressão. Os primeiros títulos já chamam a atenção porque se referem ao inimigo maior, denominados na 2ª e 3ª aulas respectivamente como: “Aspectos básicos da teoria marxista e “Aspectos essenciais da teoria econômica do comunismo e socialismo”; na 4ª aula, “Técnicas Construtivas e destrutivas”; nas 5ª e 6ª: “Propaganda {Soviética} e Lavagem Cerebral”; na 7ª: “Arma Psicológica”; na 8ª: “Guerrilha”; na 9ª “{Atividades logísticas} na Guerrilha”; na 10ª: “Terrorismo e Contraterrorismo”; na 11ª: “Conquista da População e Destruição da OPA (Organização Político Administrativo)”; na 12ª: “{Segurança Contra}-Subversão”; na 13ª: “Greves, Sabotagem e contra-sabotagem (sic)”; na 14ª: “Contra guerrilha”; na 15ª: “O Estado-Maior Misto {O emprego das forças federais e os estados-maiores mistos}”; na 16ª: “Estratégia Revolucionária e Contra-Revolucionária(sic) {A Estratégia revolucionária no quadro mundial}”; na 17ª: “Operações na Guerra Revolucionária”; na 18ª: “Liderança na Guerra Revolucionária”; na 19ª: “Um exemplo Nacional: {Um episódio de guerra revolucionária no Brasil}”; na 20ª “A Guerra Revolucionária no Brasil” e nas aulas 21ª e 22ª “Cooperação da Marinha” e “Cooperação da Aeronáutica”, respectivamente, estas duas últimas existem apenas no índice e não no corpo

da apostila. Nota-se o pouco cuidado¹⁵¹ na apresentação desse manual, cujo índice nem sempre coincide com os itens que o compõem.

Essas aulas configuram estratégias de um novo modelo de guerra, chamada de revolucionária ou contrarrevolucionária, que foram criadas na França e chegou até o Brasil por intermédio desse curso ocorrido em Buenos Aires no início dos anos de 1960, conforme já referido no capítulo dois. Algumas dessas aulas serão problematizadas neste subitem.

Destaca-se que, enquanto o manual argentino é assinado por Roberto Eduardo Viola, então chefe do Estado Maior das Forças Armadas e que viria a ser presidente da Argentina entre março a dezembro de 1981, o *Mensário de Cultura Militar* foi assinado pelo Estado Maior do Exército Brasileiro.

No Manual brasileiro, as justificativas utilizadas para a realização do curso e como este deveria se fundamentar de forma a se ancorar socialmente aparece na 4ª aula¹⁵². O discurso utilizado se pauta nos valores da civilização ocidental e cristã, muito próximos dos discursos que estão presentes no documento argentino, como se observa a seguir:

A civilização ocidental luta por um certo número de valores, cujo respeito aos mesmos, deve traduzir-se num determinado comportamento na vida. Cada um de nós deseja conservar e transmitir intacta às gerações seguintes a nossa forma peculiar de viver, que, em síntese, pode traduzir-se por:

- amor à liberdade
- respeito à pessoa humana e seus direitos
- conservação e exaltação da tradição da nacionalidade
- defesa das bases cristãs de nossa sociedade

Estes valores representam os aspectos essenciais suscetíveis de guiar a nossa ação (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1962)

Os valores éticos e filosóficos apresentados neste curso são como um fio condutor que deve guiar o cidadão para um caminho previamente estabelecido pelos cânones da civilização ocidental cristã, como já dito neste texto. O curso, de uma forma geral, está construído para uma apropriação do conhecimento

¹⁵¹ Em função do índice da apostila estar sob alguns aspectos em desacordo com as aulas correspondentes, esclareço que as palavras que estão em colchetes são aquelas que estão na apresentação das aulas, no interior do texto, portanto representam de fato o conteúdo trabalhado. No anexo 15, encontra-se uma cópia do índice desse documento com os respectivos títulos das aulas.

¹⁵² Técnicas Construtivas e Destrutivas - Coordenação e compilação de documentação existente no EME feita pelo Tenente Cel Danilo da Cunha e Mello, Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1962.

sobre o inimigo, desde a sua organização econômica (aulas 2ª e 3ª) até demonstrações de técnicas de sobrevivência dos guerrilheiros na selva (aulas 8ª e 9ª), passando pelas análises do uso da propaganda e a conquista da população (aulas 5ª e 11ª).

Nas aulas seguintes, é possível notar um redirecionamento das diretrizes formativas, apresentando-se um conjunto de saberes acerca da Guerra Revolucionária e, conforme o próprio documento afirma, possui o propósito de “atualizar conhecimentos, esclarecer, orientar e recomendar aspectos da conduta militar na atual conjuntura brasileira, (...) destinado a oficiais superiores da Marinha e da Aeronáutica”.

A importância da ação EDUCACIONAL e de Instrução contra a Guerra Revolucionária têm sido ressaltadas pelo ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, através de Diretrizes e Conferências, com o objetivo de preparar o Exército, psicologicamente e materialmente para opor-se a qualquer tipo de ação subversiva. (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1962)

Pelo fragmento acima, retirado da introdução do documento, notamos a razão desse curso, pois trata-se da difusão dos ensinamentos acerca do 1º Curso de Guerra Contrarrevolucionária ocorrido na Argentina, ocasião em que um grupo de militares brasileiros esteve presente e, dessa forma, iria divulgar este novo conceito de guerra lá apreendido.

O manual brasileiro de 1962 define cultura militar como o conjunto de significados e códigos morais e estéticos, uma tradição hierárquica, um conjunto de saberes e comportamentos que foram construídos ao longo da existência dessa instituição, desde o século XIX, e não podemos deixar de citar também os projetos políticos e de nação que permeiam o universo cultural do exército.

Por sua vez, o *Instrumento* argentino começa diretamente no tema mais significativo para a formação pretendida: a sublevação, cujos preceitos, conforme veremos, são iguais para ambos os países. Para a lógica repressiva argentina subversão quer dizer que

[Subversão] se entenderá por tal, a ação clandestina ou aberta, insidiosa ou violenta que busca a alteração ou a destruição dos critérios morais e a forma de vida de um povo, com a finalidade de tomar o poder e impor desde uma nova forma baseada em

uma escala de valores diferentes.¹⁵³ (EXÉRCITO ARGENTINO, p. 1, tradução nossa)

Subversão, nesse caso, pressupõe as ações clandestinas ou não de um grupo que almejasse tomar o poder e impor uma ordem avessa ao que está tradicionalmente constituído e, assim, romper com a ordem moralmente aceita e existente nessa sociedade que será atingida.

No mesmo diapasão, o Manual Brasileiro esclarece sobre o conceito de subversão: o exercício de uma tarefa política que é a penetração e difusão da ideologia revolucionária no seio da população. O exercício da função administrativa que é a administração das comunidades locais, conquistadas e infiltradas, de acordo com as diretrizes dos revolucionários e em seu benefício, bem como criar zonas de apoio logístico dos bandos armados. A função militar que se traduz pela obtenção da participação popular, de forma voluntária ou pelo terror. Diz ainda que um dos objetivos principais das atividades subversivas pode ser traduzido pela destruição das defesas de uma nação, com as intenções de preparar este país para a revolução. (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO BRASILEIRO, 1962)

Sobre o tema da contra-subversão, igualmente ambos os manuais, destacando-se que o manual argentino é mais objetivo. A atenção, no manual argentino, é propiciar uma formação para os que irão implementar a chamada contra-subversão, pois estes deverão estar imbuídos de alguns princípios: Ético-Espiritual, Técnico-Profissional, Social e Físico.

Contra-subversão se entenderá como o conjunto de medidas, ações e operações que desenvolveram as Forças Legais em todos os campos da condução nacional, através de seus elementos (Instituições e organismos de Estado, Forças Armadas e Forças de Segurança e Forças Policiais) a fim de eliminar as causas e superar as situações que houvessem dado origem a reação e neutralizar ou aniquilar o aparato político-militar do inimigo. (EXÉRCITO ARGENTINO, 1976, p.1, tradução nossa¹⁵⁴)

¹⁵³ [...] Subversión se entenderá por tal, a la acción clandestina o abierta, insidiosa o violenta que busca la alteración o la destrucción de los criterios morales y la forma de vida de un pueblo, con la finalidad de tomar el poder e imponer desde él una nueva forma basada en una escala de valores diferentes. (EXÉRCITO ARGENTINO, p.01)

¹⁵⁴ [Contrasubversión] Se entenderá por tal, al conjunto de medidas, acciones y operaciones que é: desarrollarán las Fuerzas Legales en todos los campos de la conducción nacional, a través de sus elementos componentes (Instituciones y organismos del Estado, Fuerzas Armadas, Fuerzas de Seguridad y Fuerzas Policiales), a fin de eliminar las causas y superar las situaciones que

E todas as instituições militares e jurídicas da nação devem estar envolvidas nesta formação de combate ao inimigo, uma vez que a luta contra o inimigo comum permeia todas as esferas das instituições militares, afinal este ideário foi largamente alimentado pelas DSNs, tanto na Argentina como no Brasil.

[...] Conceito geral. O combate contra os elementos subversivos exige uma particular educação moral do combatente, e que não se trata da luta franca e aberta que caracteriza as operações convencionais, e que ao contrário se põe a manifestar as mais variadas particularidades da ação clandestina, sorrateiro e desonesto, que não hesita em pôr em execução as práticas violentas que justifiquem a realização do fim almejado. (EXÉRCITO ARGENTINO, 1976, p. 2, tradução nossa¹⁵⁵)

A contra-subversão é o tema estudado em uma das aulas¹⁵⁶ do Manual brasileiro, representa as ações que se antepõem a uma organização clandestina, visa tranquilizar a população, destruindo ou neutralizando as ideias básicas em que se fundamenta a subversão e, desse modo, evitar que esta imponha sua vontade para a população. Nessa aula, é ressaltado a necessidade conhecer as ideias, as táticas e as estratégias utilizadas pelos subversivos para melhor combatê-los. Tomemos aqui, como exemplo, o livro Vermelho de Mao Tsé-Tung, confiscado de um “subversivo” por um militar na cidade do Rio de Janeiro em 1968 e descritos neste texto no capítulo 02.

Está claro nesse item que a preparação deste combatente não passa somente pela preparação física, mas também pela sua formação moral, em acreditar ser um cidadão de bem, pois nesta luta receberá uma educação ético-espiritual, que lhe fará se debruçar nesta cruzada, confiante que estará salvando sua nação contra os inimigos “vermelhos” e, assim, expandir seus sentimentos nacionais e cristãos para que com isso defendam sua pátria e seus valores.

hubieran dado origen a la reacción subversiva y neutralizar o aniquilar el aparato político-militar del enemigo. (EJÉRCITO ARGENTINO, 1976, p. 1)

¹⁵⁵ [...] Concepto general. El combate contra los elementos subversivos exige una particular educación moral del combatiente, ya que no se trata de la lucha franca y abierta que caracteriza a las operaciones convencionales, sino que por el contrario se ponen de manifiesto las más variadas particularidades del accionar clandestino, solapado y artero, que no vacila en poner en ejecución prácticas violentas que justifiquen la consecución del fin buscado. (EJÉRCITO ARGENTINO, 1976, p. 2)

¹⁵⁶ Aula intitulada “Segurança Contra-Subversão!” - Coordenação e compilação de documentação existente no EME feita pelo Tenente Cel Danilo da Cunha e Mello, Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1962.

Destaca-se também as propagandas divulgadas por meios oficiais sobre a imagem desses cidadãos classificados como “terroristas”, como sendo criminosos que possuem o objetivo claro de destruir a pátria na qual estão atuando com suas “ideologias exóticas”. Sendo assim, constroem uma ideia de legitimidade, na qual a população passa a apoiar as ações e o extermínio contra estes grupos de “terroristas”. A seguir alguns trechos que caracterizam algumas especificidades da formação destes combatentes:

Desenvolver no público combatente o sentido de sua responsabilidade como cidadão argentino, com a fé nos valores cristãos e nos princípios da democracia e na liberdade, no que está inspirada nossa Constituição, assim como na confiança em seu próprio esforço e valor para a eliminação dos ditos delinquentes (EXÉRCITO ARGENTINO, p. 3, tradução nossa¹⁵⁷)

Nota-se, neste trecho, um empenho por parte das forças militares em convencer o soldado que está realizando o devido treinamento sobre a importância de combater o subversivo inimigo interno, e isto passa a ser uma missão patriótica, pois uma vez combatendo este inimigo, também estaria defendendo a sua pátria.

A reafirmação constante dos valores cristãos como um dos baluartes da civilização ocidental deve ser preservada e reproduzida por intermédio de um conjunto de saberes, signos e legitimidade, uma vez que se ancora também na Constituição Nacional da Argentina.

Anexo 01 – Temas: Conhecimentos da História Argentina – Revolução de Maio – Assembleia de 1813 – Declaração de Independência. – Anarquia e Guerras Cívicas. – Organização Nacional. - A Argentina do século XX. – Vida de San Martín, Belgrano¹⁵⁸. (EXÉRCITO ARGENTINO, p.149, tradução nossa)

Dentro deste item que envolve Educação Moral, consta a necessidade dos conhecimentos sobre a História Argentina que, por sua vez, seria pautado pela oficialidade, tal qual as críticas elaboradas no filme aqui citado *A História*

¹⁵⁷ Desarrollar en el personal combatiente el sentido de su responsabilidad como ciudadano argentino, la fe en los valores cristianos y en los principios de la democracia y de la libertad en los que está inspirada nuestra Constitución, así como la confianza en su propio esfuerzo y valor para la eliminación de dichos delincuentes”. (EXÉRCITO ARGENTINO, 1976, p. 3)

¹⁵⁸ Anexo 01: Conocimientos de Historia Argentina. – Revolución de Mayo. – Asamblea de 1813. – Declaración de la Independencia. - Anarquía y Guerras Civiles. – Organización Nacional. – La Argentina del Siglo XX. – Vida de San Martín, Belgrano. (EXÉRCITO ARGENTINO, p.149)

Oficial (1985). Essa história seria narrada pelo olhar positivista, tradicional, como se a construção dessa nação fosse o resultado de grandes heróis e do papel preponderante do exército, pois segundo o Manual, esta instituição teria as seguintes qualidades e características: “Os valores permanentes do Exército Argentino (abnegação, audácia, disciplina, discrição, integridade, lealdade, valor, responsabilidade e espírito de corpo)”¹⁵⁹. (EXÉRCITO ARGENTINO, p.149, tradução nossa)

Anexo 01 – {Item} d) Educação Moral. (1) Objetivo – Desenvolver no soldado uma profunda vocação à Pátria e aos preceitos morais e cristãos sustentados por nossa doutrina, a fim de que se reintegre a comunidade nacional identificado com os princípios que enquadram e caracterizam o ser nacional e a instituição.

(02) -Temas. (a) Obter a motivação do combatente por intermédio do desenvolvimento dos seguintes temas:- A vigência no processo histórico argentino de: O espírito cristão. O conceito de liberdade. O conceito de solidariedade nacional e continental. O princípio de justiça desde o ponto de vista individual e social. – As características e fins da concepção democrática. – Os fatores que entram em conflitos com os valores do ser nacional. – Amor à Pátria. O sistema republicano de governo. – Combate como cidadão. Para além da vida militar. – A Constituição Nacional¹⁶⁰. (EXÉRCITO ARGENTINO, 1976, p.145, tradução nossa)

Notamos a ênfase na reprodução dos valores da cristandade, o que se coloca dentro de uma lógica binária, na qual o homem “bom” e cristão deve ser valorizado e incentivado, ao contrário do delinquente ateu e “mau”, que deve ser expurgado e combatido. Esse raciocínio se coaduna com as análises de Spitta (1993) já descritas neste texto quando retrata a intolerância e o ódio ao outro como herança cristã e que será moldada pelas DSNs que foram desenvolvidas para a América Latina.

¹⁵⁹ Los valores permanentes del Ejército Argentino (abnegación, audacia, disciplina, discreción integridad, lealtad, valor, responsabilidad y espíritu de cuerpo). (EJÉRCITO ARGENTINO, p.149)

¹⁶⁰ Anexo 01 – d) Educación moral. (1) Objetivo – Desarrollar en el soldado una profunda vocación a la Patria y a los preceptos morales y cristianos sustentados por nuestra doctrina, a fin de que se reintegre a la comunidad nacional identificado con los principios que encuadran y caracterizan al ser nacional y a la Institución. (p.145) (2) Temas. (a) Lograr la motivación del combatiente a través del desarrollo de los siguientes temas: – La vigencia en el proceso histórico argentino de: El espíritu cristiano. El concepto de libertad. El concepto de solidaridad nacional y continental. El principio de justicia desde el punto de vista individual y social. – Las características y fines de la concepción democrática. – Los factores que conflictúan la vigencia actual de los valores del ser nacional. – Amor a la Patria. El sistema republicano de gobierno. – Combate como ciudadano. – Más allá de la vida militar. – La Constitución Nacional. (EJÉRCITO ARGENTINO, 1976, p.145)

A sistematização do comunista como o grande inimigo do mundo ocidental é evidente e ostensiva, e claramente observado na 4ª aula, na qual para o

[...] comunista todas as armas são boas e honestas, pois os fins justificam os meios. É preciso negar-se a existência de deus, da consciência, da honradez, da dignidade, do conceito de família e de Pátria, tudo enfim que diferencie o homem do animal deve desaparecer, pois não passam de preconceitos burgueses, que não resistem a qualquer análise científica. (ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, 1962).

É possível aqui uma associação do uso desta figura do comunista inimigo, com a imagem do diabo no mundo medieval europeu, quando este ser demoníaco poderia ameaçar a ordem cristã e, portanto, deveria ser sistematicamente vilipendiado e combatido.

Por intermédio dessas características que são imputadas aos comunistas, tornando-o um degenerado, apátrida, amoral um ser que é capaz de tudo para conseguir os seus fins, inclusive destruir a própria sociedade na qual se encontra e não a respeita, e por conter este perfil, os comunistas são vistos como seres infra-humanos, com isso podemos associar as mesmas características dos cidadãos classificados como inimigos internos pelos cânones das DSNs e que serão os alvos preferidos dos aparelhos repressivos destas ditaduras aqui estudadas. Dessa forma e pela análise deste curso, notamos os novos paradigmas da formação militar a partir dos anos de 1960 na América latina, que possui como diretriz os ensinamentos da guerra revolucionária, previa, segundo esse mesmo documento aqui estudado, “atingir a personalidade do homem, apelando para a razão e para o sentimento”, isto é fazendo uso do controle da sociedade e com artifícios da psicologia, tal qual a 7ª aula¹⁶¹, quando aborda o controle das massas.

Esta aula se ancora na ação dos subversivos junto à multidão e como é necessária para o desenvolvimento de seus objetivos, pois de acordo com a psicologia das multidões, cita-se inclusive o psicólogo francês Gustave Le Bon (1841-1931) para justificar como o homem se comporta individualmente e no seio das multidões. Diz-se que a inteligência do homem massificado é limitada

¹⁶¹ Arma Psicológica - Coordenação e compilação de documentação existente no EME feita pelo Tenente Cel. Danilo da Cunha e Mello, Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1962.

e seu raciocínio tende a ser simplista semelhante ao de uma criança, e os subversivos sabendo desse fenômeno, manipulam e direcionam as multidões. “Faz se necessário massificar o homem para transportá-lo da consciência individual à consciência coletiva”. Creem que a arma psicológica seja para os comunistas talvez mais importante que a militar e a econômica, uma vez que desde a Conferência de Yalta, em 1945, a expansão comunista tem sido realizada por intermédio da intoxicação dos espíritos.

Outros objetivos do curso dizem respeito a necessidade de “ressaltar o valor dos princípios democráticos da Constituição Brasileira”, pois esta seria o símbolo da liberdade do mundo civilizado e para tal deve ser respeitada. A necessidade de fazer uma oposição à doutrina comunista e esclarecer que os seus processos e proselitismo são totalmente condenáveis, esta prática corrobora os estudos de Pato (2002), quando de suas análises sobre a construção histórica acerca do ódio ao comunismo.

No manual brasileiro é necessário esclarecer que, ao término de algumas aulas, está indicada a bibliografia utilizada na qual consta: “Notas de aula do Curso Interamericano – Escola Superior de Guerra – Buenos Aires – Argentina”. Uma evidência do trânsito formativo militar neste continente, tal qual apresentado no capítulo 2.

3.4 A extensividade desse sistema repressivo nas empresas

Este item tratará dos vínculos empresarias com a instalação dos aparatos repressivos, como forma de controle da classe trabalhadora, a repressão dentro das fábricas, abuso de legalidade, acordos bélicos. Serão aprofundadas as discussões historiográficas da Argentina e do Brasil acerca destas temáticas.

Historicamente, as ditaduras militares chegam ao poder e ali se instalam graças aos vínculos civis que mantêm e os interesses classistas que representam. Um destes grupos que aqui nos interessa pensar é dos empresários que, tanto na ditadura militar brasileira como na argentina, exerceram laços de cumplicidade com a nova “ordem” estabelecida. A historiografia já vem analisando as razões que levam o empresariado, em particular aquele atrelado ou articulado com o capital internacional, a engendrar as ditaduras, respaldando-se nas forças para promover as

alterações necessárias e impostas pelo desenvolvimento do próprio capitalismo.

Tais segmentos da burguesia, conforme a historiografia sobre a temática necessitam, por sua fragilidade, dos militares no governo para manter a ordem social, ou seja, o país em harmonia e produtor e sem reação da população que será afetada pelos impactos de tais medidas no mundo do trabalho. Uma vez no poder, os militares implantam projetos econômicos e políticos que vão ao encontro dos anseios desses grupos empresariais. Pela transformação do Estado em Estado Penal controla-se, e tenta-se domesticar as classes trabalhadoras, mesmo que, para tanto, permitam que as forças repressivas militares assumam o poder (CHASIN; FERNANDES; 2006). A citação a seguir é emblemática ao expor esta situação transcorrida no Estado argentino:

Desde então e até 1979, se desenvolveu uma repressão sem precedentes, tanto em términos qualitativos como quantitativos, sobre a clase operária e o movimiento sindical, que resultou em milhares de trabajadores, dirigentes e activistas asesinados, presos, desaparecidos, exilados, ao mesmo tempo que desenvolviam distintas formas de violencia nos lugares de trabalho, proibiram assembleias e reuniões e se produziram as estruturas de seguimiento vigilancia e controle com os conseqüentes efectos sobre os direitos dos trabajadores e os ritmos de producción. (BASUALDO; JASINKI, 2016, p.249, tradução nossa¹⁶²)

Dentro deste novo ciclo de acumulação de capital, os atores que se organizaram para implementar as ditas reformas políticas econômicas, colaboraram com o Estado em aplicar uma série de medidas doutrinárias repressivas no seio da sociedade.

Não esqueçamos que a cada padrão de acumulação implementado, se faz presente um novo modelo de Estado, com novas formas de funcionamento que lhe dão uma nova configuração, com suas especificidades para melhor implementar este novo direcionamento econômico produtivo. Neste caso, está

¹⁶² Desde entonces y hasta 1979, se desarrolló una represión sin precedentes, tanto en términos cualitativos como cuantitativos, sobre la clase obrera y el movimiento sindical, que tuvo como consecuencia que miles de trabajadores, dirigentes y activistas fueran asesinados, presos, desaparecidos, exiliados, al tiempo que se desarrollaron distintas formas de violencia en los lugares de trabajo, se prohibieron asambleas y reuniones y se profundizaron las estructuras de seguimiento, vigilancia y control, con los consecuentes efectos sobre los derechos obreros y los ritmos de producción. (BASUALDO; JASINKI, 2016)

dado os tentáculos do Estado repressivo configurado por estas Ditaduras com seu caráter autocrático burguês.

Podemos então dizer que os choques econômicos só se tornaram possíveis de serem implementados, uma vez que utilizaram também dos choques elétricos, fazendo aqui uma alusão a um dos métodos de tortura utilizados pelos organismos repressivos das ditaduras militares em questão.

E fazendo coro a esta reflexão, de que os choques econômicos implementados nestes países sob governos militares autoritários levaram a uma maior concentração de renda e ao consequente empobrecimento de setores da população, o escritor uruguaio Eduardo Hughes Galeano (1940-2015) perguntou: “como esta desigualdade pode ser mantida, senão por descargas de choque elétrico?” (KLEIN, 2007, p.17).

O nível máximo da militarização dos estabelecimentos foi a instalação de centros clandestinos de detenção e tortura (em alguns casos transitórios em outros com certa permanência de tempo) dentro dos espaços de trabalho ou em territórios vinculados diretamente com as companhias.¹⁶³ (KLEIN, p.11, tradução nossa)

Este controle do Estado pelo empresariado para aplicar suas reformas, está associado ao emprego da repressão, como um meio de exterminar qualquer possibilidade de resistência a este modelo econômico que fora implementado:

Para alcançar seus fins, esses grupos de estudo e ação aos poucos se envolviam em atividades de influência parlamentar, tentando persuadir legisladores, manipulando a opinião pública e integrando as diferentes frações econômicas e facções políticas da burguesia em uma ampla frente antigoverno. (DREIFUSS, 1984, p. 201)

Ocorre uma cumplicidade passiva pelo silenciamento, pois a imagem, a memória que a sociedade tem, e, por vezes também, a historiografia contribuem com o terrorismo de Estado estão vinculadas principalmente ao papel do Estado, dado que a colaboração das empresas e do capital privado é estudado apenas

¹⁶³ El nivel máximo de militarización de los establecimientos fue la instalación de centros clandestinos de detención y tortura (en algunos casos transitorios, en otros con cierta permanencia en el tiempo) dentro de los espacios laborales o en territorios vinculados directamente con las compañías (KLEIN; 2007; p.11)

do ponto de vista dos aportes financeiros e do engendramento das doutrinas de segurança nacional (ECHAGÜE, 2004; RAPOPORT, 2005; DREIFUUS, 2006), caracterizando-se como cumplicidade empresarial.

Essas relações se tornaram efetivas e profícuas durante a implementação da Ditadura Militar de 1964 no Brasil e na Argentina em 1976, observando-se as denominações dadas a esse modelo ditatorial, conforme já apresentado neste texto, de golpe-civil-militar e de ditadura empresarial-militar.

Outras duas formas podem ser observadas. A primeira trata-se da reconfiguração e instalação de políticas repressivas, que possuem como objetivos a contenção e domesticação da classe trabalhadora, como a lei de greves, arrocho salarial, perseguição aos líderes sindicais.

A outra forma que pode ser vista como a materialização dos vínculos entre o empresariado e forças militares envolve o fluxo de informações entre algumas empresas e órgãos repressivos, o que se caracterizou como uma cumplicidade repressiva, envolvendo o informe por parte de algumas empresas de nomes de trabalhadores combativos sindicalmente para setores policiais, contribuição financeira, oferecimento de veículos para uso dos militares, e a recepção dentro das fábricas de agentes oriundos de órgãos como o DEOPS (Brasileiro), bem como setores das forças armadas argentina para interrogar ali mesmo os trabalhadores considerados suspeitos.

Outro expediente utilizado na punição e criminalização do trabalhador era a confecção e circulação das chamadas “listas sujas”. Estas eram elaboradas por agentes públicos com dados dos trabalhadores militantes de agremiações sindicais ou simplesmente daqueles que tivessem participado de greves. As listas transitavam pelos Departamentos de Recursos Humanos de diversas empresas e com isso impedia a realocação profissional dos operários que nela estavam incluídos. Outras listas também presentes naquele momento eram as produzidas pelas empresas e encaminhadas ao DEOPS com os nomes e os endereços dos trabalhadores tachados de subversivos.

3.4.1 A parceria empresarial militar na Argentina

Os vínculos entre o poder empresarial e militar serão aqui apresentados mediante análises de parte da historiografia argentina recente, pois estes apontam questões acerca da colaboração entre grupos econômicos deste país que estiveram vinculados e colaboraram maciçamente com as forças repressivas no âmbito da ditadura militar (1976-1983).

O juiz contextualizava o conflito entre o sindicato e a empresa, ao relatar distintos momentos da luta operária nos engenhos da *Gran Norte* argentino e a repressão por parte dos governos de fato e sob o governo de Isabel Perón. Destaca a chamada “Lei de Segurança Nacional” (Lei 20.840) como recurso para a repressão do movimento operário a partir de setembro de 1974, que na Ledesma permitiu intervir no sindicato em março de 1975 e deter os primeiros dirigentes sindicais filiados ao *Partido Vanguardia Comunista*. Em distintos momentos se destaca o apoio intelectual e material que a empresa ofereceu aos militares e o usufruto econômico que resultou o debilitamento do movimento operário. (DANDAN; FRANZKI, 2013, p.229, tradução nossa¹⁶⁴)

A repressão desencadeada pelo chamado terrorismo de Estado não apenas para coibir, limitar e perseguir os grupos de cidadãos ou ativistas políticos que pertenciam ou eram militantes de grupos que orbitavam no espectro da esquerda – ou como diziam a oficialidade da época: os grupos que defendiam um “exotismo ideológico” –, mas as perseguições eram direcionadas aos trabalhadores e líderes sindicais, estes sim deveriam ser combatidos, silenciados e domesticados.

[...] os encarceramentos, torturas, assassinatos e desaparecimentos de pessoas por parte das forças de segurança durante a última ditadura civil-militar teria então razão não apenas de preservação de uma determinada ideologia, mas a repressão ilegal também apontou para a instauração e defesa de uma economia com tons neoliberais e livre de ameaças e das

¹⁶⁴ El juez contextualiza el conflicto entre el sindicato y la empresa al relatar distintos momentos de la lucha obrera en los ingenios del Gran Norte argentino y la represión por parte de los gobiernos de facto y bajo el gobierno de Isabel Perón. Destaca la llamada “Ley de Seguridad Nacional” (Ley 20 840) como recurso para la represión del movimiento obrero a partir de septiembre de 1974, que en Ledesma permitió intervenir el sindicato en marzo 1975 y detener a los primeros dirigentes sindicales afiliados al partido Vanguardia Comunista. En distintos momentos se destaca el apoyo intelectual y material que la empresa brindó a los militares y el usufructo económico que resultó del debilitamiento del movimiento obrero. (DANDAN; FRANZKI, 2013, p.229)

reclamações e reivindicações sindicais. [...] Assim, o relato judicial intervém em um campo discursivo em que competem distintas narrativas históricas sobre o porquê da última ditadura. Localiza a violência exercida durante esses anos em um marco da relação violenta entre “capital e trabalho” e enfatiza todas as consequências da repressão e as medidas de política trabalhista implementadas por um regime militar para a organização dos trabalhadores hoje em dia. Neste sentido, desafia as leituras que até poucos anos atrás despolitizaram as vítimas da repressão. Porém, além disso, a ditadura e as violações de direitos humanos não aparecem como um fim em si mesma, e sim como um meio. (DANDAN; FRANZKI, 2013, p.229-230, tradução nossa¹⁶⁵)

A citação acima é profícua em exemplificar didaticamente os motivos que levaram as perseguições aos componentes da classe trabalhadora daquele momento, pois segundo estas análises, a classe operária passou a ser perseguida não por questões ideológicas, mas sim pela provável ameaça que representava ao capital, sendo assim tais perseguições e punição ao operariado seria um meio e não um fim em si mesma e com essas perseguições seria possível implementar as medidas econômicas neoliberais que já estavam em curso na Argentina do final dos anos de 1970, com os projetos estabelecidos pela equipe econômica da junta militar.

Tal extensividade atende à função de controle do mundo do trabalho, em particular o do trabalhador organizado, uma vez que tais indivíduos e classes sociais sofrem as consequências nefastas decorrentes da reestruturação produtiva que provocaram demissões em massa pelo fechamento de postos de trabalho e abertura de novos, porém informais e sem a devida seguridade social. Desse modo, as reformulações implementadas no mundo do trabalho naquele momento visavam iniciar um processo de fragmentação e flexibilização das leis

¹⁶⁵ [...] los encarcelamientos, torturas, asesinatos y desapariciones de personas por parte de las fuerzas de seguridad durante la última dictadura cívico-militar habrían tenido entonces por razón no sólo la preservación de una determinada ideología, sino que la represión ilegal apuntó además a la instauración y defensa de una economía de tintes neoliberales exenta de amenazas de reclamos y reivindicaciones gremiales. [...] Así, el relato judicial interviene en un campo discursivo en el que compiten distintas narrativas históricas sobre el porqué de la última dictadura. Ubica la violencia ejercida durante esos años en el marco de la relación violenta entre “capital y trabajo” y hace hincapié en las consecuencias de la represión y las medidas de política laboral implementadas por el régimen militar para la organización de los trabajadores hoy en día. En ese sentido, desafia lecturas que hasta pocos años atrás despolitizaron a las víctimas de la represión. Pero, además, la dictadura y las violaciones de derechos humanos no aparecen como un fin en sí mismas, sino como un medio (DANDAN; FRANZKI, 2013, p.229,230)

trabalhistas, processo este que ganha forças com as políticas executadas pelos governos pós-ditadura.

Na Argentina, tal qual o Brasil, as leis trabalhistas remontam ao período do início do desenvolvimento de sua industrialização, isto é, ao início do século XX. As primeiras leis trabalhistas se referiam em 1905 ao descanso dominical remunerado, a princípio apenas para a Capital do país, e em 1913 para toda a nação. Em 1912 foi criado o Departamento Nacional do Trabalho, em 1913 a Lei normativa para trabalhos de crianças e mulheres, em 1929 a jornada de trabalho é limitada para oito horas diárias e quarenta e oito semanais. Contudo, no primeiro governo de Juan Domingo Perón (1946 a 1952), essas leis foram ampliadas e constitucionalizadas por intermédio da transformação do Departamento Nacional do Trabalho em Secretaria de Trabalho, dessa forma, demonstra o papel do Estado em balizar as relações trabalhistas entre o operariado e o empresariado (LEVAGGI, 2006).

Nesse contexto de controle e repressão à classe operária, foi sancionada a Lei 21.261 de 24 de março de 1976 que proibiu a organização de greves como instrumento de representação dos direitos da classe trabalhadora, como nota-se na citação a seguir:

O 24 de março de 1976 o governo militar ditou as leis 21.261 e 21.263. Lei 21.261 Art. 1 "Suspende transitoriamente em todo o território nacional o direito a greve, como assim também e de toda outra medida de força, desemprego, interrupção e diminuição do trabalho o seu desempenho em condições que de qualquer maneira possam afetar a produção, tanto de parte dos trabalhadores como dos empresários e de suas respectivas associações ou organizações. Lei 21263 revoga "jurisdição a favor dos integrantes de comissões diretivas ou conselhos diretivos das associações profissionais de trabalhadores de qualquer nível" (PIÑERO, 2010, tradução nossa¹⁶⁶)

Uma outra lei que também foi sancionada para o controle da classe trabalhadora argentina foi a de nº 21.356 de 22 de julho de 1976 que versa sobre "*Asociacion de Empleados y de Trabajadores*". Elaborada dentro do processo

¹⁶⁶ El 24 de marzo de 1976 el gobierno militar dictó las leyes 21.261 y 21.263. Ley 21.261 Art. 1 "Suspéndese transitoriamente en todo el territorio nacional el derecho de huelga, como así también el de toda otra medida de fuerza, paro, interrupción o disminución del trabajo o su desempeño en condiciones que de cualquier manera puedan afectar la producción, tanto de parte de los trabajadores como de empresarios y de sus respectivas asociaciones o organizaciones". Ley 21.263. Deroga "fuero a favor de los integrantes de comisiones directivas o consejos directivos de las asociaciones profesionales de trabajadores de cualquier grado." (PIÑERO, 2010).

de reorganização nacional, estabelece novas diretrizes à organização dos trabalhadores, como observa-se pelo Artigo 4º ao esclarecer que o Ministro do Trabalho terá acesso direto ao controle das organizações de trabalhadores, podendo destituir suas lideranças, trocá-las, vigiá-las ou cessar tais agremiações.

A capacidade sindical de mobilização e organização das massas na Argentina era intensa, e os números de trabalhadores filiados às instituições sindicais eram significativos, representando uma herança do modelo produtivo de substituição de importações, a qual gerou uma ampla oferta de trabalho fabril de produtores e consumidores de bens e organizados em uma estrutura sindical nacional e centralizada e com vínculos com instituições políticas e em condições de representar amplos interesses de classe e que, segundo Basualdo (2010), “[...] muitas das quais começaram a atribuir a um processo de radicalização política em termos amplos e alguns casos projetos revolucionários de transformação econômica e social”¹⁶⁷.

A partir da reflexão acima, que corresponde ao temor das organizações operárias e aos malefícios que poderiam gerar aos interesses do grande capital, abordaremos brevemente o caso da empresa *Ford Motor Company* e sua filial Argentina.

A empresa de automotores *Ford Motor Company*, e sua filial na cidade de General Pacheco província de Buenos Aires (Argentina), sendo a primeira desta empresa na América do Sul e data de 1913 com a função de salão de vendas e oficina, e no ano seguinte, em 1914, já contava como uma filial industrial. Segundo investigações, denúncias e processos, durante a última ditadura militar argentina, essa filial estadunidense agiu em conjunto com os militares na repressão aos trabalhadores, pois de acordo com processos criminais na Argentina, a empresa empregou uma série de táticas no que diz respeito às perseguições aos trabalhadores indesejáveis, tais como elaborar e enviar aos órgãos repressivos as chamadas “listas sujas”, que consistia em uma relação com os nomes dos operários que possuíam vínculos sindicais ou com alguma participação política de esquerda.

¹⁶⁷ “[...] muchas de las cuales comenzaron adscribir a un proceso de radicalización política en términos amplios y en algunos casos a proyectos revolucionarios de transformación económica y social” (BASUALDO, 2010).

Desse modo, ocorreram casos de sequestros de trabalhadores dentro das fábricas, dos quais alguns se tornaram desaparecidos, aplicações de torturas e violações aos direitos humanos básicos por parte das forças repressivas que atuavam no interior dessas mesmas fábricas.

Essa filial da Ford, mediante suas ações repressivas naquele momento histórico, assumiu um papel como uma espécie de “sucursal” do exército, pois havia uma forte presença de policiais militares em suas instalações, inclusive jovens prestando serviço militar que utilizavam suas instalações físicas para treinamento, um claro acordo de cumplicidade nas forças repressivas¹⁶⁸. Haja vista o local onde se encontravam esses trabalhadores quando de suas prisões, sobre os trabalhadores da empresa Ford totalizaram 25 sequestros entre março e maio de 1976, a metade desses sequestros ocorreu dentro da própria fábrica em General Pacheco e foram comandados pelas forças repressivas.

Na Ford, o chefe de segurança, militar aposentado, foi identificado durante a tortura de um trabalhador na Delegacia de Tigre, José María Menéndez, Coronel de Cavalaria e gerente geral da *Grafa y Grafanor*, também foi identificado nos espaços de cativeiro. Foi provado também que existiram espaços para cativeiro e tortura em lugares dependentes das empresas, como o caso de *Dálmine-Siderca de Campana* (el *Club Dálmine*) e *Cerámicas Cattáneo*, na zona norte da grande Buenos Aires. (BASUALDO, 2013, p. 251, tradução nossa¹⁶⁹)

É importante lembrar o empenho entre o poder político-jurídico-empresarial em sistematizar as formas de punição à classe trabalhadora, o que notamos por intermédio da assinatura de um decreto ministerial de 06 de outubro de 1975, que classificava a militância operário-sindical como sendo guerrilha industrial¹⁷⁰.

¹⁶⁸ BASUALDO, Victoria. Los Casos de Ford y Mercedes Benz. In: *Cuentas Pendientes*, 2013.

¹⁶⁹ En Ford, el jefe de Seguridad, militar retirado, fue identificado durante la tortura de un trabajador en la comisaría de Tigre. José María Menéndez, coronel de Caballería y gerente general de Grafa y Grafanor, también fue identificado en espacios de cautiverio. Se probó además que existieron espacios para el cautiverio y la tortura en lugares dependientes de las empresas, como en el caso de Dálmine-Siderca de Campana (el Club Dálmine) y Cerámicas Cattáneo, en la zona norte del conurbano bonaerense. (BASUALDO, 2013, p. 251)

¹⁷⁰ Esse decreto foi assinado pelo presidente provisório do senado argentino: Itálo Argentino Luder, com apoio dos ministros das Relações Exteriores e Culto, da Defesa, Bem-estar social, Economia e do Interior. Sua justificativa se pautava pelos seguintes critérios: “*Visto la necesidad de enfrentar la actividad de elementos subversivos que con sus acciones vienen alterando la paz y la tranquilidad del país [...]. Compete al Consejo de Seguridad interior: a) La dirección de los esfuerzos nacionales para la lucha contra la subversión*”. – Maiores detalhes, ver BASUALDO, 2013, p. 241.

Nota-se o período em que esse decreto foi assinado, ainda no período democrático, tal era a preocupação das elites em conter os anseios das classes trabalhadoras. Sendo assim, esta ofensiva contra as classes operárias ganhou força e se consolidou após o golpe em 24 de março de 1976.

Esta política repressiva se estendeu a todas as atividades econômicas, porém se concentrou de maneira preferencial nas industriais, (dentro delas, os metalúrgicos e mecânicos foram os sindicatos mais perseguidos) e nos serviços públicos essenciais (transportes, ferroviários, energia), isto é, os setores estratégicos que também haviam sido os pilares da organização sindical. (BASUALDO, 2013, p. 252, tradução nossa¹⁷¹)

A título de exemplo, a imagem a seguir retrata o episódio judicial entre trabalhadores e a empresa Ford decorrente do contexto exposto neste item:

Imagem 11 - A causa Ford



Fontes: Imagem gentilmente cedida pela Profa. Dra. Vitória Basulado

A Causa Ford foi a denominação de uma ação jurídica ocorrida na Argentina contra esta empresa multinacional. A empresa em questão foi levada ao banco dos réus em 2017, pelos danos causados a um grupo de trabalhadores

¹⁷¹ Esta política represiva se extendió a todas las actividades económicas, pero se concentró de manera preferencial en las industriales (dentro de ellas, los metalúrgicos y mecánicos fueron dos gremios especialmente perseguidos) y en los servicios públicos esenciales (transportes, ferrocarriles, energía), es decir, en los sectores estratégicos que además habían sido los pilares de la organización sindical. (BASUALDO, 2013, p.252)

durante os anos que vigorou a ditadura militar e pela sua cumplicidade e apoio a repressão, tortura, humilhação e perseguição aos trabalhadores. Na imagem, vemos o símbolo ovalado azul e branco da Ford com um quepe das Forças Armadas argentinas, e à direita, dentro de um círculo vermelho, a imagem de um Ford Falcon dos anos de 1970, veículo que fora um símbolo de ascensão social daquele período e foi largamente utilizado pelas forças repressoras. Sabe-se que a empresa Ford, na época, vendeu ao Estado Argentino, duzentos veículos como este, porém sem identificação, uma forma de facilitar o anonimato das forças repressivas que utilizavam esses veículos em diligências e perseguições espúrias.

Notamos, dessa forma, que o empresariado foi um braço da repressão política e as empresas Mercedes Benz, Ford Motor, Volkswagen, Acindar S/A entre outras assumiram e representaram este papel de forma profícua e competente evidenciando as práticas do bonapartismo burguês.

Sendo assim, notamos as diversas formas de violência implementadas junto a sociedade civil, como também uma iniciativa decorrente das “vontades” do poder econômico, uma vez que este se sentia ameaçado pelas demandas da classe operária.

3.4.2 Vínculos da repressão empresarial brasileira

Os territórios fabris, que entendemos aqui como espaços produtivos, remontam no Brasil o século XIX com a ocorrência do surto industrial da chamada Era Mauá, até o seu impulsionamento dentro de diversas modalidades produtivas na República Velha (1889-1930). Eram espaços onde, no âmbito das relações patrão-empregado, predominavam as vontades do patronato e, portanto, os trabalhadores estavam sujeitos ao mandonismo do empresariado, uma vez que não havia a presença do Estado nesses territórios.

Esse cenário no qual predominava uma espécie de despotismo empresarial começa a ser sutilmente remodelado com o advento das primeiras normas trabalhistas¹⁷² ainda nos últimos anos do século XIX e mais efetivamente

¹⁷² Maiores informações podem ser encontradas no site: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2011/04/evolucao-das-relacoes-trabalhistas>>. Acesso em: 09 abr. 2019 às 12h40min.

com a criação da Consolidação das Leis Trabalhistas (C.L.T.) na Era Vargas nos de 1940.

Nesse contexto, o Estado passa a cumprir a função de mediador das relações trabalhistas fabris, pois diante deste conjunto de legislação, impõe regras ao patronato, no sentido de manter minimamente uma certa proteção à classe trabalhadora. No entanto, o que nos interessa aqui discutir é como se deu essa relação durante o período ditatorial (1964-1985), no qual as forças do Estado se colocam também entre as relações operário-empregador, mas não com funções de árbitro, e sim como um agente patronal, que se colocou na defesa e proteção dos interesses do empresariado.

Uma das medidas que o aparelho repressor militar tomou foi coibir a atuação da classe trabalhadora e isto se deu por intermédio de leis que a proibiram de se reunir ou criavam uma tremenda burocracia para que as associações de trabalhadores pudessem existir. No Brasil, podemos citar a Lei n. 4.330 de 01 de junho de 1964 que enfraqueceu tremendamente a luta sindical e os índices de greves caíram¹⁷³ consideravelmente entre os anos de 1965 a 1977. Observamos que os vínculos das empresas com os aparatos repressivos podem ser vistos dentro de uma racionalidade instrumental e pragmática.

De acordo com as investigações de um dos Relatórios da CNV¹⁷⁴, as violações e as perseguições às classes trabalhadoras podem ser divididas em três formas: primeiramente pelo uso da repressão direta, como as prisões e torturas, em segundo lugar pela classificação desses trabalhadores como subversivos, inimigos da nação brasileira, tachando-os como os “inimigos internos”, os mesmos das DSNs e, em terceiro lugar, pela elaboração e divulgação por parte das empresas das chamadas listas “negras” ou listas “sujas”, conforme já ditas no item anterior deste texto, estas eram altamente danosas aos trabalhadores, pois transitavam entre as empresas com o “currículo político subversivo” dos operários e com isso, muito possivelmente, impedia-los de se realocarem em outras empresas ou atividades formais.

¹⁷³ Maria Helena Moura Alves faz uso dos dados de Erickson Kenneth no qual assinala que a aplicação rigorosa da Lei de Greve, paralelamente às normas da CLT, tornou ilegais praticamente todas as greves. Das 154 greves realizadas em 1962, e das 302 de 1963, o total caiu para 25 em 1965, 15 em 1966, 12 em 1970 e nenhuma em 1971. Entre 1973 e 1977, houve apenas 34 greves e operações-tartaruga” (ALVES, Maria H. Moreira, 1984, p.77).

¹⁷⁴ Relatório número 02 da Comissão Nacional da Verdade, em seu grupo de trabalho número 13.

A repressão militar sobre a classe trabalhadora começou, assim, com a prisão ou fuga forçada de líderes sindicais, e com o empenho do Estado de retomar o controle sobre os trabalhadores. Somente em 1964, 409 sindicatos e 43 federações sofreram intervenção do Ministério do Trabalho. Entre 1964 e 1970, foram efetuadas 536 intervenções sindicais – das quais 483 em sindicatos, 49 em federações e em quatro confederações. Do total de intervenções realizadas pelo Ministério do Trabalho durante esse período, 19% foram efetuadas em 1964 e 61% em 1965 (80,6% do total), isto é, uma marca de 433 intervenções em apenas dois anos, aliada à cassação de 63 dirigentes sindicais, à intervenção em comissão nacional da verdade - relatório - volume ii - textos temáticos - dezembro de 2014 quatro confederações e 45 federações, de acordo com levantamento realizado por Celso Frederico. Os sindicatos maiores e politicamente mais ativos foram os mais afetados. (CNV-Tomo 2, s/p)

Nota-se que líderes sindicais combativos eram “caçados” no sentido de serem perseguidos e aprisionados pelos aparatos militares, além de serem também “cassados” pelos aparatos jurídicos burocráticos, no sentido de uma perseguição política que visava destituí-los de suas funções enquanto representantes dessas agremiações. Dentre os objetivos da ditadura militar estava a imposição de uma ordem disciplinar à classe trabalhadora com práticas intimidatórias e o esvaziamento de suas representações de classe.

Um outro caso de cumplicidade empresarial-militar é o da empresa alemã *Volkswagen* (VW), emblemático por ter sido objeto de um inquérito civil-militar de iniciativa dos sindicatos de São Paulo e por expressar práticas que também foram detectadas em empresas como as Eletrobrás, Petrobrás, Docas de Santos, etc.

De acordo com Kopper (2017) a VW do Brasil, nos anos de 1960, tornou-se a maior sociedade estrangeira do grupo VW e a quinta maior indústria do Brasil. Essas informações mostram a importância da sucursal brasileira na composição econômica desta empresa alemã, tamanho os lucros que obtinham dentro do mercado brasileiro em expansão daquele momento.

Os vínculos da VW e o território brasileiro remontam aos anos de 1953 e 1955, quando foi criada no Brasil, na cidade de São Paulo, a primeira fábrica de produção de carros fora da Alemanha, mesmo sendo o Brasil um país agrícola, “apresentavam consideráveis taxas de crescimento devido à crescente demanda por bens agrícolas, o Brasil, junto com a Argentina, era considerado

propício para uma indústria futura” (KOPPER 2017, p.10). Dessa forma, o capital internacional apostava no crescimento do mercado interno destes países devido ao potencial econômico que ambos possuíam naquele momento pós-segunda Guerra Mundial e dentro da expansão capitalista da época.

Sofreram intervenção cerca de 70% dos sindicatos com cinco mil filiados ou mais; portanto, os mais poderosos. Ao todo, 536 entidades foram atingidas entre 1964 e 1970. Estima-se em dez mil o número de dirigentes sindicais cassados. Note-se, no entanto, que há divergência entre os números relativos a essas práticas. Segundo Celso Frederico, por exemplo, entre 1964 e 1965, 63 dirigentes sindicais tiveram seus direitos cassados, houve intervenção em quatro confederações, 45 federações e 383 sindicatos. Até 1970, foram atingidas 49 federações e 483 sindicatos. (CNV-Tomo2)

No que diz respeito aos vínculos entre empresas e as forças repressivas, nota-se um padrão neste formato, com o mesmo modelo adotado nas denúncias de trabalhadores ditos subversivos, encaminhamento para setores militares de listas com nomes de trabalhadores que “deveriam” ser interrogados, amedrontados, aprisionados.

Vários destes trabalhadores foram apanhados em seu lugar de trabalho, sem nenhum tipo de protesto por parte do pessoal gerencial da fábrica, que pelo contrário colaborou com os grupos repressivos. O próprio Tasselkraut revelou os efeitos que a repressão teve no funcionamento interno da empresa, quando no contexto das Causas pela Verdade nos tribunais de La Plata lhe foi perguntado se considerava que existia alguma relação entre a diminuição do conflito na fábrica e o aumento da produtividade e o desaparecimento de operários e militantes. Sua resposta foi: “E... não há milagres”. (BASUALDO; QUINTANA; VARSKY, 2013, p. 195, tradução nossa¹⁷⁵)

As práticas políticas existentes na repressão à classe trabalhadora durante a ditadura militar levaram os trabalhadores a se sentirem distantes da proteção do Estado, como analisa Ianni (1981)

¹⁷⁵ Varios de estos trabajadores fueron apresados en su lugar de trabajo sin ningún tipo de protesta por parte del personal gerencial de la fábrica, que, por el contrario, colaboró con los grupos represivos. El próprio Tasselkraut reveló los efectos que la represión tuvo en el funcionamiento interno de la empresa, cuando en el contexto de los Juicios por la Verdad en los tribunales de La Plata se le preguntó si consideraba que existía alguna relación entre la disminución del conflicto en la fábrica, el aumento de la productividad y la desaparición de obreros y militantes. Su respuesta fue: “Y... milagros no hay.” (BASUALDO; QUINTANA; VARSKY, 2013, p.193).

A forma pela qual o poder estatal foi posto a serviço do capital monopolista fez com que o operário se sentisse dominado por um Estado que se lhe aparecia como totalmente estranho, estranhado, oposto, imposto, dominante, repressivo, opressivo. Um processo que é inerente à sociedade burguesa, no qual o estado é bastante, ou muito controlado pelos interesses da burguesia dominante, sob a ditadura adquire um caráter ainda mais acentuado, sem mediações. (IANNI, 1981, p.78)

As conexões entre as forças militares e o empresariado ficaram comprovadas através da análise das funções e trajetória de um personagem que reúne várias funções nesse meandro repressivo, conforme já descrito no capítulo 2: o General Paul Assarresses. Adido militar francês, preceptor nos cursos de formação para militares, tanto no Brasil como na Argentina, e também na Escola das Américas no Panamá, bem como nas escolas de Fort Bragg e Fort Benning nos EUA e exercia a função de vendedor de armas como representante da Thompson Brant que é uma empresa francesa, seu protagonismo foi destacado inicialmente pelas pesquisas de Duarte-Plon (2016). Notamos que as múltiplas atuações profissionais desse general francês não são coincidências e evidenciam novos tipos de conexões.

O intercâmbio de informações entre empresas e o sistema repressivo brasileiro pode ser constatado por intermédio de informações contidas em um ofício¹⁷⁶ de junho de 1970, no qual reproduz uma informação coletada por uma empresa área brasileira e enviadas para o DOPS.

Esta informação aparentemente banal trata-se da ausência no trabalho de dois funcionários argentinos nominados Nilson Ribeiro Gonzales e Gregório Gerliza entre os dias 29 e 30 de maio de 1970. Porém, o curioso foi o destino dado a esse ofício: DOPS-SP, e o documento em questão inicia seu texto com os seguintes dizeres: *“De acordo com as disposições vigentes passamos a informar que...”*. Podemos perguntar quais disposições eram estas que levariam uma empresa a comunicar um órgão representativo da polícia política pela ausência no trabalho de dois funcionários? Uma vez que o procedimento comum nestes casos que compreende a ausência do trabalhador em seus postos é o

¹⁷⁶ Documento produzido por uma empresa aérea e encaminhado ao DOPS da cidade de São Paulo em 05/06/1970. Acervo do no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

comunicado ao Departamento de Recursos Humanos da própria empresa, não foi possível averiguar o nome da empresa que encaminhou estas informações.

Tal conexão pode ser vista como mais uma evidência entre os laços empresariais e os órgãos repressivos militares. Pode-se inferir pelo teor dessa informação citada no ofício encaminhado para o DOPS o caráter de suspeição e vigilância para com os estrangeiros e trabalhadores, bem como o apoio que empresários prestavam à ditadura militar e seus órgãos repressivos, denunciando cidadãos considerados suspeitos ou subversivos dentro da lógica da já discutida “existência” do inimigo interno.

Uma outra parceria entre setores do empresariado e ditadura militar brasileira pode ser vista pela repercussão na França sobre certos acordos comerciais firmados entre o Brasil e este país europeu.

Trata-se de protestos e manifestações ocorridas na França em 1970, e contrárias a venda de aviões Mirage ao Brasil. Diversas notícias¹⁷⁷ divulgadas por jornais franceses da época se reportam a esse fato, dentre elas, destaca-se um comunicado feito pelo Bispo de Orléans, Monsenhor Riobé, que apoiou a greve de fome impetrada por dois sacerdotes franceses de nome Jean Desbois e Jean-Marie Mulet. A greve teve como objetivo principal se manifestar contra os acordos bélicos entre Brasil e França e a consequente venda desses aviões de produção francesa para o Brasil.

Tais acordos bélicos são abordados na pesquisa elaborada por Duarte-Plon (2016), conforme análises em itens anteriores deste texto, quando esclarece uma das funções dos adidos militares, que era negociar a venda de produtos bélicos entre o Estado brasileiro e empresas francesas. O adido militar em questão era Paul Aussaresses que exerceu esta função no Brasil entre os anos de 1973 a 1975.

A explicação para o alinhamento perfeito com a ditadura vem a seguir: “O ministro da Aeronáutica e um funcionário do Ministério da Economia do Brasil estiveram recentemente em Paris para examinar as condições de compra dos aviões Mirage para equipar o Exército brasileiro (DUARTE-PLON, 2016, p. 55)

¹⁷⁷ Ofício classificado sob Código 640.45(85), produzido pela Embaixada do Brasil em Paris-França, com data de 02/07/1970, pertencente ao acervo dos Arquivos das Relações Exteriores do Itamaraty em Brasília-BR.

Ainda sobre o papel da França como exportadora de aviões para fins bélicos, temos também o caso da Argentina como importadora desse produto francês, e no qual se constata por intermédio de um ofício¹⁷⁸ oriundo da embaixada Brasileira de Buenos Aires, datado em 18 de dezembro de 1970, e endereçado para a Secretaria de Estado do Brasil. No ofício há um breve resumo de um texto formulado pelo Ministério de Relações Exteriores e Culto Argentino que expõe a existência desse acordo bélico comercial entre estes países, prevendo o fornecimento pela França de aviões Mirage III para a Argentina. Qual o interesse do Estado Brasileiro nessa transação comercial do país vizinho? Seria receio da concorrência bélica? Ou apenas mais uma informação de cunho burocrático entre Embaixada e Secretaria de Estado?

A França, naquele contexto histórico, não fornecia apenas aviões e treinamentos militares para países da América Latina, mas também assessoria técnico-financeira em setores específicos, como se observa em um outro ofício¹⁷⁹ no qual é citada uma possível cooperação francesa para criar um novo campus da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Segundo o documento, esta cooperação seria avaliada pela Comissão Mista França-Brasil e estaria sujeita a se enquadrar em projetos de Assistência técnica.

Um destes episódios que retrata a cumplicidade empresarial militar, foi o caso do dinamarquês radicado no Brasil Henning Albert Boilesen (1916-1971)¹⁸⁰ executivo do grupo Ultra e seu apoio técnico financeiro e operacional para com as forças militares da época.

Boilesen representa a cumplicidade empresarial no golpe de 1964 e a ditadura resultante desse golpe. Ele ajudou a financiar o golpe junto com um número estimado de, pelo menos, 125

¹⁷⁸ Ofício classificado sob Código 655.41(85) proveniente dos arquivos dos Arquivos do Itamaraty em Brasília – BR.

¹⁷⁹ Ofício classificado sob código 550.0(85) elaborado pela Embaixada do Brasil em Paris, com data de 10 de novembro de 1970 e pertencente ao acervo do Arquivos das Relações Exteriores do Itamaraty em Brasília-BR.

¹⁸⁰ Para maiores esclarecimentos acerca deste fato, ver o documentário brasileiro de 2009, intitulado Cidadão Boilesen do diretor Chaim Litewski, que retrata os meandros obscuros das relações entre alguns setores do empresariado paulista e a “máquina” de repressão militar. Informo também que este documentário inspirou uma dissertação de Mestrado defendida na Universidade Federal Fluminense em 2012 por Jorge José de Melo com o título “Boilesen, um empresário da ditadura: a questão do apoio do empresariado paulista a OBAN/OPERAÇÃO BANDEIRANTES, 1969-1971”.

outros membros da comunidade empresarial. Sua empresa, junto com outras, supostamente forneceu o equipamento usado nos centros de tortura instalados após o golpe. Algumas pessoas declaram que ele participou de sessões de tortura, assim como outros líderes de empresas. Seu apoio público ao golpe e à ditadura o diferencia dos muitos outros membros da comunidade empresarial, que permanecem nos bastidores e em segredo. Por ser o rosto público da cumplicidade com a ditadura, Boilesen foi assassinado a tiros em 1971, em plena luz do dia e perto da sua casa, pela Ação Libertadora Nacional (ALN), um grupo de guerrilha urbana. (BRASIL, 2014)

Faz-se necessário abordar brevemente o papel da Operação Bandeirantes (OBAN) no cenário repressivo da ditadura militar brasileira, essa instituição contou em seus quadros com integrantes das três forças militares e também com um pequeno contingente de soldados da Força Pública e da Polícia Civil do Estado de São Paulo. Sua origem está datada em fins dos anos de 1960 na cidade de São Paulo, localizava-se na Rua Tutóia, no bairro Paraíso, região de classe média paulistana, onde atualmente encontra-se o 36º Distrito Policial da polícia civil do estado de São Paulo. Nesse local funcionou durante a vigência da OBAN um centro clandestino de detenção e tortura, sua função primordial era centralizar as forças repressivas que havia até então. A manutenção dessa instituição resulta de acordos paralelos entre setores militares e parte do empresariado paulista, seus objetivos eram unir forças para conter e exterminar os opositores políticos daquele momento, principalmente os movimentos que estavam envolvidos e atuavam na luta armada urbana ou rural.

A dinâmica de funcionamento dessa associação com seu caráter encoberto se relaciona às práticas dos paramilitares, que constituía o *modus operandi* da guerra suja. Aqui se faz necessário lembrar da *Triple A* argentina, já discutida no capítulo 1 deste texto e suas similaridades com a OBAN. Sendo assim, o funcionamento dessa estrutura repressiva se daria às margens da legalidade, representaria um poder paralelo e contaria para sua subsistência e funcionamento com apoio técnico financeiro dos empresários empenhados em restaurar a “ordem” em território nacional.

Mas a atuação do mundo corporativo, durante os anos em que a ditadura militar já estava implementada no Brasil, foi além do recebimento de dinheiro e da influência em órgãos públicos. Concretizou-se em ajudas e suporte às atividades de violação

aos direitos humanos dos perseguidos e presos políticos. A Operação Bandeirantes (OBAN) confirma esta premissa, onde houve “uma microconexão entre provimentos de fundos e violações aos direitos humanos, como a que envolve o custeio privado da Operação Bandeirantes (OBAN). (KOIKE, 2014, p. 476)

Sabe-se que esse centro de repressão política influenciou na criação de outros organismos repressivos e investigativos atrelados as forças do Exército, porém com caráter oficial, como o Destacamento de Operações de Informações (DOI), que atuava vinculado ao Centro de Operações e Defesa Interna (CODI) que, por sua vez, reproduziu outros centros clandestinos de tortura pelo país. Na década de 1980, os DOI foram renomeados de Setor de Operações (SOP). Calcula-se que pela OBAN passaram mais de 10 mil prisioneiros.

Concluimos este subitem com o depoimento de um operário brasileiro da área da construção civil da cidade de Brasília, colhido pela pesquisadora Nair Heloisa Bicalho de Souza em sua pesquisa intitulada “Operários e Políticos” (SOUZA apud IANNI, 1981) na qual relata o que Carlos (nome fictício de um operário entrevistado) tem a dizer sobre a política nacional daquele momento:

Eu no meu entender, acho que a Nação somos nós, né? Que tem os três poderes, primeiro tem os três poderes, depois dos Três poderes tem a Nação. A Nação eu acho que seja nós, eu no meu pensar seja assim, entendeu? Eu acho que a Nação seja a gente, agora tem os Três Poderes, que é o Exército, a Aeronáutica e a Marinha, são os Três Poderes, isso? Bom, então agora acho que é nós, no meu pensar... (Carlos – carpinteiro). (IANNI, 1981)

Nota-se, por intermédio desse imaginário, as interpretações feitas por esse trabalhador sobre a divisão de poderes do Brasil e, segundo ele, os três poderes são representados pelas três forças armadas, tamanha a naturalização observada sobre o papel dos militares na condução política da nação, como se o Estado brasileiro em sua constituição administrativa fosse resultado das forças militares de então.

Este capítulo tratou da atuação dos aparelhos de inteligência do Brasil e Argentina ao longo do século XX com destaque para o seu protagonismo durante as ditaduras militares aqui estudadas, bem como as análises de manuais que nortearam a formação militar destes dois países e, por último, abordou os

vínculos repressivos entre o Estado e empresários. O próximo e último capítulo tratará do monitoramento e vigilância para da sociedade civil, a preocupação política dos mundiais de futebol de 1970 e 1978, além das formas de vigilância em outros continentes.

4 Uma comunidade de informações, monitoramento da sociedade civil. O uso político e a vigilância dos Mundiais de Futebol. Estratégias de perseguições e captura entre os dois países. A comunidade de informações intercontinental

[...] Essas forças de segurança participam ativamente ou aceitam passivamente um programa para executar exilados políticos que se opõem a qualquer um dos governos envolvidos? (Fragmento do relatório 526 do Departamento de estado dos EUA de 19/07/1976)

4.1 O trânsito de informações entre os órgãos de vigilância

Foi possível reconfigurar as conexões repressivas entre ambos países, pela confrontação de informações inerentes a documentos de várias procedências¹⁸¹. A maior parte deles foi produzido pela polícia investigativa do sul do Brasil em conjunto com órgãos argentinos, o que não é inusitado por se tratar de uma região fronteira como o estado do Rio Grande do Sul, que possui uma função estratégica dados os limites geográficos que possui com Uruguai e Argentina.

Sabemos, no entanto, que o controle do trânsito de cidadãos entre um país e outro é comum e não representa um fenômeno inusitado no mundo contemporâneo, principalmente com o advento dos Estados nacionais e a delimitação jurídica e das fronteiras geográficas. O problema se encontra quando os Estados passam a observar qualquer cidadão em trânsito como inimigo ou uma ameaça à “ordem” e, portanto, estará sujeito aos caprichos dos agentes das comunidades de informações.

O aparato repressivo se apresenta por intermédio dos pedidos de busca, que por sua vez representam as evidências das conexões repressivas em vigor entre estes Estados. Isso foi facilitado pelos acordos entre um país e outro nos marcos da Diplomacia, do Ministério das Relações Exteriores, e, de forma encoberta, pela Operação Condor.

¹⁸¹ Documentos oriundos dos acervos dos arquivos de La Memoria em Buenos Aires - seção Condor e produzidos pela DOPS do Rio Grande do Sul – Brasil, nos quais citam argentinos que estariam sendo perseguidos, observados e vigiados no Brasil, todos os documentos foram elaborados com dados fornecidos pelos órgãos de segurança da Argentina.

A extra juridicidade contida nas relações estabelecidas, sob a égide das ditaduras, revela-se desde a preocupação em dissimular ações, tais como se observa na convocação de agentes militares para treinamentos em conjunto. Esses treinamentos eram convocados para as forças militares decidirem táticas de ações em conjunto, além de se familiarizarem com a mesma linguagem no combate aos inimigos.

Quando o Comando Geral do Exército argentino convida adidos militares estrangeiros para fazerem uma visita à região de operações antiguerrilha, não faz referência aos países que foram convidados, conforme se observa no telegrama que aborda as visitas ocorridas em 1976 de um grupo de adidos militares brasileiros do exército e da marinha a Tucumán, uma das províncias da Argentina. A seguir inserimos o documento:

Imagem 12: Treinamento militar de brasileiros na Argentina

TELEGRAMA EXPEDIDO

CÓPIA
ARQUIVO

DA EMBAIXADA EM BUENOS AIRES
EM 7/X/1976

CONFIDENCIAL 600 (B29/
DAM-1/ 620 (B29)
POLITICA INTERNA/SEGURANCA.
ARGENTINA.
VISITA DE ADIDOS MILITARES A TUCUMAN.

3328-QUINTA-FEIRA-16HS50 - /INFORMO/.

1. NUMEROSO GRUPO DE ADIDOS MILITARES ESTRANGEIROS, ENTRE OS QUAIS OS ADIDOS DO EXERCITO E NAVAL JUNTO A ESTA EMBAIXADA, ENCONTRA-SE ATUALMENTE EM TUCUMAN A CONVITE DO COMANDO GERAL DO EXERCITO PARA VISITAR A ZONA DE OPERACOES ANTI-GUERRILHA.
2. OS PREPARATIVOS PARA A VISITA FORAM CERCADOS DE GRANDE SIGILO. OS ADIDOS FORAM PREVENIDOS QUE PARA FINS DE INFORMACAO PUBLICA SE DIVULGARIA QUE A VIAGEM SERIA A CHAPADMALAL, BALNEARIO VIZINHO A MAR DEL PLATA. TAMBEM PARA NAO DESPERTAR ATENCAO NO LOCAL, FORAM OS ADIDOS AVISADOS DE QUE DEVERIAM ENVERGAR UNIFORME DE CAMPANHA DO EXERCITO ARGENTINO.
3. HOJE PELA MANHA, NO ENTANTO, O NOTICIARIO RADIOFONICO ANUNCIAVA A PRESENCA EM TUCUMAN DA COMITIVA DE ADIDOS.

LFSC CLAUDIO

Fonte: Arquivos Revelados¹⁸²

¹⁸²Documento confeccionado pela Embaixada do Brasil em Buenos Aires, datado em 07/10/1976 e classificado pelo órgão como de política interna e segurança. Disponível em: <<https://www.plural.jor.br/documentosrevelados/assunto/ditadura/>>. Acesso em: 10 jun. 2019 às 14h.

Conforme se lê, as informações registradas apontam que tal visita ocorreria sob sigilo e que para manter este segredo para o público, deveria ser informado de forma dissimulada que os militares convidados iriam para um descanso em uma colônia de férias na cidade litorânea de Mar Del Plata, região centro-leste argentina e que, para não despertar atenção local de onde os adidos fariam observação e treinamento, deveriam inclusive, usar uniformes do exército argentino. Esse telegrama chama ainda a atenção para o fato de que, mesmo com o sigilo, um noticiário radiofônico argentino anunciara a presença em Tucumán daquela comitiva de adidos.

A região de Tucumán havia sido palco de conflitos no ano anterior, em 1975 quando foi deflagrada o *Operativo Independência* para combater focos de rebeldia e sufocar reivindicações trabalhistas na região, conforme já explicada no capítulo 1 deste texto.

Evidenciam-se, assim as trocas de experiências entre os corpos militares e o controle do trânsito de informações além das práticas de treinamento militar antiguerrilha que foram sistematizadas entre esses dois países do Cone Sul. Essas reuniões não se reduziam a encontros de gabinete, pois incluíam estágios *in loco* para conhecimento de espaços de treinamento antiguerrilha, de que é um exemplo o Operativo Independência, já citado neste texto.

A lógica que permeou as comunidades de informações interestados naquele momento histórico possuía clareza sobre quem eram seus alvos, principalmente a partir de março de 1976, quando todos os países do Cone Sul estavam sob ditaduras militares. Desta forma, “*naqueles anos era um risco a qualquer estrangeiro procurar refúgio em um dos países do Cone-Sul. {Pois} os sistemas de informações já estavam perfeitamente interligados*” (SANTOS, 1998, p.99). Em outras palavras, os meios de controle e vigilância sobre os estrangeiros funcionavam adequadamente dentro dos marcos das fronteiras, tanto as físicas como as ideológicas.

A difusão de pedidos de busca através de ofícios, memorandos, telegramas, etc. – assim como de relatórios contendo dados considerados de segurança nacional – era outra estratégia comprobatória de tais conexões. Assim, por exemplo, o controle e vigilância sobre estrangeiros se encontram

visíveis a partir de um informe¹⁸³, produzido pelo Ministério do Exército Brasileiro no qual consta uma relação de cidadãos argentinos que estão no Brasil e foram classificados como terroristas, pois pertencem às agremiações guerrilheiras: Exército Revolucionário do Povo (ERP) e Montoneros. Essa relação será divulgada para o SNI (Brasil) e demais órgãos de segurança militar e de inteligência. Não foi possível identificar os nomes dos procurados, pois não são citados nominalmente, contudo trata-se de um documento específico em seu alvo, ao direcionar as informações para a perseguição aos membros das organizações ditas terroristas argentinas que estão em território brasileiro.

Era comum o Brasil produzir informações sobre estrangeiros que em seus países de origem eram considerados subversivos. Assim, por exemplo, o controle sobre estrangeiros aparece no informe¹⁸⁴ do Ministério da Aeronáutica Brasileiro, a respeito da fuga de guerrilheiros argentinos para o Brasil. Refere-se a informações colhidas por órgãos de segurança do Brasil de que militantes do ERP e dos *Montoneros*, ou na linguagem da época terroristas argentinos, teriam recebido orientações de seus chefes para se refugiarem no Brasil na condição de exilados em função da pressão perpetrada pela ditadura militar argentina e aqui ficariam até a diminuição da pressão antissubversiva em seu país. Não há os nomes dos ditos guerrilheiros que estavam sendo perseguidos.

Outro documento informa que os chamados terroristas¹⁸⁵ argentinos eram integrantes dos grupos Montoneros e ERP e que haviam recebido orientação de seus líderes para procurarem refúgio no Brasil. Essa busca por um “exílio” momentâneo no país vizinho teria ocorrido devido às perseguições que as forças armadas e de segurança deflagraram na Argentina contra os quadros da esquerda naquele país. Informa-se ainda que estavam cientes que estes cidadãos deveriam permanecer aqui até que a situação na Argentina estivesse menos desfavorável. Sabe-se dos altos índices de refugiados argentinos naquele momento, conforme os dados apresentados no capítulo 2.

¹⁸³ Documento número 067/76, intitulado “Terroristas Argentinos do ERP e Montoneros no Brasil”, produzido pelo Ministério do Exército Brasileiro - 42º Batalhão de Infantaria Motorizado – 2ª seção – Estado de Goiás – cidade de Goiânia, difusão SNI-NAGO datado em 01.12.1976 acervo Arquivo Nacional – R.J. Brasil.

¹⁸⁴ Informe produzido pelo Ministério da Aeronáutica do Brasil com difusão para CIE, CENIMAR, DPF, COMAR, pertencente ao acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo com data de 18.01.1977.

¹⁸⁵ Documento nº 23-1015/76/DCL/SSP/RS, assunto: Terroristas Argentinos do ERP e Montoneros no Brasil, Difusão: DRP/Rio Grande/RS. Datado em 15/12/1976.

Para evitar o grande número de refugiados que estariam adentrando em terras brasileiras, as forças militares alçaram mão de outra estratégia, a do controle das fronteiras, pois os ditos terroristas que estariam chegando no Brasil por diversos meios de transporte também se utilizam de tratados recíprocos entre estes dois países para se instalarem no Brasil. Dessa forma, pede-se para as autoridades policiais manter um sistema de monitoramento e observação dos membros do ERP e Montoneros que estariam no Brasil, bem como manter rígido o controle sobre todos os estrangeiros no país e, se estivessem ilegais, teriam que ser encaminhados para um órgão responsável.

O tratado recíproco referenciado, nesse caso, diz respeito ao Estatuto do Estrangeiro de 1969. Sendo assim, os estrangeiros que aqui chegavam eram constantemente vigiados e suas atividades eram monitoradas pelos órgãos de inteligência dos países em questão.

Em suma, as fronteiras são ideológicas e a classificação de inimigo interno é tênue, pois muitos podem ser considerados alvos das perseguições engendradas pelos aparelhos militares da época.

Fica evidente, nesse caso, uma ação internacional coordenada, sendo um exemplo a lógica de segurança nacional que permeia o fluxo de informações entre os órgãos de inteligência destes países e o tipo de informações que era requerido, tais como as citadas acima.

A preocupação da polícia argentina em catalogar grupos subversivos que atuariam em outros países é evidenciada por um informe¹⁸⁶ sobre uma averiguação da polícia da província de Buenos Aires (Argentina) em investigar se há em seu país grupos paramilitares ou subversivos que poderiam ter influência no Brasil e no Uruguai, assim como a necessidade de investigar também a origem desses grupos, seus direcionamentos ideológicos, seus principais líderes, onde e como atuam, meios de difusão, área de influência, sua situação legal e seus objetivos.

Essa investigação partiu do Serviço de Inteligência da Policía de la Provincia de Buenos Aires (SIPBA) com sede na cidade de *La Plata* e contava

¹⁸⁶ Documento catalogado na Seção “C” Nº 5432 arquivo 2214, título: “Organizaciones paramilitares o grupos subversivos que actuando en nuestro pais tienen o pueden incidencia en Brasil o Uruguay” de 04 de outubro de 1974, extraído do Arquivo Provincial da cidade de *La Plata*, capital da província de Buenos Aires.

com o apoio das demais unidades desse órgão que se encontram em outras cidades da mesma província, além de contar com o Serviço de Inteligência da Armada (SIA) e do já citado *Batallón 601*.

Em resposta aos pedidos de informações advindos de diversos departamentos da SIPBA, durante o mês de outubro de 1974, declaram nada terem encontrado sobre as possíveis ações desses grupos nos países vizinhos, apesar de terem investigado os documentos do ERP, esclarecem que as diligências continuarão.

A preocupação do governo argentino em rastrear indiscriminadamente membros da sociedade civil e em tratar os grupos de oposição como inimigos e como se estes inimigos estivessem exportando suas técnicas para os países vizinhos aparece, como exemplo, no documento a começar por seu título: *“Organizaciones paramilitares o grupos subversivos que actuando en nuestro país tienen o pueden tener incidencia en Brasil o Uruguay”*.

A prisão de um fuzileiro do Brasil na cidade de São Borja (RS-Brasil), quando esse intentava entrar na Argentina pela província de Corrientes, evidencia também a cooperação entre Argentina e Brasil¹⁸⁷, pois esse documento foi encontrado nos arquivos de La Plata e lavrado pela polícia provincial de Buenos Aires. O brasileiro em questão, nascido na cidade de São Paulo em 12/04/1950, seu nome, sua filiação bem como o número de seu documento de identificação, estão ocultos.

Essa descrição consta que o prisioneiro possuía livros de orientação marxista sobre técnica e tática de guerrilha urbana, portava um passaporte brasileiro com registros de passagem pelo Chile e Bolívia, sendo expulso pelas autoridades bolivianas por ser *“persona indeseable”*, este registro sobre a expulsão da Bolívia não é possível saber se estava documentado no próprio passaporte do brasileiro ou trata-se de informações obtidas pelas forças de inteligência argentina. Interrogado, este confessou já ter estado nas cidades de Castelar e Haedo, ambas na província de Buenos Aires. Pede-se, desta forma, que averiguem o histórico político dos que lhe deram moradia e se possuíam

¹⁸⁷ Documento número 5799, título *“Detención em Brasil de (nome tarjado) y posibles vinculaciones em San Justo*. Produzido pelo Departamento de Polícia da Província de Buenos Aires em La Plata e encaminhado para a cidade de La Matanza, na mesma província. datado em 15/06/1976. Parte deste documento encontra-se nos anexos de número 16.

vínculos com a subversão. A resposta, com data de 19/07/1976, formulada pelo Serviço de Inteligência da Polícia da Província de Buenos Aires, informa que o resultado da diligência apontou que as pessoas que receberam o brasileiro na Argentina não possuíam vínculos subversivos e que elas não haviam notado nenhum comportamento “suspeito” desse hóspede e que seu avô sempre o visitava e o ajudava financeiramente.

Nota-se claramente o trânsito de informações entre os dois países, uma vez que tais escritos foram compostos com informações obtidas pela polícia argentina junto aos órgãos de investigação do Brasil e dizia o percurso que o dito cidadão iria fazer para chegar até Buenos Aires.

Outro aspecto dessa cooperação informativa entre estes países¹⁸⁸ é visível em uma relação originária do Exército Uruguaio vinculado à cidade de Salto, nas proximidades do nordeste argentino.

Com o assunto “*Para conocimiento, se remite relación de elementos extremistas de nacionalidad brasileña y los cuales se encontrarían residiendo en nuestro país*” (DIPPBA, 1978). Essa relação trata de 28 brasileiros que possivelmente viviam nas províncias argentinas de Corrientes, Entre Ríos e Misiones, que se localizam próximas à fronteira sul do Brasil.

Os nomes e documentos de identificação dos ditos “terroristas” estão tarjados, apresentando apenas os nomes das cidades onde nasceram no Brasil.

A comunidade de informação se acentuou em uma triangulação informativa do período, baseada nos cânones das ações repressivas em conjunto, pois um determinado exército no caso do Uruguai detém informações sobre refugiados de outro país, o Brasil, e transmitem essas mesmas informações para outro país, a Argentina.

Uma outra informação desse teor, diz respeito a um pedido de busca¹⁸⁹ do SNI, com o seguinte assunto: “Infiltração subversiva argentina no Brasil”, esse

¹⁸⁸ Arquivo número 12046, Título: *Nomina de elementos terroristas de nacionalidad brasileña*, produzido pelo Serviço de Inteligência da Polícia provincial de La Plata - Argentina, com destino para *Departamento de Informaciones de la Policía de la provincia de Buenos Aires* datado em 23 de agosto de 1978. - Um fragmento deste documento consta nos anexos de número 17.

¹⁸⁹ Documento se encontra nos anexos de número 18. Produzido pelo SNI-Brasil – agência Central sob número 576 e difundido para Exército, Marinha e Aeronáutica datado em 09 de fevereiro de 1976. Documento procedente dos Arquivos da Fundação Celestina Perez Almada no Paraguai.

faz um relato por tópicos acerca de uma trama que estaria sendo construída entre subversivos argentinos e brasileiros.

Tratava-se da observação do trânsito do deputado argentino chamado Tito Lívio Vidal, do Partido Autêntico (cisão peronista), pois teria estado por dois meses no Brasil e teria aqui uma grande quantidade de armas, presume-se que recebeu apoio de setores do PCdoB/RS. Além disso, este deputado argentino estaria com credenciais do Governo de seu país para um “Grupo de Trabalho de Imprensa” e, por intermédio dessa atividade, entrou no Brasil com 15 “terroristas” por Foz do Iguaçu, pois estes fariam parte da equipe de filmagens, e ao chegarem por Foz do Iguaçu teriam recebido visitas de elementos subversivos pertencentes ao PCdoB/RS.

O documento finaliza com a suposta informação de que os ditos “terroristas” teriam organizado no Brasil os detalhes da chamada Operação Formosa, operação esta que resultou no sequestro de um avião das Aerolíneas Argentinas e contou com a atuação do líder máximo dos Montoneros; Mario Firmenich¹⁹⁰.

A presença de agentes de vigilância do governo brasileiro no exterior pode ser observada por intermédio de um documento¹⁹¹ produzido pelo SNI-Brasil que analisa as denúncias produzidas pelos brasileiros no exílio: Márcio Moreira Alves, Euclides Moraes Gomes e Carlos Figueiredo Sá, que se encontravam no Chile quando ocorreu o golpe militar neste país em 1973.

Tal documento retrata a colaboração do Brasil neste golpe militar, com o envio de militares com aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) para colaborar com interrogatórios e torturas a brasileiros que estariam no estádio Nacional de Santiago, quando foi desferido o golpe e este estádio se transformou momentaneamente em um campo de concentração. Cita que Euclides Moraes Gomes foi funcionário do Escritório do Exército/Aeronáutica junto à Embaixada do Brasil em Santiago entre 1972-1974 e ao mesmo tempo era militante do *Movimento de Izquierda Revolucionária* (MIR) e que no ano de 1975 Gomes pede asilo político em Portugal por intermédio da Cruz Vermelha e neste país

¹⁹⁰ Mario Eduardo Firmenich (1948) cidadão argentino um dos fundadores do grupo Montoneros.

¹⁹¹ Informe encontrado no Arquivo Nacional do RJ, difusão SNI, datado de 19.02.1976 sob Código AC ACE 93282/76. Encontra-se nos anexos de número 19.

européu faz diversas denúncias sobre o apoio dado pelo Brasil à ditadura chilena.

A comunidade de informações aparece também nos acordos que falam sobre a formação de militares no Cone Sul latino-americano mais especificamente no Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), já citado neste texto, e a assessoria dada pela ditadura militar brasileira à ditadura chilena, juntamente com a exportação de um *know-how* adquirido pelos militares brasileiros (ROBIN, 2003; DUARTE-PLON, 2015; SILVA, 2015).

Outro aspecto que será ressaltado é o dado de que a ditadura brasileira detecta militantes argentinos em território nacional e com amplo conhecimento de suas atuações e práticas em solo brasileiro, o que deixa evidente uma completa parceria nos sistemas de vigilância entre estes países, levando a um esquadrinhamento da atuação das esquerdas, tanto argentinas como a brasileira. Ora, se tal intercâmbio de informações é elaborado de forma eficiente, corrobora-se a constatação de que ambas as ditaduras atuavam *pari passu* e de forma coordenada na repressão aos seus inimigos.

O grau de vigilância dos sistemas de inteligência pode ser notado de diversas formas, uma delas era a perspicácia na obtenção de informações. Uma dessas ações investigativas resultou em um informe¹⁹² intitulado “Subvenção à Organizações Subversivas”, pelo seu título já deduzimos o assunto que fora investigado.

Nesse breve texto informativo, é citado que segundo informações recentes e obtidas por intermédio de autoridades da Argentina que, por sua vez, conseguiram tais informações pela apreensão de um material correspondente aos registros contábeis do ERP. Consta que o ERP, uma organização subversiva argentina, distribuiu oito bilhões de pesos argentinos para diversas outras organizações subversivas da América latina, dentre os grupos beneficiados estariam várias agremiações do Brasil, porém não há seus nomes, e outras que foram contempladas com este “auxílio” foram o MIR chileno, o ELN Boliviano e

¹⁹² Ofício informativo de número 140-S/2, produzido pelo Ministério do Exército Brasileiro - 6ª Divisão, Rio Grande do Sul, Brasil, difundido junto a Delegacia da Política Federal do RS, datado em 19 de junho de 1975, pertencente ao acervo do Archivos de La Memoria em Buenos Aires. Encontra-se no anexo de número 20

o MNL (sic) ¹⁹³ Uruguai, e este capital distribuído seria para aquisição de armamentos ou para subvencionar outras atividades subversivas destes grupos.

Sabemos, portanto, que a partir de 1975, período no qual foi elaborado esse informe, as organizações subversivas brasileiras já haviam sido destroçadas pela repressão militar, então seria pouco provável que receberiam essa ajuda financeira.

Ainda sobre o trânsito de informações entre um órgão de inteligência brasileiro e autoridades argentinas, abordamos um pedido de busca¹⁹⁴, da DOPS de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, Brasil, do ano de 1977, que retrata informações oriundas de autoridades argentinas, conforme podemos ler no documento abaixo acerca de um cidadão considerado de alta periculosidade e, portanto, tido como subversivo, chamado Adolfo Pérez Esquivel¹⁹⁵, argentino, dirigente de um jornal progressista em Buenos Aires e que pretenderia se refugiar no Brasil. Solicita-se que as autoridades brasileiras colaborem com a busca desse cidadão argentino, caso ele se refugie no Brasil.

Imagem 13: Pedido de busca de Adolfo Perez Esquivel

CONFIDENCIAL

DEPARTAMENTO DE ORDEM PÚBLICA E SOCIAL
DIVISÃO DE BUSCA E COLETA DE INFORMAÇÕES

Porto Alegre, 30/Mai/1977

ASSUNTO : ADOLFO PEREZ ESQUIVEL
ORIGEM : DOPS/RS
DIFUSÃO : DRP-RS, 2ª DIOPE e S/DOPS

PEDIDO DE BUSCA Nº 168/77/DRCI/DOPS/RS

1 - DADOS CONFIDENCIAIS:

1.1. ADOLFO PEREZ ESQUIVEL, subversivo argentino de alta periculosidade, pretende vir para o BRASIL.

Fonte: Archivos de la Memoria - Buenos Aires.

Notamos o fluxo de informações entre estes dois países que se unem para a preservação das fronteiras ideológicas e para fiscalizar os inimigos internos,

¹⁹³ Informamos que neste documento a sigla da agremiação uruguaia Movimento de Libertação Nacional MLN está grafada erroneamente como MNL.

¹⁹⁴ Pedido de busca Nº 168/77/DRCI/DOPS/RS, oriundo pelo DOPS-RS e difundido para a DRP-RS datado em 30 de maio de 1977, pertencente ao acervo do Archivos de la Memoria em Buenos Aires.

¹⁹⁵ Pérez Esquivel (1931), ganhador do Prêmio Nobel da Paz em 1980, foi encarcerado pela ditadura argentina entre os anos de 1977 a 1979.

fazem isso obtendo informações sobre a organização da sociedade civil, como esta se agremia, quais seus mecanismos de comunicação. Nesse caso, o jornal progressista editado por Pérez Esquivel e também para vigiar e incriminar qualquer forma de resistência desta sociedade.

As perseguições em relação à sociedade civil se alimentava de várias obsessões, a anticomunista que fora alimentada e retroalimentada ao longo do século XX, a obsessão em impor uma disciplina militar hierarquizada baseada no *ethos* militar, a obsessão persecutória aos cidadãos divergentes e também a obsessão em relação à busca da grande potência (FICO, 2001).

4.2 A comunidade de informações intercontinental

Por intermédio de um outro informe confidencial¹⁹⁶ notamos mais informações sobre as estratégias de vigilância em âmbito internacional, pois a embaixada do Brasil na Suíça recebeu uma carta procedente de Barcelona (Espanha) assinada por Juan Carlos Moreno um membro da organização argentina Triple AAA, pelo teor da carta é possível averiguar o trânsito de informações resultantes da vigilância e do controle sobre o militante tupamaro Julio de Santa'Ana¹⁹⁷, uma vez que seu conteúdo revela as atividades políticas deste cidadão uruguaio.

Entre as informações colhidas por esse agente argentino, constam as ações políticas de Santa'Ana em Cuba, Peru, Bolívia e Brasil com o “objetivo de organizar movimentos “comunistas de guerrilha” e vincular tais atividades a organizações católicas e protestantes” (MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA, 1977).

Tais informações foram repassadas para a embaixada do Brasil na Suíça, põe-se assim, sob suspeita, a igreja católica e protestante, possivelmente, suas alas mais progressistas. Na carta, consta também que Julio Santa'Ana participaria de atividades no Brasil junto ao movimento estudantil e dos trabalhadores, que estaria em alguns círculos católicos e protestantes nas

¹⁹⁶Documento produzido pelo Ministério da Aeronáutica do Brasil e endereçado para Embaixada do Brasil na Suíça com data de 18 de novembro de 1977, oriundo do acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo

¹⁹⁷ Julio de Santa'Ana, religioso e escritor, nasceu em Montevideu em 1934. Foi integrante da Igreja Metodista, graduado em teologia pela Faculdade Evangélica de Teologia de Buenos Aires. Possui uma atuação ecumênica e militou pela construção de uma religião crítica em relação às questões sociais.

idades do Rio de Janeiro, Porto Alegre e São Paulo, e que tais movimentos coincidiriam com a visita no Brasil do presidente dos EUA, James Earl Carter em novembro do ano de 1977.

Pode-se inferir a relação dos movimentos políticos de esquerda com a propagação na América Latina da Teologia da Libertação e suas preocupações com questões sociais. O fluxo de informações, como já dito, é uma das estratégias utilizadas pelos aparatos militares de forma coordenada que extrapolam os países aqui analisados.

Cabe ressaltar também a rede de informações dos órgãos de segurança, que, conforme já foi descrita em itens anteriores, não se restringia aos países do Cone Sul ou demais países da América Latina, mas também ao continente europeu e contaram com apoio de simpatizantes às ditaduras de plantão, pois nesse caso o fornecedor da informação não era militar.

Os braços da Operação Condor no exterior que tramaram a eliminação de opositores à ditadura chilena, envolvendo atentados em diversos países – tais como os ocorridos na Itália, Argentina, Bolívia e EUA contra membros do governo democrático de Salvador Allende (1970-1973) – foram retratados no documentário *Esquadrões de la Muerte*, ou seja, a plena vigência de uma juridicidade extra legalidade (ROBIN, 2003, 60 min).

A vigilância internacional foi organizada e sistematizada pelo grupo secreto chamado G-2 dentro da Operação Condor e promoveu¹⁹⁸ ações em alguns países europeus a fim de perseguir e assassinar líderes da esquerda argentina que lá se encontravam.

[...] Por volta do fim de abril de 1977, a inteligência do exército (G-2) ordenou a formação de uma equipe para realizar operações contra os principais líderes dos Montoneros e do Exército Revolucionário do Povo - ERP, que atualmente residem na Europa. As pessoas selecionadas para esta equipe eram especialistas em assassinatos e operações de sequestro; faziam parte desta equipe membros da marinha argentina, exército e SIDE. Após a formação da equipe, foram feitas solicitações de aprovação junto a autoridades francesas, italianas e espanholas para que as operações pudessem acontecer nestes países. No entanto, estas solicitações foram firmemente recusadas por

¹⁹⁸ Esse documento da CIA de cinco páginas de 27 de maio de 1977, intitulado “*Plans of Argentine Security Officials to kill Argentine subversive leaders abroad if feasible*”, e catalogado sob número 295751, encontra-se nos anexos de número 21 deste texto.

representantes do governo francês e italiano, países onde os principais líderes subversivos argentinos supostamente estariam residindo. As autoridades espanholas, outrora receptivas às operações argentinas em seu país, há pouco tempo se tornaram menos cooperativas devido, sobretudo, a problemas políticos internos. Como resultado das respostas dos franceses, italianos e espanhóis, o general Carlos Martinez, chefe do G-2, ordenou que as operações propostas contra subversivos argentinos na Europa fossem suspensas. O assunto, contudo, se for considerado apropriado, será tratado posteriormente com autoridades europeias. (CIA,1977, tradução nossa¹⁹⁹)

Os fragmentos aqui citados esclarecem o poder paralelo dessas operações, pois extrapolam os tratados internacionais, além de evidenciarem as características da guerra suja, uma vez que revelam a existência de grupos especializados em sequestrar e assassinar seus oponentes além das fronteiras ideológicas já definidas pelo consórcio Condor que eram os países do Cone Sul latino-americano. Da mesma forma que também observamos nessas práticas a presença da juridicidade ao se utilizarem de procedimentos que são não normatizados e, por isso, fogem aos protocolos internacionais, como os descritos na Conferência de Genebra, já citada neste texto. Evidencia-se assim a transformação do ilegal em legal.

Ou seja, a rede Condor, nesse caso atuando em sua fase número três que corresponde aos ataques no exterior, iria agir onde fosse necessário para exterminar seus oponentes, fosse nos limites do Cone Sul ou em outro continente.

A fase três recebeu o nome de *Operação Teseo*^{200,201}. Contava com uma estrutura técnica, logística e financeira, uma vez que era uma outra operação

¹⁹⁹ About late April 1977 army intelligence (G-2) ordered the formation of a team to carry out operations against key leaders of the Montoneros and the people's revolutionary army (ERP) Who are presently residing in europe. Individuals selected for the team were specialists in assassination and kidnapping operations and included personnel from the argentine navy, army and SIDE. Following the formation of the tean, requests were made to french, italian and authorities for approval to carry out the operations in their respective countries. The requests, however, were firmly turned down by officials of France and Italy where most of the key argentine subversives are believed to be residing. Spanish authorities, while once receptive to argentine operations in spain, have recently become less cooperative, due primarily to spains's internal political problems. As a result of the response form the french, italians and spanish , general Carlos Martinez, chief of G-2, ordered that the proposed operations against argentine subversives in Europe be suspended, however, the matter Will be raised again with European authorities, if considered appropriate, at a later date. (CIA,1977)

²⁰⁰ Nos anexos de número 22 consta duas páginas desse documento.

²⁰¹ Documento número 05503731, Relatório de Serviço de Inteligência da CIA, de 16/08/1977, desclassificado abril de 2019. Disponível em:

elaborada no interior da Operação Condor e ficaria encarregada de organizar as operações extracontinentais, teria um número reduzido de agentes, dado o seu caráter ultrassecreto e contaria com normas rígidas de controle e segurança e teria a seguinte estrutura departamental, conforme vemos

- 1) Centro de operações: como quartel general em Condor (Argentina)
- 2) Grupos de inteligência: composto pelos países membros.
- 3) Grupos de operações:
- 4) Grupos de reserva: países participantes (CIA,1977, p 2-3, tradução nossa²⁰²)

Quanto ao planejamento geral da execução dessas operações, seguiriam o seguinte roteiro:

- 1) Determinar os alvos em acordo com as solicitações submetidas pelas partes interessadas, dando prioridade e oportunidade quando apropriada.
- 2) Determinar quais instruções serão dadas para ambos os grupos de inteligência e operações
- 3) Administrar o material disponível e os recursos humanos com total liberdade.
- 4) Formular os requisitos operacionais necessários os quais irão receber atenção prioritária dos membros de serviço-P.2 (CIA,1977, p. 3, tradução nossa²⁰³)

Sobre a operacionalidade financeira dessas atividades, é esclarecido que a Argentina, chamada de Condor 01, ficará responsável em gerir esses custos, de acordo com uma cotização entre os países membros, que fariam os seguintes aportes:

- 2) O fundo comum é composto por US\$ 10.000 de doações de cada país membro e estabelecido para o propósito de custear as despesas de operação. Este fundo será repartido por partes iguais no fim de cada operação durante um período que não exceda 15 dias. 3) Conta mensal de US\$ 200 mensais é estabelecida com início em 30 de setembro de 1976 paga

<<https://www.cia.gov/library/readingroom/document/05503731>>. Acesso em: 21 ago. 2019 às 14h.

²⁰² 1-The operations Center: with headquarters at Condor 1 (Argentina) which is up permanent representatives from each participating service.

2-Intelligence teams: made up from personnel from member countries.

3-Operational teams: Made up personel from.

4- Reserve teams: made up from personnel from participating countries (CIA,1977, p 2-3).

²⁰³ -1-Determine the targets inaccordance with the request submitted by intererested parties, giving priority and opportunities as appropriate.

2 -Determine what instructions are to be given to both the intelligence and oprational teans

3 -Administer avaiable material and human resources with complete freedom.

4 -Formulate the necessary operational requirements which Will recrive priority attention from member services (CIA,1977, p. 3)

mensalmente por cada um dos membros associados, antes do último dia de cada mês com o objetivo de subsidiar as despesas do centro de operações.

4) Os custos operacionais do exterior são estimados a 3.500 US\$ por pessoa por 10 dias, com adicional de US\$ 1.000 para subsídio de vestuário na primeira vez em cada país. (CIA,1977, tradução nossa²⁰⁴)

Nesse outro fragmento, nota-se o envolvimento dos órgãos oficiais, como as embaixadas, conforme:

Qualquer ligação necessária entre os países participantes para o fornecimento de documentação e outros materiais deverá se dar ou por malote diplomático ou através de encarregados selecionados, os quais empregarão as normas de segurança mais elevadas e serão cobertos por tal contato. (CIA, 1977, tradução nossa²⁰⁵)

O Brasil, assim como outros países do Cone Sul, também estabeleceu conexões com o sistema repressivo existente na Europa, conforme verificamos pela vigilância das agremiações dos grupos de esquerdas em diversos países. Por exemplo, uma reunião de representantes de diversas organizações de esquerda foi vigiada e o resultado dessa investigação foi divulgado aqui no Brasil pelos órgãos de espionagem, como o SNI e COMAR. Tratava-se de uma reunião, realizada em agosto de 1980, em Portugal, na qual compareceram o ETA da Espanha, IRA da Irlanda, Brigadas Vermelhas e o Grupo Ação Direta da Itália, Núcleo Armado pela Autonomia Popular da França, Grupos de Ação Internacional (GARI) (Anarquistas) e Grupo Autônomos Revolucionários Armados (GARA) de Portugal e representantes de grupos latino-americanos como o Partido pela Vitória do Uruguai, o MIR do Chile, ELN da Bolívia, ERP e Montoneros da Argentina e MR-8 do Brasil²⁰⁶.

²⁰⁴ 2 - A common fund composed of \$10.000 donations from each member country is established for the purpose of offsetting operational expenses. This fund Will be replenished in equal parts at the end of each operation during a period not exceed 15 days. 3 - A Monthly dues of \$200 is established beginning 30 september 1976, payable monthly by each of the participating services, prior to the 30th of each month for the purpose of meeting functional and maintenance expenses of the operations Center. 4 - Operational costs abroad are estimated at \$3.500 per person for ten days. With na additional \$1.000 the first time out for clothing allowance (CIA, 1977, p.3)

²⁰⁵ Any liaison necessary between the participating countries for the furnishing of documentation and other material will be either via diplomatic pouch or selected delegates who will employ maximum security measures and cover for such contact (CIA,1977).

²⁰⁶ "Informe de nº 375" difundido pelo SNI e COMAR (Comando Aéreo Regional) de 21.11.1980 pertencente ao Arquivo Público do Estado de São Paulo, acervo DEOPS-SP.

O encontro foi pauta de uma reunião das inteligências multinacionais do Cone Sul, para definir qual seria a organização de ações conjuntas entre os grupos europeus e americanos, com apoio mútuo entre suas práticas e seus quadros. Relata a criação de uma nova Junta de Coordenação, influenciada pelo Partido Comunista Internacional e como resultado desse encontro seria realizado no sul do Brasil, ainda em 1980, uma reunião internacional da JCR congregando diferentes organizações latino-americanas, com vistas ao melhor desenvolvimento de suas atividades revolucionárias. Há também uma informação de que o ETA já possuía membros no México Colômbia e Venezuela.

Contudo, segundo um memorando da CIA de 1976, e analisado pela historiadora estadunidense McSherry (2009), fica claro que os grupos de esquerda organizados na América Latina não representavam perigo algum aos governos ali existentes, como é possível destacar em seus escritos:

os grupos guerrilheiros da América do Sul, nunca haviam constituído um desafio direto a nenhum governo. A maioria dos grupos haviam sido muito pequenos e débeis para enfrentar diretamente as forças de segurança. (MCSHERRY, 2009, p. 62, tradução nossa²⁰⁷)

Nota-se, dessa forma, o temor em relação aos grupos organizados dentro do espectro da esquerda e a clara evidência dos tentáculos dos órgãos de repressão do Brasil no exterior, mesmo que esses grupos tenham sido considerados inócuos do ponto de vista de uma desarticulação dos governos ditatoriais constituídos naquele contexto.

Um trecho do documentário *“Esquadrões de la Muerte”* faz uma referência a esse episódio, quando retrata uma entrevista com o General Juan Manuel Contreras (1929-2015), braço direito do ditador chileno Augusto Pinochet Ugarte (1915-2006). Contreras encontrava-se encarcerado naquele momento e relata a participação do Brasil no golpe Chileno, diz conhecer o General Paul Aussaresses e seus serviços pela América Latina. Contreras explica a Operação Retorno, que consistia em uma vigilância dos países membros da Operação Condor, juntamente com os serviços de inteligência da França, em fiscalizar e

²⁰⁷ “[...] los grupos guerrilleros de América del Sur nunca han constituido un desafío directo a ningún gobierno. La mayoría de los grupos han sido demasiado pequeños y débiles como para enfrentarse directamente a las fuerzas de seguridad.” (MCSHERRY, 2009, p. 62)

denunciar os exilados latinos que se encontravam na Europa e pretendiam regressar a seus países de origem no Cone Sul a partir do ano de 1978 (ROBIN, 2003, 60').

Paul Aussaresses, que aparece em diversos momentos no documentário, retrata sua experiência no Brasil e a assessoria que aqui presta aos serviços de inteligência em meados dos anos de 1970, conforme já descrito neste trabalho, e como o Brasil colaborou consideravelmente com o golpe militar de 1973 no Chile, contribuição esta por intermédio de técnicas de tortura, treinamentos militares oferecidos, segundo relatos de sobreviventes daquele período.

4.3 Estratégias de perseguições e captura entre os dois países

Sobre as perseguições e captura de cidadãos argentinos no Brasil um relatório²⁰⁸ do DEOPS-SP do ano de 1977, intitulado “Observação e segurança junto ao consulado da Argentina em São Paulo”, nos diz o seguinte:

Escrito na primeira pessoa aborda uma força tarefa entre partes militares do Brasil e Argentina, essa atividade em conjunto objetivava a captura de dois cidadãos argentinos que se encontravam no Brasil. Tal captura foi realizada pessoalmente por agentes militares argentinos e com apoio técnico de militares brasileiros.

Foi relatado que no dia 15 de abril de 1977, uma sexta-feira, a pedido do Cônsul geral da Argentina, Sr. Júlio Alfredo Freixas, o relator deste documento (seu nome não está descrito) acompanha o subcomissário da polícia Federal Argentina, o Senhor Sérgio Martinez e seu acompanhante também policial argentino até o Departamento da Polícia Federal na Rua Xavier de Toledo, número 280, no centro da cidade de São Paulo, onde ambos dialogaram com o Coronel brasileiro Benedito Félix de Souza, e que nesse diálogo pediram a prisão de dois argentinos que se encontravam em São Paulo.

Esse mesmo relator descreve que soube mais tarde que no dia 19 de abril, uma terça-feira, os agentes argentinos voltaram para seu país com a missão cumprida, levando seus prisioneiros. O relatório é concluído com uma outra

²⁰⁸ Relatório de circulação interna do DEOPS-SP, com data de 20 de abril de 1977, pertencente ao acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

informação, a de que este agente relator também intermediou o contato do Cônsul argentino aqui citado para que se encontrasse com o comandante Brigadeiro Clóvis Pavan da 4ª zona aérea, na cidade de São Paulo, para a realização de uma entrevista informal. Conforme podemos ler na reprodução do documento a seguir:

Imagem 14: Sequestro de argentinos no Brasil

S.G.-S.S.P.-Mod. 77

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL
SÃO PAULO

Sub-Chefia: da Divisão de Ordem Política

DATA: 20.04.77	INVESTIGAÇÕES N.º . . .	RELATÓRIO FEITO POR 2379
ASSUNTO: OBSERVAÇÃO E SEGURANÇA JUNTO AO CONSULADO DA ARGENTINA EM SÃO PAULO.		DIRIGIDO A o Dr. Silvio Pereira Machado, Del. Tit. da Divisão de Ordem Política.

Conforme determinação de V.S., estou apresentando o relatório referente ao assunto acima citado, como segue:

"No dia 15.04.77, sexta-feira, a pedido do consul geral, sr. Júlio Alfredo Freixas, acompanhei o subcomissário da polícia federal argentina, sr. Sergio Martinez e seu acompanhante, também polícia, até o D.P.F. na rua Xavier de Toledo 280, 5º andar; onde ambos se entrevistaram com o Coronel Benedito Felix de Souza, a quem como pude apurar, pediram a prisão de dois argentinos que se encontravam aqui em São Paulo. Soube mais tarde, que ambos viajaram para a Argentina nesta terça-feira, 19.04, para Buenos Aires, com a missão cumprida, isto é, levando seus prisioneiros.

E nesta terça-feira, 19.04.77, acompanhei o sr. consul geral a uma entrevista informal com o comandante Brigadeiro Clóvis Pavan, da 4ª zona aérea, sito à avenida Dom Pedro I, 100."

Em tempo, acuso o recebimento de um ofício endereçado ao consul adjunto sr. Rivarola, a quem entregarei pessoalmente.

Fonte: Arquivo Público do estado de São Paulo

Notamos nessa operação ocorrida entre os dois países, o rapto de pessoas e a extradição irregular desses cidadãos argentinos que se encontravam no Brasil. Não há menção da intervenção das embaixadas no traslado, o que denota não apenas o caráter repressivo, mas também uma juridicidade ilegal, uma típica ação encoberta, realizada à margem da legalidade e que desconsidera qualquer protocolo jurídico existente na época.

Não há, nesse caso, a instalação de um inquérito junto ao Ministério da Justiça para averiguar a situação desses estrangeiros que aqui estavam, não se recorreram ao Decreto-Lei nº 941 – Estatuto do Estrangeiro vigente na época, do ano de 1969, que balizavam as formas de expulsão, extradição e deportação –, pois nessa Lei, em seu Artigo 91, consta que a extradição quando invocada pelo país requerente deveria ser solicitada por via diplomática. O caráter abusivo de tal juridicidade se revela aqui claramente.

Na esteira da vigilância sobre cidadãos argentinos que se encontravam no Brasil, nos deparamos com um pedido de busca²⁰⁹ do final do ano de 1975, ainda no período democrático na Argentina, no qual consta informações sobre uma cidadã argentina que estaria no Brasil, de nome Concepción Noemi Diaz Martinez, 26 anos, antropóloga, e que esta seria ligada a Juan Carlos Peralta, preso na Argentina pelo exercício de atividades subversivas e por tráfico de tóxicos.

Consta que a cidadã teria entrado no Brasil pela província de Misiones, região fronteira entre Argentina e Brasil. Pede-se a sua prisão, embora não há relatos de crimes que esta tenha cometido, a não ser a relação com alguém classificado de criminoso, o que em si e naquele contexto já seria um delito.

Em mais uma ação conjunta entre Brasil e Argentina no âmbito da vigilância de seus cidadãos, encontramos um pedido de busca²¹⁰ da DOPS do estado do Rio Grande do Sul (Brasil), de outubro de 1976, no qual se solicita a localização e prisão de dois cidadãos argentinos: Ricardo Luiz Franco com apelido de “*Lucho*” e María Catalina Benassi chamada de “*Carmen*”, ambos pertencentes ao ERP.

Esse pedido de busca descrito acima possui continuidade e desfecho com o informe²¹¹ do Ministério do Exército do Brasil de setembro de 1977, que traz informações publicadas em um jornal argentino chamado “*ÉPOCA*” da província de Corrientes, no qual expõe o destino de Ricardo Luiz Franco ou Eduardo Luiz

²⁰⁹ Documento nº 728/75/DBCI/DOPS/RS, Assunto: Concepción Noemi Diaz Martins, difusão para DRP’S – DEM-2ª DIPOL. Datado em 09/12/1975. Archivos de La Plata.

²¹⁰ Documento classificado sob nº 332/76/DBCI/DOPS/RS, assunto Ricardo Luiz Franco e Maria Catalina Benassi com difusão para DRP’S-CIP-DECAP - Delegacia de Estrangeiros e DIPOL, datado em 12/10/1976. Archivos de la Memoria – Buenos Aires.

²¹¹ Informe nº 015-82/77 do Ministério do Exército 6ªdivisão com assunto: Ricardo Luiz Franco ou Eduardo Luiz Franco, com difusão para 6ª BPM-7ª DRP-DPF, com data de 22/09/1977. Archivos de la Memoria – Buenos Aires.

Franco, que fora citado no pedido de busca do parágrafo anterior. Relata que esse argentino, arquiteto de profissão, foi morto em decorrência de um confronto entre forças policiais e membros do ERP na noite do dia 22 para 23 de junho de 1977, ocasião em que morreram nove subversivos, entre eles o nominado. Em outro informe²¹² sobre esse mesmo assunto datado em 07/01/1977 consta que Luiz Franco “Lucho” era chefe da Campanha de Combate “SAN LORENZO” do PRT-ERP.

A partir de outras informações²¹³ sobre esses dois perseguidos argentinos, constatamos que Maria Catalina Benassi, professora de Biologia na cidade de Rosário (Argentina), viúva de “Lucho” foi aprisionada e dada como desaparecida a partir de sua captura no Aeropuerto de Montevideo (Uruguay) em 29/07/1978, quando entrava nesse país, vindo da capital paraguaia.

Sobre a localização de um cidadão argentino em terra brasileiras, nos deparamos com um pedido²¹⁴ originário também da DOPS do Rio Grande do Sul no qual solicita que as autoridades brasileiras identifiquem o paradeiro de Jaime Dry (codinome Pelado), que possui as seguintes características físicas: 1,80 altura, robusto, cabelos castanhos, olhos claros. Trata-se de um político argentino que se evadiu das autoridades de seu país, pertencia aos Montoneros, foi deputado na região do Chaco argentino pela agremiação política de nome *Frente Justicialista de Libertacion* (FREJULI). Presume-se que busque refúgio em instituições religiosas, haja visto que possui um irmão sacerdote na Argentina e também um amigo na capital do Paraguay.

Essa perseguição se encontra no âmbito da sociedade civil e na caça aos Montoneros. Em uma consulta paralela feita pelo autor desse texto sobre este cidadão argentino consta que foi capturado em 1977 e mantido aprisionado em dois Centros Clandestinos de Detenção (CCD), primeiramente na ESMA e depois transferido para outro na província argentina de Santa Fé, chamado de Quinta de Funes.

²¹²- Informe intitulado Ricardo Luiz Franco “Lucho com difusão para DPF/RG-DRP01-6ºBPM.

²¹³ Disponível em: <<https://www.gub.uy/secretaria-derechos-humanos-pasado-reciente/comunicacion/publicaciones/ficha-perteneciente-benassi-maria-catalina>>. Acesso em 04 out. 2019 às 16h.

²¹⁴ Documento de número 325/78/DBCI/DOPS/RS, produzido pela DOPS-RS com o assunto Jaime Dry (Pelado) com difusão para DRPs e 2ª DIPOL, datado em 12/10/1978. Archivos de La Memoria.

Dentro dos princípios de suspeição sobre qualquer movimento dos inimigos internos, observamos que as forças de inteligência do estado do Rio Grande do Sul no Brasil possuíam informações²¹⁵ sobre uma reunião que ocorreu em janeiro de 1981 na cidade de Goiânia no centro oeste brasileiro. Essa reunião teria sido organizada pela Junta de Coordenação Revolucionária (JCR) e contou com representantes dos Montoneros (Argentina) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), Brasil, além da presença de dois militantes brasileiros de nome Otoni Guimarães e João Quartim Barbosa, e que este último teria solicitado o direito de instalar em solo brasileiro uma fábrica de armas.

Sendo assim, as forças de inteligência pedem que ocorra uma averiguação sobre qualquer indício relativo à instalação de uma fábrica de armas vinculada à JCR nessa região do sul do país. Nota-se que por intermédio desse pedido de busca as forças de inteligência ampliam sua atuação junto à sociedade, pois todos podem ser sujeitos dessa suspeição.

Na comunhão entre os aparelhos repressivos destes dois países do Cone Sul, pode-se observar as perseguições aos membros do governo peronista, pois as autoridades argentinas possuem interesses²¹⁶ no paradeiro de José María Villone, jornalista argentino, Secretário de Imprensa no governo de Isabel Perón, este foi detido no Uruguai em decorrência de situações ilícitas quando estava no governo argentino.

O pedido de busca pede que averiguem se esse cidadão argentino esteve recentemente no estado do Rio Grande do Sul e em quais datas, onde frequentou e também que identifiquem as pessoas com quem o procurado manteve contato. Notamos que esta exigência em identificar as pessoas que o procurado manteve contato no Brasil é uma forma de ampliar os princípios de suspeição junto à sociedade civil, pois estes poderiam ser incriminados.

Os pedidos de busca analisados até aqui apresentam em seu interior um motivo que justifica sua existência. Há informações claras em seu texto sobre as razões que levam a sua formulação bem como justificam para os órgãos que irão recebê-lo os motivos da diligência.

²¹⁵ Documento nº 068/81/___/DOPS/RS, assunto: Instalação de Fábrica de armas – Difusão: DRP's. datado em 22/04/1981 e arquivado nos Archivos de la Memoria.

²¹⁶ Documento sob o código Nº 432/77/DRCI/DOPS/RS proveniente da DOPS-RS com o assunto: José Maria Villone, datado em 10/10/1977 e arquivado nos Archivos de la Memoria.

Contudo, um pedido de busca²¹⁷ produzido pela DOPS do sul do Brasil não especifica os seus motivos, pede-se que busque informações sobre o paradeiro do cidadão argentino chamado Pedro Oliver Brito que vive no Brasil com uma brasileira de nome Madalena Brito, consta que esse responde a inquéritos no 19ª DP - Tijuca (RJ, Brasil) e que no ano de 1967 estava sendo procurado. Essas informações chegaram ao Rio Grande do Sul por intermédio de um órgão de inteligência da cidade de São Paulo. Pede-se em caso de obterem informações positivas sobre o cidadão, informarem com urgência a Delegacia de Ordem e Política Social do Rio Grande do Sul.

Novamente observa-se nessas diligências o controle sobre a sociedade civil, bem como o poder discricionário dos órgãos de inteligência, ao mesmo tempo que o Estatuto do Estrangeiro que vigorava naquele momento não era acionado, uma vez que é citado que o cidadão era argentino e responderia a um inquérito no Brasil.

A vigilância em relação à sociedade civil está presente para com subversivos argentinos que estariam chegando ao Brasil pelo Uruguai, e aqui sendo empregados por Faculdades particulares. Nesse pedido de busca²¹⁸ consta que averiguem os dados sobre esses professores estrangeiros e os nomes das faculdades onde estariam lecionando. Dessa forma os manteriam sob controle, uma vez que teriam acesso aos lugares onde trabalham o que facilitaria a expulsão deles do país, como ocorreu com outros estrangeiros.

As forças policiais brasileiras se empenham na captura de um argentino de nome Pedro Mancias, com a idade de 38 anos, 1,75, gordo, cabelos brancos e ex-oficial da Policia de Misiones, província Argentina. Consta que este atravessou a fronteira argentina em direção ao Brasil na região de Canal Torto, que dá acesso ao Rio Grande do Sul, no dia 04 de outubro de 1977 e que elementos do Exército Argentino solicitaram a colaboração da Polícia Federal (brasileira) para localizá-lo. Essas informações foram registradas em um pedido de busca²¹⁹ proveniente da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do

²¹⁷ Pedido de Busca nº 0171/77/DBCI/DOPS/RS, Assunto: Localização – Pedro Oliver Brito difusão para DRP'S, 2ª DIPOL, datado em 02/06/1977. Arquivos de la Memória - Buenos Aires. Archivos de la Memoria - Buenos Aires.

²¹⁸ Pedido de Busca nº 206/76/DBCI/DOPS/RS, assunto: Estrangeiros no Brasil, com difusão para DRP'S, Delegacia de Estrangeiros, 2ª DIPOL e datado em 29/06/1976.

²¹⁹ Documento nº23-851-77 DCI/SSP/RS.com difusão para DRP/RIO GRANDE/RS. Assunto Pedro Mancias, datado em xx/11/1977. Archivo de la Memoria – Buenos Aires.

Sul-BR no qual consta também que, segundo informações oriundas de militares argentinos, o cidadão possuía cursos de guerrilha urbana e também era técnico em explosivos.

Os pedidos de busca informam, não apenas os tipos de pessoas que eram suspeitas, mas revelam estratégias diversas de conexões repressivas entre os dois países. Assim, por exemplo, em um desses pedidos, o Dops do Rio Grande do Sul atende a uma solicitação advinda da Argentina e, desse modo, produz um documento que foi difundido na região sul brasileira. Esse material redigido em português foi encontrado no *Archivo de la Memoria Argentina* e nele destaca-se uma estratégia de vigilância que era a de acompanhar os passos das pessoas, mas sem aprisioná-las, o que poderia levar à repressão a outros suspeitos.

Nesse caso, tratava-se do monitoramento de cidadãos argentinos que poderiam estar se deslocando por via aérea ou rodoviária de qualquer lugar da República Argentina para ilha de Santa Catarina na região sul do Brasil. Seus nomes são Diego Muniz Barreto, Juan José Fernandez, Andigea Hircch Hanterstranch, Juan Cristóbal Hanterstranch, Irene Staudt.

Pede-se que, após localizá-los, fosse informado ao órgão brasileiro o seu paradeiro e qual o transporte que utilizaram para se locomoverem até o Brasil, bem como a identidade das pessoas que os acompanham, e que esse órgão brasileiro se encarregaria de repassar as informações ao órgão argentino. Ressaltamos a observação de que não era para prendê-los, mas sim seguir seus passos, mantendo as informações atualizadas para aquele órgão de inteligência que expedira o pedido de busca, no caso, a Dops do Rio Grande do Sul.

Embora o documento²²⁰ não explicita quem eram os suspeitos e nem a organização a qual pertenciam, uma rápida pesquisa²²¹ paralela a partir dos nomes dessas pessoas revelou que Diego Muniz Barreto era integrante dos Montoneros, ocupava o cargo de Deputado na cidade de Buenos Aires entre os anos de 1973-1974 e fora sequestrado e assassinado em 1977. Segundo informações, esse cidadão argentino teve uma carreira política controversa e

²²⁰ Pedido de busca nº 32/76/DBCI/DOPS/RS, assunto: Presença de elemento suspeito, Origem: Dops RGS. Difusão para DRP's, DRPC, 2ª DIPOL com data de 28/04/1976.

²²¹ Disponível em: <<https://www.infobae.com/sociedad/2019/09/28/que-parezca-un-accidente-la-siniestra-historia-del-secuestro-y-la-muerte-de-un-ex-diputado-que-la-dictadura-intento-disfrazar/>>. Acesso em: 07 out. 2019 às 09h.

polêmica, pois participou de um atentado contra Juan Domingo Péron em 1955, colaborou com a Ditadura Militar de 1966, porém passou por transformações políticas substanciais, devido aos contatos que teve com sindicalistas peronistas, envolvendo-se na causa pelo retorno de Perón à Argentina em 1973, apoiou os Montoneros e o ERP na clandestinidade ao mesmo tempo que exercia um cargo como deputado nacional. Dessa forma, era considerado duplamente inimigo dos militares, um traidor por seu passado e também por ter se vinculado aos grupos da esquerda peronista.

A busca se estendia ao sistema educacional, como revela um outro pedido de busca²²² que aborda a necessidade de vigiar estudantes estrangeiros que estivessem matriculados em espaços educacionais no Rio Grande do Sul, de forma que os serviços de inteligência pudessem manter-se informados sobre tais pessoas. Solicitava-se que as informações fossem qualificadas, ou seja, que dessem dados consistentes tais como: quais as faculdades onde estes estavam matriculados e quais os cursos que frequentavam. Há uma recomendação de que esse pedido fosse respondido negativamente ou afirmativamente até 24 de abril de 1978, portanto, em um exíguo prazo de uma semana.

As conexões repressivas se estenderam a outros países que não os do Cone Sul. No caso, refiro-me à perseguição²²³ aos integrantes de um movimento de apoio ao povo de El Salvador e que também pregava realizar denúncias sobre as práticas repressivas utilizadas pelas ditaduras do Cone Sul. Atente-se que já estávamos em fins das ditaduras brasileiras e argentina, pois esse fato ocorreu em 1981.

As forças repressoras objetivavam colher informações acerca do Comitê de Solidariedade ao povo de El Salvador e/ou Movimento Cienfuegos, bem como das identidades de seus líderes. A busca deveria abranger todo o país, pois os serviços de inteligência constataram que esse movimento estava sendo organizado tanto no Rio Grande do Sul como em outras cidades brasileiras. Segundo a DOPS/RS, seus objetivos eram:

²²² Pedido de busca nº 157/78 /DBCI/DOPS /RS. Origem: Dops RGS. Difusão Jurisdicionadas da 15ª Região Policial, datado em 11/04/1978. Archivos de la Memoria – Buenos Aires.

²²³ Pedido de busca de nº 030/81/DIN/DOPS/RS, Assunto: Movimento “Cienfuegos” e/ou Comitê de solidariedade ao Povo de El Salvador. Difusão para DRP’S, datado em 17/03/1981.

O movimento contará basicamente com políticos da oposição, jornalistas, estudantes universitários e secundários, OAB/RS, elementos de outras entidades, todos ainda não identificados. O “Movimento” Cienfuegos” terá como objetivo principais:

- Propaganda de apoio à Guerrilha Salvadorenha;
- Campanhas em prol de vítimas da tortura no Cone Sul, particularmente à Argentina, Uruguai e Brasil;
- Denunciar os órgãos de repressão à opinião pública através da imprensa escrita e falada;
- Publicar nomes nos jornais, fotos e endereços de torturador, identificando-os publicamente. (DOPS/RS, 1981)

Esse Comitê se reúne na sede da União Estadual do Estudantes (UEE) que, por sua vez, se encontra junto ao DCE da UFRGS. Notamos o recio e as desconfianças em relação às organizações civis e de como estas poderiam expor para a sociedade a existência das práticas de tortura impetradas pelos governos militares. Lembramos a data deste documento, ano de 1981, no qual o Brasil já estava no período de distensão da ditadura militar, porém o controle sobre a sociedade civil continuava amplo, as liberdades de expressão tuteladas e a repressão a qualquer crítica aos militares permanecia eficiente.

As articulações entre os países que promoviam operações ilegais e portanto desrespeitavam as convenções internacionais podem ser observadas mediante análise de um informe comprobatório²²⁴ dessas práticas, ao descrever diversas informações acerca da presença no Brasil de supostos membros de duas organizações argentinas: Montoneros e Exército Revolucionário do Povo (ERP) que, em função da pressão aos grupos subversivos naquele país, procurariam refúgio no Brasil.

Para tanto, esse mesmo informe esclarece a necessidade de ampliar o controle entre os órgãos de segurança no Brasil e com isso reforçar a suspeição sobre os estrangeiros argentinos que aqui vivem. Vigiar e deter todos os que estão em situação irregular. É dito também no informe que os argentinos utilizam diversos meios de transporte para entrar no Brasil, e exploram os tratados recíprocos que permitem o trânsito dos “*respectivos nacionais*” entre os países (itálico nosso).

²²⁴ Documento de nº 470 do Ministério do Exército - CIE - Difusão: CISA-CENIMAR-DSI/MRE-DSI/MJ-DSI/ME-DSI/Mtb - CI/DPF-1-II-III com data de 16.11.79 e recolhido no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e também no Arquivo Celestina Perez Almada na capital paraguaia. – Encontra-se nos Anexos de número 22.

Ainda sobre o informe, é visível que a perseguição aos estrangeiros argentinos será mais rígida, pois não será permitida a presença de irregularidades dentre estes; fica evidente a diferença no tratamento aos estrangeiros e a lei será aplicada regularmente aos ilegais, não por serem apenas ilegais, mas por serem argentinos e terem uma provável ligação com as organizações políticas de esquerda daquele país.

A perseguição em relação aos estrangeiros que estariam no Brasil também é evidente no pedido de prisão²²⁵ de um ex-soldado do Exército argentino que se infiltrou na fábrica Militar “Vila María” em Córdoba, província argentina e auxiliou guerrilheiros do ERP a um assalto nessa mesma base militar. O documento que aborda esse pedido de busca provém do Ministério do Exército do Brasil, nele consta os números dos documentos do procurado bem como outros dados pessoais, além de suas características físicas, como a sua atual profissão que é Operador de Imprensa e que cursou até o primeiro ano de Arquitetura.

Por situação irregular, entende-se que são os estrangeiros que aqui se encontram e não possuem a documentação adequada e amparada pelos tratados recíprocos entre os países. A Lei utilizada na época para tratar de estrangeiro no Brasil era o Decreto-Lei nº 941 de 13/10/1969, que antecede aos Estatutos do Estrangeiro de 1980 e ao mais recente de 2017.

O conceito de suspeição utilizado nesse contexto pelos órgãos de segurança remete ao que é apregoado pela Lei de Segurança Nacional sob nº 898, de 29/09/1969 em seu Capítulo 01, Parágrafo 2º, quando cita:

A guerra psicológica adversa e o emprego da propaganda, da contra propaganda e de ações nos campos político, econômico, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais.

Essa lei que pode ser associada às Doutrina de Segurança Nacional (DSNs) amplia o conceito de inimigo e flexibiliza sua conceituação, com isso muitos cidadãos podem ser classificados como suspeitos e, portanto,

²²⁵ Pedido de Busca nº07, assunto: Mario Antonio Eugênio, difusão: 6ª BPM – 7ª D.R. Polícia. Datado s/d. data ilegível. Archivos de la Memoria.

subversivos. Esse conceito gera uma indefinição e com isso amplia as categorias de pessoas que serão investigadas e punidas, tais como: grupos armados de esquerda, partido democrático burguês de oposição, trabalhadores, estudantes, setores progressistas da igreja católica, militantes dos Direitos Humanos.

Nesse caso, o objetivo é tipificar o estrangeiro como inimigo, não pelo seu país de origem, que aqui se trata da Argentina, mas por seus vínculos “ideológicos” em instituições ditas subversivas em seus países.

Segundo Comblim (1978), com essas práticas se desfaz a distinção entre política externa e política interna, pois as fronteiras são ideológicas e o “inimigo interno” pode estar localizado em outros países, o que denota um dos princípios norteadores da Operação Condor, a “caça” ao inimigo para além das fronteiras nacionais.

Esses relatos evidenciam as conexões repressivas entre as ditaduras do Cone Sul latino-americano e a troca de informações entre os órgãos de segurança destes países. Nesse sentido, existem os casos que envolvem as conexões entre quatro países: Argentina, Bolívia, Brasil e Chile.

As relações entre os consulados e os órgãos repressivos são evidenciadas por um ofício²²⁶ elaborado pelo Cônsul argentino da cidade de São Paulo, no qual consta a presença neste departamento no dia 15 de setembro de 1976 da Senhorita Gracia Ferraro, argentina, em busca de informações sobre o paradeiro de seu sócio, o Senhor Raul Jorge Reineri. O ofício em questão não relata quais foram as informações dadas a requerente, porém esclarece que esse Consulado fez um pedido sobre o Senhor Reineri junto a *Delegacia de Expulsados – División de Extranjeros y Pasaportes – dependiente del Departamento Estadual de Orden Política y Social (DOPS)*, no qual obtém as devidas informações, sendo encaminhadas ao Ministro das Relações Exteriores y Culto, o contra-almirante Cesar Augustro Guzzetti.

O ofício é assinado pelo então Cônsul General Eduardo M. Breton. O contra-almirante César Augusto Guzzetti, ministro de Relações Exteriores e Culto, representando um dos elos entre Argentina e Brasil naquele momento, para facilitar as perseguições dos cidadãos indesejáveis destes dois países, um facilitador das atividades da Operação Condor, conforme análises

²²⁶ Documento encontrado nos arquivos da Cancilleria da Argentina, em Buenos Aires, datado em 28/10/1976.

Em 06 de agosto de 1976, um telegrama confidencial redigido na embaixada brasileira informa aos seus superiores que o ministro de Relações Exteriores Guzzetti falou sobre a nova política externa vigente desde que as “Forças Armadas assumiram o poder” e a vocação de se aproximar mais ao Brasil, após anos de distanciamento. (PIGNOTTI, 2013)

A conexão entre os países se dava também entre as embaixadas. O que fica evidente pelo trânsito e controle de informações que envolvem traslados de prisioneiros. Por exemplo, o Brasil possuía um órgão denominado *Centro de Informações do Itamaraty no Exterior* (CIEX), criado junto ao Ministério das Relações Exteriores em 1966 e que atuava como complemento ao SNI, porém com atividades de espionagem e monitoramento dos opositores dos militares no exterior. Segundo Pena Filho (2008), o CIEX cresceu e se fortaleceu à medida que a ditadura militar recrudescia e sua atuação era mais intensa nos países com maior número de exilados.

[...] o Centro de Informações no Exterior (CIEX) é o que poderíamos chamar de “o elo perdido” do sistema. O CIEX recebeu a incumbência de acompanhar as atividades dos “subversivos” brasileiros que, apesar do exílio, continuavam protestando contra a falta de liberdade política no Brasil, denunciando os maus tratos impostos pelo regime contra os seus oponentes ou mesmo conspirando em outros países e articulando o lançamento de ações de guerrilha ou atos de contestação para serem desenvolvidos no Brasil. Mas não eram só os ativistas e militantes políticos que eram perseguidos e monitorados pelo Centro. Quase todo brasileiro no exterior passou a ser visto como um suspeito em potencial, principalmente aqueles que se dirigiam para países ou regiões consideradas como áreas subversivas, seja no Leste europeu ou em países que ainda respeitavam a existência de agrupamentos políticos de esquerda, como o Uruguai ou o Chile antes dos seus respectivos golpes. (PENA FILHO, 2008, p. 85)

Esse trânsito de informações foi identificado como uma das estratégias da Condor, que se dava mediante o papel dos adidos militares, lotados nas embaixadas e suas atividades em captar informações e repassar aos órgãos de segurança, assumem desta forma um outro caráter do papel da diplomacia, conforme pesquisas de Silva (2017)

A importância dos adidos, ainda pouco mensuradas pela falta de informações disponíveis, é destacada quando se vislumbra que muitos tornaram receptores e transmissores de informações.

Estiveram vários deles, empenhados no monitoramento de exilados, disseminaram a Doutrina de Guerra contrarrevolucionária e estiveram vinculados a Golpes de Estado no Cone Sul. (SILVA, 2017, p.177)

Nota-se, desse modo, que a função de Adido militar naquele momento estudado se ancorava em atividades de espionagem úteis ao MRE que, por sua vez, agia em conjunto com o SNI e outros órgãos de inteligência.

Para exemplificar o trânsito de informações obtidos pelo CIEIX apresentarei a análise de um documento que mesmo estando fora dos limites temporais desta pesquisa, isto é, datado de 1974, trata de assuntos pertinentes para nossas discussões, pois esse informe²²⁷ do CIEIX versa sobre a divulgação da Comissão Nacional de Ajuda aos Refugiados (CNAR)²²⁸, de uma relação com nomes e outros dados de refugiados políticos de várias nacionalidades que se encontravam sob proteção no Chile. É dito também que essa relação foi enviada ao Brasil por intermédio do “sistema nora de IBM”, o que assim facilita a identificação das diversas siglas empregadas nas informações enviadas.

Nota-se os meios técnicos empregados pelos sistemas de segurança, muito possivelmente para alimentar e facilitar o acesso ao banco de dados concernentes aos inimigos internos que deveriam ser vigiados por estes países, tal qual as técnicas chamadas de Condortel, empregada pelos países membros da Operação Condor.

Sobre a divulgação dessa relação no Brasil com os nomes de refugiados, é possível inferir que seu uso estava associado à repressão, e que o interesse do CIEIX em identificar esses nomes seria uma forma de melhor controlá-los e vigiá-los, mantê-los sob suspeição, tal qual à “solidariedade” do governo Francês em conceder asilo político a brasileiros banidos pela ditadura militar, conforme já descritos neste texto, no capítulo 2.

Uma informação com dados curiosos sobre a situação política na Argentina foi retratada em um informe²²⁹ oriundo de uma reunião ocorrida em 30

²²⁷ Informe do CIEIX com Difusão pelo SNI-CIE-CENIMAR- Sob Nº 277/74 - CISA - 07.06.1974 - Arquivo Nacional do RJ com código BR.AN.BSB.1E.126, pp. 5/15

²²⁸ Este órgão é vinculado ao Comitê Intergovernamental para Emigrações Europeias (CIME), que por sua vez possui vínculos com a ONU.

²²⁹ Informe nº 047/75 da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul - cidade de Livramento, 14/04/75, com o título: Possibilidade de Guerra na Argentina. Archivos de la Memoria – Buenos Aires.

de março de 1975 com membros do exército do Brasil e Uruguai. A reunião resultou em um documento que circulou por diversos órgãos da polícia militar e federal do Brasil, com informações de que a Argentina estava prestes a entrar em uma guerra civil, e que esta seria deflagrada pela extrema direita até o início de junho de 1975.

Em função dessas informações, as unidades do exército da região do sul do Brasil já possuíam alojamentos destinados aos militares argentinos que quisessem aqui se instalar, assim como também membros do governo, juntamente com quadros técnicos. Consta também que já havia ocorrido uma pré-seleção de quem poderia ou não entrar no Brasil, de forma a evitar que elementos indesejáveis e suspeitos também adentrassem em terras brasileiras.

Desse modo, estaria sendo tomadas medidas para circular esta triagem na “Ponte Internacional” (ponte que liga Brasil e Uruguai) no caso de uma fuga em massa para o Brasil. Pois segundo o documento nas margens do Rio Uruguai, do lado argentino foram vistos diversos tipos de embarcações ancoradas que estariam de “prontidão” para o caso de uma fuga.

Nota-se que, por meio dessa notícia, com uma possível eclosão de guerra civil no país vizinho, as forças de inteligência já se anteciparam em decodificar as filiações políticas dos cidadãos que poderiam ou não pedir asilo no Brasil, tornando-se evidente o grau de comunhão das forças de vigilância entre os dois países que possuíam um grau de permeabilidade junto à sociedade civil.

4.4 A vigilância durante o Mundial de Futebol na Argentina

Não menos importante e tampouco controverso é o debate das campanhas propagandísticas do Brasil e da Argentina nas Copas do Mundo de 1970 e 1978, respectivamente.

A ditadura militar brasileira soube se apropriar de forma eficaz do Mundial do Futebol ocorrido no México em 1970, no qual o Brasil foi campeão. O discurso ufanista atrelado aos prósperos, porém efêmeros, resultados do milagre econômico foram capitaneados pelos militares como sinônimo de crescimento, progresso e coesão social, uma associação do êxito da seleção canarinho com o sucesso dos projetos da ditadura militar.

Como dito o Brasil estava vivendo o auge do milagre econômico e esse momento garantiu uma popularidade aos projetos da Ditadura Militar, ao mesmo tempo que nesse período vivia-se, no Brasil, uma onda repressiva aos movimentos opositores à Ditadura, com o aumento dos encarceramentos de presos políticos e o uso da tortura. E esse evento do mundo dos esportes serviu para desviar a atenção desses crimes (MAGALHÃES, 2012).

Na Argentina, oito anos depois, com o Mundial de 1978 sediado em seu próprio país, o receituário foi o mesmo. A junta militar que estava à frente daquela ditadura utilizou-se dessa grande “festa popular” para afirmar seu poder, bem como restaurar sua imagem pública para a comunidade internacional, uma vez que em 1977 iniciou uma campanha no continente europeu que propunha um boicote aos jogos na Argentina, devido à repercussão nacional e internacional das táticas repressivas utilizadas pela então ditadura militar.

Imagem 15: Crítica ao Mundial de Futebol de 1978 na Argentina²³⁰



Na imagem acima é representado a campanha criada na França contra o Mundial de 1978 na Argentina. A imagem faz uma releitura do cartaz publicitário oficial daquela Copa do Mundo, porém associando o país sede dos jogos aos campos de concentração que foram criados pela então ditadura militar. Pode-

²³⁰ Imagem retirada de um artigo do dia 21/06/2010 do jornal Estado de São Paulo. Disponível em: <<https://internacional.estadao.com.br/blogs/ariel-palacios/21-de-junho-de-1978-videla-entra-no-vestiario-dos-jogadores-peruanos-e-fala-sobre-solidariedade/>>. Acesso em: 06 out. às 18h.

se ler na parte superior do cartaz: “Contra a ditadura na Argentina – Boicote à Copa do Mundo 78”; e na parte inferior: “País do Futebol – Entre os campos de concentração”.

Um outro fator importante que colaborou com a construção do futebol como um grande espetáculo público foi os meios de comunicação de massa que, por sua vez, estavam em expansão naquele momento histórico e eram diretamente controlados pelo poder público. facilitava para os militares de plantão fazer o uso político desses eventos, no qual a bandeira do nacionalismo era a mais presente.

El gobierno argentino uso la Copa Mundial de 1978, (...) y su importancia en la sociedad como propaganda a través de los medios masivos de comunicación para ocultar sus crímenes contra la humanidad e impresionar al mundo. (DOWDLE, 2011)

A Argentina aproveita o Mundial de Futebol e procura melhorar sua imagem no exterior, para tanto, firma um contrato de publicidade com uma agência dos Estados Unidos da América especializada em melhorar a imagem pública de países que viviam sob ditadura, o valor do contrato alcançou a cifra de 500 mil dólares com a agência *Burson Masteller* (DOWDLE, 2011).

Nota-se que nestes países buscou-se, por intermédio do futebol, um consenso para dar legitimidade aos governos militares:

Considero que as Copas do Mundo de Futebol não são apenas um evento esportivo internacional. Para muitos países, como Brasil e Argentina, este evento representa um momento de intensa manifestação de suas identidades, e também um espaço de tensões políticas. Desde sua primeira edição no Uruguai em 1930, as Copas do Mundo foram realizadas sob a gravitação do contexto político de seu momento. Portanto, a utilização deste evento por parte da ditadura brasileira não foi uma novidade. (MAGALHAES, 2012)

Uma vez que as seleções de futebol destes dois países foram vitoriosas, é possível notar como as imagens dos jogadores foram utilizadas como cidadãos organizados, corajosos, aptos a promoverem uma unidade e coesão entre si e adeptos do patriotismo. Características estas que deveriam ser espelhadas por toda a população e aqueles cidadãos que não se enquadrassem nessa perspectiva deveriam para o bem da nação, serem perseguidos.

Sendo assim, os aparelhos repressivos destes dois países trocavam informações sobre cidadãos que poderiam representar perigo na realização do campeonato futebolístico de 1978, e isto pode ser evidenciado por um informe²³¹ produzido pela DOPS-RS, no qual traz informações sobre a entrada no Brasil de um outro subversivo, um judeu chamado Jorge Omar Lewinger, há no informe as características físicas do procurado, como altura e cor de pele, diz que provavelmente seria naturalizado argentino, não se sabe o porquê viria para o Brasil, sabe-se que possuía a função de “*oficial mayor*” dos Montoneros o que correspondia à função de comandante especialista em combate e que viria para o Brasil após o termino do Mundial de Futebol.

As autoridades repressivas da Argentina, com o intuito de fiscalizar os seus cidadãos que estavam foragidos de seu país devido à repressão daquela ditadura e para que não retornassem ao seu país, encaminham ao Brasil um pedido de busca²³² formulado pela DOPS-RS no qual consta uma relação com as imagens desses cidadãos procurados, bem como qual organização subversiva pertencem. A justificativa se pautava no receio de que os elementos foragidos estariam se organizando para retornar ao seu país de origem e provocar atentados terroristas durante o evento futebolístico de junho e julho de 1978. Para conter esses possíveis atos, as autoridades argentinas pediram ajuda dos órgãos de inteligência do Brasil: que os investigassem, os localizassem e os aprisionassem.

As autoridades tanto brasileiras como as argentinas afinaram suas práticas na perseguição aos grupos oposicionistas naquele contexto dos Jogos do Mundial de 1978, uma vez que a DOPS-RS²³³ retratou que a JCRI estaria recrutando mercenários no Oriente Médio, Europa e terroristas americanos para atuarem em ações terroristas no Cone Sul. Esses “*estabeleceriam uma zona liberada e contaria com a infiltração de elementos do ERP e do MIR, oriundo da Argentina e Chile, respectivamente*”. Foi descrito ainda a presença de dois

²³¹ Informe de número 20-S/2 do Ministério do Exército 6ª Divisão do estado do Rio Grande do Sul-Brasil com o título: Ingresso de Subversivo no Brasil, com data de 08/08/1978. Archivo de la Memoria, Buenos Aires.

²³² - Documento de nº 206/78/DBCI/DOPS/RS, produzido pela DOPS-RS- Porto Alegre em 02/06/1978. Archivo de la Memoria, Buenos Aires.

²³³ - Pedido de busca nº 185/78 DBCI/DOPS/RS com assunto: Atividades Subversivas da Junta de Coordenação Revolucionária Internacional datado em 02/05/1978 e com difusão para DRPs. Archivo de la Memoria, Buenos Aires.

helicópteros de cor vermelha, que estariam conduzindo armamento entre as fronteiras do Brasil e Argentina com o objetivo de descarregar essas armas no lado argentino e, com isso, iniciar uma luta armada que migraria para o lado brasileiro.

Diz ainda que um movimento guerrilheiro argentino, não há menção ao seu nome, agiria com o apoio da JCRI e iria provocar atentados na Argentina no período dos jogos do Mundial de Futebol de 1978. Consta também informações de que a JCRI estaria utilizando membros do Clero para desenvolver o tráfico de tóxicos entre os países alvos. Entendemos aqui “países alvos” os países onde a JCRI teria atividades, isto é, Cone Sul e alguns países europeus. Essas ações retratadas, no pedido de busca, reiteram as conexões já expostas neste texto, sobre os vínculos que os sistemas repressivos dos países do Cone Sul possuem internacionalmente, donde advêm muitas informações.

Ainda sobre o Mundial de Futebol de 1978, foi elaborada uma circular²³⁴ pela DOPS do Rio Grande do Sul (Brasil) com os nomes de diversos argentinos que estariam no Brasil na condição de foragidos. Eles deveriam ser localizados e aprisionados, pois já haviam participado de atentados naquele país e, em função do campeonato de Futebol, poderiam voltar às práticas subversivas. Consta o nome de 20 cidadãos argentinos, seu apelido ou nome utilizado na clandestinidade, número de documento de seu país, a organização política pertencente, data de nascimento e onde estariam localizados no Brasil.

Na tabela abaixo consta a reprodução dos nomes dos argentinos procurados, bem como seus apelidos e a agremiação política a qual pertencem, os demais dados não foram aqui reproduzidos, pois estão ilegíveis.

Tabela 04: Argentinos procurados no Brasil durante o Mundial de 1978.

Marta Dina Geary	Luly	Montoneros
Guillermo Duilio Pochettino	Ricardo	Montoneros
Ricardo Massa	Nippur ou Tino	Montoneros
Roberto Mario de Louise	Sem Identificação	Montoneros
Juan Arturo Barth	Pascual	Montoneros
Rosália Garcia Perez	Rosi	Montoneros

²³⁴ Circular Nº51/78, Pedido de Busca 205/78/DOPS/RS – Assunto: Elementos Subversivos argentinos foragidos. Datado em 12/xx/1978. Difusão para a 15ª Delegacia de Regional de Polícia. Archivo de la Memoria, Buenos Aires.

Graviela Del Carmen Nivoli	Fiaca	Montoneros
Rene Ricardo Haidar	Marcos	Montoneros
Luiz Alberto Durruty	Sebastian	Montoneros
Ruben Gianolio	Panqueque	Montoneros
Silvia Liliana de Meza Ramirez	Susana	Montoneros
Carlos Alberto Meza	Ramos	Montoneros
Navarro Tomas Melquiades Provenzano	Sem Identificação	Montoneros
Luiz Humberto Biassini	Sem Identificação	Montoneros
Antonia Bugliolo Alcira	Kity	Montoneros
Fernandez Long Pablo	Sem Identificação	Montoneros
Jorge José Tanure	Tomo	Montoneros
Alberto Oscar Wapella	Flaco	Montoneros
Hermínio Cesar Bergottini	Negro	Montoneros
Alberto Oscar Mathot	Martin	Sem Identificação

As práticas de vigilância eram constantes e o fluxo de informações oriundas da Argentina chegavam ao Brasil recheadas de pormenores e, ao mesmo tempo, sem as devidas constatações verídicas, o que já pressupõe uma forma de acusação para os cidadãos que eram procurados.

Dentro dessa lógica persecutória dos órgãos investigativos das ditaduras de então, encontramos um informe²³⁵ produzido pelo CIE sobre a chegada, no Brasil em 16 de março de 1978, proveniente da Argentina, do Comandante Alfonsin, tendo este se refugiado em um local até então ignorado. É documentado que Alfonsin já havia realizado ações nas cidades de Buenos Aires e Mar del Plata, porém não consta as devidas informações sobre quais ações foram estas. E, uma vez instalado no Brasil, teria planos de provocar uma onda de terrorismo seletivo com apoio de organizações de outros países, entre as quais Organização para Libertação da Palestina (OLP) e Setembro Negro, ambas da Palestina e também uma outra nominada Sol Vermelho. Essas ações terroristas, que iriam ser realizadas, estariam diretamente associadas pela ocasião da Copa do Mundo na Argentina. Para tais ações iriam usar armamentos que já estariam enterrado em uma área de fronteira entre Brasil e Argentina.

O teor desses documentos acima citados denota uma clara evidência da reciprocidade persecutória que havia entre estes países aqui analisados, além das conexões entre o consulado e aparelhos repressores como o DOPS e sua burocracia, no qual tipificavam uma série de atitudes classificadas como subversivas e aptas a provocarem agitação.

²³⁵ Informe nº12-S2/78 proveniente do Ministério do Exército - 6ª divisão, assunto: Comandante Montonero Alfonsin, difusão para 6ª BPM-7ºDRP-DPF. Datado em 10/04/1978.

Ainda sobre esta conexão internacional, observa-se que atuaram também no contexto do Mundial de Futebol de 1978, ocorrido entre os dias 01 a 25 de junho deste ano. Observa-se assim o sistema de vigilância aos argentinos que moravam na Itália e o receio que estes pudessem provocar ações políticas em função desse evento futebolístico, no entanto, segundo um informe²³⁶ do SNI fora detectado a presença na cidade brasileira de Santos/SP de membros da cúpula do grupo guerrilheiro argentino Montoneros que ali estiveram para uma reunião preparatória entre os dias 16 a 20 de dezembro de 1977.

Segundo informações, a dita organização guerrilheira se reuniu com o objetivo de propor atos na Argentina durante a realização do Mundial de Futebol, e dentre estes atos estariam as tentativas de interferências nas transmissões das estações de rádio e televisão para difundir mensagens à população contra o governo argentino. Consta também que estas ações dos Montoneros visavam primordialmente travar uma campanha contra as entidades governamentais e não causar qualquer agressão aos turistas que lá estavam como espectadores do campeonato.

Tal informação é bastante emblemática por reunir nela alguns elementos essenciais dos processos repressivos. Portanto, nota-se um aspecto da vigilância que ultrapassa as fronteiras subsidiadas nesta tese, que são Argentina e Brasil, demonstrando que se trata de uma compreensão bastante ampla. Assim, nota-se nessa informação, dados de traslado desde a Itália, sugerindo que a Operação Condor possuía uma espécie de sucursal em países europeus, que suas garras alcançavam no além-mar internacional, conforme já comprovados neste texto pela Operação Teseo, retratada por documentos da CIA analisados no item 4.2 deste mesmo capítulo, no qual expõe os vínculos da Condor em alguns países europeus.

Emblematicamente, na Itália atuava o grupo *Avanguardia Nazionale*, de orientação fascista, que complementou as atividades da Condor na Itália. O caso mais conhecido de seu envolvimento foi o atentado contra Bernardo Leighton

²³⁶ Documento confidencial do SNI-Agência Central, registrado sob número 2144 datado de 04 de abril de 1978, encontrado no arquivo da Fundação Celestina Perez Almada no Paraguai e com difusão para os seguintes órgãos: Centro de Informações da Marinha – Centro de Informações do Exército - Centro de Informações da Aeronáutica – Agências do Rio de Janeiro, de Belo Horizonte, São Paulo, Belém, Amazonas, Fortaleza. Encontra-se nos anexos de número 23.

Guzman em 1975, que fora Ministro do Governo de Salvador Allende (1970-1973) (MARIANO, 2003, p. 200).

Considerações finais

La ley es tela de araña,
En mi ignorancia lo explico:
No la tema el hombre rico,
Nunca la tema el que mande,
Pues la ruempe el bicho grande
Y solo enrieda a los chicos.

Es la ley como la lluvia:
Nunca puede ser pareja;
El que la aguanta se queja,
Pero el asunto es sencillo;
la ley es como el cuchillo;
no ofiende a quien lo maneja²³⁷.
(Martín Fierro apud CHERÑAVSKY, 1993)²³⁸

Esta pesquisa visou aprofundar os estudos sobre uma evidência sobejamente conhecida, mas ainda pouco escrutinada pela historiografia: quais conexões entre o Brasil e a Argentina poderiam ser identificadas, relativamente à dinâmica repressiva praticada respectivamente pelos dois países durante suas últimas ditaduras militares? A existência de tal conexão, denunciada pelas redes de resistência, ainda durante aquele período, foi comprovada com a descoberta da documentação sobre a *Operação Condor*, inicialmente pela jornalista argentina, Stella Callone e, anos depois, reiterada pela publicização do alcunhado *Archivos do Terror*, no Paraguai, pelo ativista e advogado Martín Almada. A *Condor*, que abrangeu os países do Cone Sul, estabeleceu estratégias e táticas inter-regionais visando à eliminação da suposta rede internacional de terroristas, representada no Cone Sul por associações de esquerda, grupos armados que assumiram o papel de resistência às ditaduras militares de então.

Concomitante a essa operação, os sistemas de segurança nacional, transformados em sistemas repressivos, voltam sua sanha contra a população que se torna suspeita pelos mais diferentes motivos. Em particular aqueles capazes de se organizar por demandas trabalhistas, ou outras demandas

²³⁷ Martín Fierro apud CHERÑAVSKY, 1993.

²³⁸ Trata-se de um fragmento do poema “Martín Fierro” de autoria do jornalista político e poeta argentino José Hernández, escrito na década de 1870, retrata os *gauchos* e os acontecimentos políticos que envolviam a formação da nação argentina, as disputas entre os federalistas e unitaristas.

sociais (contra aumentos de tarifas de transportes públicos, direito a creches, serviços de saúde, habitação, saneamento etc.). Assim, calcados nas diretrizes de suas respectivas Doutrinas de Segurança Nacional e nos preceitos da guerra de Baixa Intensidade – alcunhada também de Guerra Suja por violar os tratados internacionais de guerra firmados pelos países em tela –, o inimigo interno pode ser qualquer um. Encontra-se em cada esquina, em cada bar, nas escolas, nas fábricas, dentro das casas. É um espectro que precisa ser combatido a qualquer custo e, para tanto, são utilizadas as mesmas estratégias e táticas.

Ora, os preceitos do inimigo interno que nortearam as práticas repressivas colocando sob suspeita e passível de vigilância, repressão, tortura e letalidade, em tese, toda a sociedade civil nos diferentes países do Cone Sul, têm sido analisados com mais frequência tendo-se como parâmetro o Chile em conexão com outros países.

Na impossibilidade de se estudar todos os países e dadas as aproximações entre o Brasil e a Argentina, conforme já exposto ao longo da presente tese, optamos por centrar a análise nos vestígios encontrados sobre o tema, nesses dois países.

Conforme vimos inicialmente, em meio às especificidades que configuram a história de cada um desses países: Brasil e Argentina, muitas são as similaridades que os unem, em particular no tema da repressão, objeto de nosso estudo.

Em que pesem as distinções entre o Brasil e a Argentina, sob vários aspectos, entre as duas ditaduras militares, foram comuns as estratégias de combate aos “subversivos”, desde os treinamentos militares em conjunto, até o uso das técnicas da doutrina de guerra revolucionária.

A lógica da repressão não foi apenas antissubversiva, mas também antipopular, como uma declaração de estado de guerra permanente contra os supostos inimigos, pois tratava-se de um novo modelo de guerra, a “Moderna”, travada no seio da sociedade e, portanto, fluída e com novas estratégias de combate.

O Terrorismo de Estado em questão visava alcançar uma ordem social, e para isso foi implantado o que muitos chamam de “paz dos cemitérios”. Porém, até mesmo esta metáfora do extermínio pode ser ironicamente questionada, já

que, para muitos perseguidos, nem os cemitérios com suas valas comuns foram utilizados, e sim o uso constante da figura do “desaparecido”, que se tornou uma outra categoria para se referir aos que foram assassinados por aquele projeto de Estado.

Podemos concluir que tais práticas repressivas, sistematicamente aplicadas, podem ser vistas dentro de um conceito, o de “conexão repressiva”, dado a suas similitudes, orquestramento por órgãos oficiais, respeito a um conjunto de regras previamente estabelecidas, pois estas atuam dentro de comunidades de informações extremamente complexas e estruturadas tecnicamente. As agências de inteligência foram aparelhadas para a estruturação e operação logística da atividade repressiva ilegal e a presença constante do fluxo de informações entre os órgãos de inteligência destes países.

Pela análise documental elaborada notamos as similaridades entre os sistemas de inteligência dos dois países e como estes se transformam em sistemas repressivos, mediante as trocas de informações e as estratégias desenvolvidas, tanto as similitudes entre as atuações das operações em conjunto, bem como o *modus operandi* utilizado.

A troca de prisioneiros de forma ilegal entre os países do Cone Sul é um dos exemplos das operações encobertas e representa as práticas doutrinárias em comum. A existência de um intercâmbio de informações técnicas entre os aparatos policiais que objetivava a troca de prisioneiros é um dos exemplos que demonstram tal conexão.

O rapto de oponentes, com o uso da metodologia do sequestro seguida de detenção ilegal, tortura e desaparecimento definitivo, é exemplo das práticas da guerra suja e das operações encobertas bem como a propagação de uma cultura do medo.

A comunidade informativa entre os países estabeleceu fortes vínculos entre si, um escambo permanente de informações sobre cidadãos no Cone Sul, pois o sistema de vigilância era intenso e monitorava não apenas os ditos subversivos pertencentes a grupos da esquerda armada, mas toda a sociedade civil.

Estes órgãos de inteligência com suas práticas violentas estabelecem uma legalidade na ilegalidade. O aparato jurídico criado pelas ditaduras militares usou dos princípios da legalidade para a sua manutenção no poder e controle do

Estado com a transformação do ilegal em legal. O que gera a naturalização da violência estatal com a ruptura da legalidade, a ausência processual, o trâmite e julgamento. O princípio da juridicidade largamente utilizado para punir e criminalizar setores sociais e para legitimar as ações truculentas do aparato estatal bem como representada nos versos do poema citado no início destas considerações, ao relatar o uso discricionário da lei.

A deslegitimação das vozes destoantes se dava principalmente pelo uso do “bode expiatório”, isto é, os inimigos internos, e para isso as bandeiras do comunismo, marxismo e ateísmo eram largamente exploradas, juntamente com a cultura da repressão ao elemento forâneo, pois este também poderia representar uma ameaça à ordem pátria.

Portanto, é inegável as similaridades na configuração de operações encobertas, tal qual um Estado paralelo com seus códigos próprios que ora age praticando ações escusas como rapto de cidadãos, ou ainda pede licença para outro país para pôr em prática planos de assassinatos de seus oponentes políticos, mesmo que elas se configurassem clandestinamente, conforme apontado acima.

Os aparatos repressivos, muito embora datem de períodos anteriores a estas ditaduras militares, são características intrínsecas daquele momento histórico, no qual vigoravam governos autoritários ou trata-se da naturalização do Estado repressivo, já enraizado nas estruturas políticas destes países.

Cabe neste momento uma interrogação sobre estas conexões: as articulações repressivas das ditaduras é uma questão dos governos autoritários ou uma questão de Estado?

Lembremos o papel repressivo exercido pelas embaixadas, pois estas passaram a fazer parte das comunidades de inteligência. Contraditoriamente esses órgãos deveriam respeitar as convenções internacionais, mas foram incorporados pelo sistema repressivo estatal e passaram a fazer parte desta engrenagem.

A construção da figura do inimigo colabora com coesão entre as forças militares dos dois países, que passaram a agir como se fossem uma irmandade, uma vez que possuem um inimigo em comum a ser combatido. Isto é, o inimigo colabora para forjar uma coesão entre as comunidades repressivas.

Qual a extensão destas ditaduras e seus aparatos repressivos? Pois supúnhamos que as perseguições advindas da Operação Condor se restringiam a um tipo de inimigo, o interno, que eram os comunistas, sindicalistas, estudantes “vermelhos”, guerrilheiros, militantes da esquerda armada e todos os demais considerados subversivos. Porém, mediante a análise documental, as perseguições foram muito mais amplas e transcenderam a outros setores sociais, o leque dos subversivos foi inflado e o simples fato de discordar da política oficial já caracterizaria o inimigo. Qualquer forma de oposição às normas estabelecidas era considerada sinônimo de subversão.

O adversário político ganhava status de inimigo e, desta forma, seria perseguido. A crítica social se torna subversão ao mesmo tempo que comportamentos ingênuos e indiferentes implicam cumplicidade subversiva. As ações violentas e as práticas dos militares nos fazem pensar que os meios justificam os fins.

É notório que as ditaduras militares não assumiram as rédeas políticas de um país para manter as instituições republicanas e salvá-las da “desordem” dos grupos “radicais”, “subversivos”, vinculados às ideologias exóticas. Até pelos motivos elencados, sabemos que os grupos políticos de oposição não eram efetivamente um “problema social”, mesmo para uma direita conservadora, a tal ponto de desencadearem um processo repressivo de tamanha envergadura. Tal atuação teve como objetivo impor um novo modelo produtivo, e para isso se fez necessário o uso de diversas práticas repressivas para frear as organizações de trabalhadores; destruir os movimentos estudantis combativos; perseguir os partidos políticos que se encontravam no espectro da esquerda e aniquilar qualquer outra força social que questionasse a “nova ordem” político-civil-militar imposta”. Enfim, os militares tomam o poder em diversos países da América Latina entre os anos de 1960 a 1980 não por uma coincidência histórico-temporal, mas para implementar projetos de Estado solidamente direcionados dentro das já citadas Doutrinas de Segurança Nacional e Desenvolvimento e por indução externa.

A maneira encontrada para o desenvolvimento do país era torná-lo palatável aos interesses dos investimentos do grande capital, tanto nacional como internacional. Em outras palavras, ir ao encontro do que fora apregoado pelas Doutrinas de Segurança Nacional e Desenvolvimento.

Traduz-se, desta forma, as contradições de uma sociedade calcada em um capitalismo hipertardio na qual suas elites se espelham no modelo de desenvolvimento das antigas e atuais metrópoles.

O Estado também deveria estar preparado para eliminar qualquer barreira que interferisse na acumulação dos lucros do grande capital. Por conseguinte, se traduziu em conter os salários da classe trabalhadora, criminalizar os movimentos sindicais e seus associados e, assim, barrar as forças de negociação da classe trabalhadora. Tudo isso por intermédio do despotismo da burguesia, capaz de utilizar diversos meios repressivos para manter em funcionamento seu projeto de Estado.

Sendo assim, as questões relativas à economia seriam encaminhadas de acordo com os interesses dos grupos sociais vitoriosos, e os técnicos contratados e treinados – que possuíam vasta experiência com números e não com homens reais – para implementarem projetos econômicos, tornando-se, por sua vez, indissociáveis das práticas repressivas com os interesses econômicos nesta região.

Dentro do que foi apresentado, podemos inferir que as ditaduras militares aqui analisadas cumpriram três papéis principais: (1) reestruturação produtiva; (2) oligopolização do capital financeiro e (3) desestruturação e desbaratamento da "sociedade civil" – partidos de esquerda, classe trabalhadora e suas representações, movimentos sociais combativos, intelectuais, etc., assim como a imposição de várias formas de censura, desencadeou um alto índice de emigrações, entre os países da região, em particular da Argentina, o que desencadeou uma espécie de diáspora latino-americana.

As ditaduras militares se julgaram capazes de instalar uma revolução purificadora, pois, para manter sua legitimidade, utilizaram diversos meios: caos econômico, terrorismo de Estado e "corrupção".

Os militares em questão seriam uma espécie de guarda pretoriana da ordem instituída, e a tomada do poder por parte destes configurou Golpes de Estado e não pode ser vista como um simples exercício de poder político temporário, mas sim como a possibilidade de implementar uma série de projetos com viés político-econômico, calcados em interesses classistas e com nítidas características de uma autocracia burguesa bonapartista.

Eles assumiram o papel de guardiões da ordem e, ao mesmo tempo, geram desordens, isto devido às perseguições, extermínios e massacres que ocorreram não apenas aos militantes e ativistas de movimentos de esquerda, mas sim a toda a população, de forma preventiva, desde estudantes, donas de casa, operários, religiosos. Além disso, parte da “pacificação” e “convencimento” do pessoal dos serviços de informações e caserna constituía-se no “botim de guerra”, que incluiu, não só objetos e propriedades materiais confiscadas, mas também a perversa prática de se apossarem de recém-nascidos que eram retirados de suas mães e entregues a terceiros, para que estas crianças fossem educadas distantes das influências políticas e ideológicas de seus pais, e com isso não sofreriam as influências de seus progenitores. Destacamos que esse fenômeno de roubos de bebês foi uma característica da Ditadura Militar argentina, contudo já há evidências destas práticas também na brasileira²³⁹.

Nota-se, por intermédio desta pesquisa, a forte militarização destes Estados caracterizada pela manutenção dos órgãos militares, treinamentos a estes concedidos, recursos técnicos oferecidos, importação de artefatos bélicos, sustentação dos aparatos repressivos de segurança, instalação de uma sólida comunidade de informações, o que drenou parte considerável das riquezas produzidas por estes países. Relembremos que, em relação ao Brasil, os gastos sobre segurança e defesa entre 1968 a 1976 superaram expressivamente os gastos públicos destinados a educação e saúde. E, na Argentina, as despesas bélicas entre 1978 a 1982 equivalem praticamente à metade de sua dívida externa daquele mesmo período. A população, por intermédio do recolhimento de impostos, subvencionou os que lhes perseguiram. Sobre esse item, caberia uma nova pesquisa que esmiuçaria detidamente os gastos públicos e a dotação orçamentária canalizados para os sistemas de segurança e vigilância das ditaduras militares, além de pesquisas sobre o envolvimento de adidos militares e de ministro de Estado neste comércio.

Sobre a presença francesa nos treinamentos militares e na difusão das técnicas de contrainsurgência na Argentina e no Brasil podem ser apontadas

²³⁹ Livro do jornalista Eduardo Reina intitulado *“Cativo sem fim: As histórias dos bebês, crianças e adolescentes sequestrados pela ditadura militar no Brasil”*, publicado em São Paulo, ano de 2019, pela Alameda Editora.

duas situações. A primeira diz respeito a observação de que Brasil e Argentina enviaram poucos soldados para treinarem em bases dos EUA, na América Central, isto porque realizam seus próprios treinamentos mediante os conhecimentos adquiridos. A segunda questão aborda que tais treinamentos de contrainsurgência não apenas moldou e subsidiou as estratégias de luta aos seus oponentes, como transformou a Argentina em um país protagonista nestes meios, por intermédio das assessorias militares oferecidas para outros países da América Latina, da mesma forma que o Brasil e suas forças repressivas auxiliaram no Golpe Militar chileno em 1973.

A exportação dos métodos, inclusive os utilizados na guerra contra a Argélia, contou com a presença de técnicos especializados nas táticas da guerra suja. Lembremo-nos que alguns destes “técnicos especialistas” que foram convidados à trabalhar na Argentina estavam condenados à pena de morte naquele país norte-africano e atuaram na Argentina dentro de uma clandestinidade consentida, uma vez que órgãos do próprio Estado argentino a viabilizava.

Notamos a criação de uma cultura militar com a presença de um paradigma formativo semelhante, muito embora apresentasse algumas distinções entre si, a teleologia era a mesma: “caça” ao subversivo e a destemida “proteção” da pátria. Outra característica dessa formação militar foi dada pela divulgação de manuais de interrogatório oriundos da CIA que subvencionou o trabalho investigativo e a captura dos inimigos internos, pois fazia uso de estratégias típicas da guerra suja.

A afirmação de que os aparelhos repressivos dos países aqui estudados foram organizados para atuar juntos antes mesmo da oficialização da Operação Condor em 1975, foi possível graças às evidências documentais que demonstraram os treinamentos militares em conjunto e a troca de informações obtidas através de uma constante vigilância de cidadãos dos diferentes países, resultando uma espécie de escambo informativo entre forças oficiais argentinas e brasileiras.

Há uma clara evidência de reciprocidade que dizia respeito à vigilância e ao controle para evitar possíveis ações contrainsurgentes dentro da lógica da Doutrina de Segurança Nacional, que norteava os horizontes militares desde os anos de 1950, conjuntamente com a presença da Doutrina de Guerra

Revolucionária ou Guerra Moderna. Isso se comprova, além dos manuais, também com a presença no Brasil do adido militar francês, o General Paul Aussaresses, como um exemplo da disseminação deste novo conceito de guerra. Lembramos que este militar francês, além do exercício desta função pública, também “colaborava” com o comércio de armas entre estes países, conforme vimos no capítulo 2.

Ressalta-se, assim, a conexão desses Estados ao impulsionarem seu caráter paralelo que transformaram o ilegal em legal, pois impulsionaram a formação de forças paramilitares, estabeleceram acordos clandestinos entre nações, alimentaram operações encobertas e investiram técnicas e recursos na organização de aparatos repressivos, o que podemos classificar como um regresso civilizatório. Uma frase escrita por um prisioneiro político argentino nos dá a dimensão das garras deste Estado repressivo:

*Estoy metido en una historia de espejos malditos*²⁴⁰.

²⁴⁰- Frase anônima escrita em um papel nos anos de 1970 por um prisioneiro político argentino. Alguém a recolheu e guardou em sua memória. Apud Caloni 1999.

Fontes/Arquivos visitados

- Arquivo Público do Estado de São Paulo – Brasil
- Arquivo Nacional no Rio de Janeiro – Brasil
- Arquivo do Exército no Rio de Janeiro – Brasil
- Centro de Documentação e Arquivo para a Defesa dos Direitos Humanos- Archivos del Terror – Assunção – Paraguai
- Archivos Celestina Pérez Almada – Assunção - Paraguai
- Arquivos do Itamaraty – Brasília – Brasil.
- Archivos Nacional de la Memoria em Buenos Aires – Argentina
- Archivos da *Cancilleria* em Buenos Aires – Argentina
- Archivos *General* de la Nación – Buenos Aires – Argentina
- Archivos de la provincia de Buenos Aires em La Plata – Argentina

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DIGITAIS

ADAMOLI, M. C.; FLACHSLAND, C.; LUZURIAGA, P. **Pensar la dictadura:** terrorismo de Estado en Argentina. Buenos Aires: Ministerio de Educación de la Nación, 2010.

AGUIRRE, C.; VILLA-FLORES, J. **From the ashes of history:** loss and recovery of archives and libraries in modern Latin America. North Carolina: Editorial a ContraCorriente, 2015.

ALORI, L. et al. **Reflexões sobre la Argentina contemporánea.** Buenos Aires: Biblos, 1998.

ALVES, M. H. M. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984).** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

ANDRADE, C. D. de. **Antologia poética.** Rio de Janeiro: Record, 2010.

ANOS 90. **Revista do Programa de Pós-Graduação em História.** UFRGS, Porto Alegre, 19, n. 35, jul. 2012.

ANTUNES, P. C. B. **SIN & ABIN:** uma leitura da atuação dos serviços secretos Brasileiros ao longo do século XX. São Paulo: FGV, 2002.

ANTÚNEZ, D. H. Política y violencia en la Argentina del último tercio del siglo XX. In: QUINTEROS, M. C.; MOREIRA, L. F. V. (Org.). **As revoluções na América Latina contemporânea:** entre o ciclo revolucionário e as democracias restringidas. Maringa: Pulso & Letra, 2017.

AREND, S. M. F.; HAGEMEYER, R. R.; LOHN, R. L. Ditadura Militar: mais do que algozes e vítimas: a perspectiva de Carlos Fico. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n. 10, 2013.

ARGENTINA. Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación. Programa Verdad y Justicia. **El batallón de inteligencia 601.** 1. ed. Buenos Aires: Infojus, 2015.

ARGENTINA, Ejército Argentino. **Manual de lucha contra elementos subversivos:** código RE- 9 -51. Argentina, 1976.

ARGENTINA, Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación. Secretaría de Derechos Humanos. **Plan conintes:** represión política y sindical. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Archivo Nacional de la Memoria, 2014.

ARGENTINA, Ministerio de Defensa. **Relevamiento y análisis documental de los archivos de las Fuerzas Armadas 1976 - 1983.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ministerio de Defensa, 2015. 600 p.

ASSUNÇÃO, V. N. F. de. Ditadura como bonapartismo: apreensões marxistas sobre o regime inaugurado em 1964. **Revista Verinotio**, São Paulo, n.17, abr. 2014.

AUSSARESSES, P. **Services spéciaux**. França: Perrin, 2001.

AGUILA, G. La dictadura militar argentina: interpretaciones, problemas y debates. **Revista Digital de La Escuela de Historia**, Rosario, v.1, n.1, 2008. ISSN 1851-992X. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5537565>. Acesso em: 05/03/2019.

BOHOSLAVSKY, E. Organizaciones y prácticas anticomunistas en Argentina y Brasil (1945-1966). **Estudios Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 34-52, jan./abr., 2016. Disponível em: file:///C:/Users/Marcio/Downloads/21822-96601-2-PB%20(1).pdf. Acesso em: 04/05/2019.

BALBINO, C. B. **O exílio em manchete**: o retrato dos exilados na imprensa argentina durante a redemocratização (1982-1984). Orientador: José Alves de Freitas Neto. 2015. 155 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2018.

BANDEIRA, L. A. M. **Brasil, Argentina e Estados Unidos**: conflito e integração na América do Sul (da tríplice Aliança ao Mercosul). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. **Estado nacional e política internacional na América Latina**: o continente nas relações Argentina – Brasil (1930-1992). 2. ed. São Paulo: Ensaio, 1995.

BARBEDO, M. **Bye bye Brasil**: a modernização brasileira em tempos de ditadura militar síntese da miséria brasileira. Orientador: Antonio Rago Filho. 2010. 190 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

BARBOSA, G. U. **Entre o dito e o feito**: as contradições da aliança para o progresso. Orientador: Dinair Andrade da Silva. 2008. 123 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

BAUER, C. S. Terrorismo de estado e repressão política na ditadura cívico-militar de segurança nacional brasileira (1964-1988). In: **ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História**. Londrina, 2005.

BASUALDO, E. M. F. **Estudios de historia económica Argentina**: desde mediados del siglo XX a la actualidad. Buenos Aires: Edi. Siglo Vintiuno, 2006.

BASUALDO, E. M.; et al. **Desarrollo económico, clase trabajadora y luchas sociales en la Argentina contemporânea**. Ciudad Autónoma Buenos Aires: IEC-CONADU, 2010.

BAYER, G. F. Considerações sobre a conceituação de autoridade. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, set. 1971. p. 99-116.

BAYER, O.; et al. **El terrorismo de estado em la Argentina**: apuntes sobre su história y sus consecuencias: el outro em el discurso político argentino. Ciudad Autónoma Buenos Aires: Espacio para La memória, 2011.

BIANCHI, A. O conceito de estado em Max Weber. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**. São Paulo. n.92, may/aug. 2014

BOBBIO, N.; PASQUINO, G.; MATTEUCCI, N. **Dicionário de política**. Brasília: UNB, 2007.

BOHOSLAVSKY, E. Las derechas en Argentina, Brasil y Chile (1945-1959): una propuesta comparativa. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, UFRJ, v. 4, n. 2, 2010.

BOHOSLAVSKY, J. P. (Edi.). **¿Usted también, doctor? complicidad de jueces, fiscales y abogados durante la ditadura**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2015.

BONNET, G. **Guerras insurrecionais e revolucionárias**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1963.

BORGES, N. A doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. (Org.). **O Brasil republicano: o tempo da ditadura-regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRAGA, L. M. **A internacionalização do terror: o caso argentino**. Orientador: Maria Susana Arrosa. 2012. 225 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório: vol. 1, vol. 2. Brasília: Comissão Nacional da Verdade, 2014.

_____. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. COMISSÃO DE ANISTIA. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**. Brasília, n.10, jul./dez. 2013.

_____. MINISTÉRIO DA DEFESA. **Manual básico da escola superior de guerra**. Rio de Janeiro, 1983.

_____. MINISTÉRIO DA DEFESA. **Manual básico da escola superior de guerra**. Rio de Janeiro, 1992.

_____. ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO. **Mensário de cultura militar**: número especial. out. 1962.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **A construção política do Brasil**: sociedade, economia e estado desde a independência. São Paulo: Ed. 34, 2014.

BRITO, A. B. de. A justiça transicional e a política da memória: uma visão global. **Revista Anistia Política e justiça de Transição**. Brasília: Ministério da Justiça, n.1, 2009.

CALLONI, S. **Los anos del lobo**: operación condor. Argentina: Ediciones Continente, 1999.

CALVEIRO, P. **Poder e desaparecimento**: os campos de concentração na Argentina. São Paulo: Boitempo, 2013.

CAMPOS, P. H. P. **Estranhas catedrais**: as empreiteiras brasileiras e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Eduff, 2018.

CANDEAS, A. W. Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos. **Revista Brasileira Política Internacional**. Brasília, v.48, n.1, jan./jun. 2005.

CASOLA, N. **El PC argentino y la ditadura militar**: militância, estratégia política y represión estatal. Buenos Aires: Imago Mundi, 2015.

CENTENO, N. Justicia conintes y estado de derecho, 1961. In: DAMIN, N. **Plan conintes y resistencia peronista, 1955-1973**. Buenos Aires: Instituto Nacional Juan Domingo Perón, 2010.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **Human resource exploitation training manual**. USA: Central Intelligence Agency, 1983.

CERVEIRA, N. M. R. P. **Memória da dor**: a operação condor (1973/1985). Orientador: Marcos Silva. 2007. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CHAUÍ, M. **Introdução à filosofia**. Porto Alegre: Ed. Bertand Brasil, 1999.

CHASIN, J. Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica(posfácio). In: _____. **Pensando com Marx, uma leitura crítica comentada de O' Capital**. São Paulo: Ensaio, 1995.

CHAGAS, R. P. **Florestan Fernandes**: a autocracia burguesa como estrutura histórica e a institucionalização da contra-revolução no Brasil. Orientador: Antonio Rago Filho. 2011. 276 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

CHERÑAVSKY, M. **La Seguridad nacional y el fundamentalismo democrático**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1993.

CHIRIO, M. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira.** Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

COGGIOLA, O. **Governos militares na América Latina.** São Paulo: Contexto, São Paulo, 2001.

COUTO, R. C. **Memória viva do regime militar: Brasil 1964-1985.** Rio de Janeiro: Record, 1999.

COMBLIM, J. **Ideologia de segurança nacional: o poder militar na América Latina.** São Paulo: Civilização Brasileira, 1978.

COTRIM, I. **FHC: Capitalismo Dependente e Politização.** São Paulo: Porto de Ideias, 2015.

CRUZ, P. M.; SCHMITZ, S. A. Sobre o princípio republicano. **Novos Estudos Jurídicos**, [S.l.], v. 13, n. 1, p. 43-54, jul. 2009.

CULTURA E PODER. O golpe de 1964: 40 anos depois. **Revista Projeto História**, São Paulo: PUC, v. 29, n. 2, jul./dez, 2004.

CUNHA, L. C. **Operação condor: o sequestro dos Uruguaios: uma reportagem dos tempos da ditadura.** 2. ed. Porto Alegre: L&PM, 2009.

CRENZEL, E. El operativo independencia en Tucumán. In. ORQUERA, F. (coord.) **Ese ardiente jardín de la República: formación, y desarticulación de un “campo” cultural: Tucumán, 1880 – 1975.** Córdoba: Alción, 2010.

D'ARAUJO, M. C. Justiça Militar, segurança nacional e tribunais de exceção. In: **30º Encontro anual da ANPOCS.** Caxambu, 2006.

D'ARAUJO, M. C. et al. (org.) **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

D'ANTONIO, D. Los consejos de guerra durante la última dictadura militar Argentina (1976–1983). **Ibero-Americana**, Nordic Journal of Latin American and Caribbean Studies, v. 45, n.1, p. 19–36, 2016. Disponível em: <https://www.iberoamericana.se/articles/10.16993/iberoamericana.3/> . Acesso em: 22/02/2019.

DELGADO, L. de A. N. 1964: temporalidade e interpretações. In: REIS, M.; RIDENTI, R. P. S.; MOTTA, D. A. **O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964 -2004).** Bauru: Edusc, 2004.

DINGES, J. **Os anos do condor: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DELLI-ZOTTI, G. M. Genealogia de la violencia em la Argentina de lós años 70. **Historia Actual Online**, Universidad de Salamanca, Spain, n. 20, oto, 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/Marcio/Downloads/Dialnet->

GenealogiaDeLaViolenciaEnLaArgentinaDeLosAnos70-3150136.pdf. Acesso em: 13/11/2018.

DREIFUSS, R. **1984 a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe**. São Paulo: Vozes, 2006.

DUARTE-PLON, L. **A tortura como arma de guerra: da Argélia ao Brasil como os militares franceses exportaram os esquadrões da morte e o terrorismo de estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

DOWDLE, S. **La copa mundial de 1978: la manipulación de la junta ante el mundo**. Departamento de Español RLL, Honores, 2011. Disponível em: <https://deepblue.lib.umich.edu/bitstream/handle/2027.42/85260/sdow%3Fsequence%3D1> - Acesso em: 14/10/2019.

ECHAGÜE, C. **Argentina: declinación de la soberanía y disputa interimperialista**. Buenos Aires: Agora, 2004.

_____. **El social imperialismo Russo em la Argentina**. Buenos Aires: Agora, 1984.

ENVIDO. Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires. **Revista de política y ciencias sociales: reproducción facsimilar y colección completa**. Buenos Aires, 2010.

EPE, M.; RODOLFO KEPFER, J. **El enemigo interno en Guatemala: contrainsurgencia y su herencia en la configuración de nuevos conflictos**. Guatemala: Magna Terra, 2014.

FAÉ, R. Desenvolvimento no Brasil: similitudes e diferenciações entre o nacional-desenvolvimentismo e as propostas governamentais da atualidade. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p.51-69, jan./mar. 2015.

FAJARDO, J. M. C. **Acordo tripartite Itaipu-Corpus: ponto de inflexão entre a disputa geopolítica e a política de cooperação**. Orientador: Carlos Schmidt Arturi. 2004. 170 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

FAUSTO, B.; DEVOTO, F. J. **Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)**. São Paulo: Editora 34, 2004.

FEIERSTEIN, D. (Coord). **Terrorismo de estado y genocidio em América Latina**. Buenos Aires: Prometeo/PNUD. 2009. p.9-32.

FELTRIM, L. da C. **As formas institucionais da violência: controle, vigilância, cerceamentos e repressão política no estado de São Paulo de 1954 a 1960**. Orientador: Vera Lucia Vieira. 2012. 294 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

FERNANDES, A. S. A reformulação da doutrina de segurança nacional pela escola superior de guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. **Artigo Antíteses**, v. 2, n. 4, p. 831-865, jul./dez. 2009.

_____. **Burocratas da dor: as conexões repressivas entre os órgãos de informações das ditaduras brasileira e uruguaia (1973-1985).** Orientador: Cesar Augusto Barcellos Guazzelli. 2018. 307 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil.** São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, J. M. Cultura do medo e terror: as práticas repressivas da ditadura civil-militar brasileira aos exilados brasileiros na década de 1970. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. **Anais.** São Paulo: ANPUH, 2011.

FERNANDES, F. L. e Fernandes T. M. M. “Princípio da juridicidade” in: Revista **Âmbito Jurídico**. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/principio-da-juridicidade/> - acesso em 11/11/2019 as 14h.

FERRAZ, F. C. A. **À sombra dos carvalhos: escola superior de guerra e política (1948/1955).** Londrina: Editora UEL, 1997.

FERREIRA, L. V. Os preceitos da doutrina da segurança nacional e a sua implementação no Brasil. **Revista Novatio Iuris**, FADERGS, v. 4, n. 2, ago./dez. 2012.

FERRO, M. **Cinema e história.** São Paulo: Paz e Terra, 2012.

FICO, C. **O golpe de 1964.** São Paulo: FGV, 2014.

_____. **Reinventando o otimismo.** São Paulo: FGV, 1997.

_____. **Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar, **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24 n.47, p.29-60, 2004.

FIGUEROA IBARRA, C. **Dictaduras, tortura y terror en america latina.** Bajo el Volcán, Universidad Autónoma del Estado de México, Puebla, v. 2, n. 3, 2001. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=28600304>>. Acesso em: 16 mai. 2018.

FUNARI, P. P. et al. **Arqueologia da repressão e da resistência: América Latina na era das ditaduras (décadas de 1960-1980).** São Paulo: Annablume, 2008.

FRONTALINI, D.; CAIATI, M. C. **El mito de la guerra sucia.** Argentina: Ed. Cels, 1984.

GALVÃO, I. R.; BEZERRIL, K. de O. O povo e seu território: uma discussão sobre a teoria de Friedrich Ratzel. **Revista de Geopolítica**, Natal, v. 3, n. 2, p. 230–238, jul./dez. 2012.

GARCÍA MOLINA, F. El poder militar en la Argentina del centenario, 1910-1914: ciclos en la historia, la economía y la sociedad. **Instituto de Investigaciones de Historia Económica y Social**, Facultad de Ciencias Económicas, Universidad de Buenos Aires, año 5, v. 5, n. 29, 1995.

GARCIA, A. S. **La doctrina de la seguridad nacional**: Vol. 1 - 2. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1991.

GARCIA, E. V. O pensamento dos militares em política internacional (1961-1989). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília. v. 40, n.1, jun. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291997000100002> Acesso em: 17 mai. 2018.

GARAÑO, S. Las formas de represión política en el “teatro de operaciones” del Operativo Independencia (Tucumán, 1975-1977). In: ÁGUILA, G.; GARAÑO, S.; SCATIZZA, P. **Represión estatal y violencia paraestatal en la historia reciente Argentina**: Nuevos abordajes a 40 años del golpe de Estado. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2016.

GARCIA FERNÁNDEZ, A. **La presencia militar argentina em El Salvador: el caso del batallón 601 de inteligencia**. Tesis: que para optar por el grado de: maestro em estudos latinoamericanos. Universidad Nacional Autónoma de México, Ciudad de México, 2017. Disponível em: <https://www.mpf.gob.ar/plan-condor/estructura-represiva-argentina/> Acesso em: 08 out. 2019.

GARZÓN REAL, B. **Operación cóndor**: 40 años después. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Infojus, 2015.

GASTIAZORO, E. **História Argentina**: introducción al análisis económico-social de 1930 a nuestros días. Buenos Aires: Agora, 2004.

GILL, L. **Escuela de las américas**: entrenamiento militar, violência política e impunidade em las américas. Chile: Lom Ediciones, 2005.

GODOY, M. **A casa da vovó**. São Paulo: Alameda, 2014.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

GRESPLAN, Jorge Luis da Silva. Considerações sobre método. In: **Fontes históricas**[S.l.: s.n.], 2006.

HAYECK, C. M. Refletindo sobre a violência. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Universidade Federal do Rio Grande, n.1, ano1, jul. 2009.

HERRAN AVILA, L. A. Las guerrillas blancas: anticomunismo transnacional e imaginarios de derechas en Argentina y México, 1954-1972. **Quinto sol**, Santa Rosa, v. 19, n. 1, p. 1-26, jun. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-28792015000100003&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 06 mar. 2019.

HEINSFELD, A. **A doutrina do big stick e a América Latina**: a recepção na Argentina. In: XXIII Simpósio Nacional de História, 2011, Londrina. **Anais**. Londrina: ANPUH, 2005.

HOBBS, T. **O Leviatã**. São Paulo: Martin Claret, 2008.

HOBBSBAWM, E. **Globalização, democracia a terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

IANNI, O. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

IRAMAIN, L. **Política económica en la dictadura**: la orientación y calidad de la intervención económica del estado en el sector vial: la actuación de la dirección nacional de vialidad (DNV) (Argentina, 1976-1981). Documentos de Investigacion Social, Buenos Aires, n. 24, 2013.

JAKOBS, G.; MELIA, M. C. **Direito penal do inimigo**: noções e críticas. 6. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

JOFFILY, M. **No centro da engrenagem**: os interrogatórios na operação bandeirante e no DOI São Paulo (1969-1975). Orientador: Maria Aparecida de Aquino. 2008. 351 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

KOIKE, M. L. Tortura, colaboracionismo & memória da ditadura: o caso inês etienne romeu. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**. Ministério da Justiça, Brasília, n.10, jul./dez. 2013.

KOPPER, C. **A VW do Brasil durante a ditadura militar brasileira 1964-1985**: uma abordagem histórica. Alemanha: Corporate History Department of Volkswagen Aktiengesellschaft Dieter Landenberger, 2017. Disponível em: https://www.volkswagenag.com/presence/konzern/documents/Historische_Studie_Christopher_Kopper_VW_B_DoBrasil_14_12_2017_PORTUGIESISCH.pdf Acesso em: 10/05/2019.

KRISCHKE, J. O papel protagonista do Brasil na Operação Condor. In: **RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. Comissão de Cidadania e direitos humanos**. Relatório Azul 2008. Porto Alegre: Corag, 2008.

LAGOA, A. **SNI, como nasceu e como funciona**. São Paulo, Brasiliense, 1983.

LANGGUTH, A. J. **A face oculta do terror**. São Paulo: Círculo do Livro, 1986.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1990.

_____. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1993

LE MOS, R. **Benjamin Constant: vida e história**. Rio de Janeiro: TopBooks, 1999.

LEVAGGI, A. Historia del Derecho Argentino del Trabajo (1800-2000). **Revsita Luzhistória**. Editores argentinos, Buenos Aires, n. 3, 2006.

LIMA FILHO, P. A. **A economia política do complexo industrial-militar: o caso do Brasil**. Orientador: Maurício Tratemberg. 1993. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1993.

LOPES, H. S. G. **Escola das américas: treinamento militar e ideológico no canal do Panamá**. Revista Hydra, São Paulo, v. 1, n. 2, ago. 2016.

LOPEZ, E. **La doctrina de la seguridad nacional y la intervención en estados soberanos: ¿un instrumento de inteligencia estratégica?** Buenos Aires: Centro Argentino de Estudios Internacionales, 2006.

LOPEZ, E. **Seguridad nacional y sedición militar: nueva información**. Buenos Aires: Legara, 1987.

MAGALHÃES, L. G. Ditadura e futebol: o Brasil e a copa do mundo de 1970. **Revista PolHis**. n. 9, 2012. Disponível em: http://historiapolitica.com/datos/boletin/Polhis9_MAGALHAES.pdf. Acesso em: 14/10/2019.

MARIANO, N. **As garras do condor**. Petropolis: Vozes, 2003.

MARTINS FILHO, J. R. A conexão francesa: da Argélia ao Araguaia. **Várias Histórias**. Belo Horizonte, v. 28, n. 48, jul./dez. 2012.

MARTINS, A. S. Anotações sobre a intervenção na Guatemala em 1954: uma análise de suas projeções sobre as práticas sistemáticas de violação aos direitos de asilo e refúgio durante a guerra fria. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**. Brasília, v.10, n. 2, 2016.

MARTUCCELI, D. Reflexões sobre a violência na condição moderna. **Tempo Social**, Rev. Sociol. USP, São Paulo, n.11, mai. 1999.

MARX, K. H. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MATEU, C. La resistencia obrera, del golpe de 1976 a la entrega menemista. In: _____. **Movimiento obrero argentino: aspectos momentos históricos de la lucha política y sindical**. Buenos Aires: Ediciones Revista La Marea, 2016.

MATHIAS, S. K.; SOARES, S. A. Y. Forças armadas, orçamento e autonomia militar. **Revista Perspectivas**, São Paulo, 24-25, 85-113-, 2001-2002.

MAZZEI, D. La misión militar francesa en la escuela superior de guerra y los orígenes de la guerra sucia, 1957-1962. **Revista de Ciencias sociales**, Costa Rica, v. 13, 2002.

MCSHERRY, J. P. **Los estados depredadores: la operación cóndor y la guerra encubierta em américa latina**. Uruguay: Ediciones de la Banda Oriental, 2009.

MATTOS, V. **Esquadrões da morte no Brasil (1973 A 1979): repressão política, uso abusivo da legalidade e juridicidade manipulatória na autocracia burguesa bonapartista**. Orientadora: Vera Lucia Vieira, 2016. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

MECHI, P. A história oficial do país do não me lembro. In: NAME, L.; SPYER, T. **Cinelatino**. Foz do Iguaçu: Edunila, 2019. (no prelo)

MECHI, P. **Os protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.

MELO, J. J. de. **Boilesen, um empresário da ditadura: a questão do apoio do empresariado paulista à Oban/Operação Bandeirantes, 1969-1971**. Orientador: Denise Rollemberg Cruz. 2012. 138 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niteroi, 2012.

MELO, D. B. de. Ditadura “civil-militar”: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. **Revista Espaço Plural**. v. 13, n. 27, p. 39-53, 2012.

SECRETARÍA DE EDUCACIÓN DE LA ASAMBLEA PERMANENTE POR LOS DERECHOS HUMANOS. **Memoria y dictadura**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Instituto Espacio para La Memoria. Disponível em: <https://mail.google.com/mail/u/1/#inbox/FMfcgxwGBmsnCrqHKXQPCgqpQDQKjSnC?projector=1&messagePartId=0.1>. Acesso em: 04/11/2019.

MOYANO, M. J. Argentina: guerra civil sin batallas. In: REINARES, F.; WALDMANN, P. (comps.) **Sociedades en guerra civil: conflictos violentos de Europa y América Latina**. Barcelona: Paidós, 1999.

MORAES, R. F. de. **A cooperação Brasil-Argentina na área militar: da autonomia das forças armadas às relações estratégicas (1978-2009)**. Orientadora: Maria Susana Arrosa Soares. 2010. 237 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

MORETTIN, E. O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro. **História, Questões e Debates**, Curitiba, n. 20/38, p. 11-42, jan./jun. 2003.

MOTTA, R. P. Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”**: O Anticomunismo no Brasil (1917-1964) 2002. 372 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

NEVES, L. de A. **Segredos da ditadura de 64**: ata secreta do conselho de segurança nacional publicada pela primeira vez no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

NICHOLS, B. A voz do documentário. In: RAMOS, F. P. (Org.). **Teoria contemporânea do cinema**, vol. II. São Paulo: Senac, 2005.

NOVARRO, M. **Cables secretos**: operaciones políticas em la Argentina de los setenta. Buenos Aires: Edhasa, 2011.

NOVARRO, M.; PALERMO, V. **A ditadura militar Argentina 1976-1983**: do golpe de estado à restauração democrática. São Paulo: Edusp, 2007.

OLIVEIRA, F. **A economia da dependência imperfeita**. São Paulo: Graal, 1977.

OLIVEIRA, M. C. de. **A democratização tardia da inteligência na Argentina e no Brasil**. Orientador: Alcides Costa Vaz. 2010. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

OLIVEIRA, N. D. de. Os primórdios da doutrina de segurança nacional: a escola superior de guerra. **História**. v. 29, n. 2, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v29n2/v29n2a08.pdf> . Acesso em: 18/06/2018.

_____. **A configuração do sistema nacional de repressão no governo JK (1956 a 1961)**. Orientador: Vera Lúcia Vieira. 2013. 344 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

OLMOS, A. **Tudo o que usted queria saber sobre la deuda externa y siempre te ocultaram**: ¿quienes y como la contrajeron? Buenos Aires: Ediciones Continente, 2006.

ORQUERA, F. (coord.) **Ese ardiente jardín de la república**: formación y desarticulación de un “campo” cultural: Tucumán, 1880-1975. Córdoba: Alción Editora, 2010. pp. 377-400.

PADRÓS, E. S. A ditadura brasileira de segurança nacional e a operação 30 horas: intervencionismo ou neocisplatinação do Uruguai. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 37, jan./jun. 2005.

PADRÓS, E. S. América latina: ditaduras, segurança nacional e terror de estado. **Revista História & Luta de Classes**, n. 4, jul. 2007.

PAYNE, L. Cumplicidade empresarial na ditadura brasileira. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**. Ministério da Justiça, Brasília, n.10, jul./dez. 2013.

PENA FILHO, P. Os arquivos do centro de informações do exterior (CIEX): o elo perdido da repressão. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 79-92, jul/dez. 2008.

PEREIRA, A. W. **Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

PIGNA, F. **Lo pasado pensado**. Barcelona: Grupo Editorial Planeta, 2005.

PIGNA, F. **Los mitos de la historia argentina 5: de la caída de Perón al golpe de Onganía (1955-1966)**. [sl]: SydePub, 2013.

PIÑERO, M. T. **Política económica de la dictadura**. 2010. Disponível em: <http://www.academia.edu/11277768/Pol%C3%ADtica_econ%C3%B3mica_de_la_dictadura>. Acesso em: 20 out. 2017.

PINTO, E. K. da C. A doutrina da guèrre révolutionnaire: novas hipóteses para a judicialização da repressão no regime de 1964: GT 14 - Forças Armadas, Estado e Sociedade. In: **36º Encontro nacional da ANPOCS**. Águas de Lindóia, 2012.

PINTO, S. M. **Exército e política no Brasil: origem e transformações das intervenções militares (1831-1937)**. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

PRADO, M. L.C. (Org.). **Vargas & Perón: aproximações & perceptivas**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2009.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais (1949). In: BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. v. 1. Rio de Janeiro: Record, 2000.

QUADRAT, S. V. **A repressão sem fronteiras: perseguição política e colaboração entre as ditaduras do Cone Sul**. Orientador: Daniel Aarão Reis Filho. 2005. 156 f. Tese. (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

RAGO FILHO, A. **A ideologia 1964: os gestores do capital atrofico**. Orientador: Yvone Dias Avelino. 1998. 391 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

RAPOPORT, M. **História económica, política y social de la Argentina (1880-2003)**. Buenos Aires: Emecé, 2005.

RAPOPORT, M.; CERVO, A. L. **El cono sur: una historia común**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2002.

REIS, J. R. dos. **Operação condor e o sequestro dos Uruguaios nas ruas de um porto não muito alegre**. Orientador: Enrique Serra Padrós. 2012. 183 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

RIBEIRO, M. V. Terror ampliado: a ditadura civil-militar argentina de 1976 e a repressão patronal. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. **Anais**. São Paulo, 2011.

RICARDO, A. de L. **A DOPS em Pernambuco no período de 1945 a 1956: autocracia em tempos de “democracia”?** Orientador: Vera Lúcia Vieira. 2009. 187 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

_____. **O cotidiano repressor dos agentes da DOPS de Pernambuco na ordem autocrática e bonapartista (1931 a 1956)**. Orientador: Vera Lúcia Vieira. 2017. 255 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

RIVAS NIETO, P.; RODRÍGUEZ FERNÁNDEZ, M. La política de las armas: conflicto armado y política en tiempos de insurrección. **Revista Enfoques: Ciencia Política y Administración Pública**, Chile, v. 8, n. 13, p. 31-50, 2010.

ROCHA, D. F. da. **Bancários e oligopolização: avanços e limites nas lutas contra a superexploração do trabalho na ditadura no Brasil (1964-1980)**. Orientador: Vera Lúcia Vieira. 2013. 318 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

ROMANO, S. M. Brasil, Argentina y la integración regional durante la década de 1960 en el marco de las relaciones con Estados Unidos. **Confines relacion Internacional de ciência política**. Monterrey, v.4, n.8, ago./dic. 2008. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-35692008000200002 - Acesso em: 16/05/2019.

ROSENSTONE, R. A. **El pasado en imágenes: el desafío del cine a nuestra idea de la historia**. Espanha: Editorial Ariel S.A., 1997.

ROSSI, C. **Militarismo na América Latina**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ROTH ARRIAZA, N. ¿Por qué la dimension económica esteve ausente tanto tiempo de la justicia transicional? Un ensayo exploratório. In: VERBITSKY, H. (edi.) **Cuentas pendientes: los cómplices económicos de la dictadura**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013.

RODRIGUES, F. da S. História do ensino militar: entre a teoria e a prática profissional no Exército Brasileiro (1889-1944). **Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p. 86-98, 2016.

ROCHA, J. **Solidariedade não tem fronteiras**: a história do grupo clamor, que acolheu refugiados das ditaduras sul-americanas e denunciou os crimes do plano condor. São Paulo: Outras Expressões, 2018.

ROJAS, G. A. A ditadura militar na Argentina (1976-1983): retomando algumas hipóteses frente aos relatos oficiais. **Lutas Sociais**, São Paulo, v.18, n. 32, p.163-176, jan./jun. 2014.

RUSSAU, C. **Empresas Alemãs no Brasil: 7x1 na economia**. São Paulo: Elefante e Autonomia Literária, 2017.

SANTOS, M. G. **Operação condor**: uma conexão entre as polícias políticas do cone sul da América Latina, em particular Brasil e Paraguai, durante a década de 70. Orientador: Sedi Hiran. 1998. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

SCALIANTE, E. A. **Políticas coercitivas da operação condor**. Orientador: Paulo Edgar Almeida Resende. 2010. 143 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

SCHENQUER, L. Agencias e “inmoralidades”: la circulación de directivas político-culturales entre la Secretaría de Información Pública, el Ministerio del Interior y la Dirección General de Informaciones de la provincia de Santa Fe durante la última dictadura militar argentina (1976-1983). **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Cuestiones del tiempo presente, 2018. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/71923> Acesso em: 13/10/2019.

SERVETTO, A. Memorias de intolerancia política: las víctimas de la triple A (Alianza Argentina Anticomunista). **Antíteses**, v. 1, n. 2, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>>. Acesso em: 21 set. 2015.

SILVA, G. do C. e. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1967.

SILVA, J. da. **As conexões repressivas no Cone Sul (1960-1990)**: terrorismo de estado em conexão internacional. Orientador: Vera Lúcia Vieira. 2017. 276 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

SILVA, M. da. **A política do setor elétrico nos anos dourados**: embates entre paulistas e mineiros no processo de expansão do setor de energia elétrica no Brasil (1951-1961). São Paulo: Ed. Alameda, 2018.

SILVA, M. H.; SILVA, K. V. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2008.

SLATIMAN, M. El cono sur de las dictaduras, los eslabonamientos nacionales en el interior de la operación cóndor y las particularidades del caso argentino. In: ÁGUILA, G.; GARAÑO, S.; SCATIZZA, P. (coord.) **Represión estatal y violencia paraestatal em la história reciente Argentina**: nuevos

abordajes a 40 años del golpe de estado. La Plata: Universidade Nacional de La Plata, 2016.

SLATMAN, M. **Brasil y Argentina: modelos represivos y redes de coordinación durante el último ciclo de dictaduras del Cono Sur.** Estudio en clave comparativa y transnacional. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, [20?]. Disponível em: <http://www.academia.edu/35004269/Brasil_y_Argentina_modelos_represivos_y_redes_de_coordinaci%C3%B3n_durante_el_%C3%BAltimo_ciclo_de_dictaduras_del_Conosur._Estudio_en_clave_comparativa_y_transnacional>. Acesso em: 17 jun. 2017.

_____. **Operación Cóndor: sus huellas en la documentación estatal producida por las dictaduras del Cono Sur.** Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires. [20-?] Disponível em: <http://www.academia.edu/34984475/Slatman_Melisa._Operaci%C3%B3n_C%C3%B3ndor_sus_huellas_en_la_documentaci%C3%B3n_estatal_producida_por_las_dictaduras_del_Conosur>. Acesso em: 28 mai. 2017.

SLATMAN, M. Para un balance necesario: la relación entre la emergencia de la junta de coordinación revolucionaria y el operativo cóndor. Cono Sur, 1974-1978: testimonios. **Revista de la Asociación de Historia Oral de la República Argentina**, Buenos Aires, v. 2, p. 1-24, 2010.

_____. **Una doctrina militar contrarrevolucionaria para la nación argentina:** análisis de la discursividad oficial del ejército argentino durante la Guerra Fría (1957-1976). Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires. [20- ?] Disponível em: <https://www.academia.edu/8441533/Una_doctrina_militar_contrarrevolucionaria_para_la_Naci%C3%B3n_Argentina._An%C3%A1lisis_de_la_discursividad_oficial_del_Ej%C3%A9rcito_Argentino_durante_la_Guerra_Fr%C3%ADa_1957-1976_>. Acesso em: 10 jun. 2017.

SODRÉ, N. W. **História militar do Brasil.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOUZA MENDES, R. A. ditaduras civil-militares no Cone Sul e a doutrina de segurança nacional: algumas considerações sobre a historiografia. **Revista Tempo e Argumento**, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, v. 5, n. 10, 2013. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=338130381002>> Acesso em: 30/03/2018.

SCHOULTZ, L. **Estados Unidos: poder e submissão: uma história da política norte-americana em relação à América Latina.** Bauru: EDUSC, 2000.

SPEKTOR, M. O Brasil e a Argentina entre a cordialidade oficial e o projeto de integração: a política externa do governo de Ernesto Geisel (1974-1979). **Rev. Bras. Polít. Int.** v. 45, n. 1, p. 117-145, 2002. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292002000100005>>. Acesso em: 11 abr. 2018.

SPITTA, A. Raíces ideológicas da “guerra sucia” em America Latina. **Revista de Filosofia da Universidade de Costa Rica**, San José, n. 76, 1993. Disponível em:

[http://www.inif.ucr.ac.cr/recursos/docs/Revista%20de%20Filosof%C3%ADa%20UCR/Vol.%20XXI/No.%2076/Arnold%20Spitta.%20Raices%20ideol%C3%B2gicas%20de%20la%20guerra%20sucia%20en%20America%20Latina%20\(en%20especial%20Argentina\).pdf](http://www.inif.ucr.ac.cr/recursos/docs/Revista%20de%20Filosof%C3%ADa%20UCR/Vol.%20XXI/No.%2076/Arnold%20Spitta.%20Raices%20ideol%C3%B2gicas%20de%20la%20guerra%20sucia%20en%20America%20Latina%20(en%20especial%20Argentina).pdf) . Acesso em: 10 fev. 2018.

SKIDMORE, T. **Brasil: de Castelo a Tancredo**, 1964-1985. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

TODOROV, T. **Los abusos de la memória**. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1995.

TRINQUIER, R. **La guerra moderna**. Buenos Aires: Ediciones Quatro Espadas, 1981.

VAZQUEZ OCAMPO, J. M. **Política exterior argentina**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1989.

VELÁSQUEZ RIVERA, É. de J. História de la doctrina de la seguridad nacional. **Revista Convergência**, Universidad Del Cauca, Colômbia, n. 27, ene./abr. 2002.

VIEIRA, R. de L. (Org.) **Ecos da ditadura na sociedade brasileira (1964-2014)**. Marília: Cultura Acadêmica, 2014.

VILLAÇA, L. M. **Nostalgia da luz (2010) e o filme-ensaio**: uma proposta de análise a partir da trajetória cinematográfica de Patricio Guzmán. Orientador: Henri Pierre Arraes de Alencar Gervaiseau. 2015. 113 f. Dissertação (Mestrado Meios e Processos Audiovisuais) – Universidade de São Paulo, Escola de Comunicação e Arte da USP, São Paulo, 2015.

VIZENTINI, P. F. **Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula**. 3. ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2008.

ZAGNI, R. M. **Identidades em guerra**: imperialismos e cultura nas relações entre Estados Unidos e América Latina durante a segunda Guerra Mundial (os casos de Brasil, Argentina e México). Curitiba: CRV, 2015.

VERBITSKY, H; BOHOSLVSKY, J. P. **Cuentas pendientes: los cómplices económicos de la dictadura**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2013.

WEBER, M. **Conceitos básicos de sociologia**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2002.

Sites

<https://www.documentosrevelados.com.br>

<http://marianoschuster.blogspot.com/2010/12/poema-nicolas-prividera.html>,
acessado em 10.03.2018 - Prividera, Nicolas – Buenos Aires, 201

<https://cpdoc.fgv.br/>

<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4785-republica-argentina>

www.cnv.gov.br

<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2011/04/evolucao-das-relacoes-trabalhistas->

<http://www.memoriasreveladas.gov.br>

<http://memoriasdaditadura.org.br>

<http://memorialdademocracia.com.br>

<http://www.fgv.br/CPDOC/ACERVO/>

<https://resistenciaemarquivo.wordpress.com>

<https://www.cia.gov/library/readingroom/search/site/condor%20operation>

<https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2014-03-27/artigo-as-conexoes-repressivas-do-brasil-com-as-ditaduras-no-cone-sul.html>

www.esg.br

<http://agencia.fapesp.br/livro-resgata-a-historia-do-clamor-que-defendeu-os-direitos-humanos-em-tempos-de-ditadura/29030/>

<https://fas.org/irp/world/argentina/eduardo-97.htm>

http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomoi/downloads/I_Tomo_Parte_1_Cadeias-de-comando-a-formacao-da-estrutura-nacional-de-repressao-politica.pdf Acesso em: 08 out. 2019.

Filmografia

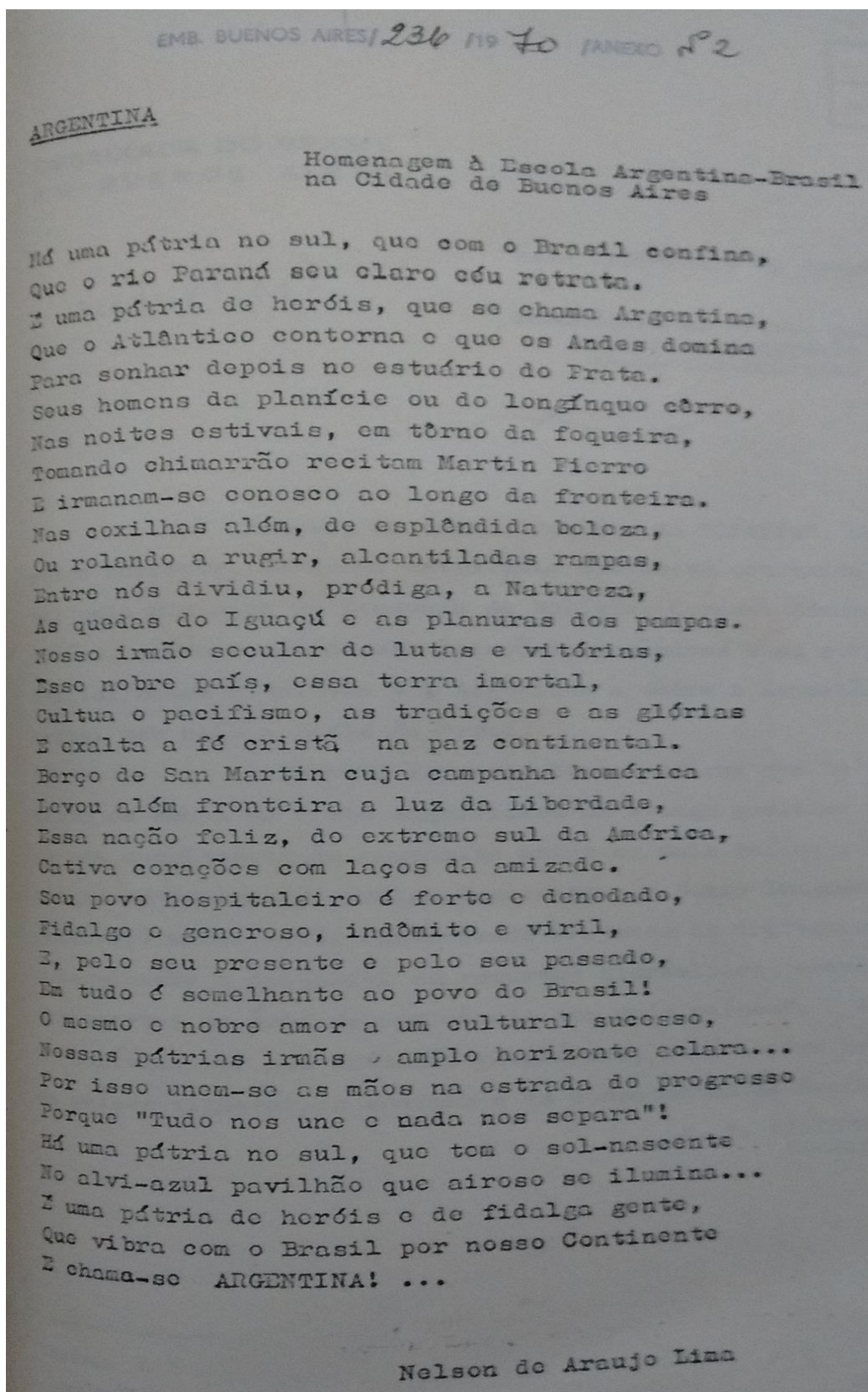
A BATALHA de argel. Direção de Gilo Pentecorvo. Itália-Argélia, 1965. (2h1')

A BATALHA do chile. Direção de Patricio Guzman. Chile, 1975. (1h37')

- A HISTÓRIA oficial. Direção de Luiz Puenzo. Argentina, 1985. (1h53')
- BOTÃO de pérola. Direção de Patricio Guzman. Chile, França, 2015. (1h22')
- BOTÍN de guerra. Direção de David Blaustein. Argentina, 2000. (1h56')
- CHOVE sobre santiago. Direção de Helvio Soto. França, 1975. (1h52')
- CIDADÃO boilessen. Direção de Chaim Litewski. Brasil, 2009. (1h32')
- CÚMPLICES? a Volkswagen e a ditadura militar no Brasil. Direção de Stefanie Dodt, Thomas Aders, 2017. (44')
- CONDOR. Direção de Roberto Mader. Co-produção: Taba filmes e Focus filmes. Brasil, 2007. (110')
- ESQUADRONES de la muerte: la escuela francesa. Direção de Marie-Monique Robin. 2003, (60'), Color.
- ESTADO de sítio. Direção de Costa Gravas. França/Itália/Alemanha, 1973. (1h55')
- EVA no dorme. Direção Pablo Aguero. Argentina/Espanha/França, 2015. (1h25')
- LA HORA de los hornos. Direção de Pino Solanas. Argentina, 1968. (4h15')
- MANHÃ cinzenta. Direção de Olney. Brasil, 1969. (40')
- Memórias do Chumbo: o futebol nos tempos do condor. Direção de Lucio de Castro. Brasil, 2013. (53')
- MILAGROS no hay*: los desaparecidos de Mercedes Benz. Direção de Gaby Weber. Argentina, 2003/2017. (1h56')
- NOLTAGIA da luz. Direção de Patricio Guzmán. Chile, 2010. (1h47')
- O DIA que durou 21 anos. Direção de Camilo Tavarez. Brasil, 2012. (1h18')
- O HOMEM que virou suco. Direção de João Batista de Andrade. Brasil, 1980. (1h37')
- PEÕES. Direção de Eduardo Coutinho. Brasil, 2004. (1h25')
- POR esos ojos. Direção de Gonzalo Arijón. França-Uruguai, 1997. (1h01')
- VERMELHO sol. Direção de Benjamín Naishtat. Argentina, 2018. (1h50')

ANEXOS

ANEXO 1 – Poema em homenagem a uma escola pública de Buenos Aires



Fonte: Arquivos do Ministério das Relações Exteriores – Brasília – Brasil.

ANEXO 2 – Pesquisas elaboradas nos sites das universidades públicas e privadas na Argentina

A seguir serão listadas as Universidades objeto das buscas, com os respectivos links e o resultado de cada busca.

1) Universidade de Buenos Aires (UBA)

<http://www.sisbi.uba.ar/>

Busca realizada no repositório digital institucional (Teses e Dissertações). A busca não apontou nenhuma tese ou dissertação que abordasse direta ou indiretamente a Operação Condor. Porém apresentou 30 artigos acadêmicos com a temática Operação Condor.

2) Universidade Tecnológica Nacional (UTN)

Busca realizada através do Sistema Nacional de Repositorios Digitales.

Com a entrada: plân condor foram encontrados nove artigos acadêmicos, mas nenhuma dissertação de mestrado ou tese de doutorado. Com a entrada: Operación Cóndor foram encontrados oito artigos sobre o tema, e uma tese que não foi defendida nessa universidade.

3) Escola Naval: acesso pelo site direciona a pesquisa para uma página de educação à distância, à qual apenas têm acesso aqueles que já tem vínculo com a referida instituição. (<http://cursos-siec.ara.mil.ar/acceso.cgi>)

4) Universidade de Segurança Marítima: o acesso ao site direciona a pesquisa para a fundação mantenedora da instituição, não há acesso a nenhuma informação sobre o currículo dos cursos, como também não há acesso a biblioteca de trabalhos acadêmicos dessa instituição. Uma hipótese é de que por se tratar de uma instituição militar, suas produções acadêmicas sejam de uso e consulta restrita aos membros das forças armadas argentinas.

6) Inst. Universidade da Polícia Federal Argentina

Nenhum documento encontrado com as entradas de referência.

7) Instituto de Ensino Superior no Exército

Não há links para um sistema de busca dessa instituição

8) Colégio Nacional de Arte

Não há site de biblioteca, e também não há um sistema de busca.

9) Instituto de Gendarmaria Nacional

A pesquisa é direcionada para a página do El Repositorio Digital del Centro Educativo de las Fuerzas Armadas (<http://www.cefadigital.edu.ar/>). O sistema de buscas é muito rudimentar, não ocorre por palavras chave, mas por ordem alfabética de título ou tema, ou por datas. Não foram encontrados trabalhos acadêmicos com a temática Plano Condor.

10) Universidad Católica Argentina - <http://www.uca.edu.ar/>

Nenhuma tese ou dissertação encontrada no site de busca da universidade. Foram encontrados mais de trezentos artigos acadêmicos sobre o tema. (https://biblioteca.uca.edu.ar/client/es_AR/default)

11) Universidad Nacional de Luján - (UNLU)

REDIUNLu - Repositorio Digital Institucional de Acceso Abierto de la Universidad Nacional de Luján. <https://ri.unlu.edu.ar/xmlui/>

Não foram encontrados documentos sobre o tema Operação Condor, foram utilizadas além das duas entradas usuais, uma terceira: *Dictadura Militar*.

12) Universidad Nacional Lomas de Zamora (UNLZ):

<http://www.bibliounlz.com.ar/index.php/catalogo/>

Não foram encontrados documentos sobre o tema Operação Condor, foram utilizadas além das duas entradas usuais, uma terceira: *Dictadura Militar*

13) Universidad Tecnológica Nacional (UTN): <http://ria.utn.edu.ar/>

Repositorio de la Universidad Tecnológica Nacional

Não foram encontrados documentos sobre o tema Operação Condor; foram utilizadas além das duas entradas usuais, uma terceira: *Dictadura Militar*

14) Universidad Nacional de San Martín (<http://www.unsam.edu.ar/>)

CATÁLOGO DE LAS BIBLIOTECAS UNSAM: <http://koha.unsam.edu.ar/cgi-bin/koha/opac-search.pl>

Não foram encontrados documentos sobre o tema Operação Condor, foram utilizadas além das duas entradas usuais, uma terceira: *Dictadura Militar*

15) Universidad Nacional de Mar del Plata (<http://humadoc.mdp.edu.ar/site/>)

Não foram encontrados documentos sobre o tema Operação Condor, foram utilizadas além das duas entradas usuais, uma terceira: *Dictadura Militar*

16) Universidad Nacional do Gral. Sarmiento.

<https://www.unqs.edu.ar/biblioteca/repositorio-digital/repositorio-digital>

Esta foi a universidade que apresentou maior número de trabalhos acadêmicos sobre a ditadura, cerca de 25. No entanto, não foram encontradas dissertações de mestrado ou teses de doutorado sobre o tema Operação Condor.

17) Universidad Nacional de Tres de Febrero

<https://www.untref.edu.ar/biblioteca>

Não foram encontrados documentos sobre o tema Operação Condor, foram utilizadas além das duas entradas usuais, uma terceira: *Dictadura Militar*

18) Universidad Nacional Noroeste (Buenos Aires): <http://www.unnoba.edu.ar/>

<http://sib.unnoba.edu.ar/>

Não foram encontrados documentos sobre o tema Operação Condor, foram utilizadas além das duas entradas usuais, uma terceira: *Dictadura Militar*

19) Universidad Nacional de La Matanza

<https://www.unlam.edu.ar/index.php>

<https://repositoriocyt.unlam.edu.ar/>

Não foram encontrados documentos sobre o tema Operação Condor, foram utilizadas além das duas entradas usuais, uma terceira: *Dictadura Militar*

20) Universidad Nacional de Quilmes

Repositório institucional: <https://ridaa.unq.edu.ar/>

<https://ridaa.unq.edu.ar/handle/20.500.11807/10> (secretaria de pós graduação)

Não foram encontrados documentos sobre o tema Operação Condor, foram utilizadas além das duas entradas usuais, uma terceira: *Dictadura Militar*

21) Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires.

<https://www.unicen.edu.ar/>

<https://www.biblio.unicen.edu.ar/>

<http://www.ridaa.unicen.edu.ar/xmlui/> (Repositório Institucional)

Não foram encontrados documentos sobre o tema Operação Condor, foram utilizadas além das duas entradas usuais, uma terceira: *Dictadura Militar*

22) Universidad Nacional do Sul

<http://www.uns.edu.ar/>

<http://bc.uns.edu.ar/>

<http://catalogo.uns.edu.ar/vufind/Search/Results?filter%5B%5D=collection%3A%22Repositorio+Institucional%22>

Não foram encontrados documentos sobre o tema Operação Condor, foram utilizadas além das duas entradas usuais, uma terceira: *Dictadura Militar*

23) Universidad Nacional de Lanús

<http://www.unla.edu.ar/>

<http://repositoriojmr.unla.edu.ar/greenstone/cgi-bin/library.cgi>

Não foram encontrados documentos sobre o tema Operação Condor, foram utilizadas além das duas entradas usuais, uma terceira: *Dictadura Militar*.

24) Universidad Nacional de La Plata (UNLP)

<https://www.biblio.unlp.edu.ar/>

<http://sedici.unlp.edu.ar/>

http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/63300/Documento_completo.pdf-PDFA.pdf?sequence=1&isAllowed=y (Link para tese)

Autor/a: Ana Solari

Título: La construcción cultural/comunicacional del Ejército uruguayo en el período 1968-1984 : (o Conversaciones con una mujer dura).

Instituição: Universidad Nacional de la Plata

Facultad de Periodismo y Comunicación Social

Data: 30/ 10/ 2017

Keywords: ejército uruguayo, golpe de estado, dictadura cívico-militar, Operación Cóndor

Abstract: Indagación y cuestionamiento histórico sobre el papel del Ejército uruguayo en el pasado reciente, a la luz de aportes testimoniales de diversos protagonistas de la historia. Indagación y cuestionamiento histórico sobre el papel del Ejército uruguayo en el pasado reciente, a la luz de aportes testimoniales de diversos protagonistas de la historia

25) Universidad Provincial de Sudoeste

<https://www.upso.edu.ar/>

Não há link para buscas nas bibliotecas dessa universidade.

26) Universidad Nacional de La Pampa

<http://www.biblioteca.unlpam.edu.ar/defaultns.htm>

<http://www.biblioteca.unlpam.edu.ar/defaultns.htm>

Não foram encontrados documentos sobre o tema Operação Condor, foram utilizadas além das duas entradas usuais, uma terceira: Dictadura Militar

27) Universidad Nacional de Rio Cuarto

<https://www.unrc.edu.ar/>

Não há site de busca na biblioteca

28) Universidad Tecnológica Nacional (UTN)

Não foram encontrados documentos sobre o tema Operação Condor, foram utilizadas além das duas entradas usuais, uma terceira: Dictadura Militar

<http://www.biblioteca.mincyt.gob.ar/>

29) Universidad Nacional de Córdoba

<https://rdu.unc.edu.ar/>

Não foram encontrados documentos sobre o tema Operação Condor, foram utilizadas além das duas entradas usuais, uma terceira: Dictadura Militar

30) Universidad Nacional de Vila María

<http://biblioteca.unvm.edu.ar/catalogo.html>

Não foram encontrados documentos sobre o tema Operação Condor, foram utilizadas além das duas entradas usuais, uma terceira: Dictadura Militar

31) Instituto Universitario Aeronáutico

<https://biblioteca.iua.edu.ar/>

Não foram encontrados documentos sobre o tema Operação Condor, foram utilizadas além das duas entradas usuais, uma terceira: Dictadura Militar.

32) Universidad Católica de Córdoba

<https://biblioteca.ucc.edu.ar/>

<http://aleph2.ucc.edu.ar/F/?func=find-b-0> (link para o banco de teses)

Não foram encontrados documentos sobre o tema Operação Condor, foram utilizadas além das duas entradas usuais, uma terceira: Dictadura Militar. Com relação à esta última entrada, foi encontrada apenas uma tese sobre educação e regime militar.

33) Universidad Nacional de San Juan

<http://www.unsj-cuim.edu.ar/biblio/consu1.htm>

Não foram encontrados documentos sobre o tema Operação Condor, foram utilizadas além das duas entradas usuais, uma terceira: Dictadura Militar. Com relação à esta última entrada, foi encontrada apenas uma tese sobre educação e regime militar.

34) Universidad Nacional de Cuyo

<http://www.bibliotecas.uncuyo.edu.ar/>

<http://bdigital.uncu.edu.ar/> (repositório digital institucional)

Não foram encontrados documentos sobre o tema Operação Condor, foram utilizadas além das duas entradas usuais, uma terceira: Dictadura Militar. Com relação à esta última entrada, foi encontrada apenas uma tese sobre educação e regime militar. No que se refere à última entrada, há 6 teses, mas nenhuma tem relação com Operação Condor.

35) Universidad Tecnológica Nacional (UTN)

<https://www.utn.edu.ar/es/>

Cursos são nas áreas tecnológicas, não há relação com as Ciências Humanas.

36) Universidad Provincial del Pto

Instituição voltada unicamente para o atletismo

37) <http://www.unsl.edu.ar/>

<http://www.unsl.edu.ar/index.php/menu/institucional/biblioteca>

<http://bd.unsl.edu.ar/>

Não foram encontrados documentos sobre o tema Operação Condor, foram utilizadas além das duas entradas usuais, uma terceira: Dictadura Militar. Com relação à esta última entrada, foi encontrada apenas uma tese sobre educação e regime militar.

38) Universidad Nacional de Rosario

<http://bibliotecas.unr.edu.ar/>

<http://bibliotecas.unr.edu.ar/catalogo/tesis.php>

Não foram encontrados documentos sobre o tema Operação Condor, foram utilizadas além das duas entradas usuais, uma terceira: Dictadura Militar. No que se refere à última entrada, há 42 teses. A partir dos títulos foi possível verificar se havia relação com o tema dessa pesquisa, nenhuma relação foi encontrada. Não é possível fazer download das teses para verificar, para além dos títulos, se existem ou não análises contíguas ao tema desse levantamento.

39) Universidad Nacional de Santiago del Estero

<http://libnet.unse.edu.ar/>

<http://bcdigi.unse.edu.ar:8080/jspui/> (repositório digital)

Não foram encontrados documentos sobre o tema Operação Condor, foram utilizadas além das duas entradas usuais, uma terceira: Dictadura Militar

40) Universidad Nacional del Litoral

<http://www.bibliotecas.unl.edu.ar/biblioteca-centralizada-fhuc-fadu-ism/>

Não foram encontrados documentos sobre o tema Operação Condor, foram utilizadas além das duas entradas usuais, uma terceira: Dictadura Militar

41) Universidad Nacional de Entre Ríos

[\(https://www.uner.edu.ar/\)](https://www.uner.edu.ar/)

Universidade é nova e descentralizada, não possui pós graduação em Ciências Sociais ou Ciências Humanas.

42) Universidad Nacional del Nordeste

<http://bib.unne.edu.ar/>

<http://repositorio.unne.edu.ar/>

Não foram encontrados documentos sobre o tema Operação Condor, foram utilizadas além das duas entradas usuais, uma terceira: Dictadura Militar

43) *Universidad Autonoma de Entre Ríos*

[\(http://uader.edu.ar/\)](http://uader.edu.ar/)

Não há link para biblioteca. Universidade não possui pós-graduação em Ciências Humanas.

44) *Universidad Nacional de Misiones*

[\(https://www.unam.edu.ar/\)](https://www.unam.edu.ar/)

Não há link para biblioteca. Universidade não possui pós graduação em Ciências Humanas.

45) *Universidad Nacional de Concepción del Uruguay*

[\(https://www.ucu.edu.ar/\)](https://www.ucu.edu.ar/)

Universidade não possui pós graduação em Ciências Humanas

46) *Universidad Nacional de Salta*

<http://hum.unsa.edu.ar/web/>

Não foram encontrados documentos sobre o tema Operação Condor, foram utilizadas além das duas entradas usuais, uma terceira: Dictadura Militar

47) *Universidad Nacional de LA Rioja*

<https://www.unlar.edu.ar/> e <https://biblioteca.unlar.edu.ar/>

Não foram encontrados documentos sobre o tema Operação Condor, foram utilizadas além das duas entradas usuais, uma terceira: Dictadura Militar. Há uma tese sobre ditadura e informação, defendida na área da comunicação social.

48) *Universidad Nacional de Jujuy*

<http://www.unju.edu.ar/sibunju/consbibunju.htm>

Não foram encontrados documentos sobre o tema Operação Condor, foram utilizadas além das duas entradas usuais, uma terceira: Dictadura Militar

49) *Universidad Nacional de Chilecito*

[\(https://www.undec.edu.ar/\)](https://www.undec.edu.ar/)

Não há link para biblioteca. Universidade não possui pós graduação em Ciências Humanas

50) *Universidad Nacional de Tucumán*

<http://biblio.unt.edu.ar/>

Não foram encontrados documentos sobre o tema Operação Condor, foram utilizadas além das duas entradas usuais. A busca foi feita no link da faculdade de filosofia e letras.

51) *Universidad Nacional de Catamarca*

<http://biblio.unca.edu.ar/cgi-bin/koha/opac-main.pl>

Não foram encontrados documentos sobre o tema Operação Condor, foram utilizadas além das duas entradas usuais, uma terceira: Dictadura Militar; foi encontrada uma tese sobre trajetórias escolares durante a ditadura militar

52) Universidad Nacional de Formosa

<http://unaf.opac.com.ar/pergamo/cgi-bin/pgopac.cgi?form=default>

Não foram encontrados documentos sobre o tema Operação Condor, foram utilizadas além das duas entradas usuais, uma terceira: Dictadura Militar

53) Universidad Nacional do Chaco Austral

<http://www.uncaus.edu.ar/index.php/academica/biblioteca>

Não foram encontrados documentos sobre o tema Operação Condor, foram utilizadas além das duas entradas usuais, uma terceira: Dictadura Militar. Não há pós-graduação em Ciências Humanas nessa universidade.

54) Universidad Nacional do Nordeste

<http://redbiblio.unne.edu.ar/opac/cgi-bin/pgopac.cgi?form?default>

Não foram encontrados documentos sobre o tema Operação Condor, foram utilizadas além das duas entradas usuais, uma terceira: Dictadura Militar

55) Universidad Nacional da Patagonia Austral

<http://publicaciones.unpa.edu.ar/>

Não foram encontrados documentos sobre o tema Operação Condor, foram utilizadas além das duas entradas usuais, uma terceira: Dictadura Militar

56) Universidad Nacional do Río Negro

<https://www.unrn.edu.ar/home>

Não há pós graduação em Ciências Humanas nessa universidade. Não há link para biblioteca

<https://rid.unrn.edu.ar/jspui/> (repositório)

57) Universidad Nacional do Comahue

<http://bibliocentral.uncoma.edu.ar/?q=node/579>

Não foram encontrados documentos sobre o tema Operação Condor, foram utilizadas além das duas entradas usuais, uma terceira: Dictadura Militar

58) Universidad. Nacional de Patagonia San Juan Bosco

<http://www.unp.edu.ar/biblioteca/>

<http://sistema.biblio.unp.edu.ar/>

Não foram encontrados documentos sobre o tema Operação Condor, foram utilizadas além das duas entradas usuais, uma terceira: Dictadura Militar
Sistema de banco de teses está em construção.

59) CLACSO (Conselho Latino Americano de Ciências Sociais)

<https://www.clacso.org/>

<http://www.biblioteca.clacso.edu.ar/>

Não foram encontrados documentos sobre o tema Operação Condor, foram utilizadas além das duas entradas usuais, uma terceira: Dictadura Militar

60) FLACSO (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais)

Foram encontrados trabalhos com a temática Operação Condor, mas não da relação entre Brasil e Argentina

<http://flacso.org.ar/>

<http://flacso.org.ar/biblioteca/>

<https://www.flacsoandes.edu.ec/tesis>

<https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/handle/10469/5607>

61) *Sistema Nacional de Repositorios Digitales*

<http://repositoriosdigitales.mincyt.gob.ar/vufind/Search/Advanced>

Não foram encontrados documentos sobre o tema Operação Condor, foram utilizadas além das duas entradas usuais, uma terceira: Dictadura Militar

ANEXO 3 – Tabela sobre teses e dissertações na Argentina

Nome/ sexo	Tipo	Título do trabalho	Ano de defesa	Instituição
Ana Solari (F)	Doutorado em Comunicação	La construcción cultural/comunicacional del Ejército uruguayo en el período 1968-1984 : (o Conversaciones con una mujer dura).	2017	Universidad Nacional de La Plata Facultad de Periodismo e Comunicación Social
Pablo Leonardo Uncos (M)	Dissertação de Mestrado	Entre guerrilleros y asesores militares : Argentina y su guerra fría en América Central, 1977-1984	2013	FLACSO
Roque Guillermo Rutz	Dissertação de Mestrado	El proyecto educativo de la Escuela Superior de Guerra Conjunta : estudio sobre sus fundamentos políticos, doctrinarios y experiencia de implementación, Argentina, 2006 - 2010.	2012	FLACSO

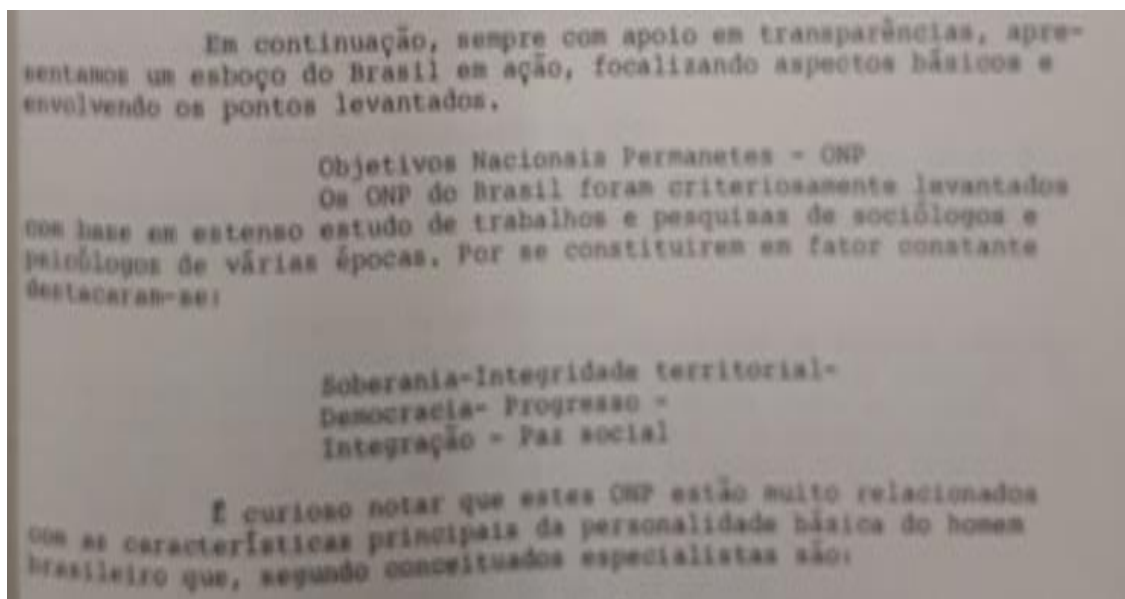
Fonte: Produção do autor

ANEXO 4 – Tabela sobre teses e dissertações no Brasil

Nome/ sexo	Tipo	Título do trabalho	Ano de defesa	Instituição
Cerveira, Neusa Maria Romanzini Pires (F)	Doutorado em História Social	Memória da dor: a operação condor no Brasil (1973/1985)	2007	Universidade de São Paulo
Quadrat, Samantha Viz (F)	Doutorado em História	A repressão sem fronteiras: perseguição política e colaboração entre as ditaduras do Cone Sul.	2005	Universidade Federal Fluminense
Braga, Leonardo Marmontel (M)	Mestrado em Relações Internacionais	A Internacionalização do Terror: o caso argentino	2012	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Rocha, Marina Maria de Lima (F)	Doutorado em História Social	El río nos quedó adentro': direitos humanos e os debates sobre desaparecimento forçado e genocídio na justiça de transição do território rio-platense	2018	Universidade de São Paulo
Mariano, Nilson Cezar (M)	Mestrado em História	Montoneros no Brasil: terrorismo de Estado no sequestro-desaparecimento de seis guerrilheiros argentinos	2006	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Fontes: Produção do autor.

ANEXO 5 – Fragmento do seminário do *National War College*



Fonte: Arquivos do Itamaraty - Brasília - Brasil..

ANEXO 5.1 – Fragmento do seminário do *National War College*

- .Modelo e realidade- rápida apreciação sobre a teoria dos modelos - as realidades muito complexas como a política e a econômica-o perigo das simplificações excessivas e dos estereótipos que deixam de representar a realidade;
- .Política e suas duas interpretações, ora como politics, ora como policy;
- .Liberdade - Observar o essencial e o transitório que há nesse conceito. A sobrevivência de um selvagem exige 40 quilômetros quadrados de floresta enquanto que, nessa mesma área, habitam 12.000 pessoas em uma cidade moderna. E todos se dizem livres.
- .Informação - há que ser transmitida, recebida e assimilada, do contrário não existe. Atenas, 3.000 A.C. e o Congresso de Filadelfia, 1776, são exemplos de tomadas de decisão por pessoas completamente informadas. E hoje? Os que decidem estão devidamente informados? Decidem em função de que?
- .Democracia - conceito que se fundamenta em liberdade e em informação, contem valores essenciais estáveis, filosóficos e formas de execução variáveis, pragmáticas;
- .Desenvolvimento - uma espiral - todos os países estão em processo de desenvolvimento, em algum ponto dessa espiral, Todos tem problemas.Todos tem áreas muito desenvolvidas e áreas pouco desenvolvidas;
- .Dado estatístico - tem de ser usado com muito cuidado para não deformar a realidade.Exemplos.
- .Empatia - essencial para que uns possam tentar compreender os problemas e reações de outros. As soluções boas para uns podem não ser aplicáveis a outros.

Fonte: Arquivos do Itamaraty - Brasília - Brasil..

ANEXO 6 – Charge sobre cúmplices do terrorismo de Estado Argentino

Charge critica aos grupos e instituições que foram cúmplices na implementação do terrorismo de Estado Argentino. Quando em 1995 o capitão da marinha Argentina Adolfo Scilingo confessou ter participado dos voos da morte, o periódico francês *Le Mond Diplomatique* divulgou esta charge (*dibujo*) de autoria um argentino que assina como Pancho. Esta charge retrata da esquerda para direita, duas figuras como se fossem caveiras, a primeira representante das forças militares tapando a boca, isto é, não iria pronunciar absolutamente nada destes ocorridos, um outro que seria um médico, contudo com os ouvidos tampados, ou seja, apenas cumpria sua função nestas operações e não ouvia as razões para executar estes procedimentos em tais “pacientes” encarcerados. A terceira figura seria o então presidente Carlos Saul Menem (1989-1999), porém de braços cruzados, como uma espécie de cúmplice destes fatos ocorridos, o que configura que não iria tomar medidas jurídicas para punir estes crimes. A quarta figura situada na extrema direita; também uma caveira, porém com vestes de bispo católico e com as mãos nos olhos, ou seja, não estaria vendo estes fatos como crime e sim dando a benção da igreja e confortando tais algozes. Na horizontal consta a imagem de uma jovem deitada que receberia o medicamento que lhe deixaria dopada e desta forma seria lançada no Estuário do Rio da Prata ou no Oceano Atlântico, no litoral Argentino, transformando-se em um dos milhares de desaparecidos.



ANEXO 7 – Vigilância de argentinos que trabalham em Foz do Iguaçu

*Consulado
de la
pública Argentina*

EMBAXADA ARGENTINA

TIPO: EV 1977

W. L. L. ELCA 77

TRABAJE

SECRET

FOZ DE IGUAZU, 02 de febrero de 1977

ASUNTO: Complimentar nota "S" ELCA N°26/977.

A Su Excelencia el Señor Embajador Extraordinario y Plenipotenciario de la República, D. OSCAR H. CAMILION

BRASILIA, D.F.

E.A.
07.-

Señor Embajador:

Tengo el honor de dirigirme a Vuestra Excelencia referente a la nota del epígrafe, a fin de informar que en esta ciudad no existe grupo o asociación que congregue a los ciudadanos residentes, como así tampoco, en esta jurisdicción que sea del conocimiento del suscripto.

La mayor parte de los residentes recibe mi visita, con cualquier pretexto, realizada con el fin de constatar su comportamiento y forma de vida, pudiendo afirmar que los que aquí residen, cualquiera sea su nivel cultural, social o profesional, se comportan en forma prudente y sin causar problemas a las autoridades locales o a esta Representación.

En estos últimos dos años, 1975 y 1976, se ha producido el arribo a esta ciudad de 46 ciudadanos, acompañados de sus familias, que se desempeñan en UNICOM (Consorcio de Empresas de Brasil) que es la encargada de realizar los trabajos de la proyectada hidroeléctrica "Itaipu", quienes poseen residencia "Fronteriza" que los habilita únicamente a trabajar en frontera.

Hago propicia la oportunidad para saludar a Vuestra Excelencia con mi más distinguida consideración

 ADOLFO E. GONZALEZ ALEMÁN
Cónsul

Fonte: Arquivos de la Cancilleria em Buenos Aires

ANEXO 8 – Fragmento de manual KUBARK-CIA (1983) com rasuras

I-22

THREATS

A THREAT IS BASICALLY A MEANS FOR ESTABLISHING A BARGAINING POSITION BY INDUCING FEAR IN THE SUBJECT. A THREAT SHOULD NEVER BE MADE UNLESS IT IS PART OF THE PLAN AND THE "QUESTIONER" HAS THE APPROVAL TO CARRY OUT THE THREAT. WHEN A THREAT IS USED, IT SHOULD ALWAYS BE IMPLIED THAT THE SUBJECT HIMSELF IS TO BLAME BY USING WORDS SUCH AS, "YOU LEAVE ME NO OTHER CHOICE BUT TO" HE SHOULD NEVER BE TOLD TO COMPLY "OR ELSE!"

EXAMPLES OF THREATS:

- 1) TURN HIM OVER TO LOCAL AUTHORITIES FOR LEGAL ACTION
- 2) RETURN HIM TO HIS ORGANIZATION AFTER COMPROMISING HIM
- 3) PUBLIC EXPOSURE
- 4) DEPRIVATIONS OF PERSON FREEDOM SUCH AS CIGARETTES
- 5) DEPORTATION
- 6) CONFISCATION OF PROPERTY
- 7) ~~PHYSICAL VIOLENCE~~ ✓

I-8

Fonte: Human Resource Exploitation Training Manual

ANEXO 9 – Fragmento de manual KUBARK - CIA (1983) com rasuras

IV. REGRESSION

AS I SAID AT THE BEGINNING OF OUR DISCUSSION OF COERCIVE TECHNIQUES, THE PURPOSE OF ALL COERCIVE TECHNIQUES IS TO INDUCE REGRESSION. HOW SUCCESSFUL THESE TECHNIQUES ARE IN INDUCING REGRESSION DEPENDS UPON AN ACCURATE PSYCHOLOGICAL ASSESSMENT OF THE SUBJECT AND A PROPER MATCHING OF METHOD TO SOURCE.

L-17

THERE ARE A FEW NON-COERCIVE TECHNIQUES WHICH CAN ^{ALSO} BE USED TO INDUCE REGRESSION, BUT ~~TO A LESSER DEGREE THAN~~ ^{IT IS ILLEGAL AND} AGAINST POLICY TO USE THEM TO PRODUCE ~~CAN BE OBTAINED WITH COERCIVE TECHNIQUES. THE~~ REGRESSION. FOLLOWING IS A LIST OF THESE ~~EFFECTIVENESS OF THESE TECHNIQUES DEPENDS UPON THE~~ NON-COERCIVE TECHNIQUES WHICH REQUIRE ~~"QUESTIONER'S" CONTROL OF THE ENVIRONMENT. FOR~~ GREAT CARE BECAUSE OF THEIR SUSCEPTIBILITY TO ABUSE:

- * A. PERSISTENT MANIPULATION OF TIME
- B. RETARDING AND ADVANCING CLOCKS
- C. SERVING MEALS AT ODD TIMES
- D. DISRUPTING SLEEP SCHEDULES
- E. DISORIENTATION REGARDING DAY AND NIGHT
- F. UNPATTERNED "QUESTIONING" SESSIONS
- G. NONSENSICAL QUESTIONING
- H. IGNORING HALF-HEARTED ATTEMPTS TO COOPERATE
- I. REWARDING NON-COOPERATION

IN GENERAL, THWARTING ANY ATTEMPT BY THE SUBJECT TO RELATE TO HIS NEW ENVIRONMENT WILL REINFORCE THE EFFECTS OF REGRESSION AND DRIVE HIM DEEPER AND DEEPER INTO HIMSELF, UNTIL HE NO LONGER IS ABLE TO CONTROL HIS RESPONSES IN AN ADULT FASHION.

Fonte: Human Resource Exploitation Training Manual

ANEXO 10 – SOUTH AMERICA SOUTHERN CO [15515265]

Approved for Release: 2018/10/01 C00450343

E7

Current Class: SECRET
 Current Handling: NOFORN
 Document Number: 1976STATE178852

Page: 1
 Channel: n/a

SECRET

PAGE 01 STATE 178852

45
 ORIGIN INR-07

INFO OCT-01 EUR-12 ISO-00 ARA-06 SIG-01 CIAE-00 NSAE-00
 DODE-00 /027 R

DRAFTED BY INR/RAR:JBUCHANAN; WLOFSTROM
 APPROVED BY INR/DDR:MPACKMAN
 INR/RAR:GHSUMM
 ARA:HWSHLAUDEMAN
 EUR:REWING (TRANSMISSION)

075348

R 201327Z JUL 76
 FM SECSTATE WASHDC
 TO ALL AMERICAN REPUBLIC DIPLOMATIC POSTS
 AMEMBASSY LISBON
 AMEMBASSY OSLO
 AMEMBASSY PARIS
 AMEMBASSY ROME
 AMEMBASSY STOCKHOLM
 INFO USCINCSO

S E C R E T STATE 178852

E.O. 11652: XGDS-2

TAGS: PINS, AR, BL, CI, PA, UY, BR

SUBJECT: SOUTH AMERICA: SOUTHERN CONE SECURITY PRACTICES

NOT RELEASABLE TO FOREIGN NATIONALS/NOT RELEASABLE TO
 CONTRACTORS OR CONTRACTOR-CONSULTANTS/WARNING NOTICE--
 SENSITIVE INTELLIGENCE SOURCES AND METHODS INVOLVED

1. FOLLOWING IS TEXT OF INR REPORT NO. 526, DATED
 JULY 19, 1976.

2. RECENT ATTACKS ON LEFTIST EXILES IN ARGENTINA RAISE
 QUESTIONS ABOUT THE SECURITY PRACTICES OF THE SOUTHERN
 CONE NATIONS: ARGENTINA, BOLIVIA, BRAZIL, CHILE, PARAGUAY,
 SECRET

SECRET

Current Class: SECRET

Page: 1

Approved for Release: 2018/10/01 C00450343

Fonte: Arquivos da Cia

Approved for Release: 2018/10/01 C00450343

Approved for Release: 2018/10/01 C00450343

Current Class: SECRET
 Current Handling: NOFORN
 Document Number: 1976STATE178852

Page: 4
 Channel: n/a

7. ARGENTINE SECURITY FORCES IMPLICATED. OFFICIAL ARGENTINE SECURITY PERSONNEL ARE CLEARLY INVOLVED IN THE ANTI-EXILE ACTIVITIES, ALTHOUGH IT IS IMPOSSIBLE TO ASSESS IN WHAT NUMBERS OR AT WHAT LEVEL OF COMMAND. AN OPERATION LIKE THE MASS KIDNAPPING OF REFUGEES COULD NOT HAVE BEEN EXECUTED WITHOUT POLICE AND/OR MILITARY CONNIVANCE. PRESIDENT VIDELA DOES NOT CONDONE OR ENCOURAGE THESE ACTIONS, BUT NEITHER DOES HE APPEAR CAPABLE OF HALTING THEM.

8. INTERGOVERNMENTAL COOPERATION. SOUTHERN CONE SECURITY FORCES UNDOUBTEDLY COORDINATE THEIR COUNTERTERRORIST EFFORTS INSOFAR AS INFORMATION EXCHANGES ARE CONCERNED, AND ARGENTINA AND BRAZIL MAY PROVIDE LIMITED TRAINING AND ADVISORY SERVICE TO THEIR SMALLER NEIGHBORS. OVER TWO YEARS AGO, SECURITY OFFICIALS FROM ALL THE SOUTHERN CONE COUNTRIES EXCEPT BRAZIL MET IN BUENOS AIRES AND REPORTEDLY FORMALIZED ARRANGEMENTS TO FACILITATE INFORMATION EXCHANGES AND THE MOVEMENT OF SECURITY OFFICIALS ON GOVERNMENT BUSINESS.

9. COOPERATION OF THIS NATURE IS LOGICAL:

(A)--ALL THE SOUTHERN CONE GOVERNMENTS CONSIDER THEMSELVES TARGETS OF INTERNATIONAL LEFTIST SUBVERSION;

(B)--IRREFUTABLE EVIDENCE SHOWS THAT TERRORISTS MOVE BACK AND FORTH ACROSS SOUTHERN CONE BORDERS; AND

(C)--TERRORISTS BASED IN BOLIVIA (ELN), URUGUAY (TUPA-MAROS), CHILE (MIR), AND ARGENTINA (ERP) ARE FORMALLY, IF SOMEWHAT INEFFECTUALLY, ORGANIZED IN THE REVOLUTIONARY COORDINATING JUNTA (JCR). THE JCR IS PRIMARILY A CREATURE OF THE ERP; AND ACCORDING TO AVAILABLE INFORMATION, IT HAS NOT SPONSORED ANY MAJOR SOUTHERN CONE OPERATIONS. JCR REPRESENTATIVES IN WESTERN EUROPE PROVIDE ASSISTANCE TO COHORTS TEMPORARILY RESIDING THERE AND PUBLISH PROPAGANDA AGAINST SOUTHERN CONE GOVERNMENTS.

10. IN EARLY JUNE OF THIS YEAR, REPRESENTATIVES OF THE SECRET

SECRET

PAGE 05 STATE 178852

Current Class: SECRET

Page: 4

Fonte: Arquivos da Cia

ANEXO 11 – Parte da Ata de criação da Operação Condor

Esta parte compreende a cinco páginas, nas quais inclui os seus fundamentos, objetivos, organograma das atividades em conjunto entre os países envolvidos, informações de como alimentar um banco de dados

155

00022F 0157

PRIMERA REUNION DE TRABAJO DE INTELIGENCIA NACIONAL

00143F 0014

I.- FUNDAMENTOS.

La Subversión desde hace algunos años, se encuentra presente en nuestro Continente, amparado por concepciones políticas-económicas que son fundamentalmente contrarias a la Historia, a la Filosofía, a la Religión y a las costumbres propias de los países de nuestro Hemisferio.

Esta situación descrita, no reconoce Fronteras ni Países, y la infiltración penetra todos los niveles de la vida Nacional.

La Subversión, ha desarrollado Mandos Intercontinentales, Continentales, Regionales y Subregionales, centralizados para coordinar las acciones disociadoras. A manera de ejemplo podemos citar la Conferencia Tricontinental de la Habana, la Junta Coordinadora Revolucionaria para el Sur, etc., todo ello amenizado con toda suerte de Comités de Solidaridad con.....; de Congresos para.....; de Tribunales de.....; de Encuentros.....; de Festivales.....; de Conferencias.....etc.

En cambio los países que están siendo agredidos Política-Económica y Militarmente (desde adentro y fuera de sus fronteras), están combatiendo solos o cuando más con entendimientos bilaterales o simples "acuerdos de caballeros".

Es para enfrentar esta Guerra Psicopolítica, hemos estimado que debemos contar en el ámbito Internacional no con un Mando centralizado en su accionar interno, sino que con una Coordinación eficaz que permita un intercambio oportuno de informaciones y experiencias además con cierto grado de conocimiento personal entre los Jefes responsables de la Seguridad.

II.- PROPOSICION.

Para materializar los intercambios de información se proponen las siguientes acciones a la digna consideración de los Honorables Delegados, consistente en una Oficina de Coordinación y Seguridad.

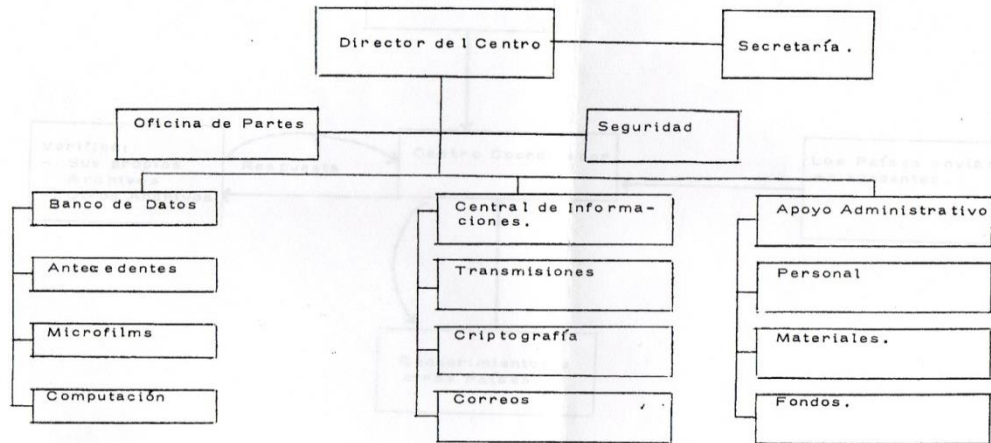
//..

00022F 0163

SISTEMA DE COORDINACION

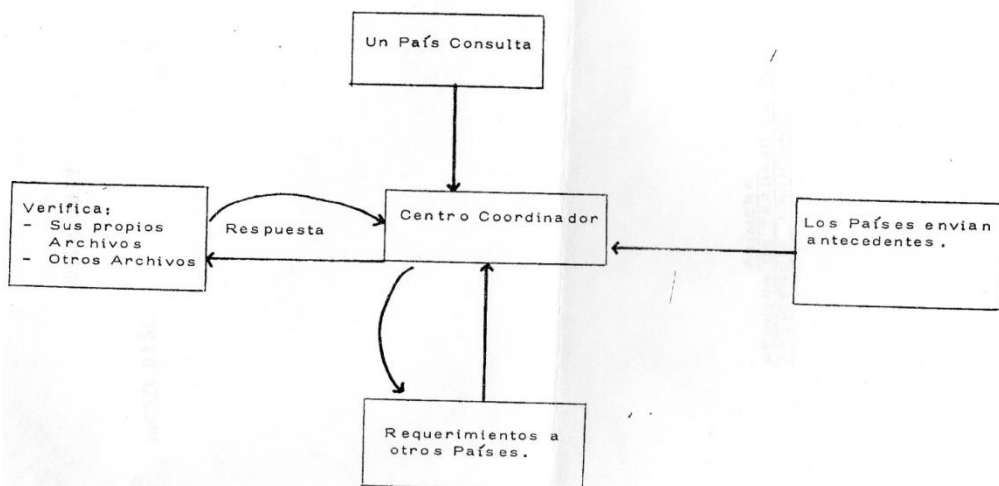
(Anexo A.-)

00143F 0020



00022F 0164

00143F 0021

MECANICA DE CONSULTA (Anexo B.-)

ALFABETO DE SUSTITUCION SIMPLE (Anexo C.-)

00022F 0165

00143F 0022

CLARO	a	b	c	d	e	f	g	h	i	j	k	l	m	n	o	p	q	r	s	t	u	v	w	x	y	z
CLAVE	D	Q	Z	Y	C	R	U	I	X	B	P	M	A	J	V	G	K	T	F	W	L	N	E	S	H	O

INSTRUCCIONES PARA CIFRAR Y DESCIFRAR.

Para Cifrar.

Cada letra del Alfabeto Normal (claro, escrito con minúsculas) está sustituida por una letra distinta, (En Mayúsculas). Para cifrar un mensaje tomamos la primera letra del texto que deseamos cifrar, la buscamos en el Alfabeto Claro y la reemplazamos por la que aparece debajo de esta, (Alfabeto Cifrador). Lo mismo se hace con la segunda letra y con el resto de estas hasta terminar el mensaje.

Una vez cifrado todo el texto, se toman las letras y se agrupan de cinco en cinco. Se escriben en el formulario definitivo para transmitir o enviar. La letra "N" no se ha considerado por lo cual deberá reemplazarse por la letra "N".

Para Descifrar.

Al recibir un Criptograma (mensaje cifrado), tomamos una por una sus letras, la ubicamos en el Alfabeto Cifrador (Con Mayúsculas), y la reemplazamos por la letra que está sobre ella en el Alfabeto Claro (Con Minúsculas). Una vez que se hayan reemplazado todas las letras, se lee cuidadosamente el texto que salió y se separan las palabras, luego se escribe en el formulario en que se entregará a su destino.

EJEMPLO: MENSAJE A CIFRAR: "VIAJAREMANANA".

La letra "v" en el Claro se reemplaza por la letra "N" que la clave. La letra "i" por la letra "X".

viajaremanana	mensaje en claro.
NXDBDTCADJDJD	mensaje cifrado

MENSAJE A ENVIAR: NXDBD TCADJ DJD

463

00022F 0158

- 2 -

SECRET

136

A.- Banco de Datos. 00143F 0015

Establecer en un País de los que aquí se encuentran representados, un Archivo Centralizado de Antecedentes de Personas, Organizaciones y otras Actividades, conectadas directa o indirectamente con la Subversión.

En líneas generales, algo similar a lo que tiene INTERPOL., en París, pero dedicado a la Subversión

Desde luego, este Banco de Datos, debe ser manejado financiado y alimentado por los Servicios de Seguridad de los Países interesados, de acuerdo a un Reglamento Orgánico y de Funcionamiento aprobado por los Delegados.

B.- Central de Informaciones.

Para obtener un eficaz rendimiento en el uso del Banco de Datos, es necesario contar con un Sistema de Comunicaciones moderno y ágil, que permita cumplir con los principios de rapidez y oportunidad en la entrega de la información. A modo de ejemplo, el sistema podría conformarse a base de:

- 1.- Transmisión por Telex.
- 2.- Medios de Criptografía.
- 3.- Teléfonos con inversores de voz.
- 4.- Correos.

Este Sistema debe ser manejado, financiado y alimentado por los Servicios de Seguridad de los Países interesados, de acuerdo a un Reglamento.

C.- Reunión de Trabajo.

Con el fin de ir evaluando los servicios prestados por la Oficina de Coordinación de Seguridad, tratar problemas específicos; realizar contactos de coordinación o conocimiento personal, deben programarse Reuniones de Trabajo en los Países cuyos servicios de Seguridad serán parte de este Sistema. También deben estimularse Reuniones de Trabajo bilaterales o extraordinarios cuando la situación así lo exija.

Para evitar cargas onerosas o compromisos, este tipo de reuniones deben estar regidas por un Reglamento de funcionamiento, que permita un ordenamiento de las mismas.

//..

ANEXO 12 – Trecho de periódico mexicano denunciando as ditaduras no Cone Sul

EXCELSIOR

9/11/76

En Argentina, Brasil, Chile y Uruguay

Treinta mil Presos Políticos

- ★ Denuncia Amnistía Internacional en su Informe
- ★ Esos Gobiernos Mantienen Agentes en Europa y EU
- ★ Secuestran, Torturan y Asesinan a los Exiliados

Por FAUSTO FERNANDEZ PONTE,
corresponsal de EXCELSIOR

WASHINGTON, D. C., 8 de noviembre.—Más de 30,000 personas se encuentran en prisión por motivos políticos en Argentina, Brasil, Chile y Uruguay, denunció la entidad Amnistía Internacional en su informe de noviembre de 1976.

Además, los gobiernos argentino, brasileño y chileno mantienen agentes de seguridad y espionaje en varios países de Europa y en Estados Unidos, dedicados exclusivamente a vigilar las actividades de los ciudadanos exiliados —por causas políticas— de cada una de esas naciones.

Esos agentes, según el informe, amenazan, secuestran, torturan, e inclusive asesinan a los ciudadanos exiliados, ante la indiferencia, si no la colaboración, de las autoridades policíacas y de espionaje locales.

Asimismo, existe en el cono sur del continente americano una red de seguridad de Inteligencia, creada por los gobiernos de Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay que permite extender a una eficiencia máxima la represión política en esos países.

SIGUE EN LA PAGINA DIEZ

En Argentina, Brasil, Chile y Uruguay

Signe de la primera plana.

La existencia de esa red, así como la colaboración estrecha que existe en Europa y Estados Unidos entre los agentes de seguridad y espionaje de Argentina, Brasil y Chile, explica que haya aumentado el número de presos políticos en los países del cono sur de América, se sostiene en el informe.

INTERCAMBIO DE VIGILANCIA

La red consiste no sólo en un intercambio de información entre los gobiernos de los países del cono sur, respecto a exiliados políticos, viajeros y residentes, sino particularmente en acciones concretas de represión: así, por ejemplo, la policía argentina mantiene una vigilancia estricta de las actividades de los ciudadanos brasileños en Buenos Aires y otras ciudades del país. Igual ocurre con ciudadanos de Chile, Uruguay, Paraguay y Bolivia. En estos países la práctica es igual.

También es frecuente que ciudadanos brasileños, por ejemplo, que residen en Buenos Aires, sean detenidos ilegalmente por la policía argentina y enviados a Brasil, en donde se les tortura, y en muchos casos probados, se les asesina.

EXCELSIOR
LEA Y ESTE BIEN INFORMADO
EXCELSIOR

El número aproximado de presos políticos en sólo cuatro países del cono sur es de 30,000 personas. En esas naciones —Argentina, Brasil, Chile y Uruguay—, el número de presos políticos se ha incrementado casi en ciento por ciento respecto a noviembre de 1975, y en 150 por ciento en comparación con noviembre de 1974.

En Brasil, sin embargo, la práctica de las torturas a los presos políticos y personas ilegalmente ha decrecido, habiéndose acentuado en Argentina y Uruguay.

AMENAZAS Y SECUESTROS

Respecto a las actividades de los agentes de seguridad y espionaje de los gobiernos argentino, brasileño y chileno, en Europa y Estados Unidos, en el informe se consigna que no solamente mantienen vigilancia de las actividades de los exiliados, sino que también los amenazan, secuestran, torturan y, en casos probados, los asesinan.

(En el caso de Estados Unidos, el Congreso hizo público un documento en el que consigna que la Agencia Central de Inteligencia colabora con los agentes de los organismos de seguridad y espionaje de los gobiernos de Argentina, Brasil y Chile comisionados en varias ciudades estadounidenses. La CIA les proporciona también información sobre las actividades de los ciudadanos exiliados de cada uno de esos países en México, Costa Rica y Venezuela).

Además, los agentes de esos gobiernos colaboran entre sí para mantener vigilancia de los exiliados.

En el informe se observa que algunos gobiernos latinoamericanos han tenido éxito en reprimir el extremismo político de izquierda, pero durante ese proceso han incurrido en asesinatos, torturas, detenciones ilegales y secretas y otros abusos de los Derechos Humanos.

Se añade que la represión, concebida originalmente para eliminar a guerrillas y guerrilleros, está siendo usada contra políticos, sacerdotes católicos y de otras religiones, periodistas, estudiantes y ciudadanos extranjeros, principalmente europeos y estadounidenses que son objeto de sospechas gubernamentales.

El caso más reciente de estadounidenses atropellados en sus derechos humanos por los países del cono sur, es el de Patricia Erb, una joven de 19 años de edad, que fue secuestrada por la policía en Buenos Aires, torturada en una prisión militar y, finalmente deportada debido a las gestiones del consulado de Estados Unidos en la capital argentina.

(Al llegar a Estados Unidos la joven denunció que fue torturada de cómo se torturó a Domingo Mena, Ana María Loncetto, Eduardo Raúl Merli y Lelena Barberis en una prisión en Campo de Mayo).

(Amnistía Internacional le pidió al gobierno argentino sobre la situación de las personas citadas, obteniendo por respuesta la afirmación de que esos presos políticos no existen).

(Patria afirmó que Mena encadenado y en tal estado que era evidente que había sido sometido a torturas brutales estaba confinado en una celda pequeñísima. Ana María Loncetto está encinta desde hace ocho meses).

ANEXO 13 – Ação extrema de um grupo de chilenos em busca de refúgio

Policia de la Provincia de Bs. As.
 P. I. P. 14.055 RS
 Nº de Orden 28. Med. 10. 10. 75
 HALLADO N.º 14.0
 Hora Recepción 14.0

PCU 2820
 I

1-6

SECRETO

POLICIA FEDERAL EJEMPLAR NRO **8** .-
SEGURIDAD FEDERAL D. ASUNTOS EXTRANJEROS

PARTI INFORMATIVO D. ASUNTOS EXTRANJEROS NRO. 6902

ASUNTO: "OCUPACION DE SEDE DEL ALTO COMISIONADO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LOS REFUGIADOS".

TEXTO: El día 8 de octubre próximo pasado, horas 11.30', un grupo de refugiados compuesto por 8 (ocho) hombres y 2 (dos) mujeres, ocuparon la Sede del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados, sita en Quipacha 280, Piso 8º, y portando armas de fuego tomaron como rehen a 13 (trece) miembros del Alto Comisionado, entre los que se encontraban 3 (tres) diplomáticos y empleados de esa legación.

En los primeros contactos con el grupo, se logró establecer, que el mismo era liderado por los que luego se supo se llamaban [REDACTED] y [REDACTED], quienes hicieron conocer que el acto lo habían ejecutado con el fin de:

"salir inmediatamente de Argentina, hacía otro país / "que les de asilo definitivo".-

"expresar así la protesta de miles de chilenos y latinos americanos refugiados, bajo la protección de ACNUR, sin asilo, sin protección material, ni ayuda moral de ninguna especie, sin trabajo, sin alimentos, sin los mínimos requisitos de supervivencia".-

"que el acto solo incumbe a los refugiados en una situación de fuerza contra los "retrogradados" funcionarios de las Naciones Unidas, sin querer afectar en absoluto el respecto a la soberanía y al sacro suelo argentino".-

"que los elementos bélicos era para el caso de extrema necesidad y que solo sería usado contra los rehenes en el caso de violencia contra ellos".-

"que no fijaban tiempo de solución sino que se quedaban con los rehenes hasta tanto no hubiere una situación favorable o satisfactoria".-

///

2-6

SECRETO

/// "que para demostrar el carácter no guerrillero, ni ex-
"tremista del acto, procedían a liberar las mujeres secuestra-
"das en un total de 7 (siete) sin solicitar nada a cambio".-

Ellos se autodenominaron COMITE DE REFUGIADOS LATINOAMERICANOS.-

Además de liberar las mujeres hicieron lo mismo con un funcionario que se hallaba enfermo, por cuanto en el interior de la Sede quedaron como rehenes el Jefe de la Misión Robert MULLER, su adjunto Frank KRENZ, los funcionarios Drs. Enrique PINTOS, Carlos RODRIGUEZ, y el chofer de MULLER, señor Héctor Di guardi.-

El día 9 de octubre, arribó al país procedente de SUIZA, un enviado personal del Alto Comisionado Príncipe AGA KHAN, Sr. Jhon Robert KENNEDY, con la misión de intermediar con los refugiados.-

Antes de la citada llegada, funcionarios de Naciones Unidas en Argentina, habían obtenido una entrevista con el Sr. Ministro de Relaciones Exteriores y Culto, donde se aclaró que ante las inmunidades y la falta de denuncia por parte de las Naciones Unidas, Argentina quedaba a la expectativa de los acontecimientos y no iría a interferir en las tramitaciones que el Organismo Internacional realizará con los secuestradores.-

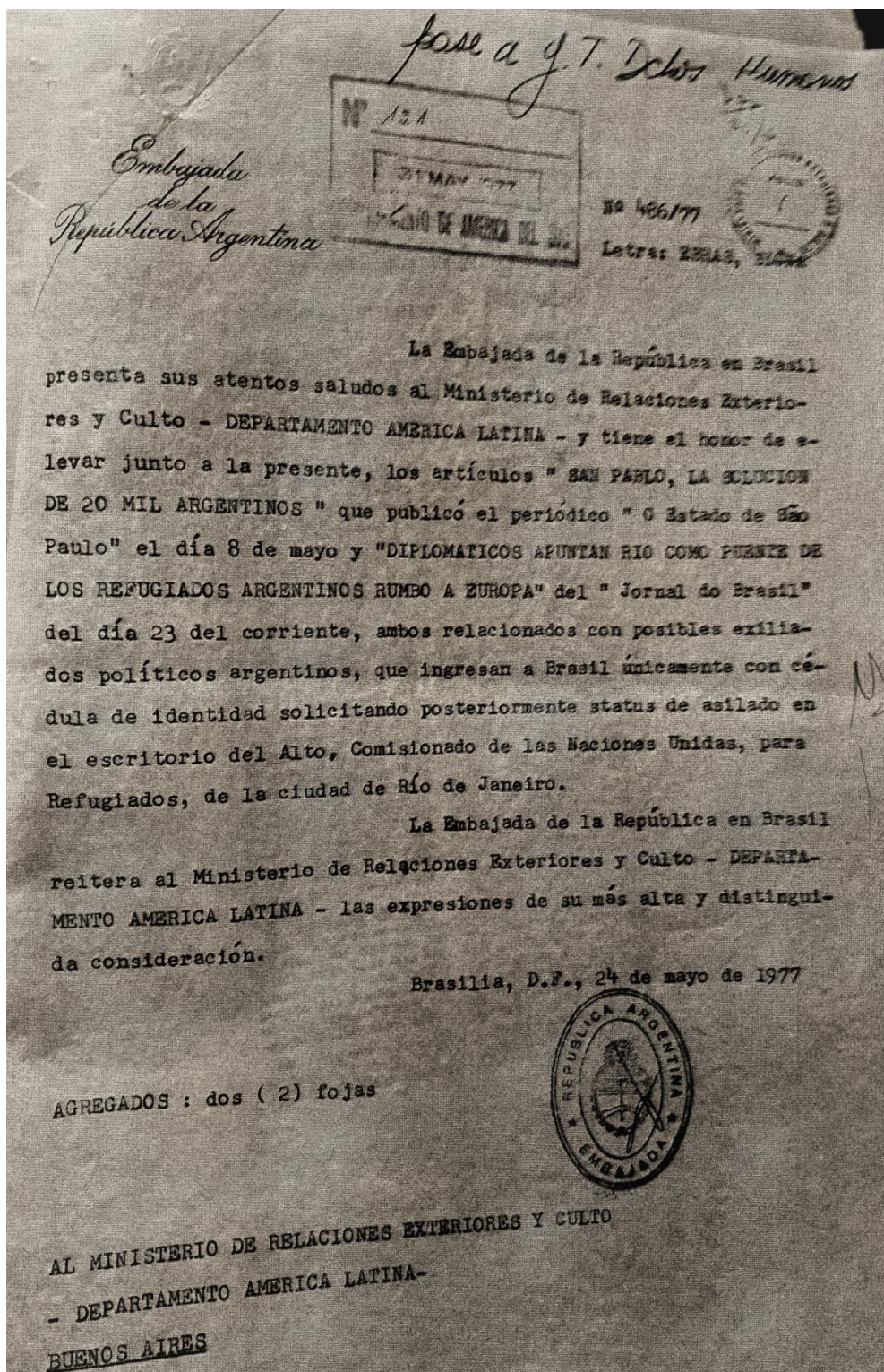
En el correr de las horas se pudo saber que Suecia, Dinamarca, Holanda, Bélgica y Noruega habían denegado el asilo a los refugiados por "la violencia impuesta" y según ellos "por ser un problema de Argentina, que les había concedido asilo en tránsito".-

El día 10 de octubre, horas 16.30', procedente de Ginebra-SUIZA, se recibe en la Sede Diplomática ocupada un llamado telefónico, en el cual se comunica que ARGELIA los había aceptado como refugiados.-

A las horas 20.45', desde el Aeropuerto Internacional de Ezeiza, luego de haber depuesto las armas a funcionarios policiales en la Sede de la calle Suipacha, un total de 4 (cuatro) revólveres, calibre 22 corto y 50 (cincuenta) proyectiles, viajaron rumbo a Roma-ITALIA, en vuelo 1583 de Alitalia, para luego hacer lo propio a Argelia, los 10 (diez) secuestradores, 4 (cuatro) familiares mayores y 3 (tres) menores, los que a continua-

////

ANEXO 14 – A cidade do Rio de Janeiro como destino de refugiados argentinos



Fonte: Arquivos de La Cancilleria em Buenos Aires

ANEXO 15 – Índice do Estágio de Guerra Revolucionária

ESTÁGIO DE GUERRA REVOLUCIONÁRIA		
PROGRAMA		
Sessões (50 min)	ASSUNTO	Obs
1a	ABERTURA DO CURSO	
2a	ASPECTOS BÁSICOS DA TEORIA MARXISTA	
3a	ASPECTOS ESSENCIAIS DA TEORIA ECONÔMICA DO COMUNISMO E SOCIALISMO	
-	TRABALHOS E DEBATES	QUESTIONÁRIO
4a	TÉCNICAS CONSTRUTIVAS E DESTRUTIVAS	
5a	PROPAGANDA	
6a	LAVAGEM CEREBRAL	
-	TRABALHOS E DEBATES	QUESTIONÁRIO
7a	A ARMA PSICOLÓGICA	
8a	GUERRILHA	
9a	GUERRILHA	
-	TRABALHOS E DEBATES	QUESTIONÁRIO
10a	TERRORISMO E CONTRATERRORISMO	
11a	CONQUISTA DA POPULAÇÃO E DESTRUIÇÃO DA OPA	
12a	SUBVERSÃO	
13a	GREVES, SABOTAGEM E CONTRA-SABOTAGEM	
-	TRABALHOS E DEBATES	QUESTIONÁRIO
14a	CONTRAGUERRILHA	
15a	O ESTADO-MAIOR MISTO	
-	TRABALHOS E DEBATES	QUESTIONÁRIO
16a	ESTRATÉGIA REVOLUCIONÁRIA E CONTRA-REVOLUCIONÁRIA	
17a	OPERAÇÕES NA GUERRA REVOLUCIONÁRIA	
18a	LIDERANÇA NA GUERRA REVOLUCIONÁRIA	
19a	UM EXEMPLO NACIONAL	
20a	A GUERRA REVOLUCIONÁRIA NO BRASIL	
21a	COOPERAÇÃO DA MARINHA	
22a	COOPERAÇÃO DA AERONÁUTICA	

Fonte: Mensário de Cultura Militar (1962)

ANEXO 16 – Prisão de brasileiro no Rio Grande do Sul

ASUNTO: Detención de ciudadano brasileño por efectivos de Fusileros Navales (Brasil.)

El día 31 de marzo ppdo. fue detenido por el Cuerpo de Fusileros Navales con asiento en Puerto de Sao Borja (R. F. de Brasil) [REDACTED] brasileño, nacido el 12-4-50 en Sao Paulo, hijo de [REDACTED] y de [REDACTED] [REDACTED], C.I. n° [REDACTED] expedida por la Policía de Sao Paulo, en oportunidad que intentaba cruzar la frontera e ingresar al puerto de Santo Tomé (Corrientes) y de allí trasladarse a Buenos Aires.

En esa oportunidad portaba bibliografía de tendencia marxista sobre la guerrilla urbana, su técnica y táctica y un pasaporte brasileño con registro de ingreso a Chile y Bolivia siendo expulsado por las autoridades Bolivianas por ser "personaindeseable"

Fonte: Arquivo Provincial da cidade de La Plata, capital da província de Buenos Aires – Argentina

ANEXO 17 – Relação de brasileiros vigiados na argentina

Cde. Mndo. 8389 K-3 N° 74 "ESC"/978.-

ASUNTO: R/NOMINA DE ELEMENTOS TERRORISTAS DE NACIONALIDAD BRASILEÑA.-

FUENTE: EJERCITO URUGUAYO (Salto).-

VALOR: "A-1".-

FECHA: 23 de Agosto de 1978.-

INFORMACION: Para conocimiento, se remite relación de elementos extremistas de nacionalidad brasileña y los cuales se encontraban residiendo en nuestro país.-

- [REDACTED] (a) [REDACTED] nacido en Rio de Janeiro; hijo de [REDACTED] ra, con posible paradero en la Pcia. de Corrientes.-

[REDACTED]; nació en Aracuai-MG. con posible paradero en la Pcia. de Corrientes.-

[REDACTED] (a) [REDACTED] nació el 1° de Febr. 43/45; hijo de [REDACTED] y de [REDACTED] con posible Paradero en la Pcia. de Ctes.-

- [REDACTED] (a) [REDACTED] nacida en San [REDACTED] ablo el 24 AGO 45; hija de [REDACTED] y de [REDACTED] se ignora paradero.-

[REDACTED] (a) [REDACTED] nacido en Rio de Janeiro el 12 de JUL 51, hijo de [REDACTED] y de [REDACTED] con posible paradero en la Pcia. de Ctes.-

- [REDACTED] (a) [REDACTED] nació en Muriaé-MG. el 13 OCT 45 hijo de [REDACTED] y de [REDACTED] con posible paradero en la Pcia. de Corrientes.-

Fonte: Arquivo Provincial da cidade de La Plata, capital da província de Buenos Aires – Argentina.

ANEXO 18 – Vigilância de argentinos em Foz do Iguaçu-BR

SERVICIO NACIONAL DE INFORMACOES
AGENCIA CENTRAL

PEDIDO DE BUSCA Nº 576 /31/AC/76

DATA : 09 de fevereiro de 1976

ASSUNTO : INFILTRACAO SUBVERSIVA ARGENTINA NO BRASIL

ORIGEM : AC/SNI

DIFUSAO : CIE - CISA - CENIMAR - CI/DPF

1. DADOS CONHECIDOS:

a) Em DEZ 75, o deputado argentino TITO LIVIO VIDAL -Partido Autêntico, cisão peronista - teria estado por 2 vezes no BRASIL onde teria recebido grande quantidade de armas.

b) Teria ainda recebido contato dentro do BRASIL e apoio dos setores de base do PC do B/RS.

c) Teria obtido credenciais do Governo Argentino para um chamado "Grupo de Trabalho Imprensa", junto o qual entrou no BRASIL com 15 terrorista por FÓZ DO IGUAÇU, como integrante de uma equipe oficial de filmagens.

d) Nessa ocasião teria recebido visita de elementos subversivos brasileiros da região (FÓZ DO IGUAÇU) pertencentes ao PC do B.

e) Teria sido no BRASIL que o grupo acertará os detalhes para o desfecho da "Operação Formosa" e que contou com a presença do líder máximo montonero (MARIO FIRMENICH), resultando no sequestro de um avião das Aerolíneas Argentinas.

f) NA ARGENTINA o referido deputado estaria mantendo contatos com subversivos brasileiros, entre os quais

(1002) - CONFIDENCIAL - 1002

Fonte: Arquivos da Fundação Celestina Perez Almada no Paraguai.

ANEXO 19 – Denúncias de brasileiros no Chile

CONFIDENCIAL



SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA CENTRAL

A AC (MEND) ✓
STC e dem. vistos
ao 188. PART. PR.
14/3/76
[assinatura]



INFORME Nº *696* /31/AC/76

DATA : 17 de fevereiro de 1976

ASSUNTO : Elaboração no exterior de documentos envolvendo o BRASIL na derrubada do Governo Chileno de ALLENDE.

ORIGEM : AC/SNI

CLASSIFICAÇÃO : B-2

DIFUSÃO : CH/SNI

1. O refugiado brasileiro EUCLIDES MORAES GOMES nascido a 10 JAN 44 em ALEGRETE/RS, ex-funcionário contratado do Escritório do Adido do Exército/Aeronáutica junto à Embaixada do BRASIL em SANTIAGO DO CHILE (1972/74), solicitou, em JUL 75, asilo político ao governo português. Na ocasião viajou do CHILE para PORTUGAL com passaporte fornecido pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha - Delegação de SANTIAGO DO CHILE. Em 02 FEV 76 soube-se que o nominado estaria mantendo estreitos contatos, em LISBOA, com elementos de "base" da organização subversiva chilena "Movimiento de Izquierda Revolucionária (MIR)" e com os asilados brasileiros MÁRCIO MOREIRA ALVES e CARLOS FIQUEIREDO SÁ.

2. No início de FEV 76 o nominado viajaria à LINAMARCA onde, a convite da "Amnesty International", colaboraria na confecção de um relatório sobre a participação dos serviços de informações do BRASIL no golpe que derrubou o governo

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

(Continuação do INFE Nº 696 /31/AC/76.....fls 02)

de SALVADOR ALLENDE. Parte desse material já estaria sendo elaborado, na ocasião, em LISBOA, pelos asilados brasileiros MÁRCIO MOREIRA ALVES e CARLOS FIGUEIREDO SÁ. No referido relatório estariam sendo citados o SNI, CIE, CENIMAR, os Coronéis WALTER MESQUITA DE SIQUEIRA e DÉCIO BARBOSA (como membros do CIE), o comandante PAULO HENCHEL MARTINS (como oficial do CENIMAR), o Embaixador CAMARA CANTO, Conselheiro CLÁUDIO SANTOS ROCHA e "Assessor de Segurança" JACEGUAY COSTA (como sendo do SNI), o Sub-Oficial da Armada EROTILDES (CENIMAR) e os Sargentos do Exército DEOCLÉCIO PAULO e JOSÉ MILESKI (como elementos do DOI/GB em SANTIAGO).

3. EUCLIDES teria, ainda, narrado para os citados asilados, com vista à inclusão no aludido material, uma história fantasiosa sobre a atuação de um grupo de militares brasileiros, comandado pelo Tenente-Coronel CYRO ETCHEGOYEN, que teria chegado ao CHILE por volta de 20 de setembro de 1973, em avião da FAB, com a finalidade de interrogar e torturar presos políticos brasileiros e chilenos, bem como ordenar o fuzilamento (no Estádio Nacional de SANTIAGO) dos asilados ONOFRE PINTO, TAKAO AMANO e WANIO JOSÉ DE MATTOS. Estaria, também, sendo elaborado por MÁRCIO MOREIRA ALVES, com a mesma finalidade, um capítulo "incriminando" as atividades do General FONTOURA, como Chefe do SNI e no Cargo que atualmente ocupa, de Embaixador em LISBOA.

4. A SC-3 - AC/SNI, continua operando busca sobre o assunto.

* * *

CONFIDENCIAL

ANEXO 20 – Subvenção às organizações subversivas

CONFIDENCIAL

213

Ministério do Exército

6ª Divisão de Exército

8ª. Bda. Inf Mtz

6º, G A C - 2ª. SEÇÃO

Rio Grande, RS, 19 Jun 75

PROTOCOLADO N.º 575

Lv n.º II ... Fl. 55

Em 27/06/75

— INFORMAÇÃO N.º 140 — 8/2

1. Assunto.....: SUBVENÇÃO À ORGANIZAÇÕES SUBVERSIVAS
2. Origem.....: III Ex (INFO 266 E/2, de 13 Jun 75, da 8ª BDM).
3. Difusão.....: D P F/R G - 6ª B P M - 7ª D R 101
4. Difusão anterior.....: -
5. Referência.....: -
6. Anexo.....: -

Segundo informações recentes, obtidas junto a autoridades da ARGENTINA, o ERP - organização subversiva daquele país - distribuiu às organizações subversivas FIP (Chile), EIN (BOLÍVIA), MNL (URUGUAI) e a várias organizações subversivas do BRASIL, a importância de 8.000.000.000 de pesos argentinos para aquisição de armamento e outras atividades subversivas.

Estes dados foram obtidos através de matéria apreendida onde constam os registros contábeis do ERP.

Fonte:- Arquivos de la Memória - Buenos Aires.

ANEXO 21 – Documento CIA intitulado *Plains of Argentine*

10-7b 3413 SECRET (When Filled In) WARNING NOTICE SENSITIVE INTELLIGENCE SOURCES AND METHODS INVOLVED IN 295751 PAGE 3 OF 5 PAGES SECRET (classification) 3. [redacted] "GROUP TWO," [redacted] [redacted] IS ASSISTING IN THE PROPOSED OPERATIONS AGAINST SUBVERSIVES ABROAD BY PROVIDING INFORMATION AND OTHER ASSISTANCE. [redacted] "GROUP TWO" INCLUDES PERSONNEL FROM THE NAVY, ARMY 601ST INTELLIGENCE BATTALION, FEDERAL POLICE, AND SIDE. THE ACTUAL TEAM TO IMPLEMENT THE OPERATIONS IS COMPOSED OF PERSONNEL FROM ALL THESE ENTITIES BUT IS DOMINATED BY THE NAVY. ([redacted] COMMENT: THE ABOVE GROUP PROBABLY REFERS TO GROUP TWO OF THE NATIONAL INTELLIGENCE CENTER.) [redacted] [redacted] ABOUT LATE APRIL 1977 ARMY INTELLIGENCE (G-2) ORDERED THE FORMATION OF A TEAM TO CARRY OUT OPERATIONS AGAINST KEY LEADERS OF THE MONTONEROS AND THE PEOPLE'S REVOLUTIONARY ARMY (ERP) WHO ARE PRESENTLY RESIDING IN EUROPE. INDIVIDUALS SELECTED FOR THE TEAM WERE SPECIALISTS IN ASSASSINATION AND KIDNAPPING OPERATIONS AND INCLUDED PERSONNEL FROM THE ARGENTINE NAVY, ARMY AND SIDE. SECRET (classification) (dissem controls)	3.5(c) 3.3(b)(1) 3.3(b)(1) 3.3(b)(1) 3.3(b)(1) 3.3(b)(1) 3.3(b)(1)

Fonte: Arquivos da Cia

ANEXO 22 – Operação Teseo e ações extracontinentais

Approved for Release: 2018/10/01 C05503731

3.5(c)

WARNING NOTICE
SENSITIVE INTELLIGENCE SOURCES AND METHODS INVOLVED

PAGE 3 OF 7 PAGES

FURTHER DISSEMINATION AND USE OF THIS INFORMATION SUBJECT TO CONTROLS STATED AT BEGINNING AND END OF REPORT.

~~SECRET~~

4. RESERVE TEAMS: MADE UP FROM PERSONNEL FROM PARTICIPATING COUNTRIES.

WITH THE EXCEPTION OF THE PERMANENT REPRESENTATIVES TO THE OPERATIONS CENTER, THE PERSONNEL COMPRISING THE INTELLIGENCE, OPERATIONAL AND RESERVE TEAMS WILL ONLY COME TO THE CENTER UPON REQUEST OF THE LATTER.

THE MINIMUM NUMBER OF PEOPLE FURNISHED BY EACH REPRESENTATIVE SERVICE WILL, WHERE POSSIBLE, BE FOUR INDIVIDUALS, WITH A FEMALE EVENTUALLY BEING INCLUDED. EACH COUNTRY SHOULD HAVE A SIMILAR TEAM IN RESERVE READY TO COVER ANY UNFORESEEN SITUATION THAT MIGHT ARISE.

III. FINANCES:

THE FUNDS FOR OPERATION TESEO WILL BE ADMINISTERED BY THE OPERATIONS CENTER WHICH WILL DETERMINE HOW THEY ARE TO BE USED. AS SUCH, THE FOLLOWING IS ESTABLISHED:

1. THE ADMINISTRATION OF EXPENSES INCURRED BY THE OPERATIONS CENTER WILL BE THE RESPONSIBILITY OF THE HEADQUARTERS COUNTRY.
2. A COMMON FUND COMPOSED OF \$10,000 DONATIONS FROM EACH MEMBER COUNTRY IS ESTABLISHED FOR THE PURPOSE OF OFFSETTING OPERATIONAL EXPENSES. THIS FUND WILL BE REPLENISHED IN EQUAL PARTS AT THE END OF EACH OPERATION DURING A PERIOD NOT TO EXCEED 15 DAYS.
3. A MONTHLY DUES OF \$200 MONTHLY IS ESTABLISHED BEGINNING 30 SEPTEMBER 1974, PAYABLE MONTHLY BY EACH OF THE PARTICIPATING SERVICES, PRIOR TO THE 30TH OF EACH MONTH FOR THE PURPOSE OF MEETING FUNCTIONAL AND MAINTENANCE EXPENSES OF THE OPERATIONS CENTER.
4. OPERATIONAL COSTS ABROAD ARE ESTIMATED AT \$3,500 PER PERSON FOR TEN DAYS, WITH AN ADDITIONAL \$1,000 THE FIRST TIME OUT FOR CLOTHING ALLOWANCE.

~~SECRET~~

Approved for Release: 2018/10/01 C05503731

WARNING NOTICE
SENSITIVE INTELLIGENCE SOURCES AND METHODS INVOLVED

3.5(c)

PAGE 4 OF 7 PAGES

FURTHER DISSEMINATION AND USE OF THIS INFORMATION SUBJECT TO
CONTROLS STATE AT BEGINNING AND END OF REPORT.

~~SECRET~~

5. THE ACCOUNTING FOR EXPENSES INCURRED WILL BE THE RESPONSIBILITY OF THE HEADQUARTERS COUNTRY WHO WILL PRESENT SAME TO THE MEMBER COUNTRIES FOR THEIR APPROVAL.

6. THE PERMANENT REPRESENTATIVES TO THE OPERATIONS CENTER WILL BE RESPONSIBLE FOR APPROACHING THEIR RESPECTIVE SERVICES FOR THE REPLENISHMENT OF OPERATIONAL FUNDS EXPENDED AS WELL AS FOR THOSE NECESSARY TO COVER FUNCTIONAL AND MAINTENANCE EXPENSES OF THE OPERATIONS CENTER.

7. AT THE END OF EACH OPERATION, EACH TEAM INVOLVED IN THE OPERATION WILL RENDER AN ACCOUNTING OF ALL EXPENSES INCURRED.

IV. MEANS:

THE MEANS NECESSARY FOR THE DEVELOPMENT OF OPERATIONS WILL BE FURNISHED BY THE OPERATIONS CENTER. IN THE EVENT THE LATTER IS UNABLE TO DO SO, MEMBER SERVICES WILL BE ASKED TO PUT THESE MEANS AT THE DISPOSAL OF THE CENTER. IF THE SERVICES ARE UNABLE TO COME UP WITH THEM, THE NECESSARY FUNDS TO PURCHASE THEM WILL BE OBTAINED FROM EACH SERVICE IN EQUAL PARTS. THE MEANS CONCERNED WOULD BE:

- A. ARMS AND AMMUNITION
- B. EXPLOSIVES AND ACCESSORIES
- C. DOCUMENTATION
- D. CLOTHING AND OTHER APPAREL
- E. ELECTRONIC EQUIPMENT
- F. COMMUNICATIONS EQUIPMENT
- G. MISCELLANEOUS.

V. SYSTEM OF WORK:

1. THE WORK TEAMS WILL BE MADE UP OF MEMBERS OF ONE OR MORE SERVICES AND IN ACCORDANCE WITH THEIR EXPERIENCE, PARTICULAR QUALIFICATIONS AND THE CHARACTERISTICS OF THE OBJECTIVE.

2. THE SYSTEM OF WORK AS FAR AS TARGETS ARE CONCERNED
AS FOLLOWS:

ANEXO 23 – Vigilância de Argentinos do ERP e Montoneros no Brasil

AGU/SNI
004423 - 3 FEV 83
ACE

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DO EXERCITO
GABINETE DO MINISTRO
CIE

BRASILIA, DE 13 de novembro

INFORME N.º 470 /S-102-A6-CIE

1. ASSUNTO: TERRORISTAS ARGENTINOS DO ERP E MONTONEROS NO BRASIL
2. ORIGEM: EME
3. AVALIAÇÃO: A-2
4. DIFUSÃO: CISA-CENIMAR-DSI/MRE-DSI/MJ-DSI/ME-DSI/MTb-CI/DPF-I-II-III e IVE-X-CMA-CMP
5. DIFUSÃO ANTERIOR: 6a, 8a, 9a e 10a RM - IGPM
6. REFERENCIA: - DL nº941 de 13 Out 69 e Dec nº 66.689 de 11 Jun 70.
7. ANEXO:

1. Consta que os terroristas argentinos integrantes das organizações "EXERCITO REVOLUCIONARIO DO POVO - ERP" e "MONTONEROS" receberam orientação de seus chefes para procurarem homiziar-se em território brasileiro.

Aqui, aguardariam a diminuição da pressão anti-subversiva na REPUBLICA ARGENTINA, para onde regressariam quando a situação fosse menos desfavorável.

No momento, a intensificação do combate contínuo à subversão em preendido pelas FFAA e de SEGURANÇA argentinas impondo contínuos revezes às principais organizações terroristas, tem forçado um retraimento geral.

2. Em consequência, os terroristas argentinos poderão penetrar em nosso território através de diversos pontos e utilizando os mais diferentes meios de transportes, explorando os atuais tratados recíprocos que facilitam o trânsito dos respectivos nacionais.

3. É pois da máxima conveniência para a SEGURANÇA NACIONAL manter-se um rígido controle sobre a permanência de argentinos em nosso território coibindo qualquer situação irregular, face a legislação existente.

4. Este CENTRO recomenda às AI desenvolverem uma estreita ligação

Fonte: no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e Arquivo Celestina Perez Almada na capital paraguaia

ANEXO 24 – Vigilância de Montoneros na cidade de Santos (SP)

2144 x 2

CONFIDENCIAL

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA CENTRAL

INFORME Nº 094/16/AC/78

AGÊNCIA CENTRAL
4/4/78

TODA PESSOA QUE TOCAR
NOME NESTE DOCUMENTO
DEJA RESPONSÁVEL A MANU-
TENÇÃO DE SEU SIGLO (RSAS)

DATA : - 4 ABR 1978

ASSUNTO : ATOS DE TERRORISMO - REUNIÃO DE MONTONEROS NO BRA
SIL

ORIGEM : PRG 6020/78

CLASSIFICAÇÃO : A-2

DIFUSÃO : CIE - CISA - CENIMAR - CI/DPF - ARJ - APA-ACI - ADI -
ASP - AMA - ABE - ASV - AFZ - ARE - NAGO - ACG

1. Consta que de 16 a 20 Dez 77, teria sido reali-
zada uma reunião de elementos pertencentes a organização subver-
siva argentina MONTONEROS, na cidade de SANTOS/SP, a fim de tra-
tarem das operações a serem efetuadas durante a realização da Co-
pa do Mundo na ARGENTINA.

2. Os elementos da cúpula da organização, atualmente
residentes na ITÁLIA, teriam participado da referida reunião.

3. A organização, durante a realização da Copa do
Mundo, voltaria a intensificar suas operações, visando às entida-
des governamentais, sem, todavia, molestar os turistas.

4. Os componentes da organização tentariam interfe-
rir nas transmissões das estações de rádio e televisão, colocando
mensagens contra o governo argentino.

* * *

CONFIDENCIAL

S. N. I.
AGÊNCIA DE MANAUS
0657
PROTOCOLO
06, 04, 10 78
HCE Nº 0138/78

Fonte: Archivos Celestina Perez em Assunción – Paraguay.